Girão

Revista de Temas Culturais do Concelho de Câmara de Lobos

Vol II. N.º 6
2º semestre 2011

Girão

Revista de Temas Culturais do Concelho de Câmara de Lobos

2011

ficha técnica

Vol II. N.º 6
2º semestre 2011

DIRECTOR
Manuel Pedro S. Freitas

COLABORADORES NESTE NÚMERO
Alice Mendonça
Cristina Costa e Silva
Danilo José Fernandes
Duarte Miguel Barcelos Mendonça
Eberhard Axel Wilheim
José Luís Rodrigues
Paulo Ladeira
Rita Rodrigues

DESIGN
Câmara Municipal de Câmara de Lobos

PROPRIEDADE
Câmara Municipal de Câmara de Lobos
Praça da Autonomia
9300-138 Câmara de Lobos
Telef. 291 911 080

revistagirao@yahoo.com

PERIODICIDADE
Semestral
Câmara de Lobos, Outubro 2011
Depósito Legal n.º 246393/06
ISSN - 113282

TIRAGEM
250 exemplares

PREÇO
5,00€

A Igreja de Nossa Senhora da Graça 05
Parte I - Contributos para a sua história
Rita Rodrigues

A Igreja de Nossa Senhora da Graça 53
Parte II - Contributos para o estudo do seu património
Rita Rodrigues e Paulo Ladeira

O Primeiro Cemitério Público do Estreito de Câmara de Lobos 99
Manuel Pedro S. Freitas

Traços da Vida Camaralobense patentes no livro "Enigme à Madère, de L. N. Lavolle 117
Duarte Miguel Barcelos Mendonça

Brasão de Armas, Bandeira e Sêlo da Freguesia do Jardim da Serra 125
Manuel Pedro S. Freitas

Restaurante Riba-Mar 127
Cristina Costa e Silva

O Difícil Tratamento de uma Pessoa com Alzheimer 131
Um conto funchalense da autora alemã Gigi Martin, de 2010
Eberhard Axel Wilheim

A Pisa do Trigo e as Mãos da Minha Avó 129
José Luís Rodrigues

Notas [Musicais] Soltas 139
Manuel Pedro S. Freitas

Os Trajos da Lombada dos Esmeraldos - Ponta do Sol 175
Danilo José Fernandes

População Madeirense num Período de Transição 179
Uma década (1991-2001) - Viagem pelos concelhos
Alice Mendonça

Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos
Parte I - Contributos para a sua história

Rita Rodrigues*
Mestra em História / Variante História da Arte

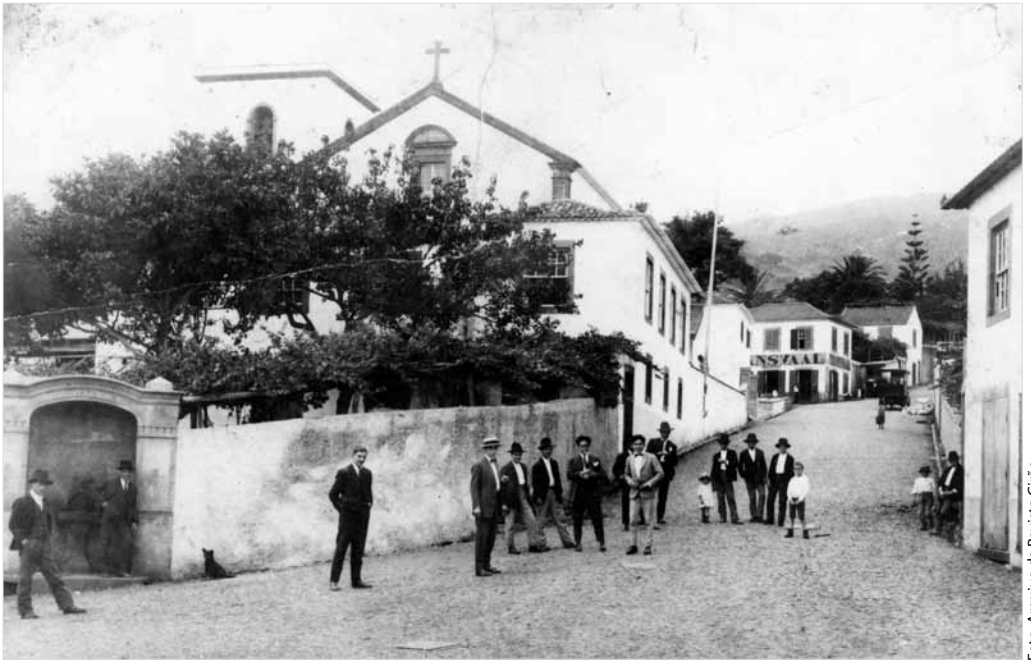


Foto: Arquivo da Revista Girão

Largo do Patim e rua da Igreja, no ano de 1925, vendo-se a casa paroquial e a igreja ainda sem o relógio

A Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, segundo o anotador de *As Saudades da Terra*, Álvaro Rodrigues de Azevedo, foi desmembrada da de Câmara de Lobos no século XVI, apontando o ano de 1509 para a constituição da sua paróquia[1]. Segundo o padre José Porfírio Rodrigues Figueira, a quem se deve a organização do espólio documental desta igreja nos anos sessenta do século XX, a data primeva deve corresponder a 1519 porque só em 1520 é que Diogo Cão, por ordem do Rei, pagou 6$800 rs ao vigário do Estreito de Câmara de Lobos[2].

Gaspar Frutuoso, autor de *As Saudades da Terra*, obra escrita entre 1583 e 1590, localizou as terras da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos como ficando acima do Convento de S. Bernardino e ricas em pomares com *"muita castanha, e noz, e peros de todas a sorte muito doces, e vinhas, e criações"*[3]. Na realidade, temos encontrado muitos documentos referentes a foros pagos à Misericórdia do Funchal como a diversas confrarias situadas no Concelho de Câmara de Lobos e do Funchal, partilhas de bens de freiras do Convento de Santa Clara, e ainda testamentos, que referem as terras do Estreito como *terras de vinha* e *terras de árvores de frutos*.

"Gaspar Frutuoso diz (…) *que o orago desta freguezia é Nossa Senhora do Rosario, no que há engano, como dos supracitados alvarás e carta régia se reconhece"*[4]. Os documentos aqui referidos pelo anotador de *As Saudades da Terra* reportam-se à *vida* da Igreja de Nª. Srª. da Graça desde 1539, como veremos adiante. Fica, assim, esclarecido ser este o orago desde os primitivos tempos. Corrige, também, a referência à população e número de fogos que aponta para cem e duzentos entre o primeiro e último quartéis do século XVI. Sabemos que em 1710 eram seiscentos e setenta paroquianos de confissão e comunhão, e no ano 1718 já estavam registados duzentos e sessenta fogos com novecentas pessoas[5]. Segundo Henrique Henriques de Noronha, em 1722, contava esta paróquia com mil e quarenta e oito almas para duzentas e oitenta e oito casas[6], ascendendo a freguesia a trezentos e quarenta e um fogos e mil trezentas e sessenta pessoas, em 1746[7]. Este crescimento significativo de habitantes justificará os pedidos sucessivos dos aumentos de côngruas para párocos e curas, como obras de "acrescentamento" da igreja e mais tarde a sua reedificação para um templo mais amplo.

Na visitação de1608, o Dr. Gonçalo Gomes, deão penitenciário na Sé, visitador pelo bispo D. Luís de Figueiredo Lemos, constatava que eram muitos fregueses para tão poucas ermidas, comparado com outras freguesias da Ilha. Em 1623, D. Jerónimo Fernando, visitando pessoalmente esta igreja, também testemunhou que eram muitos os fregueses nesta paróquia e, por isso, era necessário fazer outra ermida mas não havia concordância sobre o sítio. O Reverendo Francisco de Aguiar, vigário geral e visitador pelo referido bispo, na visitação de 1625, denunciou que muitos paroquianos assistiam à missa fora da porta da igreja, por serem muitos e o templo pequeno, como também faltavam bancos ou escabelos que deveriam ser construídos por cada freguês, provimento que se repetirá nas visitações de 1629, 1638, 1641, 1643 e 1682[8].

1509 é a data mais recuada que refere a freguesia de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos a ser constituída paróquia, segundo Álvaro Rodrigues de Azevedo (1873), embora não aluda à fonte documental para esta informação. Segue-se o ano de 1539, 17 de Fevereiro, e *"tres escripturas* (…), *lavradas na antiga nota de Camara de Lobos"*[9] que informam que o então vigário era o padre Sebastião Vaz.

Serão necessários mais de vinte anos para os registos documentais referirem novamente esta igreja. Em 1564 era seu pároco o padre Gonçalo de Aguiar, conforme certidão passada pelo escrivão da Câmara Eclesiástica do Funchal, Bartolomeu de Brito e Abreu, a 3 de Dezembro de 1707, reportando-se à existência de um livro de baptismos ali depositado[10]. Esta certidão tinha sido solicitada pelo vigário e paroquianos a fim de justificarem, pela antiguidade da igreja e número de fregueses, um pedido de ornamentos ao monarca. Ainda hoje, no arquivo paroquial, encontra-se o Livro da Fábrica Grande no qual ficou registado um inventário realizado a 17 de Dezembro de 1792 pelo cura António Abreu Macedo e pelo vigário Francisco José de Albuquerque Bettencourt que registaram o primeiro livro de baptismos, com capa de pergaminho, principiado em 1564, e o primeiro livro dos defuntos dera início a 16 de Dezembro de 1594.

Por Alvará de 20 de Janeiro de 1572, a Igreja de Nª. Srª. da Graça foi beneficiada pelo aumento da côngrua do seu pároco para 20$000 rs, sendo o ordenado do mesmo, em 1591, de 16$000 rs, 1 moio e meio de trigo e 3 pipas e meia e vinho[11]. Por Carta Régia de 12 de Março de 1574 foram atribuídos anualmente 4$000 rs à sua fábrica[12], cuja verba era anteriormente de 3$950 rs, como podemos verificar pela entrega feita pelo recebedor da Sé do Funchal, António Marinho, referente à distribuição do dinheiro das fábricas das igrejas[13].

Existe um documento datado de 1594, feito em Lisboa, com a lista de igrejas e capelas do Arquipélago da Madeira e as verbas respectivas que o almoxarife deveria pagar às mesmas, cujo texto foi tresladado, por ordem D. Jerónimo

Fernando, o qual assinou de sua mão, *"O Bispo do funchal",* a 4 de Fevereiro de 1638, *"para não restar dúvidas"*[14]. Neste documento confirma-se que a Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos tinha o direito de receber 4$000 rs.

A 22 de Junho de 1578, o recebedor registou a recepção e pesagem de um cálice quebrado, oriundo da referida igreja, por ordem do bispo (D. Jerónimo Barreto), *"para se fazer outro",* avaliado o *velho* em 4$463 rs[15]. Era comum que os objectos de prata e ouro, depois de muito uso nas cerimónias religiosas, fossem fundidos e reaproveitados os materiais para a feitura de novos objectos. Esta prática contribuiu para o desaparecimento irreparável de valiosas obras de prataria e ourivesaria, quer de mestres regionais, nacionais e até estrangeiros[16]. Exemplo vem mesmo desta igreja que nos finais do século XVII, com autorização do bispo, o vigário Manuel da Fonseca (1684-1683) dá clareza de uma bacia de prata que pesou 3$000 rs, afirmando que mandou *"fazer della huma salva pª. as galhetas do Altar mor que as não tinha"*[17]

Não encontrámos a entrega do suposto cálice *novo*, mas a 15 de Dezembro de 1581, ou seja, três anos depois da entrega do *"cálice quebrado",* António Marinho despendeu para *"Hú calez de prata dourado em partes pª. a igreja de nossa senhora da graça do estreito de camara de lobos, ho qual estava em poder delle recebedor e fora da see onde já não servia"*[18]. Esta situação era muito comum. Da Sé do Funchal, como de outras igrejas como São Pedro, Nª. Srª. do Calhau, Colégio, por exemplo, saíam diversas peças, desde alfaias, paramentos, frontais, até pinturas, retábulos e órgãos, que por serem *"velhos","com muito uso"* ou porque *"já não serviam"* eram vendidos ou doados a outras igrejas ou capelas das periferias e rurais, designadas por *"igrejas dos montes",* mais pobres e menos exigentes, como também para capelas e oratórios particulares[19]. Assim, a Igreja de Nª. Srª. da Graça recebeu um cálice da Sé *"onde* [este] *já não servia"*. Nesta mesma igreja, mas já em pleno século XVIII, a 10 de Maio de 1735, foram tirados da arca 10$500 rs, por ordem do bispo, D. Manuel Coutinho, para serem entregues ao reverendo padre Manuel das Neves[20], seu familiar, com vista à diminuição do ouro para pesar as cruzes que se mandaram buscar a Lisboa e que já se encontravam na igreja, de cuja encomenda se encarregou o reverendo padre Filipe de Oliva[21].

Em 1581, mas a 22 de Fevereiro, a Igreja de Nª. Srª. da Graça tinha recebido um retábulo pintado e dourado: *"Despendeo o recebedor antonio marinho* (…) *dous retabolos q. se fizerão per mandado do sr. bpo. pera a igreja de sam pedro da ponta do pargo e outro pera nossa senhora da graça do estreito de camara de lobos . Na qual despesa entrarão quarenta mil que ouve do pintor de os pintar e dourar em partes, e ho mais em onze bordos grandes e feitios do madeiramto. e outras despesas de q. tudo se deu conta pelo miúdo ao dito Snor´ bpo."*[22]. Assinou o documento de entrega Gaspar Nunes. Como se verifica ficaram omitidos os nomes do pintor e dourador ou do pintor-dourador, e, infelizmente, este é mais um retábulo desaparecido. Em 1607, foram $300 rs *"ao pintor de pintar o retabolo"*[23] que deverá corresponder a um pequeno retoque.

Lembramos que a igreja antiga e a casa da residência do vigário serão demolidas, na segunda metade do século XVIII, durante o processo da reedificação da Igreja de Nª. Srª. da Graça, assunto que desenvolveremos mais adiante, e por esta ocasião há uma referência ao "*retábulo da capela velha e o sacrário"*[24] que por solicitação do seu vigário deveriam passar para a nova capela-mor. Em 1756 foram pagos 7$000 rs pela *"despeza q. se fez em passar o Retabullo da Igrª. velha pª. a nova"*[25]. Não sabemos se este retábulo é o entregue em 1581 ou outro ali colocado aquando das obras de 1692. Também em 1674 ficara anotado que o *"Retabolo da capella maior está muito dinificado* (sic) (…) [e] *o Rdº. vigario* [Luís Gonçalo Velho] *tem prometido hua Pintura que trouxe do Reyno. Rdº. Vigrº. disse que a tinha pera esse effeito"*[26]. Mas o mais certo será o retábulo executado pelo imaginário Francisco Afonso da Cunha, natural do Funchal, que, em 1686, confirmou a encomenda e pagamento pelos mordomos padre Bartolomeu Barreto, padre-cura António […], Amaro Nunes Pereira, Simão Gomes e Domingos Figueira[27]. Contribuiu para esta obra Gonçalo de Faria com 30$000 rs *"pª. o retabollo de nossa Senhora"*[28].De qualquer forma, presentemente não subsiste nenhum retábulo, talha ou pintura, na referida igreja datável dos finais do século XVI ou do XVII.

Pela raridade documental deixamos aqui transcrito o documento assinado pelo imaginário Francisco Afonso a 24 de Junho de 1686:

"Digo Eu Franco. Afonço da Cunha official de Maginro. mor. na Cide. do funchal, q. he verdade, q. estou pago e satisfeito de oitenta mil reis q. tantos se obrigaram aos mordomos de nossa Sra. da Graça mandaram por hum Escripto q. me fizeram por lhe fazer arco(?) *e retabolo da Sra. na forma q. trata o do. escripto e por estar pago e satisfeito dos ditos oitenta mil reis* (…) *e por ser verdade rogai ao Pe. Cura Antonio Caldra. Aldrama q. este por mim fizesse e comigo assignase* (…)"[29].

Na antiga igreja, para além da sua ornamentação, que teve sempre retábulo, observava-se, ainda, outros cuidados com a decência, sendo a cera pintada, tendo o altar esteiras, recebendo pagamentos um ourives pelas limpezas das pratas, e promovendo a fábrica e as confrarias, intensamente, as festas religiosas, com armações, missas cantadas, pregação e música[30]:

- 1592 - os mordomos Pascoal Fernandes e Sebastião Gonçalves apresentam várias despesas;
- 1593 - os mordomos Domingos Gomes e Gonçalo (…?) pagaram 1$900 rs aos beneficiados do Convento de São Bernardino *de "cantar as vésperas e a missa";* um tostão a quem *"tangeo o cravo";* pregos para armar a igreja; e aluguer de duas *"encavalgaduras";* pintura da cera - $60 rs; aos padres de São Bernardino de cantarem – 1$900 rs;
- 1594 - ao ourives de limpar as pratas - $300 rs; pintura da cera - $60 rs; aos padres de São Bernardino das vésperas, missas e pregação – 2$000 rs;
- 1595 - aos padres de São Bernardino de cantarem as vésperas;
- 1597 - aos padres de São Bernardino das vésperas, dia e pregação - 2$000 rs;
- 1598 - aos padres de São Bernardino do pregão, vésperas e dia – 2$000 rs; a quem tangeu o cravo - $300 rs;
- 1601 – pregão - 2$600 rs;
- 1604 - aos padres de São Bernardino das vésperas e missas;
- 1607 – aos padres de São Bernardino das vésperas, missas, pregão – 2$000 rs; ao padre Brás Cabral de tanger o cravo - $320 rs;
- 1608 - aos padres de São Bernardino – 2$000 rs; e a "hum moço de tripe" - $300 rs;
- 1618 e 1622 – João Rodrigues da arpa - $600 rs e $500 rs;
- 1625 - *"cantores que cantarão"* – 1$000 rs;
- 1629 - cantores e sermão - 2$200 rs;
- 1637 - o pregador recebeu 2$900 rs;
- 1638; 1639 - tocador de arpa - $400 rs;
- 1642 - cantores -1$700; tocador de arpa - $300 rs;
- 1644 - músicos e ao tangedor de arpa - 2$000 rs; ao pregador - 1$200 rs;
- 1666 e 1667 – pagamento aos músicos que vieram da cidade – 3$000 rs;
- 1668 - o pregador - 1$200 rs;
- 1702 e 1703 - recebeu o pregador *"do dia da festa"* 3$000 rs.

Pela Visitação de 1601 fica-se a saber que o vigário do Estreito de Câmara de Lobos reunia-se com o de São Martinho, na igreja matriz da vila com o respectivo vigário e cura, a fim de organizarem as conferências eclesiásticas e resolverem dúvidas sobre a doutrina dos fiéis[31]. Esta ordem foi emitida pelo então Bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo Lemos, em todas as Visitações realizadas na Ilha da Madeira, com objectivo de impor maior rigor e uniformização na doutrinação dos madeirenses sob a égide das determinações tridentinas. Na Visita que fez *"pessoalmente"* à Tabua ordenou que *"os Vigros. do Caniço, Gaula, Água de Pena e Caniçal com os curas de Machiquo e Santa Crux se juntem duas vezes no ano, huma de Machiquo e outra na Vila de Santa Cruz. E o vigário do Estreito e de Sam Martinho em Câmara de Lobos, com o vigro. e cura daquele lugar. Os vigários do Campanário e da Tabua no lugar da Ribeira Brava cõ o vigro. e cura dele. Os vigros. dos Canhas, Madalena na Ponta do Sol, com o cura e vigro. daquela vila. Os vigros. do Arco, Estreito, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo na vila da Calheta com o cura e vigro. dela. O vigário da Ponta Delgada em São Vicente com o vigário e cura daquele lugar. Os do Caniço e Gaula, Água de Pena, Caniçal e cura de Machiquo se ajuntarão na vila de Santa Crux na semana sextagéssima em dia ferial e os mesmos e o cura de Santa Crux se ajuntaram em Machiquo na primeira semana de Setembro. E nos mesmos tempos se ajuntaram mais os vigários e curas acima mencionados, nos lugares assinalados"*[32].

Pretendia D. Luís de Figueiredo de Lemos organizar conferências eclesiásticas de forma a colmatar quaisquer dúvidas sobre os sacramentos e a moral, criando, de certa forma, uniformidade entre as diferentes vilas e lugares da Madeira, especialmente as *"igrejas dos montes"*,

Foto: Ernesto Pinto Correia

Igreja de Nossa Senhora da Graça, anos 60 do século XX

ou sejam, as rurais. Realmente, nesta visitação à Tabua e na visitação à Quinta Grande, não se faz qualquer referência às paróquias do Funchal com excepção de São Martinho que deveria reunir em Câmara de Lobos. Por outro lado, estas considerações têm o mérito de facultar a lista das paróquias da ilha: Caniço, Gaula, Água de Pena, Caniçal, Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, São Martinho, Ribeira Brava, Campanário, Ponta de Sol, Tabua, Canhas, Madalena, Calheta, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo, Ponta Delgada e São Vicente.

As questões relacionadas com a doutrinação não foi preocupação exclusiva daquele prelado, encontramo-las nas diversas visitações realizadas na Ilha da Madeira durante os séculos XVII e XVIII, mas nas prospeccionadas para esta paróquia, entre 1605 e 1718, atestamos as constantes batalhas dos visitadores e as sistemáticas denúncias que os fregueses do Estreito de Câmara de Lobos não iam às missas aos Domingos e Dias Santos, durante os quais ficavam a trabalhar, como pais e fidalgos eram remissos em mandarem os filhos, criados e escravos à formação doutrinária, havendo, também, algumas acusações aos párocos por certa relaxação neste capítulo bem exposto nas Constituições do Bispado do Funchal[33].

Em 1676, a 21 de Abril, o pároco de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, André Lopes [de Sá], recebeu a informação do despacho favorável dado pelo Conselho da Real Fazenda, a 27 de Janeiro, sobre a disponibilização de uma verba de 200$000 rs para obras da sua igreja[34]. Acrescia a ordem para que o visitador António de Brito Bettencourt *"desse principio á capella mor"*[35] com 80$000 rs caídos das confrarias. Outra contribuição para esta obra seria os 300$000 rs doados por um freguês dos quais apenas estavam arrecadados 150$000 rs e cuja informação tinha sido dada pelo Provedor da Fazenda do Funchal[36], ficando, no entanto, ocultado neste documento o nome do benemérito paroquiano. No entanto, dois anos antes, na visitação de 1674, feita pelo reverendo

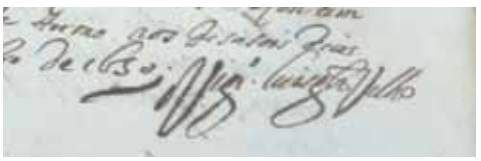
cónego António de Brito Bettencourt, visitador pelo Cabido Vacante, temos conhecimento que *"António de Faria e sua mulher deixaram para uma capela do senhor 300$000 rs e por que não se podia fazer capela do Senhor, onde pudesse estar o Santíssimo Sacramento em sacrário, por ser ermo, achou por bem aplicar os 300$000 rs e o dinheiro das sobras das confrarias para se fazer a dita capela maior e continuar o arco, cuja obra he por nomeada a Sebastião de Abreu Lç°.(?)"*[37] que confessou ter em sua mão já os 150$000 rs e a outra parte *"corria em demanda"*, comprometendo-se que finalizaria a obra até à Primavera de 1675.

A verba de 200$000 rs, atribuída em 1676, deveria ser resposta à petição feita pelo vigário Luís Gonçalves Velho, da mesma igreja, e mais moradores e fregueses, devido *"a ruina que a dita igreja ameasava por cuja causa senão podião administrar os oficios devinos e menos caberem os fregueses nela os quais por sua devoção tinhão feito o corpo da mesma igreja"*[38], que em 1674 o visitador achou *"a capella maior muito pequena e aberta por não aver dinheiro bastante pera se poder fazer de novo conforme a Igreia, e ter já um principio de hum arco tão fermoso"*[39], seguindo-se a autorização de Sua Alteza de *"fazer se a capella mor sanchristia e campanário"*[40].

Luís Gonçalo Velho foi vigário da Igreja de Nª. Srª. da Graça entre 1643, tendo lido e publicado os primeiros provimentos a 16 de Agosto, e 1676[41], como se observa nas visitações, e partir de 15 de Julho deste ano é o vigário António Lopes quem publica os provimentos.

Na realidade, o padre Luís Gonçalo Velho herdou uma igreja muito pobre e desorganizada, espiritual e economicamente. Os párocos e fregueses foram pouco cumpridores dos provimentos por negligência e relaxação no que conserve à doutrina, aos bons costumes e comportamentos, especialmente na igreja onde conversavam, perturbavam o serviço do culto divino, entravam com armas, encostavam-se aos altares, assistiam à missa na sacristia e na capela-mor, misturavam-se homens e mulheres, etc., mas também porque eram pobres (1606;1631) e viveram crises agrícolas e esterilidade das terras (1606) não podendo contribuir com esmolas como tantas vezes eram solicitadas. A dívida de foros, pensões, legados, missas, dinheiros, etc. às confrarias era elevada (1606), andando *"mal encaminhada"* (1619), com contas *"mal feitas"* (1621;1629) e em várias visitações foi proposto eleição de escrivão e tesoureiro para as confrarias (1613); a fábrica e as confrarias da igreja não tinham livros de receitas e despesas organizados, faltando, também, livros de baptizados, casamentos e defuntos, exigindo os visitadores a organização dos mesmos (1626; 1631; 1638; 1639) e em 1641 a igreja não tinha ainda Livro do Tombo; havia dívidas de muitos anos às confrarias (1639); faltavam ornamentos decentes para as cerimónias, como frontais, vestimentas, véus, cortinas, capas de asperges, etc., o que foi provido mandar comprar ou consertar com regularidade (1609; 1615; 1625; 1630; 1635; 1636; 1638; 1641) ou andavam *"mal tratados"* (1623); os ornamentos não estavam bem guardados, por isso, era necessário fazer casa e armário na sacristia para a sua guarda (1613;1636); a taça de fazer a cera das confrarias estava rota (1613); a água caía dentro da igreja (1607); foi sempre provido o retelhamento do templo (1607;1608;1612;1623;1638; 1641), *"Esta Igreja está muito danificada & falta de telha & chove nella por todas as partes"* (1630), como o seu lajeamento, por dentro e pelo adro (1607); as paredes da igreja estavam danificadas devidos às armações (1608); era necessário caiar a igreja (1609); a igreja precisava de várias obras, como uma porta da sacristia para o adro e espigão para a capela-mor (1609; 1610); a casa da residência do padre era *"palassa"* (1616*);* havia falta de bancos e escabelos para os fregueses se sentarem durante as cerimónias (1625;1638;1643); faltava casa para agasalhar e recolher os mordomos e músicos nas festas (1621;1623;1626); era necessário fazer *"coberta"* por cima da casa da pia (1621); e construir grades na pia para protecção da mesma e dos santos óleos (1625; 1626; 1629; 1630; 1631)[42].

Dois exemplos são demonstrativos do incumprimento dos provimentos. A construção de umas simples grades para a pia baptismal ficara provida em 1625 e em 1631 ainda não estava executada. Desde 1610 até 1687 foi sempre reclamado um campanário decente e seguro para o sino, tendo a igreja passado por



Assinatura do Vigário Luís Gonçalo Velho, 1650

várias remodelações e obras durante este período. Em 1610 não havia campanário e *"não estava bem o sino",* e entre 1638 e 1639 foram pedidas esmolas aos fregueses para aquisição de um sino novo porque o que havia estava quebrado, mas só em 1674 compreendemos o que se passava: o campanário aonde estava o sino, há muitos anos a esta parte, era feito de dois paus, e já estava provido fazer campanário de pedra, cujo provimento ainda não fora cumprido e vinha de data anterior a 1609, em cuja visitação se reforça a construção do respectivo campanário para o qual havia muita pedra de alvernaria e de cantaria, e esteve cal junta que se perdeu, ficando procuradores desta obra Domingos Gomes de Azevedo e Bento Gonçalves. Mas parece que a obra nunca se realizou, não por falta de material, mas por negligência, porque correndo o ano de 1687, ou seja, passados quase oitenta anos, o sino continuava em lugar arriscado de se quebrar e não ouviam os fregueses as suas badaladas, por isso, ordenou o visitador que fosse feito *"hum campanário de madeyra visto não haver cabedal para ser de pedra"* e colocar em lugar mais conveniente, para cuja obra foram eleitos zeladores Amaro Nunes Pereira, Domingos Figueira, Simão Gomes, o velho, João Graça, António de Quintal e Francisco Gonçalves[43]. Talvez se entenda melhor as opções tomadas pelo vigário Manuel Borges de Alemanha durante a edificação do presente templo, durante a segunda metade do século XVIII, em torno da construção do campanário, por ser uma velha aspiração dos paroquianos.

Mas retomemos a vigararia do padre Luís Gonçalo Velho (1643-1675) e a sua envolvência nas obras da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos.

Quando este pároco entrou nesta paróquia, em 1643, deveria estar nesta igreja matriz o retábulo ali colocado em 1581, que contava já com sessenta e dois anos, com certeza mal conservado e envelhecido devido às humidades próprias das igrejas construídas nas serras e às infiltrações de águas, além da exposição sistemática ao fumo das velas. Por isso, em 1674, quando o vigário contava com trinta anos de serviço nesta igreja, e o respectivo retábulo quase um século, ofereceu, julgamos pouco tempo antes de falecer, uma pintura para a igreja, como registou o visitador: *"O Retabolo da capella maior está muito dinificado* (sic) (…) *[e] o Rdº. vigario tem prometido hua Pintura que trouxe do Reyno. Rdº. Vigrº. disse que a tinha pera esse effeito"*[44].

O padre Luís Gonçalo Velho, entre 1643 e 1658, foi acusado de não cumprir os provimentos; de certa relaxação na doutrinação dos fregueses, como nos serviços do culto divino e da pregação; de não controlar convenientemente as contas da fábrica e das confrarias; da confusão das sepulturas, etc.; mas em 1660 António de Vasconcelos, fidalgo capelão de sua Majestade, cónego na Sé e visitador pelo Cabido Vacante, louvou o vigário pela limpeza e conserto da igreja, tudo com zelo e perfeição e aumento do seu ornato[45]. Outro elogio recebeu o vigário na visitação de 1665, agora nas palavras de Manuel da Silva e Câmara, cónego da Sé e visitador pelo Cabido: *"Finalmente louvo muito o Reverendo Vigario, como os mais fregueses que tem contribuído com suas esmolas para a nova Igreja que fabricão* (…) *e o corpo da dita igreja está todo emgalgado de paredes, e se vay cobrindo de madeira"*[46], aconselhando que se o dinheiro não fosse suficiente para a obra que se recorresse a novo peditório junto dos fregueses. Na verdade os fregueses, através de escritura, comprometeram-se a acabar a obra do corpo, capela e sacristia da igreja, mas parece que esta esteve parada mais de cinco anos, por isso, o visitador pelo Cabido da Sé Vacante, António Gonçalves de Almeida, capelão de sua Majestade e tesoureiro-mor da Sé, ordenou, em 1669, que dentro de seis meses os fregueses *"acarretem na madrª., pedra, area e cal"*[47] e mais necessário para a dita obra.

Em 1674 o padre Luís Gonçalo Velho voltou a ser sujeito a duras críticas. É novamente acusado de negligenciar a doutrina, conforme estava estipulado nas Constituições do Bispado; de não cumprir os provimentos referentes a obras diversas; de não concluir a obra da capela maior, reconhecendo o visitador reverendo cónego António de Brito Bettencourt, no entanto, que não havia dinheiro, mas autorizando o recurso a uma doação feita por António de Faria e sua mulher, no valor de 300$000 rs, como referido anteriormente[48]. No entanto, deve-se a este vigário o início das obras de remodelação da igreja.

Duas razões foram apontadas para as prementes necessidades das obras da Igreja de Nª. Srª. da Graça: o aumento da população, que já não cabia no templo, e o seu o estado de ruína. No entanto, os documentos consultados na Pro-

vedoria da Real Fazenda do Funchal e Cabido da Sé (D.G.ARQ./A.N.T.T.) e Livro de Provimento da igreja (A.P.E.C.L.) não são suficientemente explícitos: o corpo da igreja tinha sido edificado pelos fregueses e Sua Majestade iria construir a capela-mor, como era de obrigação Real, e ainda a sacristia e campanário, como benesses extras, mas parece que contou toda a construção com esmolas dos fregueses. Mas seria a igreja totalmente reedificada para aumentar o corpo da igreja? Pois encontrava-se em ruína e não suportava o número de fiéis. Ou seria só aumento da capela-mor? Em 1674 afirma-se que a capela maior era muito *"pequena e aberta por não aver dinheiro bastante pera se poder fazer de novo conforme a Igreia"*, embora *"ter já um principio de hum arco tão fermoso"*[49]. Os documentos da década de 90 do século XVII, segundo a nossa interpretação, remetem apenas para "acrescentamento" e consertos da igreja.

Já em 1589, a *"sanchristia da igreja de nossa snora da graça do estreito de cama (sic) de lobos se concertou novamente per mandado do snor. bpº."*[50], o que demonstra ser a sacristia antiga. Neste conserto *"se fez hua janella de cantaria com sua grade de ferro no lugar onde estava* (…) *// despendeo o recebedor ao todo 11$720 rs na maneira seguinte: E a grade de ferro custou 1$200 rs, e os pedrºs. levarão de jornais quatro mil rs e a area posta na obra custou 3400 rs e a pregadura de diversas maneiras 5900 rs, hua aldraba pera a janella 60 rs quatorze taboas de til e duas de vinhatigo (sic) pera forro e alguns remendos do sachadio*(?) (…) *a igreja 2290 rs despesas de hu moio e quasi de meyo de cal que dá a fabrica da igrª.* [a] *esta obra 3900 rs. E a maderª. da janella q. he de cedro e a lumieyra de til custou tudo 570 digo que a lumieyra he de castanho e os carpintrºs. que fizerão as portinhas da janella e da lumieyras he o tecto todo de novo e remendarão ho sachadio*(?) *e algumas partes montou nos jornais 2.280 rs com q. se faz a dita soma de onze mil setecentos e vinte rs"*[51]. Assinou o recebedor da Sé, Gaspar Nunes. Sabemos que em 1592, a 11 de Setembro, o recebedor da Sé mandou entregar *"pera a capella mor da igreja do estreito de camara de lobos duzentas telhas que importarão com despesas mil e duzentos rs"*[52], ou seja, onze anos depois de ter sido ali colocado o retábulo a capela-mor necessitava de retelhamento, o que era muito comum nas igrejas rurais, construídas em lugares húmidos e ventosos.

Assim, um século depois, em 1690, circula-va um requerimento do vigário e mais fregueses sobre o que *"necessita de obra de pedreiro e carpinteiro"*[53]. A 29 de Agosto ordenou-se a feitura de orçamento, lançamento em pregão e arrematação *"pelo menor lanço"*[54] cumprindo o despacho do Conselho da Fazenda de 11 do mesmo mês, cujo registo no Funchal foi a 11 de Outubro, com a nota *"cumpre-se e registe-se"*[55]. Aparentemente deveria reportar-se esta decisão para as obras da capela-mor, que eram da incumbência da Real Fazenda, mas um documento de 1691 explicita tratar-se da *"obra da igreja"*, como veremos adiante.

Estas obras serão, apenas, de "acrescentamento" da mesma, porque em 1710, o vigário, paroquianos, reitor, tesoureiro e mais irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento afirmavam que com *"muito trabalho"* tinham edificado *"hua capella com Retabulo e Sacrario pª. colocarem o Smº., hua Sacristia e caza pª. o serviço do culto divino"*[56], cuja capela tinha sido erecta há mais de cento e cinquenta anos, ou seja, reportando a sua construção para o ano de 1560, e nada indica que tenha sido demolida[57]. Também deste retábulo, cuja data é anterior a 1710, nada resta presentemente na igreja. Perderam-se, assim, quatro retábulos, um entregue pelo recebedor da Sé, António Marinho, em 1581, possivelmente para o altar-mor e encomenda do então bispo do Funchal, D. Jerónimo Barreto; uma pintura, vinda do reino, e ofertada em 1674 pelo vigário Luís Gonçalo Velho; o retábulo feito pelo imaginário Francisco Afonso da Cunha, por oitenta mil reis, em 1686; e outro de uma capela colateral oferta dos fregueses e da Confraria do Santíssimo.

O pregão da obra de "acrescentamento", colocado em praça em 1690, não tinha sortido efeito prático, por isso, e por mandado do Conselho da Fazenda ordenou-se colocar novamente em pregão a obra da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos. O Conselho da Fazenda viu a informação dada pelo Provedor da Fazenda do Funchal sobre quanto poderia custar a obra de pedreiro e carpinteiro *"feita na vossa presença"* e *"pondo a pregam fora o menor lanço o de Manoel Roiz da Costa Mercador*[58] *dessa praça que lansou nella outocentos sesenta e seis mil e outocentos rs"*. Mandou o Conselho da Fazenda pôr outra vez a obra em pregão *"e os lanços que aceitares sejam de officiais de pedrº. e carpinteiro, e remeteréis certidão*

Foto: Ernesto Pinto Correia

Igreja de Nossa Senhora da Graça, numa altura em que a torre já havia sido ampliada para instalação do relógio. À frente da igreja, a casa paroquial demolida em finais dos anos 60 do século XX, para dar lugar à ampliação do adro

do preço dos Materiais do q. vale cada moio de cal posto na dita Igreja, e quoantos alqueires tem, e na mesma forma a carrada saibro[59] *milheiro de telha, vara, ou palmo*[60] *quadro de toda a pedraria de q. a Igrª. necessita, e q. jornaes vensem os officiais assim de pedreiro como de carpintrº. e trabalhadores, e quoando não haja officiais q. lansem na dita obra daréis conta no conselho da fazª. para se vos ordenar o q. deveis fazer* (…) *"cumpre-se, assim, sem dúvida alguma"*[61] - Lisboa, 7 de Maio de 1691, cujo despacho do Conselho da Fazenda era de 4 do mesmo mês.

Interessante esta posição do Conselho da Fazenda de advertir que os *"lanços* (…) *sejam de officiais de pedrº. e carpinteiro"*. Nos anos seguintes, em 1692 e 1693, o Marquês de Alegrete solicitou à Junta Real da Fazenda do Funchal uma relação *"muito exacta"* das igrejas que desde há vinte anos tivessem sidas mandadas consertar por Sua Majestade por constar que andava dinheiro em mãos de várias pessoas que não davam execução às referidas obras[62]. Mas em 1696 é ainda mais exigente ordenando ao Provedor do Funchal que fizesse *"húa Relação do drº. q. sua magestade tem dado de 40 @ a esta parte pª. as Igrªs. e ornamtºs. e mais culto Divino* (…) *huá exacta Relação do dinheiro q. de 40 annos a esta parte tem sua Magestade mandado aplicar ás*

obras das igreyas, ornamentos e mais culto Divino examinandosse todo este dinheiro se aplicou ás obras q. se mandarão fazer, e o que estiver em ser examinaréis em poder de quem está e o faréis por em arrecadasão prontamente e daréis logo conta no conselho da fazª. de sua Magᵈᵉ. e esta deligª. (…) há muito recomendada"[63].

Desde 1688 que havia alguma relutância acerca dos negócios e arrematações feitos pelos mercadores e alguns oficiais, por isso, e para que não restassem dúvidas, recebeu o Provedor da Real Fazenda do Funchal o seguinte documento: *"V. Magᵈᵉ. manda fazer nesta Ilha por rematações muitas obras de Igrejas e outras q. he servido* (…) *e nos orsamᵗᵒˢ. q. se fazem plᵒˢ. officiais respeitão a telha, ferro, tabuado, pregos, e outros Ingradientes necessarios as ditas obras, como tambem as da fortificação, q. tudo corre pˡª. fazᵈª. de V. Magᵈᵉ.* (…) *cujos géneros se compram em casa de mercadores"*[64] e que muitas vezes na Alfândega *"dizimam a fazenda"*[65] porque os materiais acima declarados são arrematados em leilão aos mercadores que vendem depois a preços mais altos encarecendo as obras das igrejas e fortificações.

Possivelmente, por consideração às advertências feitas pelo Conselho da Fazenda, em 1691, os orçamentos para as obras da Igreja de Nª. Srª. da Graça foram feitos por dois conhecidos carpinteiros, da freguesia de São Pedro (Funchal), João Almeida e Salvador Lopes[66], que custaram 1$500 rs, e $300 rs de colocar a obra em pregão[67], ficando a arrematação das respectivas obras entregue a um mestre carpinteiro, Francisco Rodrigues, em 1692: *"e lanço q. nella fez francº. Roiz Mestre Carpinteiro pella de seu officio, e de pedreiro"*[68] de 811$000 rs, que sobre este particular deu o sargento-mor Mateus do Couto, Arquitecto das Ordens. O Conselho da Fazenda tinha ordenado a arrematação pelo menor lanço ficando o arrematante obrigado a cumprir os *"apontamentos da obra"*[69], a segurança e perfeição da mesma, que depois seria certificada pelo vigário da igreja. Estas obras seriam custeadas pelos sobejos da Alfândega segundo os despachos do Conselho da Fazenda de 30 de Maio e 5 de Agosto de 1692. A informação foi dada em Lisboa a 23 de Setembro, mas só foi registada no Funchal a 1 de Abril do ano seguinte, em 1693[70].

Repare-se que entre o lanço efectuado por Manuel Rodrigues da Costa, mercador, e o de Francisco Rodrigues, mestre de carpinteiro, arrematante da obra, ganhou a Real Fazenda 55$000 rs que foi a diferença entre a primeira e a segunda arrematação. Esta verba justifica a atitude de exigência e controlo do Conselho da Fazenda sobre as obras pagas pela Coroa.

Por uma *"Declaração do custo com que se fez a pintura do tecto e Arco da capella mor desta igreja Virgem Nossa Srª. da Graça sendo Vigrº. o Rdº. Pᵉ. Manoel da Fonseca* [1684-1694]*"*[71] ficamos a saber que se gastaram 35$000 rs, *"que fez de custo a dita obra e pintura",* com as doações de 20$000 rs de Mónica da Silva, Terceira de S. Francisco; 11$000 rs arrecadados pela venda de telha e algumas tábuas de uma casa arruinada pertencente à Confraria de Nª. Srª. da Graça; e 4$000 rs deram os mordomos[72]. Como será lógico estas obras decorreram depois de 1691, após a conclusão da arrematação.

No entanto, e estranhamente, as visitações de 1691, 1693, 1695[73] e 1698 não referem explicitamente aquelas obras, embora subentenda-se que decorrerão a partir 1693[74], através de uma referência ao cemitério: *"Achey que nesta Igreja não há cemiterio em que se metão os ossos, sendo mtº. necessario pª. q. esteiam como he devido pello que mando que se faça o ditto cemiterio qdº. se fizer a obra da Igreja q. sua Majestade manda fazer"*[75]. O reverendo Manuel do Couto Cardoso, cónego prebendado da Santa Sé, visitador do bispado por D. Frei José de Santa Maria, acusa que quando morria uma criança a traziam nos braços com muita indecência e *"porq. são anjos e como tais se devem enterrar"* ordenou que quando morresse uma criança mandassem pedir ao vigário uma alcatifa. Passados cinco anos, na visitação de 1698, ficou provido por D. Cristovão de Lira e Sousa, cónego da Sé e visitador pelo Cabido, que também se devia *"fazer o cemitério q. he bem necessario por não estarem os ossos de seus defuntos com pouca decencia, como estão de prezente"*[76]. Sabemos que no interior da igreja encontravam-se sepulturas sem títulos nem letreiros (1650), gerando confusão sobre os direitos de propriedade; com prejuízo económico para a fábrica da igreja foram atribuídas, pelo vigário António de Sousa Bernardes, sepulturas perpétuas (1678), sem que para isso tivesse poder ou jurisdição; pelas confusões de direito das sepulturas foi ordenado a averiguação dos proprietários das mesmas (1687); havia queixa dos familiares dos defuntos a propósito das sepulturas (1718). Inerente a estas proble-

máticas levantavam-se questões de limpeza e conservação da igreja, pois era necessário contribuição para o seu lajeamento, por isso, as sepulturas passaram a custar 1$200 rs (1687)[77].

Enquanto decorriam as arrematações para as obras de pedreiro e carpinteiro do "acrescentamento" da Igreja de Nª. Srª. da Graça, também o Conselho da Fazenda autorizava a compra de ornamentos de damasco branco para a mesma igreja no valor de 101$400 rs, a 3 de Novembro de 1690. O envio de *"letras seguras e abonadas"*, para Lisboa, cumprindo o pagamento dos mesmos data de 7 de Abril de 1691[78]. Na visitação deste ano o bispo ordenou a solicitação à Coroa de ornamentos em cujo requerimento se gastaram 1$500 rs[79].

Em 1709, a 17 de Agosto, o vigário e paroquianos solicitaram novamente ornamentos para o seu templo[80].

O vigário, paroquianos e a Confraria do Santíssimo Sacramento requereram ao rei, em 1710, mais ornamentos para a igreja, alegando serem pobres[81] e terem gasto tudo o que *"puderam chegar às suas forças"* na edificação de uma capela, retábulo e sacrário para colocarem o Santíssimo. Necessitavam de uma custódia, cruz, pálio, capa e mais ornamentos, como ainda de lampadário, castiçais, vaso para lavatório e caldeirinha para a água benta *"ou ficarão privados os sup^tes^. e toda a sua freg^ª^. de hú tam grande bem"*, por isso, pediam mercê e esmola a Sua Majestade pela *"piedade e zelo (…) em louvor do Sm^º^. Sacramt^º^."*[82]. A certidão passada pelo escrivão da Câmara Eclesiástica do Funchal confirma a pobreza dos fregueses e afirma que *"a única consolação das almas em esta desterra miserável, e ultimam^te^. com mt^º^. trabalho, e dispendio, e esmollas do Parochianos tem feyto a d^ª^. capella, e retábulo, sacristia, e caza p^ª^. resguardo dos ornamentos p^ª^. o culto divino"*[83].

Só em 1715, a 5 de Novembro, é que foram entregues os ornamentos ao procurador da Igreja de Nª. Srª. da Graça, Francisco Figueira Quintal, embora o pagamento dos mesmos, no valor de 537$780 rs, tenha sido solicitado pelo Conselho da Fazenda, através do Conde de Vila Verde, ao Provedor do Funchal, a 4 de Março de 1712, com a confirmação de serem remetidos "*na primeira ocasião*". Dos ornamentos e *"mais coisas"* constavam: um ornamento de damasco branco, um pálio de damasco carmesim, uma custódia, uma lâmpada, seis castiçais ordinários, uma caldeirinha para água benta, um vaso de lavatório, tudo em latão. Este valor seria pago pelo almoxarifado[84].

Assinatura do padre Manuel Borges de Alemanha, 1767

Pela década de trinta do século XVIII, durante o bispado de D. Manuel Coutinho, e antes do processo de reedificação da actual igreja, foram gastas verbas significativas para ornamentos e *"coisas necessárias"* mandadas vir de Lisboa. A 14 de Abril de 1734, a Confraria da Salvação da Igreja de Nª. Srª. da Graça entregou 150$000 rs ao reverendo Manuel da Neves[85], *"padre familiar do bispo"*, isto é, da casa do Prelado, para a compra de ornamentos. A 4 de Outubro volta a estar referido na mesma confraria sobre *"coisas que se mandou buscar a Lisboa"*[86].

Entre 1757 e 1763, ou seja, depois de benzido o novo templo (1753) e a sua capela-mor (1756), é um mercador inglês, André Danthery(?)[87], quem recebe o dinheiro e encomenda a Lisboa os ornamentos da fábrica e das confrarias, por ordem do bispo ao tempo do vigário Manuel Borges de Alemanha, grande impulsionador da construção da igreja actual. Em 1757 o mercador recebeu 100$000 rs e em 1763 mais 50$000 rs da fábrica, cuja soma, 150$000 rs, surge novamente indicada em 1766 como verba retirada da arca para pagamento de ornamentos. Em 1763 a Confraria das Almas entregou-lhe 50$000 rs e no ano de 1766 outra quantia igual destinou-se a acabar de pagar os ornamentos que chegaram de Lisboa[88].

Em 1766 saíram mais 20$000 rs da arca e 40$000 da Confraria de S. Caetano[89], também para ornamentos vindos de Lisboa, embora aqui já não seja referido o mercador. Pelos diversos documentos consultados, parece-nos que várias confrarias[90] contribuíram para a construção da igreja como para a sua decoração.

A quantia de 100$000 rs, referentes a ornamentos que vieram de Lisboa, foi paga em 1774 e a 12 de Abril saíram da arca da Confraria do Santíssimo Sacramento 19$000 rs para uma guarda e cortinas para a boca do sacrário[91], atestando, assim, que esta obra dos entalhadores Estêvão Teixeira e António Mendes[92] já estaria concluída. Mas é estranha a verba paga, pois

em 1769, e depois do padre Manuel Borges de Alemanha ter confirmado e assinado a conclusão da obra da nova igreja apresentou uma lista de ornamentos necessários recebendo para os mesmos 633$820 rs[93].

A reedificação da Igreja de Nª. Srª. da Graça só ocorreu na segunda metade do século XVIII e corresponderá ao actual templo. Em 1744, o vigário requereu que *"se mandasse reedificar e fazer nova igreja"*[94] por estar ameaçando ruína a igreja que tinham e ser já pequena para o povo que vinha crescendo, apesar de onze anos antes ter recebido algumas obras e fosse caiada[95]. O Conselho da Fazenda, por despacho de 4 de Junho, ordenou ao Provedor da Fazenda do Funchal que mandasse fazer "*o risco da igreja"* e que fosse acomodada ao povo[96]. Mas Estas deliberações só foram registadas no Funchal a 21 de Dezembro de 1746 e dadas a conhecer ao vigário, Manuel Borges de Alemanha[97], a 9 de Janeiro de 1747[98]. No entanto, o vigário e paroquianos, possivelmente pela demora da resposta do Conselho da Fazenda, tinham entregue novo requerimento, ainda em 1746, onde *"pedião se lhe mandasse reedificar e fazer nova* (igreja)"[99] alegando a ruína da *"igreja velha"* e pequenez do templo para tanto povo. Anotada à margem esquerda lê-se *"registe se pª. se cumprir o q. Magde. manda"*[100] - Funchal, 29 de Dezembro de 1746, assinado por Barroso[101].

A partir de 1747 desenvolveram-se os procedimentos para a construção da nova Igreja de Nª. Srª. da Graça. Assim, para cumprirem as ordens de Sua Majestade e para que se fizesse o risco e orçamento das referidas obras, juntaram-se o Provedor e Contador, Domingos Afonso Barroso, o Mestre das Obras Reais, João Martins de Abreu[102], e o mestre pedreiro, Pedro Fernandes Pimenta[103], a 2 de Maio de 1747, cumprindo o registo da Alfândega do Funchal de 9 de Janeiro[104].

A primeira parte do orçamento da nova igreja é referente à obra de pedraria[105], ficando desde logo registado que a igreja iria ser feita *"na terra q. he passal*[106] *da igrª. onde está fondada a igrª. velha começando na Azinhaga que vay para a quinta de Santo Antonio ficando com a porta direyta ao Mar"*, sendo o vigário e fregueses obrigados a colocarem o sítio para se fundar a igreja *"terreplanado e direyto para q. o rematador possa abrir o alicerce do dito edificio"*[107].

No plano de orçamento é descrita pormenorizadamente a planta da igreja, os procedimentos construtivos, as medidas e os materiais:

- igreja: alicerces, corpo da igreja, paredes (dos lados, do frontispício, do cruzeiro), porta principal, janela por cima da porta, arco do cruzeiro, arco da casa[108] da pia baptismal, quatro janelas (duas de cada lado da igreja), duas portas travessas, cimalhão do frontispício, degraus dos altares colaterais, lajeado, e ainda materiais;
- capela-mor: alicerces, duas paredes, duas janelas, duas portas, uma porta para a sacristia, lajeado, e materiais;
- sacristia: três paredes, porta, lavatório, lajeado;
- casa por cima da sacristia: paredes, janelas, degraus para a pia, e materiais;
- casa do camarim: paredes, porta, boca do arco;
- escadas para o púlpito;
- campanário; sineira; escadas para subir para o campanário;
- muros à roda da igreja;
- andaimes;
- vários materiais;
- mão-de-obra dos oficiais.

A obra de pedreiro ficou orçada em oito contos, setenta e sete mil, e seiscentos e noventa rs (8.077$690). Assinaram este orçamento o mestre das obras reais, João Martins de Abreu, e o mestre pedreiro, Pedro Fernandes Pimenta.

Segundo o presente orçamento, o corpo da igreja nova haveria de ter *"de vão no comprimento da parte do arco cruzeiro athé a parede da porta principal cento e vinte palmos, e de largo quarenta e septe tão bem no vão e de alto do pavimento athe emgalgar quarenta seis palmos"*.

O alicerce da parede do frontispício seria de quarenta e cinco palmos, de fundo até ao pavimento vinte, e de grosso seis palmos, o que tudo fazia vinte e uma braças[109] e sessenta palmos. Enquanto os alicerces dos dois *"prolongos"*[110] teriam cada um de comprido cento e vinte e oito palmos e meio, de fundo junto ao cruzeiro doze *"e há de vir fundado para baixo athe ficar em vinte palmos E de grosso seis palmos, e ambos fazem cento e três braças e quarenta e oito palmos, e hão de ser feytas as paredes destes alicerces com cal de Lisboa, e areya da terra da melhor que se achar"* ficando estes quatro alicerces com cento e trinta e uma braças e oito palmos, a oito mil

Foto: Perestrelos

Interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça, no dia 15 de Agosto de 1959

reis/braça, o que somaria o valor de um conto, quarenta e oito mil e seiscentos e quarenta réis (1:048$640 rs).

As duas paredes do lado da igreja medirão de comprido, cada uma delas, cento e vinte e seis palmos e meio, de alto quarenta e seis, e de grosso três e meio, fazendo ambas cento e cinquenta e cinco braças e setenta palmos, abatidos os vãos das portas, janelas e arcos da pia que será *"chispada e rebocada por dentro e por fora"* a oito mil reis/braça. O preço total seria de um conto, duzentos e quarenta e cinco mil, e seiscentos réis (1:245$600 rs).

A parede do frontispício será de quarenta sete palmos de comprido, quarenta e seis de alto, e três e meio de grosso, com a empena[111], vão das portas e janelas, somando trinta e uma braças e dez palmos, a oito mil reis/braça, custando 248$800 rs. A parede do cruzeiro medirá quarenta e sete palmos de comprido, quarenta e oito de alto e três palmos de grosso, fazendo vinte e uma braça e sessenta e três palmos, medindo a parede da empena e descontando o vão do arco, a oito mil reis/braça custará 173$040 rs.

Foram projectadas três portas para a igreja: uma porta principal e duas travessas.

Na porta principal, com altura de vinte e quatro palmos e doze de largo, seriam colocados *"dous degraos em baxo do bucel"*[112] que ambos fazem quarenta e três palmos a trezentos réis/palmo, *"lavrada e assentada"*, que tudo custará 12$900 rs. Ressalva o orçamento que esta porta seria de cantaria rija *"como mostra o risco"*.

Somava até aqui a obra dois contos, setecentos e vinte e oito mil réis (2:728$000 rs).

O mestre pedreiro, Pedro Fernandes Pimenta, apresentou ainda uma lista de materiais para a construção da porta principal:

- 25 palmos de pé direito – lavrado e assentado – 13$750 rs;
- 22 palmos de pedra para a volta – 12$100 rs;
- *"para o fexo da volta da dita porta"* - $750 rs;

- 20 palmos de pedra para *"os dous diamantes"* lavrados e assentados – 9$000 rs
- 16 palmos de pedra para *"alquitraba e colarete*[113]*"* – 7$200 rs;
- 18 palmos de *"simalha"* para a porta – 15$000 rs;
- 16 palmos de pedra para o *"sobrearco"* da porta – 7$200 rs;
- 15 palmos de pedra para receber os alicerces – 3$000 rs;

Por cima desta porta seria construída uma janela com doze palmos de alto e seis de largo, consumindo o seguinte material[114]:

- 10 palmos de pedra para as duas represas onde se há-de assentar a janela – 4$500 rs;
- 36 palmos de pedra para assentar os dois pés direitos – 12$000 rs;
- 1 verga de nove palmos e meio de comprido para o colarete - lavrada e assentada - 4$000 rs:
- 11 palmos e meio de cimalha[115] para a janela – lavrada e assentada – 5$000 rs;
- 34 palmos de alisar[116] – lavrada e assentada – 9$000 rs;
- 12 palmos de pedra para o *"sobrearco"* da janela – lavrada e assentada – 4$000 rs;

As duas portas travessas também são projectadas em cantaria, lavrada e assentada, com treze palmos de alto e sete de largo cada uma e *"com lizares e sobrearco com degrao de bucel na couçoeira"*[117], cujo orçamento ficou em 69$200 rs.

Terá a igreja um arco de cruzeiro e um arco na casa da pia baptismal. Medindo o primeiro quarenta palmos de alto e vinte de largo, feito de cantaria, com um palmo e um quarto na cabeça, tendo *"trez bazes capiteis diamantes, regulados, frizos, simalha"* que levará cento e oitenta e dois palmos de cantaria rija, lavrada e assentada, que tudo custará 109$000 rs. O arco da casa da pia baptismal terá base e capitel, feito também de cantaria rija, que custará 24$000 rs pelos cinquenta e cinco palmos de cantaria necessária para a sua construção, e 3$000 rs por "*um degrau de bucel com dois palmos de comprido, e arco com ¼ de alto"*. Medirá este arco de alto dezoito palmos e de largura nove.

A igreja terá quatro janelas com vidraças, duas de cada lado, com doze palmos de alto e quatro de largo, com palmo e meio de rasgamento por dentro para *"entrar mais luz"*. As janelas de cantaria, lavrada e assentada, custarão 147$600 rs.

O cimalhão do frontispício levará cento e quarenta e quatro palmos de cantaria rija, pelo custo de 86$400 rs, e a *"falta que houver na cantaria do simalhão para cobrir toda a grossura da parede, se há de encher com lajeado velho da igreja argamaçado com betume feyto com cal e azeyte"* que custará 3$000 rs. Levará, ainda, uma cruz no frontispício da igreja, em cima do cimalhão, feita de pedra rija com seis palmos de alto e com seu pé de cantaria rija feito em forma de represa, pelo valor de 15$000 rs.

É ainda apresentado orçamento para cantaria destinada a *"antos",* colaretes e capitéis, sendo o material para estes últimos de 33$000 rs. Dois *"degraus de bucel"* para os dois altares colaterais, com doze palmos de comprido e de largo, cada um, por 4$000 rs, e cantaria para o degrau do cruzeiro no valor de 14$000 rs.

Serão colocadas na igreja quatro pias de água benta, no valor de 14$000 rs: uma na porta principal, *"feita de concha"*, com dois palmos e meio de comprido e dois de largo; duas nas portas travessas, também em forma de concha, mas mais pequenas cerca de 1/3; e outra igual a estas últimas para a porta da sacristia.

A capela-maior medirá cinquenta e dois palmos de comprido por trinta e um de largo no vão, tendo os alicerces dos lados cinquenta e sete palmos cada um, cujo custo será de 160$320 rs. As duas paredes dos lados da capela terão de comprido cinquenta e cinco palmos e meio, de alto trinta e seis, e de grossura três, custando 545$520 rs.

Esta capela terá duas janelas de cantaria rija com *"lisares"* sobre os arcos por 56$800 rs, e duas portas por 26$400 rs, sendo uma para a entrada da sacristia e outra da dependência desta, e "*as caçoeiras que hão-de assentar estas duas portas vão metidas na conta do lajeado da capela maior"*.

Os degraus *"de bucel para subir ao altar maior"* serão *"bem feitos com filete de meia cana"* executados em cantaria rija pelo custo de 36$000 rs. 14$000 rs e 7$000 rs serão gastos, respectivamente, em *"tres palmos de bucel do mesmo molde* (dos degraus do altar) *para guarnecer por cima os dois presbitérios"* e cantaria para a sua base *"com hum redondo de filete de meya cana"*.

Nas duas pedras, que hão-de servir de dia-

mantes nos panos que ficam na escada pela parte interior, com uma moldura em roda e refundado no meio, lavrada e assentada, se gastarão 2$000 rs.

Outros gastos são ainda apresentados para vinte e cinco palmos de pedra destinados a guarnecer os topos na fronteira, por 10$000 rs; uma porta metida no topo do lado esquerdo do altar maior que permita a subida à tribuna, executada em cantaria, que custará 10$000 rs; com cal, areia, feitio dos serventes de assentar a sobredita escada, se gastarão 12$000 rs.

A sacristia terá quarenta e quatro palmos de comprido por vinte e sete de largo e custará 77$040 rs. As suas três paredes medirão de comprimento noventa e sete palmos, trinta e três de alto e dois e meio de grossura. Terá duas janelas de cantaria nas quais se gastarão 48$000 rs, uma porta por 12$000 rs cujos *"lisares"* custarão 2$000 rs. Neste espaço será colocado *"hum lavatório feyto na forma que mostra o risco"*, que depois de lavrado e assentado, e com chaves de metal, custará 42$000 rs.

"O azulejo, que está na capella mor velha, servirá para assentar nas paredes da sacristia pella parte de dentro do pavimento para cima emté (sic) altura de seis palmos" pelo preço de 10$000 rs[118].

Será construída uma casa por cima da sacristia cujo acesso se fará por uma escada com vinte degraus, com mainel[119] coberto de tijolo, sob uma arcada, por 28$000 rs. Os degraus e tabuleiros serão feitos aproveitando o lajeado *"velho da igreja"*.

A casa da pia baptismal, com quinze palmos de comprido e catorze de largura, custará 90$450 rs, mais 76$160 rs referente a paredes e 14$700 rs pelas janelas. Terá dois degraus de acesso para a pia baptismal e um pé novo *"oitavado com hum redondo em sima retorcido para receber a pia com filete em roda e meia cana debaixo do redondo"* que custarão, respectivamente, 8$100 rs e 2$500 rs. Cal, areia, trabalho de assentar os degraus e lajear esta casa serão mais 5$500 rs. Para este espaço serão aproveitados os azulejos que sobrarem da capela-mor da igreja velha depois de forradas as paredes da sacristia, por 10$000 rs[120].

A casa do camarim foi orçada num total de 197$000 rs distribuídos por vários gastos. A casa, propriamente dita, custará 51$000 rs e medirá dezasseis palmos e quatro no vão. As três paredes terão setenta e dois palmos de comprido pelo custo de 137$000 rs. Os outros gastos são os seguintes:

- para encher a *"empena da atacanica"*[121] do dito camarim servirá a parede que se desconta de duas portas – 1$000 rs;
- 1 porta debaixo do camarim – 1$000 rs;
- 1 vara para a dita porta – 1$000 rs;
- 1 porta por cima para se entrar no camarim que se há-de fazer com a cantaria da porta principal da igreja velha – 1$000 rs;
- 1 verga para a dita porta – 1$000 rs;

A boca do arco do camarim medirá de largo onze palmos e meio e de alto vinte, tudo feito com a *"cantaria do arco do cruzeiro velho"*, com cunhais[122] de alvernaria[123] e madeira para se colocar o forro, renovar e assentar o archete[124], custando 3$000 rs.

Será aberto um caixilho no interior da capela-mor encostado à parede da *"atacanica"* com o fim de "*recolher o quadro da boca do camarim"* que há-de de ter de fundo do pavimento do camarim para baixo vinte e três palmos e um palmo de largo com *"huma peredinha de pedra e cal"* pelo preço de 7$000 rs.

Ainda serão gastas no camarim mais as seguintes despesas:

- alicerces e escada do camarim – 12$460 rs;
- parede da corredora do camarim – 42$400 rs;
- 1 porta para a corredora do camarim feita com a cantaria da janela do frontispício da igreja velha – 1$500 rs;
- corredor e escadas do camarim – feitos da cantaria da porta da sacristia velha – 1$500 rs.

Por este orçamento ficámos a saber que a igreja teria um púlpito, com duas portas de cantaria rija, sendo uma em baixo e outra em cima, com oito palmos de alto e quatro de largo, cada uma. A porta de cima teria cimalha e colarete, e seriam gastos quarenta e oito palmos de cantaria para as duas portas, chegando o custo total a 14$800 rs. No púlpito, e no que concerne ainda à obra de pedraria, serão gastos 13$440 rs nos alicerces e paredes, e 34$280 rs por mais paredes e escadas.

Apresenta, ainda, o custo de dois tabuleiros lajeados, um em baixo e outro em cima, feitos com lajeado da igreja velha, por 15$000 rs, e

uma janela executada com a cantaria da janela da casa da pia baptismal, também da igreja antiga, custando apenas 1$000 rs. Estas obras não estão explícitas se pertencem ao camarim ou ao púlpito.

Toda a igreja será lajeada. O lajeamento do corpo da igreja custará 44$000 rs, sendo necessários 2.218 palmos de lajeado, e na capela-mor se gastarão mais 75$600 rs. Os cento e setenta e quatro palmos de lajeado para *"o baptistério do altar maior abatido já o lugar que fica debaixo do altar, e retabulo"* custarão 24$000 rs, enquanto na sacristia se gastarão apenas 20$000 rs porque será aproveitado o lajeado da igreja velha e do seu alpendre depois de *"escolhido para isto o melhor"* cujas sobras serão aplicadas para lajear a casa da pia baptismal. Informa este orçamento que o lajeado da capela-mor será assentado com cal.

Ficou ainda declarado que *"toda a cantaria com que se hade fazer este edeficio se hade tirar da pedreyra que há nos saloens na fazenda de Dona Izabel de Vasconcelos* [e Mendonça] *mulher que foy do cappitam Antonio* [Bettencourt] *Machado"*[125]. A areia será tirada donde chamam *"a aldeia ou quinta de Francisco Aurélio"* e o que faltar nestas partes se tirará do *"Espírito Santo com cal de Lisboa"*. Mais adiante refere que a areia será tirada da praia *"porque não a há capaz e noutra parte"*.

Todas as paredes hão-de ser *"chispadas e rebocadas por dentro e por fora com areia da praia"* a qual foi alvidrada a 1$800 rs cada moio e a da terra a $800 rs, *"cayadas com duas mãos de polme"*.

A telha será aproveitada da igreja velha, capela-mor, sacristia e alpendre, sendo ainda necessários dezasseis milheiros de telha de Lisboa a 25$000 rs ao milheiro *"posto ao pé da obra"* que custará 400$000 rs.

A cal e a areia para se fazerem as beiras de suas ordens em toda a obra, canos, espigões *"e aljorozes"*[126] com meias telhas embebidas nas paredes, por cima dos ditos *"aljorozes"*, e *"argamassar as telhas"* em todas as empenas, somarão dez moios de cal de Lisboa a 3$750 rs *"posto ao pé da obra"* pelo preço de 37$000 rs.

Serão necessários mais vinte e cinco moios de areia do mar, a 2$000 rs, que *"posto ao pé da obra"* custarão 53$000 rs.

Pelo feitio das beiras, telhados, espigões, algerozes, feitos pelos serventes de oficiais, argamassar as telhas em cima das empenas, serão pagos 57$000 rs.

O campanário, sineira e muros *"á roda da igreja"* fazem, ainda, parte do orçamento de pedraria.

O campanário será feito sobre a parede da ilharga da casa da pia, a qual vem de baixo com a grossura de quatro palmos e *"hã-de engalgar em altura de 16 palmos e sobre esta há-de levar um corte para descansar o frixal*[127]*, e do frixal para cima há-de levantar a parede 4 palmos de alto para assentar a sineira"*. A escada para subir ao campanário terá dezasseis degraus, feitas de lajeado e alvernaria com mainel, tudo chispado e rebocado, pelo valor de 70$000 rs.

A parede da sineira terá de comprido dezassete palmos e meio, de alto dezasseis e três de grossura pelo preço de 39$000 rs. Será feita de cantaria rija, com cimalha da mesma pedra, que depois de lavrada e assentada custará 36$000 rs.

A construção dos muros à volta da igreja, incluindo aberturas de alicerces, custará 1:223$200 rs, o que corresponde a uma parcela significativa do orçamento da reedificação da igreja de Nª. Srª. da Graça. Medirão os muros duzentos e setenta palmos de comprido e cento e onze de largo. Sobre as paredes dos alicerces, na parte superior, será feito mainel nos dois prolongos, no comprimento e na fronteira da parte do mar, ou seja, à frente da igreja, que custará mais 232$000 rs. Será construído um tabuleiro, com mainel à roda, para entrar no adro e na saída para o caminho (do Concelho), ou seja, na parte lateral, e em tudo se gastará 14$000 rs. Pelo mainel do tabuleiro, escada, chispar, rebocar e caiar serão gastos mais 28$000 rs.

Neste orçamento, na parte referente à obra de pedreiro, ficou explícito que o *"arrematador aproveitará os materiais da igreja velha* (…) *exceptuando as capelas que sam particulares"* e o cemitério que é do povo, ficando este obrigado a fazê-lo de novo.

A segunda parte do orçamento da igreja de Nª. Srª. da Graça corresponde à obra de carpintaria, orçada em um conto, novecentos e vinte e dois mil, e seiscentos e noventa e quatros réis (1:922$ 694 rs), sendo assinado pelo Mestre das Obras Reais, João Martins de Abreu, que é também mestre de carpinteiro[128], e por Pedro Fernandes Pimenta, mestre pedreiro[129]. Esta obra englobava:

- madeiras, tabuados, pregos, travessas;
- porta principal; duas portas travessas;

Reprodução de postal ilustrado de Hans Huber KG

Interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça, anos 70

Postal do altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça

- púlpito: um púlpito, duas portas, armação;
- vidros e vidraças para as janelas da igreja; quatro janelas no corpo da igreja;
- capela-mor: materiais e feitio, duas portas;
- casa da pia baptismal: casa, um armário, uma janela;
- casa da sacristia: casa, duas janelas e uma porta, um vestuário, dois armários;
- casa sobre a sacristia: materiais, casa, armação, uma porta, duas janelas, oito balaústres torneados, quatro soleiras para as janelas;
- camarim: camarim, uma porta para a tribuna, corredora, uma porta no presbitério, uma janela na corredora, porta debaixo do camarim, e materiais.

Da lista de materiais, e alguma obra do ofício de carpinteiro, apresentada no orçamento, destacamos:

- 412 palmos de *"frixal de castanho"* – com 1 palmo e 1 polegada[130] de largo – 14$420 rs;
- 120 peças de madeira de castanho – que há-de levar o corpo da igreja – de 29 palmos de comprido – 87$000 rs;
- 17 peças para *"oliveis"*[131] de 18 palmos de comprido cada uma – 21$600 rs;
- 8 tirantes[132] de ferro *"feytos de banda dobrada de cincoenta palmos de comprido cada hum com orelhas viradas de hum palmo para baixo foradas para pregar por sima em o frixal e na ilharga com dous varoens no meyo e cada hum sentados em seo lugar"* – cada um 51$000 rs – 408$000 rs;
- 16 travetas de castanho de 12 palmos de comprido – para meter entre o *"frixal e a orelha do tirante pregadas com pregos coytais"*– 2$880 rs;
- 29 dúzias de tabuado de castanho para tabicas e forro – 101$500 rs;
- pregos *"coytais"* – para forro, telhado - 18$000 rs;
- *"lavrar os frixais",* fazer dentes, lavrar a madeira da armação, *"dos oliveis",* de juntar e assentar tudo – 45$000 rs;
- 18 dúzias de tabuado de *"pinho de casquinha"* para forrar por baixo – 117$000 rs;

- 195 chaprões de pinho – para a cimalha ao pé do forro – 15$000 rs;
- 220 pés de tabuado de pinho de casquinha para a *"alquitaba e colarete*" ao pé da cimalha – 8$000 rs;
- 12 chaprões de castanho para *"os curvos em que se há de assentar a simalha"* – 5$000 rs;
- 35 pés de chaprões de pinho para *"a moldura q. há levar as duas atacanicas junto à parede"* – 2$000 rs;
- *"Por feytio de lavrar e playnar e abrir de cantil o taboado do forro e fazer simalhão, curvos, e colaretes, e as molduras junto às paredes tudo assentado em seo lugar*" – 53$000 rs;
- Pregos para o forro, molduras e cimalhão – 14$000 rs.

A porta principal da igreja, com vinte quatro palmos de alto e doze de largo, no que concerne à obra de carpintaria, será *"feita de madeyra do Brazil liza com quatro postigos, dous em baxo, que hão de abrir, e dous em sima fechados, pregados, com quatro aldabagatos em cada hum, e os fexos dos ditos postigos hão de ter hum Redondo levantado, e os batentes, e travessas moldadas com chapas de ferro, em sima e em baxo, que abrassem a porta, por huma e outra parte com capelos em sima e argollas mancais, e aguilhoens em baxo",* com ferros pedreiros grandes e uma tranca que prende do meio da porta *"com escapulas"*. O postigo de baixo terá quatro golfos cada um com pregos de *"anninar"* e o postigo da direita há-de ter uma fechadura, gualdra[133], enquanto o da esquerda terá dois *"aldabagatos e esquadros, todos os que forem necessarios",* tanto na porta como no postigo, *"com huma tranca de pao atravessada que corra em a parede tudo em seo lugar",* pelo custo de 84$000 rs.

As duas portas travessas da igreja terão, cada uma, catorze palmos de alto e sete de largo. Serão executadas também em madeira do Brasil, lisa, com redondo nos fechos, levantado em chapa de ferro em cima, e em baixo com capelos. Em cima serão ainda colocadas argolas e mancais, e em baixo ferros pedreiros grandes, com tranca de pau no meio. Tudo pelo custo de 65$000 rs.

O púlpito será feito *"com seo guarda pó feyto de nogueira preta guarnecidos com as molduras necessarias e o guarda pó com sua simalha guarnecido tambem com suas molduras necessarias por dentro e por fora"* pelo valor de 13$000 rs. Terá duas portas, uma em baixo e outra em cima, com oito palmos de alto, feitas de chaprão de pinho liso com *"seos aros e tres golfos em cada huma e outo taloucos para ambas"*. Custarão 11$000 rs. Cada porta terá uma *"lumieyra"* que custará 1$000 rs. A escada do púlpito será feita com madeira recuperada da armação da igreja velha e custará 3$500 rs. A sua armação levará três travessas de castanho com vinte e nove palmos de comprido e uma travessa para os *"frixais"* que custarão 2$100 rs. O forro do púlpito consumirá meia dúzia de tabuado de castanho pelo preço de 1$750 rs. Os pregos, feitio de lavrar a madeira e tabuado, aplainar e tudo assento no seu lugar, custarão mais 2$000 rs. Haverá uma janela na escada do púlpito, com três palmos de alto e dois de largo, cuja grade será feita com o material retirado da *"casa da pia baptismal velha",* custando 1$500 rs. Nesta janela será colocada uma vidraça com aros de cedro e custará o seu fabrico 2$000 rs incluindo madeiras, vidros, betume, feitio, dois *"taloucos"* e uma lumieira.

As quatro janelas do corpo da igreja terão, cada uma, doze palmos de alto e quatro de largo, e serão executadas em madeira de cedro. Cada janela terá um aro, uma cruz no meio, quatro postigos com *"tranguetas de pao"* e seis *"taloucos"*. O valor é de 30$000 rs incluindo as madeiras, vidros, betume, *"tudo assentado no seu lugar"*.

A janela do frontispício, com doze palmos de alto e seis de largo, levará um *"vidração",* com aro à volta *"e cruz no meyo com quatro postigos moldados pela face feyta de madeyra de cedro"* com oito palmos. Os vidros não hão-de ser muito grandes para não se quebrarem com os ventos. A obra custará 9$000 rs e inclui as madeiras, vidros, ferragens, feitio, betume, tudo *"assentado no seu lugar"*.

A capela-mor medirá cinquenta e dois palmos e meio de comprido e no vão quarenta e um. São apontados os seguintes materiais para a sua construção:

- *"frixal com 1 palmo de largo e 5 pulgadas de grosso"* - 4$230 rs;
- 92 peças de madeira de castanho de 19 palmos de comprido para 26 *"asnas"*[134] - 17$784 rs;
- 26 peças para *"oliveis"* de 13 palmos de comprido – 5$700 rs;

- 8 dúzias de tabuado de castanho – para forrar por cima – 28$000 rs;
- 2 tirantes de ferro de 34 palmos de comprido com seu varão no meio com as pontas viradas – 62$000 rs;
- 4 travetas de castanho de 10 palmos de comprido cada uma que há-de ir entre o *"frixal e a unha do mirante"* pregadas com pregos *"coytais"* - $600 rs;
- pregos *"coytais"*, e de telhado, e de meio telhado e de dois réis para pregar o forro de cima - 3$500 rs;
- feitio de fazer os *"frixais"*, dentes, lavrar a madeira da armação, fazer as *"asnas"*, de juntar e pregar tudo – 26$000 rs;
- 2 dúzias de tabuado de pinho de casquinha que se há-de serrar para o forro da capela-mor;
- 86 pés de chaprão de pinho para a cimalha ao pé do forro – 6$880 rs;
- 105 pés de tábua de pinho de casquinha para as 2 *"alquitrabas e collaretes"* – 4$200 rs;
- 30 pés de chaprão de pinho para as molduras que há-de levar nas 2 *"atacanicas"* junto à parede – 2$400 rs;
- 4 chaprões de castanho para os curvos em que se há-de pregar a cimalha – 1$600 rs;
- pregos e feitio de lavrar o tabuado de pinho, serrar, aplainar, abrir de cantil, fazer cimalhas, curvos, *"alguitabas, colaretes"*, molduras das duas *"atacanicas"* - 29$000 rs;
- 2 grades de ferro nas janelas da capela maior com 10 palmos de alto e 4 e meio de largo, postas no seu lugar – 25$000 rs;
- 2 vidraças para as duas janelas feitas de madeira de cedro com aro em roda, cruz no meio, e 4 postigos em cada uma e 12 *"taloucas em ambas"*, trancas de pau, madeiras, ferragens, vidros, feitio, betume, e assentadas em seu lugar – 14$000 rs;

A capela-mor terá duas portas: uma encostada à sacristia e outra em sua correspondência, com doze palmos de alto e seis de largo, cada uma, feitas de *"madeira de cedro bom de mata junta, de cruzaria, com hum redondo nos fexos levantado com dous postigos na cruz fechados com seis golfos, tres em cada meia porta, com seis taloucos, em cada huma"*, com dois ferros pedreiros, fechadura, *"gualda, e trangueta"*, postas ambas em seu lugar por 38$000 rs. Cada porta terá uma lumieira[135] que sairá *"para fora"* dez palmos de comprido e dois de largo, pelo custo de $600 rs. Também as duas portas do púlpito levariam, cada uma, uma lumieira, tendo o seu orçamento apontado para 1$000 rs, o que se depreende que as lumieiras para as portas da capela-mor seriam de menor dimensão.

A casa da pia baptismal medirá quinze palmos de comprido e catorze de largo e a sua construção consumirá os materiais seguintes, incluindo alguma obra de carpintaria:

- por *"frixais que hão de servir de tirantes"* tirados da armação da igreja velha;
- *"e a armação se há de fazer com o que se tirar do corpo da igreja velha";*
- 1 dúzia de tabuado de castanho para forrar por cima, pregos - 7$000 rs;
- 1 dúzia de tabuado de casquinha para forrar por cima – 7$000 rs;
- por feitio e serrar o tabuado – 5$000 rs.

A janela desta casa, com cinco palmos de alto e quatro de largo, será executada em madeira de cedro, com aro de mata junta lisa e redondo nos fechos, com seis golfos, sendo três em cada meia janela, quatro *"taloucos"*, dois ferros pedreiros e *"hum zimbalho"* para abrir com uma tranca, tudo por 6$400 rs. Terá, ainda, uma grade de ferro com três varões feitos com os tirantes da igreja velha, que custará 3$500 rs.

Na casa da pia baptismal será montado um armário para guardar os santos óleos, com quatro palmos de alto e três de largo, feito de chaprão de castanho, metido na parede, forrado por detrás, com um prateleiro e *"huma porta de huma mão bem feita de nogueira preta"*. Levará, ainda, três missagras e uma fechadura por 3$800 rs.

No arco da pia baptismal será colocada uma grade, de balaústres torneados, executada em madeira de til preto, com soleira por baixo e cimalha por cima com *suas "piramides torneadas"* e uma porta no meio, pelo custo de 11$000 rs.

A casa da sacristia medirá quarenta e quatro palmos de comprido e vinte e sete de largo. A sua construção consumirá vários materiais:

- 22 madeiras de castanho para o travejamento;
- 3 dúzias e meias de tabuado de pinho de casquinha – 2$000 rs;
- 60 pés de chaprão de pinho para 1 mol-

dura que leva no forro à roda da parede – 4$000 rs;
- 5 dúzias de tabuado de castanho para o soalho da casa por cima da sacristia – 17$000 rs;
- pregos e feitio de lavrar as madeiras, tirar o tabuado de castanho, juntar, assoalhar, serrar o tabuado de pinho, aplainar, abrir de cantil, fazer molduras e assentar - 20$000 rs;

A sacristia terá duas janelas, com dez palmos de alto e cinco de largo, cada uma, feitas *"de mata junta, feita de cruz"* de sete palmos para cima, dois postigos de madeiras de cedro bom, lisas, com aduelas, postigos com "*zimbalho",* ferro pedreiro, por 28$000 rs. Levarão as janelas duas grades de ferro, por fora e afastadas da cantaria, pelo custo de 5$000 rs.

A porta da sacristia, que dá acesso ao exterior, medirá dez palmos de alto e cinco de largo. Terá aduelas, aro de madeira de cedro bom, lisas, com um redondo nos fechos, *"levantado com quatro golfos em cada meya porta",* seis *"taloucos",* uma fechadura, dois ferros pedreiros, tudo por 10$100 rs.

A sacristia contará no seu interior com um vestuário de cinco palmos de largo e cinco de alto feito de tabuado de castanho, repartido em panos, com molduras de nogueira preta e com cimalha por cima de nogueira. A grade do armário se fará com a madeira do alpendre da igreja velha, e para a soleira há-de servir a madeira de um dos *"frixais"* do mesmo alpendre. O armário será forrado em todo o seu comprimento com tabuado de castanho, aberto a cantil, e soalho também de castanho aberto a cantil e fasquiado. Os aros e fundos das gavetas serão feitos de tábua de castanho, com trinta e cinco palmos na fronteira e sextavado nos dois cantos. Será feito, ainda, um estrado ao pé do vestuário de tabuado de castanho.

Nos dois cantos da sacristia, e ao lado do vestuário, serão construídos dois armários de nogueira preta, com nove gavetas na fronteira, almofadas e molduras de nogueira também preta. Cada armário terá duas prateleiras. As nove gavetas hão-de ter *"9 gualdas e 9 fechaduras"* e *"vinte e sete escudos de flores de lis"* com duas chaves que sirvam em todas as gavetas. Cada um dos armários terá duas portas com quatro missagras cada um, fechaduras com seus escudos *"estanhados"* e *"dois ferros pedreyros á moda Ingleza"*.

O vestuário e os dois armários, madeiras, pregos, lixas, ferragens e feitio custarão 68$000 rs.

Será construído outro armário, dentro da sacristia, para a guarda dos cálices, amitos e custódias, com seis palmos de alto, cinco de largo e palmo e meio de fundo, metido na parede da *"atacanica"* da parte da serra. Terá o armário um aro feito de chaprões de castanho, grossos, e será forrado por dentro com tábuas de castanho.

Parece-nos que este armário seria constituído por duas partes sobrepostas, tendo sido necessário *"entelhado o de sima para acomodar a Custodia"*. A parte superior teria duas portas de dois palmos e meio de alto *"com suas almofadas bem feytas",* missagras, fechaduras e *"dois ferros pedreyros por dentro à moda Ingleza"*. A parte inferior, com altura de palmo e meio, teria dez *"gavetazinhas para os amitos"* e missais, feitas de nogueira preta com *"puxantes de metal"*. Custaria este armário composto 16$000 rs.

Por cima da sacristia haveria outra casa para a qual seriam necessários os seguintes materiais e obras:

- 170 palmos de *"frixal"* para a casa – 5$000 rs;
- tirante – que há-de vir do corpo da igreja velha;
- 4 quadrados de 19 palmos;
- 4 peças para 4 espigões;
- 38 peças de madeira de castanho;
- 16 peças de madeira;
- para os *"oliveis"* se tira da madeira da igreja velha;
- 6 dúzias de tabuado de castanho para forrar por cima o *"travessado"* – 21$000 rs;
- a armação será feita de madeira, aplainada e lavrada;
- o tabuado do forro será lavrado;
- pregos;
- e feito de lavrar e afixar a madeira de toda a armação e tabuado - 15$000 rs;

Teria uma porta por cima da sacristia com nove palmos de alto e quatro e meio de largo, *"que será feyta de madeira de vinhatico vermelho bom de huma mão liza com seo aro de travessas grossas com hum redondo nos fexos levantado com tres golfos, quatro taloucos, fechadura e gualda*[136] *fixa",* pelo preço de 7$500 rs, incluindo madeiras, ferragens, feitio, uma lumieira e *"tudo assentado no seu lugar"*.

As duas janelas da referida casa teriam,

Reprodução de postal ilustrado fotografado e impresso por Arthur Dixon Ltd.

Interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça, anos 60/70 do século XX

cada uma, nove palmos de alto e quatro de largo, executadas em madeira de vinhático, lisas, com travessas grosas, dois postigos cada uma e duas missagras em cada postigo, com trancas de ferro e duas lumieiras. Custariam 11$000 rs, incluindo madeiras, ferragens e feitio. Seriam ainda colocados *"outo balaústres torneados e quatro soleyras para as ditas duas janellas de barbozano"* pelo valor de 1$800 rs.

Outra obra de envergadura é a construção do camarim da Igreja de Nª. Srª. da Graça. O camarim será armado com madeira retirada da sacristia da igreja antiga e assoalhado com *"o soalho da sacristia velha"*. Serão necessários *"dois frixais metidos na parede que hão de pregar as cambotas*[137], *para a volta redonda, e que há de pregar o forro do camarim",* sendo a parte de cima forrada de tabuado. Tudo custará 7$000 rs, incluindo pregos, feitio de assentar o travejamento*, "frixais",* grade, lavrar a madeira, fazer *"asnas",* tirar tabuado, juntar e assentar.

Se gastará ainda em outros materiais:

- 16 cambotas para o camarim que há-de ser forrado de volta redonda – 4$800 rs;
- 2 dúzias de tabuado de pinho de casquinha para o forro do camarim – 14$000 rs;
- 24 pés de pinho para a cimalha do camarim – 1$900 rs;
- 30 pés de tabuado de pinho para a *"alquitraba e colaretes"* – 1$200 rs;
- pregos e feitio de serrar o tabuado, aplainar, abrir de cantil, fazer cimalha, *"alquitraba e colarete",* lavrar as cambotas, e assentar tudo em seu lugar – 8$000 rs;
- 2 chaprões de castanho para os curvos em que se há-de assentar a cimalha, e feitio dos ditos – 1$200 rs;

Na porta de acesso à tribuna, com oito palmos de alto e três e meio de largo, se gastarão uma mão de chaprão de madeira de pinho liso, travessas grossas com seu aro, três golfos e quatro *"taloucos",* pelo preço de 4$500 rs que inclui ainda a fechadura, ferragens, madeiras, feitio e *"de assentar"*.

A corredora, *"que se há-de entrar para o camarim",* será travejada e assoalhada, com uma

escada de acesso à tribuna, tudo feito com madeira tirada da sacristia velha, que custará 4$000 rs, incluindo pregos, feitio e *"tudo assentado"*.

Haverá, ainda, uma porta metida no presbitério, para entrar para o camarim, com oito palmos de alto e três e meio de largo, feita de chaprão de pinho, com seu aro e suas almofadas feitas com três golfos, três *"taloucos"*, e uma fechadura com *"gualda"* fixa, tudo por 5$500 rs.

"A corredoura e escada para o Camarim hão de ser armadas de huma agoa" com o resto da madeira da sacristia velha, e os *"frixais"* com o resto da madeira do alpendre, e *"há de ser lavrada e aplaynada"* pelo preço de 2$000 rs, incluindo pregos, madeira e *"tudo assentado em seu lugar"*. Será necessária uma dúzia de tabuado de castanho para forrar por cima atravessando a corredora e a escada, lavrado e aplainado, e mais pregos, madeira, *"feitio e tudo no seu lugar"* por 5$500 rs.

Nesta corredora será aberta uma janela, com quatro palmos de alto e três e meio de largo, feita de madeira lisa de cedro, com aro, quatro golfos, três *"taloucos"*, dois ferros pedreiros, madeira e ferragens, pelo valor de 3$000 rs. A grade da janela será de ferro com três varões ao alto e três atravessados, que custará 4$500 rs.

Serão necessárias três lumieiras: duas para a porta e uma para a janela e custarão 1$300 rs.

Por debaixo do camarim será construída uma porta, com oito palmos de alto e quatro de largo, de madeira de vinhático, lisa, com travessas grossas, argolas e mancais, ferrolho, fechadura, e também lumieira, tudo por 5$000 rs.

O orçamento final da nova Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, que incluía a obra de pedreiro e de carpinteiro, materiais, carretos e recuperação de materiais como madeiras e pedras da igreja velha, somava a quantia de dez contos e trezentos e oitenta e quatro réis (10:000$384 rs). Este orçamento foi assinado pelo Mestre das Obras Reais, João Martins de Abreu, e o mestre pedreiro, Pedro Fernandes Pimenta.

O custo da montagem e desmontagem dos andaimes foi colocado no orçamento da obra de pedreiro pelo custo de 60$000 rs e para *"pagamento de demolir a Igreja velha se aplica ao rematador a alvernaria da dita Igreja"*.

Ao longo do orçamento elaborado pelo mestre das obras reais, João Martins de Abreu, e pelo mestre pedreiro, Pedro Fernandes Pimenta, em 1747, ficaram bem expressas as vantagens, a nível do custeamento das obras, da reutilização dos materiais, ainda aproveitáveis, da antiga igreja, embora fosse advertido *"que o rematador não há de demolir toda a igreja velha mas só aquela parte que for necessaria para principiar a nova obra; e o que ficar do corpo da igreja velha será fechado pello Povo com parede; e o rematador dará a porta travessa da dita igreja velha para se fechar e ao depois se aproveitará della como se lhe manda em o orçamento; porque se demolir toda a igreja velha ficará o Povo sem lugar em que ouça Missa e se sepultem os que morrem"*[138].

A distribuição dos diferentes materiais recuperados permite "redesenhar" a antiga igreja de Nª. Srª. da Graça que em 1581 recebera um retábulo e outro em 1686, possivelmente para substituir aquele, e que em 1692 fora beneficiada de "acrescentamentos" por parte da Real Fazenda (capela-mor, sacristia e campanário), tendo sido o corpo edificado pelos fregueses. Sabemos também que no seu interior, em 1710, tinha uma capela com retábulo e sacrário construída pelos paroquianos e Confraria do Santíssimo, e em 1747 teria outras capelas particulares[139].

A armação da igreja velha era basicamente de madeira, sendo todo o templo lajeado, incluindo o alpendre, a sacristia assoalhada e a capela-mor azulejada.

Tinha, ainda, uma casa baptismal e um alpendre de madeira, coberto de telha e lajeado. Em 1732, ou seja, quinze anos antes destes orçamentos, receberam obras de conservação. A igreja e o alpendre foram retelhados (2$000 rs) e o tecto da casa da pia foi consertado com cal ($500 rs), tendo sido pagos $600 rs a dois pedreiros que fizeram a laje para cobrir a pia e 2$400 rs custou a mão-de-obra de dois pedreiros, por quatro dias de trabalho, de toda a obra[140].

A porta principal, porta da sacristia, janela do frontispício e o arco do cruzeiro eram de cantaria.

A igreja, capela-mor e sacristia eram cobertas de telha.

Depois de aprovado o orçamento para a igreja nova de Nª. Srª. da Graça, a 2 de Maio de 1747, foi colocado um regimento na praça pública, assinado pelo escrivão da Fazenda Real, Inácio Caires, para o concurso da obra: *"Toda a pessoa que quiser lançar na obra da Igreja de N. Srª. da Graça do Estreito de Cama (sic) de Lobos,*

IGREJA VELHA DE Nª. SRª. DA GRAÇA (XVI e XVII) Materiais da igreja velha	IGREJA NOVA DE Nª. SRª. DA GRAÇA (XVIII) Reaplicação dos materiais da igreja velha
Azulejos da capela-mor	Azulejos para a sacristia
Azulejos da capela-mor	Azulejos para a casa da pia baptismal (o que sobrar depois de forrada a sacristia)
Cantaria da janela do frontispício	Porta para a corredora do camarim
Cantaria da porta da sacristia	Corredora e escadas do camarim
Cantaria da porta principal	Porta por cima do camarim
Cantaria do arco cruzeiro	Boca do arco do camarim
Lajeado da igreja	Cimalhão do frontispício da igreja
Lajeado da igreja	Degraus do tabuleiro da casa por cima da sacristia
Lajeado da igreja	Dois tabuleiros do camarim e púlpito
Lajeado da igreja e do alpendre (o melhor)	Lajeado da sacristia
Lajeado da igreja e do alpendre (restos)	Casa da pia baptismal
Madeira da armação da igreja	Tirantes da casa baptismal
Madeira da armação da igreja	Escada do púlpito
Madeira da igreja	Oliveis da casa por cima da sacristia
Madeira da sacristia	Corredora do camarim, travejamento e soalho da escada de acesso à tribuna
Madeira do alpendre	Grade do armário da sacristia
Madeira do alpendre	Frechais o camarim
Madeira dos frechais do alpendre	Soleira da sacristia
Madeira e soalho da sacristia	Armação do camarim
Materiais da sacristia	Corredora e escada do camarim
Material da casa da pia baptismal	Grade da janela da escada do púlpito
Telha da igreja, capela-mor, sacristia e alpendre	Igreja
Tirante da igreja	Tirante da casa por cima da casa da sacristia
Tirantes da igreja	Grades da janela da casa baptismal

que S. Magde. manda fazer de novo venha á Salla dos Contos dar o seu lanço ao escrivão da Fazª. e Contos. Fal. de Mayo 25 de 1747"[141]. Manuel da Silva, porteiro da Alfândega, afixou o respectivo edital na praça pública dos homens de negócios e não houve lançador *"por preço algum"*[142].

A obra andou em pregão por largo tempo. Houve diversos lanços mas o último e menor foi de Manuel Rodrigues da Costa, mestre do ofício de pedreiro, morador na Rua do Mosteiro Novo, pelo valor de sete contos, quinhentos e oitenta e nove mil réis (7:589$000 rs). O arrematante logo se obrigou por seus bens, havidos e por haver, na dita obra, na forma do orçamento e toda a segurança, entregando fiança no prazo de três dias. Assinou de cruz.

O termo de menor lanço da obra teve lugar na Sala dos Contos da Alfândega do Funchal, a 25 de Junho de 1747, na presença do Provedor da Fazenda, Domingos Afonso Barroso, de vários mestres de pedreiros e carpinteiros *"que forão noteficados para aparecer como tambem mostrando se lhe planta"*[143] e de mais testemunhas: o padre Manuel Borges de Alemanha, vigário da referida igreja, e Manuel Sousa Caldas.

A fiança foi assinada no dia 30 do mesmo mês e ano, na Sala dos Contos, na presença do Provedor, garantida pelo fiador capitão António Richart Jervis de Faria[144], que assinou juntamente com Domingos Afonso de Faria, Pedro de Azevedo e José Gonçalves de Oliveira[145].

A 2 de Julho de 1747 são pagos 12$000 rs para as vistorias dos orçamentos *"da nova obra"*, saídos da arca da igreja[146].

Insatisfeito com a verba acima arrematada, 7:589$000 rs, para a obra da Igreja de Nª. Srª. da Graça, o Conselho da Fazenda, por despacho de 5 de Março de 1748, não aceitou aquele lanço. Remeteu a seguinte decisão ao Provedor da Real Fazenda do Funchal: *"Os do Conselho de El Rey Nosso Senhor, e de sua Real Fazenda em falta de Vedores della Fazemos saber a vós Provedor da Fazenda da Ilha da Madeira, que no mesmo Conselho se vio o orçamento que remeteste* (…)

q. requereu á S. Mag^de. o vigário della (…)", ordenando que se fizesse novamente lanços e se desse *"a quem por menos o fizer na forma do risco"* com bom "*material, Fortalezas, e com as cautellas, e prevenções declaradas em semelhantes"*, cujas despesas serão satisfeitas pelos sobejos do Almoxarife e Alfândega do Funchal tirando as *"avaliações já feitas"*[147]. Estas avaliações são referentes ao valor do rendimento do passal (194$900 rs) e pela demolição e aproveitamento dos materiais da casa do vigário (551$672 rs), como veremos adiante.

"Toda a pessoa que quizer arrematar a obra da nova Igreja Parochial q. Sua Mag^de. manda fazer na freg^a. do Estreito de Camara de Lobos, pode dar o seu lanço na Salla dos Contos athe o dia vinte e quatro do corrente mez; porque no mesmo dia se hade arrematar a quem por menos a fizer, e melhores fiadores prestar. Funchal 14 de Nov^bro. de 1748. Escrivão da Faz^da. Real, e Contos"[148], Domingos Afonso Barroso, que assina. Este era o teor do edital que "*esteve fixado desde o dia de sua data athe o em que se fez a arrematação ao diante, que foy em vinte, e quatro de Novembro de mil settecentos e quarenta, e outo, o que certifico para constar"*[149].

Neste mesmo dia, 14 de Novembro de 1748, deu-se por arrematada a obra da nova Igreja de Nª. Srª. da Graça ao seu arrematante, Manuel Rodrigues da Costa, por sete contos, quinhentos e setenta e nove mil réis (7:579$000 rs), na presença de vários oficiais de pedreiro e carpinteiro, que não ofereceram menor lanço[150]. O arrematante assumiu o compromisso de fazer a obra *"com toda a segurança, e perfeição, regendo se e governando se pelo orçamento, e outro sim dar fiança"*[151]. Foram testemunhas António Dionísio de Oliveira e António Gomes da Silva. Manuel Rodrigues da Costa assinou de cruz.

Note-se que Manuel Rodrigues da Costa[152] tinha sido o arrematante desta obra em 1747 pelo valor de 7:589$000 rs, ou seja, a Real Fazenda lucrou dez mil réis e atrasou a obra mais de um ano. Mas *há males que vêm por bem* … assim, apenas a igreja antiga sofreu danos com o terramoto de 1 de Abril de 1748: *"A Igreja do Estreito de Cama (sic) de Lobos. Sentio mayor perigo. Cahiraõ no chaõ as paredes das suas officinas, e tambem as das Capellas visinhas; e para se pôr, como estava, necessita fazerse de novo"*[153].

A 21 de Junho de 1747 já tinha sido feito um rol de medição e avaliação da terra e benfeitorias do passal do vigário da Igreja de Nª. Srª. da Graça *"para nelle se fundar a nova Igr^a."*[154]. Este passal rendia alqueire e meio de trigo e uma pipa de vinho avaliado em 135$000 rs, enquanto as benfeitorias, terra, paredes, vinhas e latadas foram avaliadas em 59$900 rs. A avaliação foi feita por António Martins, que assinou de cruz, e cujo registo escrito foi feito pelo padre Gaspar Nunes Pereira no Estreito de Câmara de Lobos.

A 28 de Junho de 1747 Pedro Fernandes Pimenta, mestre pedreiro, e João Martins de Abreu, mestre de carpinteiro, que era afinal o Mestre das Obras Reais, elaboraram uma carta de avaliação da casa do Reverendo Vigário do Estreito de Câmara de Lobos. Os materiais foram avaliados em 334$362 rs referentes a paredes de pedra e barro, e telhas, e 217$300 rs respeitantes a armações, escada, soalhos, portas, janelas, armário, travejamentos, forros e frontais. Sendo a soma total de 551$662 rs. Assinaram os referidos mestres[155].

Para a construção da nova igreja, e de acordo com o menor lanço, era necessário tomar 194$900 rs das terras do passal[156] e 551$672 rs pela avaliação feita à casa do vigário que seria desmanchada e aproveitado o respectivo material. A própria igreja contribuía com 646$572 rs sendo o resto suportado pelos *"sobejos do almoxarifado"*[157] como se vê pelo despacho do Conselho da Fazenda de 5 de Março de 1748. Esta informação foi transmitida ao vigário Manuel Borges de Alemanha, que assinou[158].

Mas com o terramoto de 1 de Abril de 1748 a casa do vigário ficara muito arruinada *"desfazendo lhe muita da sua cantaria, madeira e telha, que se achavão no tempo da avaliação que se fez antes do tal terramoto, vindo no conhecimento sendo muito attendivel o dito lanço a favor da Real Fazenda*", por isso, todos os interessados arrematadores desistiram. No entanto, procedeu-se ao acto de arrematação da mesma cumprindo o estipulado que vinha de 1747: *"Acto de arrematação da casa de que se trata, q. servio de residência dos R^dos. Vig^ros. da freguesia de Nossa Snr^a. da Graça do Estreito de Camara de Lobos, a qual arrematou Manoel Roiz da Costa p^la. quantia - 180$200"*[159]. Esta arrematação teve lugar no dia 29 de Setembro de 1748, na Sala dos Contos da Alfândega do Funchal, na presença do novo Provedor, Manuel Pereira de Castro, e vários oficiais de pedreiro e carpinteiro que a seu mando

vieram assistir ao lanço. O valor de 180$200 rs foi bem inferior ao previsto de 551$672 rs e que se reportava aos diversos materiais aproveitáveis da referida casa incluindo cantaria, alvernaria, madeira e telhas. Foram testemunhas João de Sousa Pereira e Gaspar Ferreira[160].

Os 180$200 rs só entrarão na arca de três chaves da Alfândega do Funchal, onde eram guardadas as rendas dos dízimos, apenas no ano seguinte, em 1749, a 4 de Novembro[161].

A 29 de Novembro de 1748, anotou-se no Funchal uma ordem emanada do Conselho da Fazenda que obrigava ao almoxarife *"que foi dessa ilha"*[162] pagar das sobras dos seus recebimentos, na ordem de Sua Majestade, os valores das terras e avaliações das casas que se hão-de demolir[163], cuja autorização de demolição só seria dada no Funchal em Maio de 1749 pelo Mestre das Obras Reais, Domingos Rodrigues Martins. Os materiais recuperados da igreja velha e da casa do vigário, como alvernaria, madeiras, balcão, soalhos, no valor de 61$000 rs, deveriam ser colocados em leilão, e ainda portas, janelas e telha[164].

A ordem de leilão foi dada por Manuel Teixeira de Castro, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, fidalgo da casa de Sua Majestade, Provedor e Contador da Real Fazenda da Ilha da Madeira, ao juiz do Estreito de Câmara de Lobos, a 18 de Agosto de 1749, para que colocasse na freguesia de Nª. Srª. da Graça e sua vizinhança, em pregão e leilão, a alvernaria, cantaria e madeiras das casas do reverendo vigário *"para no seu sítio se fundar a nova igreja"*[165]. Domingos Afonso Barroso, Escrivão da Fazenda, e Manuel da Silva, porteiro da Alfândega, declararam em certidão que só Gaspar dos Réis lançara o valor de 101$000 rs para os referidos materiais[166].

Mas a 14 de Fevereiro de 1750, na praça pública dos homens de negócios aonde se costumam fazer as arrematações da Real Fazenda, na presença do Provedor Manuel de Freitas de Castro, e do escrivão, Domingos Afonso Barroso, foi feito outro auto de arrematação sobre madeira, vinha e pedra, possivelmente restos de materiais do passal, cujo arrematante foi João Figueira, do Estreito de Câmara de Lobos, por 10$000 rs. Foram testemunhas: António Gonçalves, oficial de pedreiro, e Amaro de Freitas, oficial de carpinteiro, que assinaram, sendo a segunda assinatura de cruz[167].

Manuel Rodrigues da Costa, arrematador da obra, não demoliu logo a casa residencial dos vigários, como era sua obrigação, e foi acusado, pelo padre Manuel Borges de Alemanha, de estar a tentar atrasar a obra e beneficiar das rendas e benfeitorias do passal. Assim, os paroquianos e o vigário não podiam *"terraplanar o sítio"* onde ia ser edificada a nova igreja. O incumprimento desta cláusula, confirmado pelo próprio mestre das obras reais, obrigou ao Provedor Manuel Teixeira de Castro a emitir uma notificação ao arrematador da obra da Igreja de Nª. Srª. da Graça para que num prazo de um mês fizesse demolir as casas que serviam de residência aos vigários para que fosse terraplanado "*aquelle sitio em que se há de fabricar a mencionada obra"* e que não dispusesse *"per sy ou por outra pessoa dos bens das benfeitorias de vinhas, paredes, corredores, e latadas que se achão no espaço de terra de hum alqueire e meya quarta com semeadura destinada no passal do mesmo Reverendo Vigario, por parte do sitio da nova Igreja"*[168] ordenando, ainda, ao juiz de Câmara de Lobos a averiguação desta situação.

Entre a participação do vigário, feita a 17 de Outubro de 1749, e a fiscalização por parte do juiz decorreram cerca de três meses, pois só a 1 de Dezembro é que Manuel de Barros Brazão(?), *"homem velho e de boa consciência",* procedeu, sob as ordens, e na presença de Manuel Figueira de Freitas, juiz daquele lugar, à avaliação das benfeitorias[169]. Nesta mesma data, Manuel Rodrigues da Costa solicitou vistoria à obra da igreja para que a Real Fazenda procedesse ao segundo pagamento, provando, assim, que as obras da igreja já tinham sido iniciadas.

Outra resposta do arrematante a estas ocorrências data de Janeiro de 1750, onde afirma que já estava fabricando a nova igreja, conforme orçamento, a qual deveria ser feita de pedra e cal vindas de Lisboa[170], mas a cal encontrava-se esgotada na Madeira, havendo apenas na Ilha do Porto Santo *"que hé tão boa e capaz"*[171] e muito usada nas construções de outras igrejas que *"se estão frabricando"*[172]. Pedia autorização para usar a cal da ilha vizinha na construção da Igreja de Nª. Srª. da Graça. A opinião técnica do Mestre das Obras Reais foi clara: *"a cal de Lisboa he tão boa como a cal da Ilha do Porto Santo"*[173]. Perante este parecer mandou o Provedor que o suplicante fizesse o *"que melhor lhe parecer"*[174].

Parece-nos que subjacente ao atraso da obra estava uma outra razão. Segundo Manuel

Rodrigues da Costa *"qdº. lansou na dª. obra foy com hum Risco por onde a tal foi orsada e este indo pª. Lxª. com o lanso do Supᵖᵉ. fes este com effº. a dª. rematação e porq. se acha na mão do escrivão da Fazᵈᵃ. e contos o tal risco por onde a obra foy orsada e a rematada o qual se deve dar ao supᵖᵉ. pª. por elle fazer a dª. igrª."*[175]. O Provedor despacha que se lhe faça mercê e manda que *"se lhe entregue o dº. Risco na forma que expõem"*[176]. No entanto, a obra da igreja já tinha sido iniciada se dermos crédito às afirmações, anteriormente declaradas, do próprio arrematante, e à sua solicitação para vistoria das obras, cujo Provedor manda vistoriar a 26 de Maio de 1750[177]. Depois desta vistoria o fiador não ficou desobrigado do primeiro pagamento, porque o arrematante foi acusado de ter os materiais de pedra, alvernaria e cal da antiga casa do vigário desprotegidos, o que tudo poderia levar *"descaminho",* e ainda por colocar na igreja nova. Este problema ficou, entretanto, resolvido, porque a 1 de Junho foi aceite o mesmo fiador para a segunda fiança, tendo sido paga a segunda tranche a 18 do mesmo mês e ano[178].

Enquanto decorriam estas obras de reedificação, para as quais a Confraria de Nª. Srª. da Graça contribuía com a terça parte, o vigário tratava de garantir a conservação de alguns objectos, assim mandou consertar a lâmpada ao prateiro Manuel Ferreira Duarte (2$200 rs) e mais gastos com corda e vidro ($800 rs e $200 rs)[179].

Nos diferentes documentos consultados sobre a Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, na Provedoria da Real Fazenda do Funchal (D.G.ARQ./A.N.T.T.), no Tribunal de Contas (A.H.T.C.), nos livros do Tombo, Grande da Fábrica e da Confraria de Nossa Senhora da Graça - Contas e inventários (A.P.E.C.L.) são citados *"apontamentos", "riscos" e "plantas",* quer na troca de correspondência entre a Provedoria da Real Fazenda do Funchal e o Conselho da Fazenda, quer nas várias arrematações feitas na Sala do Contos da Alfândega do Funchal, quer nas listagens de materiais e pagamentos aos pintores e entalhadores, mas infelizmente, até ao presente, não localizamos qualquer documento gráfico.

A 28 de Março de 1750, pouco mais de três meses depois de iniciadas as obras, foi solicitada uma alteração ao primeiro orçamento, justificada pelo incorrecto cálculo dos alicerces e grossuras das paredes que deveria ser revisto para melhor segurança e duração da obra. A solução encontrada foi retirar 1:631$320 rs em que foi orçada a obra dos muros do adro e circuito da mesma igreja por ser menos precisa e para os quais deveria concorrer o povo[180]. O despacho do Conselho da Fazenda, de 3 de Julho, foi favorável a esta decisão que ficou registada no Funchal a 7 de Dezembro[181]. Outras questões relacionadas com a construção dos muros serão, mais tarde, novamente levantadas pelo fiador da obra, capitão António Richart Jervis, em 1756.

Segundo Fernando Augusto da Silva foi lançada a primeira pedra e benzida a Igreja de Nª. Srª. da Graça a 3 de Fevereiro de 1753[182], e três anos depois, a 18 de Janeiro de 1756 benzida a capela-mor: "*Em os dezoito dias do mês de Janeiro de mil setecentos e cinquenta e seis anos nesta igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos da Ilha da Madeira benzeu o Reverendo vigário desta freguesia o Padre Manuel Borges de Alemanha por Comissão do Ilustríssimo Reverendíssimo Cabido Sede Vacante dada na Provisão retro a capela maior da Nova Igreja pelas causas na mesma Provisão declaradas assistindo ao dito auto o clero e maior parte dos paroquianos desta freguesia e observando-se em tudo o que manda no seu ritual o Santíssimo Padre Paulo quinto em semelhantes funções ... ... do que se fez este auto que o Reverendo Vigário assinou e eu o Padre Manuel Figueira de Faria Escrivão da dita igreja o escrevi e assinei*"[183].

A bênção da capela-mor da nova igreja tinha sido solicitada a 13 de Janeiro de 1756 e deveu-se à pressão exercida pelo vigário Manuel Borges de Alemanha junto das diversas entidades, porque a mesma já *"se achava coberta lajeada com portas e o arco cruzeiro fechado com tabuado ainda que não tem o tecto forrado nem as paredes rebocadas o que por ora senão podia fazer pedia o Reverendo suplicante passar para ela o retábulo da capela velha e o sacrário em que se conserva o Santíssimo Sacramento para evitar alguma maior indecência"*[184]. As cerimónias religiosas continuavam a decorrer na capela-mor da igreja antiga, que funcionava como paróquia, conforme ficara estipulado nos processos de arrematação das obras e da demolição do primitivo templo, mas era uma situação insuportável porque "*se não entrava nela sem grande temor principalmente em dias de Inver-*

no e vento (…) (e) *que podia acontecer caindo a capela velha com tão evidente perigo de vida dos Ministros que nela celebram e povo que concorre"*[185], situação resultante do terramoto de 1748.

A confirmação da conclusão da obra de pedreiro é dada pelo fiador da mesma, capitão António Richart Jervis, a 26 de Setembro de 1756, depois de já ter falecido o arrematador. Afirmava o fiador que *"por morte do arrematador della M^el. Roiz da Costa, he obrigado á factura da d^a. obra e querendo manda la continuar a qual se acha de paredes já acabada e só lhe falta os muros do adro"*[186]. Era na construção do amuramento da igreja e do seu adro que o fiador levantava algumas questões técnicas. Segundo o orçamento aprovado o adro defronte da igreja deveria ter quarenta palmos e a escada dezassete, mas com estas medidas não havia sítio para se fazer. Por outro lado, os muros deveriam medir dezanove palmos de alto, incluindo os alicerces. Acontecia, porém, que segundo os mestres pedreiros, que estavam construindo o adro, e por ser a terra *"muito ladeira",* seriam necessários mais dezasseis palmos, que o suplicante não era obrigado a suportar. Pedia, então, que o mestre das obras reais fosse à igreja determinar as medidas do adro *"sem que o sup^pe. tenha perjuizo* (…) *por estar a obra barata".* O Provedor da Fazenda do Funchal ordenou que *"passe a examinar o q. o sup^pe. relata o rest^o. do adro e seus muros"*[187].

A 30 de Outubro, Domingos Rodrigues Martins foi pessoalmente à Igreja de N^a. Sr^a. da Graça fazer exame aos muros dos adros concluindo que deveriam ficar *"entre a Caza do Revd^o. Vigario e a parede do adro cinco palmos de vão fazendo se tabuleiro da entrada do d^o. adro de dez palmos de vão e a gruçura dos maiores de dous palmos, e meyo como lhe manda o orçamt^o."*[188], ficando o adro com trinta e cinco palmos de vão que era bastante, enquanto a *"parede que fica de fronte da porta principal para sustentar o adro* (…) *que há de ter o comprimt^o. que lhe dá o orçamt^o. que são cento, e onze palmos fora as groçuras das paredes, e esta há de ter de alto athe altura do pavimt^o. do adro com seu alicerce de quinze palmos que tudo faz de alto trinta, e sinco palmos: isto no canto da parte do poente* (…) *em comprimt^o. de quinze palmos* (…) *altura de trinta, e sinco, ao canto da parte nascente que fica no caminho* (…) *e tudo faz braças 70 e palmos 74 a sete mil reis braça pelo preço da arrematação"*[189], gastando, assim, a importância de 495$180 rs que tinha ficado livre para os muros, *"isto fora o patamal e patim*[190] *da escada que o deve fazer o arrematador na forma que lhe manda o orçamt^o."*, sendo o mainel e aro do adro de lajes de cantaria e todos os muros terão mainel. Adverte que as *"paredes do adro devem ser bem fortes e o entulho que levar há de ser todo de pedra e não será nada de terra esto (sic) deve o arematador ter mt^o. cuidado"*[191].

Perante a resposta do mestre das obras reais, o Provedor ordenou dar seguimento às obras visto não ser contra os orçamentos: *"continue o supp^e. na fatura da obra na forma da mesma averiguação, e orçamt^o.. F^al., 27 de Nov^o. de 1756"*[192] .

O suplicante e fiador da obra, capitão António Richart Jervis de Faria, pagou ao escrivão Domingos Afonso Barroso 1$233 rs pela autuação, certidões, autos e despachos[193]. Interessante referir que António Richart Jervis de Faria tinha sido o fiador da primeira arrematação feita por Manuel Rodrigues da Costa, a 30 de Junho de 1747, recusada pelo Conselho da Fazenda que mandou colocar novamente a obra em pregão[194]. A segunda arrematação data de 14 de Novembro de 1748, lanço ganho pelo mesmo arrematante[195], e teve o mesmo fiador como prova o documento da segunda tranche de pagamento executada a 18 de Junho de 1750[196].

Durante a construção da igreja, em 1755, a 12 de Agosto, o padre Manuel Borges de Alemanha apresentou protesto pela *"falta de comprimt^o.; com que foi construída a Sachristia da dita Parochial, em cuja obra se está trabalhando, e a deficuldade, com que ficou para nella se collocar o Lavatorio orçado pedindo licença para por conta da fabrica, e do valor da obra, q. o arrematador havia do fazer, se erigir huá cazinha para o tal Lavatorio com porta no sitio mais acomodado"*[197]. Num documento enviado ao Provedor o vigário constatava *"q. mandando Mag^de. fazer de novo a obra daquella Igr^a. foi orçada a sacristia della com quarenta e quatro palmos de comprido, e agora se acha principiada só com trinta, e nove, erro, q. já denou* (?)*o m^e. Manoel Roiz da Costa, e q. já agora não pode ter remedio por estar metida naquella medida a janella q. dá luz á capella mor* (…)", cuja a sacristia fica *"mt^o. desacomodada p^a. o serviço da Igr^a. e embaraçando mt^o. o Lavatorio q. deve ter"*[198]. Para evitar este incómodo queria o suplicante, da sua casa particular e de seus

fregueses, fazer uma porta na mesma sacristia, não causando prejuízo à obra, *"antes a fortifica mais"*[199], nem ao fiador, pois este só seria obrigado a colocar na casa do lavatório o que devia pôr na sacristia. É dada ordem para informar ao mestre das obras reais desta situação a 10 de Fevereiro de 1756.

Domingos Rodrigues Martins emite parecer sobre esta questão respondendo que "*A Caza q. o Rdº. suppᵉ. pede licença para a fazer as custas da mesma Igreija para nella meter Lavatório não serve de perjuizo a sanchristia antes a faz mais forte, porque lhe serve de butareo*"[200], bastando ter a sacristia dezasseis palmos de comprido e doze de largo e ser baixa para que não tome a luz da janela da capela-mor. Esta obra não prejudicava o fiador que só teria *"em sentar o dº. Lavatorio de que tem obrigação dentro na dª. cazinha; e não há duvida que fica a dª. sanchristia mais dezembaraçada*"[201]. Ficava agora a sacristia com trinta e nove palmos de comprido, em vez de quarenta e nove, por causa da janela da capela-mor que foi *"por erro de quem orçou"*[202]. Data este parecer de 11 de Fevereiro de 1756.

Perante a opinião técnica do Mestre das Obras Reais, e sem prejuízo do fiador da obra, mandou o Provedor que o reverendo suplicante fizesse *"acrescentamtº. da sanchristia q. rezulta em mayor segurança e perfeyção della, á sua custa e de seus freguezes, ficando na obrigação delles o reparo da ruina q. suceda no dº. acrescentamtº."*[203]. A 13 de Outubro de 1757, o padre Manuel Borges de Alemanha disponibiliza a quantia de 60$000 rs para continuar a obra da *"sacristia nova"*[204].

Três anos mais tarde, a 27 de Agosto de 1760, na vistoria realizada à Igreja de Nª. Srª. da Graça foi detectado que a sacristia tinha menos cinco palmos no comprimento, o que equivaleria ao valor de 31$040 rs, mas ainda foram considerados a telha equivalente à cobertura da área em falta (8$760 rs), madeiras (4$200 rs), soalho, forro e armação (12$750 rs), ou seja, o arrematador teria de repor a quantia total de 56$750 rs. Numa nota à margem, com a data de 29 de Outubro de 1761, lê-se *"Responda o Fiador da obra, q. como tal, e na ausᶜⁱᵃ., e falta de arrematador a está continuando"*[205].

A resposta do fiador foi dada só no ano seguinte, a 12 de Janeiro de 1762, na qual acusava o vigário pela diminuição da sacristia, libertando desta responsabilidade o arrematador da obra. Afirmava que na capela-mor tinham sido feitas duas frestas, conforme o orçamento, mas que depois de falecido o arrematador entrou a concluir a obra o mestre Estêvão da Costa, o qual com o reverendo vigário, com a aprovação do provedor falecido, *"mudarão as frestas pondo huma em cada parte da Capella"*[206] e por esta inovação a obra da sacristia não poderia ser acabada com as medidas previstas no orçamento inicial. António Richart Jervis de Faria atestava que só cuidava *"em completar a dª. obra na forma do orçamtº. e rematação"*. Queixava-se que já tinha suportado mais de quatro mil cruzados em *"gastos extraordinários"* como foi o de conduzir 50 moios de cal por terra *"a preço de 4$000 rs quando o podia fazer por 2$000 rs cada moyo levandoa em pedra, mas por evitar demoras em tudo me sojeitei"*[207].

Perante as explicações do fiador, o Provedor da Fazenda do Funchal ordenou ao almoxarife que pagasse ao suplicante os 56$750 rs. Estranha foi a resposta de Manuel de Freitas, almoxarife, ao afirmar que Inácio Vitúrio Jervis de Faria *"tinha já tirado toda a importancia da dita obra"*[208]. Esta situação mostra a influência da família Jervis[209], comerciantes da praça do Funchal, pois os pagamentos das obras só ocorriam de acordo com as ordens reais e regimentos das obras, respeitando as tranches acordadas nos orçamentos, sendo o último pagamento efectuado só depois de concluídas as obras e feita vistoria, o que não tinha acontecido. É assim que responde o Provedor, a 11 de Maio de 1769, obrigando o almoxarife ao pagamento da referida quantia. Não compreendemos a entrada nesta obra de Inácio Vitúrio Jervis de Faria porque António Richart ainda era vivo, mas, realmente, em 1772, são os herdeiros destes dois comerciantes que pedem vistoria à obra da igreja a fim de ficarem desobrigados deste encargo.

A 26 de Maio de 1769, o almoxarife afirmava estar pronto para pagar a quantia em questão, desde que fosse dada fiança, o que rapidamente se desenlaça no dia seguinte na Casa dos Contos da Alfândega do Funchal. Afonso Borges de Alemanha, em representação do seu irmão, o vigário Manuel Borges de Alemanha, apresentou-se como fiador, e recebeu os 56$750 rs de Manuel de Freitas, almoxarife que foi da Real Fazenda. Ficava, assim, o vigário de Nª. Srª. da Graça obrigado a fazer o acrescentamento da dita

sacristia à sua custa e de seus fregueses, como o reparo da ruína que sucedesse deste acrescentamento, conforme despacho de 1762. Foram testemunhas o capitão António João Spínola de Macedo, do Funchal, e José Rodrigues Romão, da freguesia de São Roque[210], sendo escrivão do almoxarifado Nicolau António Barreto.

É neste ano de 1769 que o padre Manuel Borges de Alemanha confirma a conclusão da obra. Sustentava o vigário que tinha Sua Majestade *"mandado fazer de novo a dita Igreja por se achar antiga arruinada, cuja obra se achava quaze concluída na forma do orsamtº. que sobre a mesma tinha procedido",* porém a mesma igreja se achava sem ornamentos para os ofícios divinos como tinha reconhecido o prelado daquele bispado visitando a mesma igreja. Depois de ter apresentado um rol com a lista de ornamentos necessários recebeu 633$820 rs para os referidos ornamentos[211].

A 22 de Setembro de 1771, os herdeiros de António Richard Jervis de Faria, fiador da obra de Nª. Srª. da Graça, e de Inácio Vitório Jervis de Faria, que parece ter finalizado a mesma depois de falecido o primeiro, ambos defuntos, e por estar a obra da referida igreja completamente acabada, solicitavam vistoria para ficarem desobrigados deste encargo[212].

A vistoria teve lugar no dia 4 de Novembro de 1771, na presença do Provedor e Contador da Real Fazenda Domingos Afonso Barroso, do escrivão dos Contos, do Capitão Engenheiro das Obras Reais Domingos Rodrigues Martins, do Alcaide do Mar Manuel de Gouveia, do Reverendo Vigário Manuel Borges da Alemanha, e, ainda, de António Correia Jervis de Atouguia em representação dos herdeiros de seu pai, António Richart, e nomeado por agente dos mais herdeiros de Inácio Vitório.

Da presente vistoria constou que tudo estava construído na perfeição e segurança recomendadas pelo orçamento da referida obra. No entanto, ficaram ressalvados alguns aspectos que não estavam de acordo com o orçamento:

- as paredes do corpo da igreja e da capela-mor deveriam ser chispadas e rebocadas com areia da praia do mar, o que não se verificava, pois tinham sido apenas rebocadas com areia das minas da terra, e que por ocasião das grandes invernias humedeciam facilmente, mas seria necessário *"dar tempo ao tempo para saber se bastar ou não bastar";*
- a casa da pia baptismal deveria estar forrada de azulejos até seis palmos de alto, o que se não observava;
- no armário e vestuário da sacristia não tinham sido colocado as respectivas ferragens nas gavetas, como nos armários dos cantos da mesma sacristia;
- faltava inteiramente o campanário.

A *"respeyto de tudo o mais se não carece de alguma Provedencia"* e estando a casa da sacristia completamente acabada fica o fiador desobrigado.

Perante estas observações ficaram os herdeiros dos Jervis obrigados a concluírem a obra, num prazo de um ano, mas a aplicação das ferragens nos armários da sacristia deveria estar satisfeita em dois meses. Pelo *"que respeita ao azulejo em razão de que lhe poderá ser preciso mandalo buscar a Lisboa"* parece haver tolerância de um prazo mais alargado.

No que concerne ao campanário, os herdeiros justificaram que não tinha sido construído conforme orçamento por impedimento do vigário que queria mandar construir uma torre junto à igreja para maior segurança e resguardo dos sinos, que normalmente estão expostos no campanário a tantos inconvenientes como se tem mostrado noutras paróquias.

A 3 de Junho de 1772 o vigário da Igreja de Nª. Srª. da Graça recebeu das mãos de António Correia Jervis de Atouguia o valor de 14$700 rs correspondente às ferragens para os armários e vestuário da sacristia.

Quanto às paredes *e "findo o presente inverno feyta a experiencia de ficarem ou não preservadas as paredes* (…) *mostrarão os suplicantes herdeiros certidão do vigário com declaração da verdade para ele Ministro para se deferir o que for mais justo a bem do serviço de Deus, e de El Rey".* A certidão fora passada pelo padre Manuel Borges de Alemanha, a 21 de Junho de 1772, confirmando que *"q. a agua que passara a parede da parte do poente da dita Igrª. está já vedada com as mãos de cal".*

Ainda em 1772, a 26 de Outubro, o mesmo vigário certificou que *"o azulejo q. se devia por na casa da pia da dita se acha posto com toda a perfeição e para q. conste estar assim cumprido e satisfeito o orçamtº."*[213].

Mas persistia a problemática referente às obras do campanário. Afirmavam D. Maria Correia de Atouguia Bettencourt e mais herdeiros, mulher e filhos de António Richart Jervis de Faria, fiador que fora da obra da igreja nova de Nª. Srª. da Graça, *"que por morte do arrematador fora seo marido e Pay compelido a acabar a dª. obra; e como a elles suppes. por dezarmar a irança (sic) do dº. seo Marido e Pay tocou acabar a mesma obra, mostrala completa se lhe he necesrº. por em depozito a quantia de 110$861 valor respectivo do Camprº.* (…) *o qual se não fes por hordem de mce. em atenção ao requerimtº. do Rdº. Vigrº. da mêsma fregª. por querer fazer em seo lugar hua torre pedindo pª. ajuda della a pte. respectiva* (…)".

Aquando da vistoria feita à respectiva igreja, a 4 de Novembro de 1771, verificou-se que *"achando se o Campanario daquella Igreja por se fazer conforme recomenda o respectivo orsamtº. se declarou que a razão desta falta consistia em que o mesmo Revdº. Vigrº. impedira a factura do dº. Campanayro, com o fundamtº. e atenção, de fazer, e substituir em lugar delle com o seo legitimo valor, e com as esmolas que pellos seus Freguezes podesse adquirir, huma Torre para mayor segurança daquella Igreja, junta á qual era mais conveniente, que o dº. Campanayro".* No orçamento da obra da igreja o valor atribuído à construção do campanário fora de 146$280 rs e os suplicantes queriam depositar apenas 110$861 rs para satisfação da sua parte referente ao campanário destinados à aplicação da construção da torre *"que há de mandar fabricar aquelle Rdº. Parocho"*. Logo discordou o vigário do valor oferecido pelos herdeiros do fiador.

O padre Manuel Borges de Alemanha respondeu ao Provedor, a 8 de Novembro de 1772, que não tinha dúvida *"em que os suppes. fação depozito que requerem* (…) *mas parece me que não hé justo o seu requerimtº. plo. que respeita á quantia* (…) *em attenção à baxa, q. houve na arrematação da obra a respeito do seu orçamtº.* (…) *não pertendo que depozitem o preço do orsamtº. mas q. depozitem a quantia que effectivamte. haviam de gastar na Factura do Campanario*". O orçamento datava de 1748 e no espaço de 24 anos tinha *"subido mtº. o preço dos materiais, e salarios dos officiais"*, circunstância que apontava para a subida de preço de qualquer obra, por isso, solicitava que fosse feito novo orçamento, pelo mestre das obras reais, de forma a apurar o valor actual da construção do campanário.

Atendendo que o campanário não se fez por impedimento do vigário durante o período que decorreram as obras da igreja, pela *"louvável idéa de querer mandar fazer huma Torre para mayor segurança dos sinos, do mesmo Templo Sagrado, e sua formusura* (…)", decidiu o Provedor aceitar o depósito dos 110$861 rs oferecidos pelos herdeiros do fiador, ordenando que o vigário fizesse a respectiva obra no prazo de um ano.

O depósito, feito pela viúva D. Maria Correia de Atouguia Bettencourt, foi registado pelo escrivão das execuções da Real Fazenda, Francisco Ferreira Duarte, em 1772[214].

Os herdeiros do fiador da obra da Igreja de Nª. Srª. da Graça ganham por duas vezes as causas expostas ao Conselho da Fazenda: uma referente ao valor do campanário, cujo Conselho não aceitou a actualização das verbas de custo da obra para a nova torre, como proponha o vigário, e até depositaram valor inferior, e viram aprovado a provisão de aumento em 71$100 rs referente à obra igreja.

Os herdeiros de António Richart Jervis de Faria, fiador de Manuel Rodrigues da Costa, arrematante da referida obra, acusavam o antigo Provedor da Fazenda do Funchal, que movido pelo zelo do culto divino e querendo adiantar a obra enquanto do Conselho não chegava o dito orçamento, de ter ordenado a continuação da obra, *"como se continuou"*, por apontamentos do capitão engenheiro mestre das obras reais, e que houvera de excesso, assim nos cantos como no arco cruzeiro e porta principal de 71$100 rs. O actual Provedor, Manuel Teixeira de Castro, informou que "*ignorando se a formalidade com que se vião (?) as obras dos cantos do Fronstespicio da mesma igreja, e que sendo a tal duvida presente"* foi dada provisão pelo Conselho da Fazenda para que se pagasse os gastos apresentados[215].

Durante todo o processo de reedificação da Igreja de Nª. Srª. Graça não encontramos qualquer referência a uma capela da invocação de Nª. Srª. do Calvário que tinha sido novamente erecta nesta paroquial por alvará de 4 de Junho de 1711, conforme registo da Câmara Eclesiástica do Funchal. D. José de Souza Castelo Branco *"fazia saber que os Mayordomos e devotos da Confraria de Nª. Sª. do Calvário, sita na Parochial Igreja de Nª. Sª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos nos enviaram a dizer por sua petissam que*

elles tinham novamente edificado huma Capella com o titulo de Nª. Sª. do Calvário dentro da mesma Igreja Parochial a qual tinham ornado com a decensia devida para nella se poder celebrar pedindonos no fim e conlusam de sua petissam lhe déssemos licenssa para nela se poder levantar altar (…) lhe mandamos passar o presente novo alvará pello qual lhe concedemos licenssa aos sobreditos para que possam levantar altar e que na dita Capella se possa celebrar"[216]. Também ainda não encontramos qualquer referência à sua confraria.

Como verificamos, a construção do actual templo de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos deveu-se ao grande empenho do seu vigário Manuel Borges de Alemanha (07/02/1747 a 1792), mas também a sua ornamentação e decoração. O pároco registou a *"Conta de toda a obra e pintura da Igreja de Nossa Senhora da Graça (…) cuja obra se principiou em Maio de 1764 e cuja pintura se findou no de 1776"*[217], para a qual foram recebidos 2:990$000 rs de Sua Majestade; da Confraria da Graça 131$800 rs, 16$717 rs e 60$000 rs, dados pelos tesoureiros Francisco da Costa de Barros, Caetano Luís de Faria e Timóteo da Costa; tendo o vigário retirado da arca da igreja 408$264 rs e das sobras da Confraria do Santíssimo Sacramento mais 167$289 rs[218].

O arrematador da obra do retábulo e talha do altar-mor, tribuna, douramento e azulejo da Igreja de Nª. Srª. Graça foi o mestre entalhador Julião Francisco Ferreira, em 1764[219], acabando por declinar esta arrematação passando-a para as mãos do vigário Manuel Borges de Alemanha, como se vê pelo dinheiro pago *"ao notário pl.ª. Escriptura de quebra, q. fez Julião Franc.º. arrematador della"* ($800 rs)[220], cuja arrematação tinha sido feita a pedido do próprio vigário, como prova um documento da Provedoria da Fazenda do Funchal[221], no entanto, foram pagos 290$000 rs *"a Julião Franc.º. pella talha do retabullo feita por ajuste"*[222].

Sabemos que pelos finais dos anos cinquenta do século XVIII o padre Manuel Borges de Alemanha pagou 50$000 rs, conseguidos por mercê de sua Majestade, por castanheiros para o retábulo do altar-mor[223] e em 1764 pagou 100$000 rs por mais dezanove castanheiros a João Moniz de Meneses na Ribeira do Forno[224]. Outras despesas são apresentadas relativas aos pagamentos dos homens que cortaram os castanheiros; beberetes; abrir caminhos para transportar as madeiras; consertar os caminhos arruinados das chuvas; carretes de madeiras; homens que acompanharam os boieiros; serra a seco (às vezes estão indicados os nomes de José de Sousa e Felício Gomes); cortes de madeiras; cortar os castanheiros na Ribeira do Forno; fretes dos barcos para a cidade; chaprões, paus; pregos (*"de telhado"; "meyo telhado"; "de real"; "de cabeça de pipa"; "palmares"; "2 reis"; "de boca"*), sendo alguns pregos comprados a Simão Gomes; paus para as represas sobre o friso; chaprões para o friso com 18 palmos de comprimentos e 2 de largura; juntas de bois que transportaram madeiras; *"vinho que beberão";* tabuado comprado a João Rodrigues do Campanário; etc.,[225].

Este vigário teve o cuidado de organizar a lista de obras, materiais consumidos, nomes de pintores e entalhadores, como carpinteiros e pedreiros, gastos com transportes e fretes, etc., que anotou nas últimas páginas do *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito (começa em 1730)*, no *Livro da Fábrica Grande (Inventário a fl. 100)*, organizado por confrarias, e no *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça-Contas e inventários (1733-1770),* documentos que se tornam hoje preciosos para datar e atribuir autorias às obras de talha, escultura e pintura[226].

Indica o padre Manuel Borges de Alemanha o nome de *"João Ant.º*. [Villavicêncio] *p.lo. risco e por o d.º. risco em grande"*[227], que aparece a dirigir a obra, *"ao almocreve q. trouxe a João Ant.º. qd.º. dirigir a obra"* ($800 rs)[228], mas também citado como pintor e dourador, vindo várias vezes do Funchal a Câmara de Lobos de barco e subindo ao Estreito de Câmara com ajuda dos boeiros e arrieiros, sendo pagos vários fretes por estas deslocações[229]. É também o autor do camarim*: "dr.º. a João António p.lo. risco do Cammarim em grande e outras coisas"* (7$200 rs)[230], cuja talha foi executada por Julião Francisco Ferreira (290$000 rs)[231], e autor do risco do apainelado da capela-mor, que teve início a 6 de Novembro de 1766 (8$000 rs)[232], tendo recebido várias verbas pela *"Despeza com o pagamt.º. ao pintor João António Villavicencio pl.º. douramt.º., pinturas e quadros da Capella Mor":* pintura do camarim (70$000 rs); *"pintura solta dos lados da capela"* (80$000 rs); *"pintura de todos os quadros da capella"* (28$600 rs); e até a pintura do tecto da capela-mor (220$000 rs). É apresentado o custo do

ouro gasto nestas obras: *"q. importou o Lançamtº. de 976 Livros de ouro a 700"* (683$200 rs)[233].

As cinco figuras de remate do retábulo são de Nicolau de Lira que recebeu 66$800 rs e duas figuras do trono saíram das mãos de Agostinho José Marques, pelas quais foram pagos 18$000 rs, como outra figura de remate por 22$000 rs. Nas obras do retábulo ainda trabalharam mais dois entalhadores, o mestre Miguel Francisco que entalhou a obra em oito dias (4$450 rs) e *"Antº. de Agrella por entalhar na cidᵉ. os floroys q. estão nas mãos do Anjos"* recebendo $600 rs[234].

O sacrário, embora executado na tenda do mestre João António [Villavicêncio[235]], o que pressupõe que fosse o arrematante/empreiteiro de toda a obra desta igreja, é da autoria dos entalhadores Estêvão Teixeira, pago a $350 rs/dia e António Mendes pago a $500rs/dia. Nesta obra ainda estão citados os nomes dos mestres Manuel João e José dos Reis[236].

No todo esta parte da obra da capela-mor custou 4:225$010 rs:

- obra do altar-mor - 879$470 rs;
- apainelado da capela-mor - 876$550 rs;
- camarim - 93$000 rs;
- sacrário - 75$400 rs;
- ouro e tintas - 900$680 rs;
- *"q. custou o pagamtº. aos pintores como se ve assima"* - 1:333$200 rs[237].

Outras contas são apresentadas:

- 1760 – a Confraria de São Caetano, das suas sobras, entregou 27$500 rs para pagar a imagem do Santo Cristo que mandara vir de Lisboa para o dito altar (25$000 rs)[238];
- 5 de Maio de 1761 - a Confraria do Bom Jesus entregou 50$000 rs para a obra do altar-mor e depois mais 42$000 rs para continuar a dita obra[239];
- 1762 - foi pago *"drº. ao Pintor que fez o Risco pª. o Retabulo do altar mor"* (2$500 rs)[240];
- 1763 – foram pagos *"29 covados de papagaio pª. a capella mor a 863 covados"* (125$027 rs)[241];
- Abril de 1777 - 167$289 rs foram dados pela Confraria do Santíssimo Sacramento para a pintura da capela-mor[242];
- 6 de Julho de 1778 – foram tirados da arca 49$000 rs para pagar o douramento e a pintura do altar, como contido no recebido do Pintor João António [Villavicêncio][243].

A 4 de Julho de 1778, o padre Manuel Borges de Alemanha assentou que ainda deviam das obras 3:774$070 rs e à sua própria bolsa 450$948 rs, sendo devedoras das suas partes as confrarias de Nossa Senhora da Graça e do Santíssimo Sacramento, pois todas as confrarias tinham contribuído com várias tranches ao longo de mais de uma década. Parte da dívida foi causada pelo padre Manuel José de Barros que tinha ficado a dever dinheiro à igreja, por apropriação indevida da verba ofertada por sua Majestade para esta empreitada, 422$814 rs[244], e que corria em demanda, tendo sido, posteriormente, paga pelos seus herdeiros e familiares (padre Francisco de Barros - por uma fazenda que arrematou 155$000 rs; Alferes João de Barros - por umas benfeitorias na Achada entregou 52$050 rs; Alferes Manuel Nunes - por uma caldeira que arrematou por 13$500 rs). A 8 de Janeiro de 1788, o vigário afirma que toda a dívida fora paga pelo sargento-mor Francisco Policarpo de Barros, pelos capitães António Francisco de Barros e João Caetano da Silva, por sua mulher Ana Júlia, todos sobrinhos e herdeiros do padre Francisco de Barros que foi herdeiro do sobredito padre Manuel José de Barros[245]. Nesta mesma data, o vigário Manuel Borges de Alemanha determina que devem ser abatidos 450$948 rs que *"gastei da minha algibeira para se poder acabar a obra, os quais faço de esmola á Igrª., e nenhum herdeyro meu os poderá arrecadar nem pedir"*[246]. Datou e assinou estes documentos.

Volvido quase meio século após a bênção da capela-mor (1756) da nova Igreja de Nª. Srª. da Graça, e trinta da vistoria final das obras (1771), embora em 1774 fossem apresentados 25$100 rs referentes a custos do retalhamneto da casa por cima da escada, sendo 14$500 rs referente a trinta alqueires de cal e 8$500 de um ferro do alpendre[247], a paroquial do Estreito de Câmara de Lobos sofreu nova campanha de obras, entre 1803 e 1814, que incluiu o estradamento do seu pavimento, casa de residência do pároco e casa de guarda das alfaias.

António Francisco Xavier[248] recebeu dois pagamentos, a 20 de Junho e 21 de Outubro de 1803, de 187$500 rs e 169$500 rs, respectivamente, pela arrematação que fez das obras

Documento de Consagração da Igreja de Nossa Senhora da Graça, 1814

dos estrados da igreja, que foram orçados em 357$000 rs. O contrato previa um pagamento no início da obra e o segundo depois de feita a vistoria que verificou *"completa satisfação da rematação"*[249].

Em Agosto de 1805 continuava a obra de estradamento. João Pereira[250], arrematante das obras da Real Fazenda, adjudicou o *"meio estradamento"* por 260$000 rs, recebendo em duas parcelas, sendo a última a 30 de Agosto[251].

Obras de consertos feitas na igreja foram também arrematadas por João Pereira a 30 de Outubro de 1805, por 299$000 rs, mas a primeira remessa de pagamento só foi entregue a 18 de Janeiro do ano seguinte. A conclusão da obra data de 23 de Janeiro quando arrecadou 199$000 rs, pois já tinha recebido 100$000 rs. Embora não estejam indicados os consertos deduz-se que fosse retelhamento da igreja porque o arrematador além da verba indicada recebeu 1500 telhas dos Armazéns Reais[252]. Na verdade, algumas telhas que cobriam esta igreja eram já muito velhas, porque no orçamento da construção da igreja nova, feito em 1748, cuja capela-mor estava concluída em 1756, tendo as obras se prolongado até 1772, previa a reutilização das telhas da igreja velha, capela-mor e sacristia, que datavam, possivelmente, das obras de 1692. No entanto, entre 1756 e 1772, a igreja foi sempre retelhada, aos poucos e em parcelas, sempre verbas diminutas, por isso, pouco deveria restar das antigas telhas.

Passado quase um século a igreja foi novamente retelhada: *"Na sua sessão de 17 de Novembro de 1897 a Câmara Municipal de Câmara de Lobos delibera apresentar uma representação ao Rei solicitando a reparação do telhado e tecto da Igreja, bem como exigindo a reparação da residência paroquial, adjacente à igreja e que se encontrava num estado tão miserável que nem parecia destinado a habitação"*[253]. Este projecto de reparação foi apreciado pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Minas[254]. A casa de residência do pároco tinha sido edificada durante a construção da igreja nova. A velha residência fora demolida em 1750 e em 1772 a vistoria, para desobrigação do fiador, deu por concluídas todas as obras. Em 1808, como veremos a seguir, é atribuída nova verba para construção da casa do pároco, concluída em 1811, assim, esta casa que "*se encontrava num estado tão miserável"* tinha mais de oitenta anos.

Na primeira década do século XIX, ainda em 1808, outras obras se iniciavam, para além do referido retelhamento da igreja, sob as ordens do novo vigário, padre José Fernandes de Andrade, que recebeu dinheiro para a construção da *"casa das alfaias"*. A 1 de Setembro, o referido vigário se obrigou a fazer *"da caza da sua Rezidencia e Guarda das alfaias da mesma Igreja*

de Nossa Senhora da Graça do Estrº. de Cama (sic) *de Lobos"* por 1:100$000 rs. Nesta mesma data são atribuídos mais 400$000 rs, por despacho da Junta de 23 de Julho e 31 de Agosto, para as ditas obras que só ficarão concluídas a 19 de Dezembro de 1811, data que são entregues 100$000 rs ao pároco *"pelo resto"* das obras da casa das alfaias e residência. Outras tranches, todas referentes a estas obras, tinham sido entregues a 26 de Agosto de 1809 ao procurador do vigário do Estreito de Câmara de Lobos, António Joaquim Gonçalves (400$000 rs) e a 8 de Março de 1810 ao próprio pároco (200$000 rs)[255].

A Igreja de Nª. Srª. da Graça foi consagrada em 1814, depois desta campanha de obras, por D. Frei Joaquim de Meneses Ataíde de Ornelas, da Ordem de Santo Agostinho, então bispo e pregador de S. Tomé Meliapor (1805-1820), diocese portuguesa na Índia. O texto em latim desta consagração, assinado pelo Prelado e lacrado, encontra-se colado no *Livro do Tombo das propriedades, foros, juros e pensões da Igreja de Nossa Senhora da Graça (confrarias, altares, ermidas a ela anexas),* fl. 452, pertença do Arquivo Paroquial do Estreito de Câmara de Lobos[256].

D. Frei Joaquim de Meneses Ataíde de Ornelas, bispo de Meliapor, como é conhecido, encontrava-se na Madeira exercendo as funções de vigário apostólico e pregador, pois entre 1811, fim do bispado de D. Luís Rodrigues Vilares, e 1817, início do episcopado de D. João Joaquim Bernardino de Brito, a Madeira esteve vacante. Encontramos duas pastorais de sua autoria, em 1812 e 1813, tresladadas num livro de visitação da Igreja Matriz do Porto Santo[257], e várias vezes citado na Misericórdia do Funchal, entre 1815 e 1818, onde desempenhou o cargo de provedor[258]. Deixou-nos, ainda, uma interessante visão (crítica) sobre o povo madeirense (costumes, tradições, comportamentos, vivências, etc), como uma descrição pitoresca de lugares, sítios, caminhos, casas, palacetes, jardins, e ainda o testemunho sobre o património de igrejas e capelas, aquando da sua visita às igrejas da *"costa de cima"* da Madeira[259].

Em 1818, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos[260] publicou um livro de poemas, editado em Londres, *Georgeida, Poema, Dedicado ao Illustrissimo Senhor Roberto Page Cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada, Comerciante Britânico na Ilha da Madeira*, em cuja dedicatória e poema refere, explicitamente, este Prelado:

"*He este o grande Page! — ás plantas suas*
Voai, ó cantos meus, das maõs mimosas
***De Ataide immortal**, que vos-asneiga,*
*E deseja fazer minha ventura**".

Do * anota, para que não fiquem dúvidas, *"O EXMº. e Rmº- Snr. Dom Frei Joaquim de Menezes Àtaíde, Bispo de Meliapor e Vigário Apostólico do Bispado do Funchal meu Grande Protector, &c. &c. &c."*[261].

"*Então serei feliz: e prazeroso*
Da santa gratidão junto aos altares.
Incensando seu santo simulacro,
Cantarei inspirado das Camenas
Mil hymnos em louvor do pastor sacro +,
Mil hymnos em louvor do meu Mecenas ++".

E novamente deixa clara as notas:
"*+ O ditto Exmo e Rmo* Snr. Dom Frei Joaquim de Menezes Ataide, &c.*
++ O Illmo Snr. Roberto Page"[262].

Embora consagrada a igreja, a obras continuaram. A 28 de Setembro de 1850, através do vigário Caetano Alberto de Barros, confirma-se que na Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, se *"achava acabada a obra dos reparos* (…) *e que os Mestre empregarão bons materiaes, zêlo, e pericia*"[263].

Os dois sinos que ainda possuí esta igreja podem ser os referenciados em 1793 e em 1835. A 20 de Novembro de 1793, sendo então vigário de Nª: Srª. da Graça o padre Francisco José de Albuquerque e Freitas[264], por falecimento do vigário Manuel Borges de Alemanha, recebeu a igreja 274$162 rs *"do custo de hum sino"*[265]. Em 1835, a 7 de Abril, por ocasião da extinção dos conventos, a igreja paroquial do Estreito de Câmara de Lobos recebeu outro sino proveniente do Convento de São Bernardino da mesma vila: *"passe as ordens necessárias para que seja entregue ao vigário do Estreito de Câmara de Lobos o maior dos sinos que existem no interior nas sineiras do extinto convento de Sam Bernardino da freguesia de Camara de Lobos (…)"*[266]. Este sino poderá corresponder ao mais antigo desta igreja.

Na noite de 6 para 7 de Novembro de 1829 sofreu a igreja de Nª. Srª. da Graça um roubo que muito escandalizou a população madeiren-

se. Segundo o padre Fernando Augusto da Silva este episódio foi publicado num opúsculo de treze páginas que o *Diccionario Bibliopraphico Portuguez* cita como *"Sentença da Relação de Lisboa contra Jacinto Fernandes e mais septe reos, culpados do roubo e desacato na egreja da Graça do Funchal. Morreram seis enforcados e o ultimo foi degolado (Datado de 6 de Março de 1830). Impresso em Lisboa na Typ. de J. B. Morando"*. Julgamos que este impacto, a nível nacional, despertou interesse mais pelas penas aplicadas do que pelo perfil do crime em si mesmo.

Não tendo acesso ao processo seguiremos as informações do *Elucidário Madeirense*[267]. A porta da igreja foi arrombada e roubado do seu espólio vários vasos sagrados, algumas coroas de prata, um cordão de ouro com a imagem de Nossa Senhora, uma flor de prata com engaste de pedras encarnadas, uma cruz processional e duas lâmpadas de prata. O sacrilégio foi ainda mais violento no que concerne ao consumo das partículas sagradas que se encontravam dentro do sacrário.

Os réus, seis naturais da Madeira e dois de Portugal Continental, foram levados a tribunal e condenados pela Relação de Lisboa a 6 de Março de 1830: seis foram condenados à morte por garrote no Cais do Sodré (Lisboa) e dois a degredo perpétuo para a África. Os réus condenados à morte foram José Marreiros, da Infantaria 2, natural do Continente; Jacinto Fernandes, trabalhador; Manuel de Sequeira, trabalhador; Januário Soares, soldado da Infantaria 13, natural do Continente; João Rodrigues, de alcunha "o espera diabos", trabalhador; João de Andrade, de alcunha "o rangido", quadrilheiro. Januário Soares, João Rodrigues, João de Andrade, além da pena do garrote foram condenados a serem arrastados desde a cadeia até ao patíbulo, cujas cabeças cortadas deveriam ser expostas em postes durante três dias. Os réus condenados ao degredo foram Francisco de Sales Rodrigues, ourives, e Timóteo da Graça, trabalhador. No entanto, a pena aplicada a José Marreiros, morte no garrote, foi revista e aplicado degredo para África.

Parte do processo referente aos réus militares está depositado no Arquivo Histórico Ultramarino[268]. Num ofício do Governador da Ilha da Madeira, com a data de 14 de Dezembro de 1829, confirma-se o roubo ocorrido na Igreja de Nª. Srª. da Graça que *"foi arrombada a porta da Igreja* (…), *roubada a igreja, desacatado o Santissimo Sacramento, e levados os vasos com as Sagradas Termulas"*. Informa, ainda, que os réus estão quase todos presos, nos quais entram dois soldados, e *"a justiça continua o seu trabalho"*[269].

Segundo outros ofícios, agora do Juiz de Fora do Funchal, datados do 31 de Dezembro de 1829 e 1 de Janeiro de 1830, sabemos que os réus foram enviados para Lisboa a bordo da Charneca Princesa da Beira[270].

Neste ofício é anexada a ficha do réu José Marreiros, praça do 1º. Batalhão do Regimento da Infantaria nº. 2. Filho de José Marreiros, natural de Lagos, com 21 anos e 3 de serviço militar, tinha assentado praça a 19 de Julho de 1826. Dos seus *"sinais"* ficou registado ter cabelos pretos e *"olhos pardos"*. Era solteiro e barbeiro de profissão. Nas observações da referida ficha lê-se que fora voluntário, tinha desertado a 6 de Dezembro de 1829, fora preso pelo Conselho de Guerra a 16 de Dezembro e *"Achace implicado em huma Devaça de roubo sacrilego tirada na Cidade do Funchal"*. Assina Joaquim Manuel de Fonseca, a 1 de Janeiro de 1830. Numa outra folha do Exército Português, José Marreiros é assinalado como *"preso do Conselho de Guerra"* e está registada a ordem para lhe dar ração[271].

Ia, ainda, a lista dos presos: José Marreiros ("inspeçado" de nº.2), Januário Soares (soldado de nº.13), Timóteo da Graça, José Rangido[272], Manuel de Sequeira, JoãoW Ana, cabo do 2º. Batalhão da Infantaria nº.13, companheiros dos dois militares continentais condenados, mas não constam da lista dos réus embarcados para Lisboa, o que se pressupõe a sua absolvição. Assina José Maria Monteiro, para *"lhe dar o competente destino"*[274].

Tinha sido dada ocorrência a 14 de Dezembro do desacato praticado na Igreja de Nª. Srª. da Graça, e agora cumpria dar conhecimento do resultado das diligências judiciais feitas pelo Juiz de Fora, Dr. Manuel Cirillo da Espernaça de Freitas que *"foi exactamente a que se desejava": "descobrio-se a Prata roubada, posto que já reduzida a piquenas barras, e tão somente com huma diminuta differença no seo pêzo"*. E, por isso, *"Na primeira embarcação segura serão os criminosos remetidos para Lisboa"*[275]. Embora não seja referido, a fundição da prata deveria ter sido obra do réu Francisco de Sales Rodrigues, ourives.

O Governador teceu os maiores elogios

ao Juiz de Fora que *"conduzio nesta dillegencia melhor que hum Ministro activo, e zeloso do Real serviço"*. Afirma que o Juiz, apesar do inúmero trabalho oficial, foi muito rápido nas indagações e célere no processo, nunca faltando, nem atrasando os outros serviços que acumulava, e testemunha *"que tendo acontecido nesta llha, no tempo de seos antecessores, diversos desacatos, e roubos de Igrejas, nunca pello resultado dos meios judiciais se descobirão os Rêos, nem os roubos, ficando sempre impunes os criminosos"*[276]. Assina a 21 de Janeiro José Maria Monteiro, ficando anotado que fora comunicado ao Ministro da Justiça a 26 de Janeiro de 1830.

Possivelmente por aquela acção ficaram desaparecidos para sempre objectos de culto de ouro e prata, património acumulado nesta igreja a partir do século XVII, mas essencialmente comprados na grande campanha de edificação da igreja, entre 1746 e 1771, conforme se atesta na diferente documentação já citada e nos inventários da fábrica e confrarias, que transcrevemos a adiante.

Já no século XX destacam-se os seguintes eventos ocorridos na Igreja de Nª. Srª. da Graça: 1906 - Bênção dos quadros da Via-Sacra[277]; 1924 - Notícias sobre conserto efectuado na torre da igreja e desejo pároco no sentido de a dotar de um relógio, tendo mesmo chegado a ser nomeada para o efeito uma Comissão[278]; 1937 - Inauguração solene do relógio por iniciativa de Ângelo de Meneses Marques, professor primário e futuro presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, que contou com uma comissão constituída por João Albino de Barros, António Agostinho Figueira Pereira, João César Figueira Pereira e Francisco Olavo Macedo e Silva. Custaram as obras de colocação do relógio 60.000$00 (incluindo o relógio 19.500$00, e ampliação da torre em mais 13,30 m)[279]; 1964 - A comissão encarregada da obra de ampliação do adro da igreja solicitou apoio à Câmara Municipal de Câmara de Lobos, porque as obras implicavam a construção de sanitários e deslocação do fontanário[280].

Fica aqui o nosso contributo para a história da Igreja de Nª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos[281].

ANEXO I
INVENTÁRIOS DA FÁBRICA E CONFRARIAS DA IGREJA DE Nª. SRª. DA GRAÇA DO ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS[1]

Confrª. de S. Pedro[2]	
	1 lampadário de prata
	2 castiçais de prata

Confrª. do Santíssimo Sacramento[3]	
	"Item hum cálix com luneta e sirculo de prata dourado, antigo, que serve nos Dps. 3os."
	1 âmbula de prata por dourwar
	1 âmbula dourada por dentro mais pequena
	"*Item hum Relicario de prata dourada aberto a buril que vai com o Smo. aos infermos que mandou fazer o Vigrº. Francº. Joze de Albuquerq., a Confararia nada deu pª. o dito"*
	1 âmbula nova dourada *"que fez o mestre Mel. dos Passos"* (outra letra mais clara – mandou fazer o vigário Francisco José de Albuquerque em 1795)
	1 cruz de prata que vai nas procissões com meias canas e varas de prata
	2 ceroferários modernos de prata
	2 lanternas de prata

Confrª. do Bom Jesus[4] (08/12/1730)

1 cruz roliça de prata
1 lampadário de prata
2 castiçais de prata
uns castiçais de pau
1 frontal de damasco branco

[Fábrica da] Igreja[5] (17/10/1792)

1 livro de baptismo com capa de pergaminho que principiou em 1564
1 arca na sacristia onde se guardam os livros
2º. livro de baptismos que começou em 1653 até 1699
(listagem de vários livros de baptismos, casamentos e enterros e respectivas datas de início e terminus)
primeiro livro dos defuntos que principiou a 16 de Dezembro de 1595
livro quinto e actual (1778) (deve ser a data de parte deste inventário, onde se regista que acharam o primeiro livro de baptizados e casamentos, que principiou 1564 e terminou em 1599, inventário que estava na mesma página)
1 livro das Constituições deste bispado
1 pergaminho com nome dos confrade de Nª. Srª. do Monte
"Item se deo o Livrº. da receita e Despeza de toda a obra do altar-mor desta Igreja de N. S. da Grassa com vários papeis pertencentes a dª. conta"[6]
2 livros de provimentos (são os que ainda estão neste arquivo)

Confrª. Nª. Srª. da Graça[7] (1725)

4 livros da fábrica
1 livro antigo de Nª. Srª. das Candeias
2 livros de S. Pedro
1 livro antigo do Senhor Jesus
"hum livro manu escrito de seremõys"
1 livro de amoestações canónicas
1 livro do tombo
1 livro de cerimoniais (?)
1 tem 45 róis de confissão desde 1747 a 1792[8]
arca de "cabelo amarelo" para os paramentos
arca de "cabelo preto e branco" onde estão os paramentos ricos: frontal de altar de damasco branco e ouro; pano de púlpito do mesmo damasco; 2 panos de estantes, 1 grande e 1 pequeno do mesmo damasco; 1casula, com manípulo e estola do mesmo damasco; 2 dalmáticas, 2 manípulos e 1 estola do mesmo damasco; 1 capa de asperges do mesmo damasco; 1 véu de ombros de seda branca e ouro; 1 bolsa do cálice com véu de damasco e ouro; 1 "humbella" de damasco; 1 véu de ombros rico de seda branca com ramos de ouro e rendado a ouro; (….)
1 cruz de prata do SS com seis ceroferários de prata (da conf)
lanternas de prata
pálios de prata
prata e vasos sagrados: *"Huma custodia grande, com sua caixa, tem sercadura de Pingos de Agua, e Esmeraldas"*; 1 relicário com cálice de campainhas que servia de custódia; 2 âmbulas de prata; 1 cálice de prata com copa dourada; 2 cálices dourados; 1 cálice rico todo dourado e lavrado
diversas casulas, dalmáticas, capas de asperges, véus de ombros, panos de estantes, bolsas de cálices, véus de cálices, mangas de cruz (…)
frontais – 5 frontais branco de damasco de seda com galões e franja de ouro; 1 branco com galão a retrós amarelo de damasco; *"Item quatro frontais pintados e dourados nos altares"*; (…)
panos do púlpito, diversa roupa branca, toalhas, sanguinhos, corporais, (…)
"Item hua patena velha, e dois resplandores de prata, e hua xavinha antiga de prata do sacrario, mais outra de prata que serve actualmente" (nota esquerda *"forão pª. o arelicario"*)
galhetas de vidro, estanho, …

Título das Imagens do altar-mor[9]

2 imagens de Nª. Srª. da Graça, uma vestida e outra estufada
"Item S. Joaquim e Sª Anna Imagens novas de Lxª. com resplendores de prata; e as Sªs. (?) *acima ditas tem coroas de prata, e os meninos"*
1 Senhora da Conceição pequena com coroa de prata
1 imagem do Senhor Cristo com resplendor de prata

Título das Imagens do altar de Jesus e Almas[10]

1 imagem do Senhor Jesus crucificado, antigo
1 imagem de Santo Antão, estufada, nova

Título das Imagens do altar S. Caetano e S. Pedro[11]

1 imagem de S. Pedro e outra de S. Caetano
1 imagem do Santo Cristo, nova de Lisboa, com título e resplendor de prata

Título das Imagens do altar de Nª. Srª. da Salvação[12]

1 imagem de Nossa Senhora
1 Santo Cristo, novo de Lisboa, com resplendor e título de prata
1 imagem de Santo António com coroa de prata e cruz

Título das Imagens do altar de Nª. Srª. das Candeias[13]

1 imagem de Nossa Senhora das Candeias e uma de Nossa Senhora do Rosário
1 Santo Cristo, novo, com resplendor e título de prata
1 lâmpada de prata do altar das almas
1 lâmpada de prata do altar-mor
1 purificador, com pratinho, tudo de prata do altar-mor
1 vaso de prata do lavatório
2 campainhas
1 campainha dos enterros
1 caldeirinha de latão
"Item cinco missais uzados bem rezados"
pedra d´ara, nova
1 arquibanco pintado com gavetas
3 bancos de pinho
cadeiras
1 boceta com um Menino Jesus

Título do que serve na Pia[14]

pote, saleiro de vidro, jarro, caixa de mogno com 3 frascos de prata dos santos óleos
"Item hum Retabulo com S. João baptizando Christo"

Títulos do Corpo da Igreja[15]

3 confessionários
escadas para se armar, da fábrica
cadeiras de pinho (….)

Título de "coisas"(?)[16]
1 relicário dourado para levar aos enfermos
1 âmbula rica dourada
1 cruz de prata dourada (que mandou fazer o tesoureiro José Drumond para a confraria de Nossa Senhora da Graça)
1 missal de marroquim dourado, com dinheiro da fábrica, mandou vir de lisboa
3 missais novos de bezerro *("que mandei vir de lisboa")*[17]
1 caixa de marfim de hóstias

NOTAS:

1 Os inventários encontram-se dispersos em vários livros e em páginas diversas, escritos, por vezes, com caligrafia e tinta diferentes, indicando que foram realizados em épocas distintas, por isso, nem sempre é possível indicar a datação concreta. O inventário mais completo encontra-se no *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)*, que como indica o título começa no fl. 100, e no final está assinado, a 13 de Setembro de 1796, pelo vigário Francisco José de Albuquerque, "*vigário actual*", pelo padre João Filipe Moniz Barreto, tendo sido testemunhas o reverendo cura António de Abreu Macedo, o reverendo padre José Abreu Macedo e José Nunes Pereira de Barros, escrivão da igreja. A primeira data corresponde ao primeiro momento do inventário e as outras datas correspondem às confirmações dos inventários anteriores com acrescentamentos a objectos incorporados. Indicamos, apenas, os objectos, alfaias e paramentos mais importantes.

2 A.P.E.C.L., *Livro do Tombo das propriedades, foros, juros e pensões da Igreja de Nossa Senhora da Graça (confrarias, altares, ermidas a ela anexas),* fl. 28.

3 *Ibidem*, fl. 28

4 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)*. Há uma folha com inventário, cuja caligrafia parece de finais de XVI ou princípios do XVII, que não se compreende se pertencerá a esta confraria contendo frontais, cortinas, bacias, caixa de cera, bacia de pedir esmolas ao Domingo na igreja e um lampadário de prata.

5 *Ibidem*. Inventário que fizeram o cura António Abreu Macedo e o [vice]-vigário Francisco José de Albuquerque Bettencourt.

6 No *Livro da Fábrica Grande* existe o registo de contas das obras desta igreja de 1764 a 1776 da autoria do vigário Manuel Borges de Alemanha, mas não localizamos papéis avulso, onde poderiam estar os riscos das obras como contratos aos entalhadores, imaginários e pintores.

7 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)*. Inventário que fizeram o cura António Abreu Macedo e o [vice]-vigário Francisco José de Albuquerque Bettencourt.

8 Este inventário fora iniciado em 1725, mas nesta linha confirma-se a sua actualização em 1792.

9 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)*.

10 *Ibidem*.

11 *Ibidem*.

12 *Ibidem*.

13 *Ibidem*.

14 *Ibidem*.

15 *Ibidem*.

16 *Ibidem*.

17 Deve ser o vigário Francisco José de Albuquerque, em 1792, data que assina o inventário.

ABREVIATURAS E SIGLAS

A.H.C. – Arquivo Histórico Colonial
A.H.D.F. – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal
A.H.M.F. – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
A.H.T.C., C.R.C./E.R – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Contos do Reino e Casa/Erário Régio
A.H.U. – Arquivo Histórico Ultramarino
A.H.U./A.C.L. – Arquivo Histórico Ultramarino / Administração Central
A.P.E.C.L.- Arquivo Paroquial do Estreito de Câmara de Lobos
A.P.T. – Arquivo Paroquial da Tabua
A.R.M. – Arquivo Regional da Madeira
C.E.H.A.- Centro de Estudos de História do Atlântico
C.M.C.L – Câmara Municipal de Câmara de Lobos
C.M.M. – Câmara Municipal de Machico
Cx. – Caixa
D.G.ARQ. / A.N.T.T. – Direcção-Geral de Arquivos /Arquivo Nacional Torre do Tombo
D.R.A.C. – Direcção Regional dos Assuntos Culturais
Doc. – Documento
F.C.G. – Fundação Calouste Gulbenkian
fl./fls. – Fólio / Fólios
J.G.D.A.F. – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal
J.R.P.C. – Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas
mf./mfs. – Microfilme /Microfilmes
p. / pp. – Página / Páginas
Prº. – Processo
R.N. – Registos Notariais
R.P. – Registos Paroquiais
rs – Réis
S.R.E.C. – Secretaria Regional de Educação e Cultura
S.R.T.C. – Secretaria Regional do Turismo e Cultura

NOTAS:

[*] Bolseira pela S.R.E.C., Licença Sabática, nos anos lectivos de 2007-2010, para a realização da Tese de Doutoramento *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750 – A eficácia da Imagem*, sendo bolseira do C.I.T.M.A. para a mesma tese (com conclusão prevista para Setembro de 2012).

1 Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra: História das Ilhas do Porto Santo, Madeira e Selvagens,* Manuscrito do Século XVI anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo (XIX) e introdução de Alberto Vieira (XXI), *Fac-Símile* da edição de 1873, Funchal, Funchal 500 Anos, 2007, pp. 543-544 e 549-550.

2 A.P.E.C.L., *Livro do Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – Segunda Parte* (texto dactilografado). O padre José Porfírio, em 1962, a 20 de Outubro, mandou encadernar o libro do tombo devido ao seu mau estado de conservação, *"ficando intacto o seu conteúdo"*, mas aproveitou a ocasião para acrescentar *"esta segunda parte"*, que é um resumo da história da igreja através de documentos do arquivo paroquial, mas centrando-se, essencialmente, nos séculos XIX (mapas com os rendimentos, pensões e despesas) e XX (lamentando a pobreza da paróquia). Assinou o documento a 17 de Dezembro de 1960. Infelizmente, apesar das nossas insistências desde princípios de 2010, quando o Dr. Manuel Pedro nos desafiou a escrever a história desta igreja, depois de termos confessado que possuíamos já material relevante rastreado nos arquivos Torre do Tombo, Tribunal de Contas, Regional da Madeira e Diocesano do Funchal, não nos foi permitido o acesso a este arquivo paroquial, que se revela ainda bastante rico. Agradecemos ao Padre José Luís Sousa, que em Agosto de 2011, permitiu a consulta de algum material, no entanto, revela-se muito tarde para a data da presente publicação, mas fica o compromisso de continuarmos o nosso trabalho de forma a construir correcta e completamente a história desta paróquia, até porque se aproxima a comemoração dos duzentos anos da sua "consagração".

3 Gaspar Frutuoso, *Ob. Cit.,* p. 93.

4 Correcção à afirmação de Gaspar Frutuoso *"e huma freguesia que se chama o Estreito, de até trinta fogos cuja igreja he de Nossa Senhora do Rosario"*. Outro erro encontra-se no texto de Frei Agostinho de Santa Maria, impresso em 1722, quando refere que *"Outro quarto de legoa adiante* … [depois da] *"Ribeyra dos Acorridos"… fica o lugar de Camera de Lobos, que terá duzentos visinhos em huma só rua, & no fim della fica a sua Paroquia, que he dedicada a nossa Senhora do Rosario; aonde se ve collocada na sua Capella mor huma Imagem desta Senhora, que a favor de todos obra muytas maravilhas; & assim a ella concorrem com muyta fé, & devoção*". Ora, no centro da vila e no cimo de uma rua fica a Igreja de S. Sebastião, orago de Câmara de Lobos. O autor juntou várias informações baseadas nos textos de Gaspar Frutuoso e de António Cordeiro. Além do erro "bebido" em *As Saudades da Terra*, confundiu as duas paróquias não distinguindo a do Estreito de Câmara de Lobos (de Nª. Srª. da Graça) da de Câmara de Lobos (S. Sebastião). António Cordeiro, por sua vez, tinha feito leitura errada ao texto de Gaspar Frutuoso, enquanto este afirmou que Câmara de Lobos tinha *"duzentos fogos, e huma só rua principal, e muito comprida, e no cabo della a igreja muito boa e bem concertada"* aquele transcreveu *"duzentos vizinhos em huma só rua, e a Igreja no fim"*. Frei Agostinho repete, assim, dois erros, afirmando que a igreja de Câmara de Lobos é de invocação de Nª. Srª. do Rosário, quando esta fora erradamente atribuída à igreja do Estreito de Câmara de Lobos e que numa só rua havia duzentos fogos, em vez de uma vila com uma só rua e paróquia com duzentos fogos. Frei Agostinho de Santa Maria acrescenta, curiosamente, que desconhece se a imagem de Nª. Srª. *"era de vestidos, se de escultura"*, ou seja, de roca ou de vulto. Gaspar Frutuoso, *Ob. Cit.* pp. 93 e 550; Frei Agostinho de Santa Maria, "Da Imagem de nossa Senhora do Rosario da povoação de Camera de Lobos", in *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, & das milagrosamente descobertas nas Ilhas do Oceano, & conquistas de Portugal*, Lº. IV, Título VI, 1722, p. 275; António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental - Das Ilhas de Porto Santo, e Madeira,* Livro III, Lisboa, Typ. do Panorama (1716), 1866, p. 109.

5 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1700-1718, Lº. 388, fls. 263vº.- 264; A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos na Ilha da Madeira no ano de 1747*, Apenso A, CC 44, mfs. D-72 e D-125, fl. 21.

6 Henrique Henriques de Noronha, *Memorias Seculares e Ecclesiasticas para a composição da Historia da Diocesi do Funchal na Ilha da Madeira* (1722), Funchal, C.E.H.A./S.R.T.C., 1981, p. 224.

7 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1700-1718, Lº. 388, fls. 263vº.- 264; A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa ...*, Apenso A, fl. 20.

8 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n.

9 Gaspar Frutuoso, *Ob. Cit.,* p. 550.

10 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1700-1718, Lº. 388, fl. 264.

11 Gaspar Frutuoso, *Ob. Cit.,* p. 550.

12 Idem, *Ibidem*.

13 D.G.ARQ./A.N.T.T., Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604,* Lº. 6, mf. 3573, fl.8. Nesta data foram entregues 7$800 rs à Igrª. de S. Brás do Arco, 3$040 à Igrª. de Nª. Srª. da Conceição do Porto Moniz, e 4$000 rs à Igrª. da Calheta.

14 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande.*

15 D.G.ARQ./A.N.T.T., Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604,* Lº. 6, mf. 3573, fl. 11.

16 Preparamos um trabalho sobre as encomendas e feituras de obras de prataria e ourivesaria executadas na Ilha da Madeira, entre os séculos XVI e XVIII, que publicaremos oportunamente.

17 A.P.E.C.L., *Confraria de Nossa Senhora da Graça*, fl. 3vº.

18 D.G.ARQ./A.N.T.T., Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604,* Lº. 6, mf. 3573, fls. 136vº. e 140. Interessante referir que, sete anos depois, esta igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos guardará as pratas da Sé: "*Este ano de 1589 mandou ho Snor. Bpº. levar fora desta cidade pera a cerra ha prata e os ornamentos* […]*neipaes? da See por se esperar a armada dos Ingleses que foy a Lisboa e primrº.mente foy a prata pera nossa snora. do monte e por não parecer estar laa segura se tornou a trazer aqui e daqui foy pera o esteito de camara de lobos com os ditos ornamentos e pera a villa da Calheta em seis arcas encouradas e hu lio (sic) e nisso e en ha tornarem a trazer se despendeo cõ bestas, carretos, fretes e outras despesas da ida e vinda e conserto das arcas ao todo tres mil quatrocentos e noventa e cinco rs"*. Assina Gaspar Nunes, recebedor da Sé. D.G.ARQ./A.N.T.T., Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604,* Lº. 6, mf. 3573, fl. 187vº.

19 Sobre empréstimos, vendas, doações e mobilidades de pinturas e retábulos, remetemos para um capítulo da nossa tese de doutoramento, em preparação, *"A Pintura Proto-Barroca e Barroca na Ilha da Madeira, entre 1646 e 1750. A eficácia da imagem"*.

20 O padre Manuel das Neves foi capelão e mestre-de-cerimónias do bispo D. Manuel Coutinho. Fora beneficiado na Igreja de Nª. Srª. da Luz (Ponta do Sol) e beneficiado

simples, a 9 de Maio de 1735, na Igreja de Nª. Srª. do Calhau (Funchal), e estivera na Ilha do Porto Santo. Agradecemos estas informações a Ana Cristina Trindade.

21 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito*, fl. 99.

22 D.G.ARQ./A.N.T.T., Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, Lº. 6, mf. 3573, fls. 136vº.

23 A.P.E.C.L., *Confraria de Nossa Senhora da Graça,* fl. 107.

24 Manuel Pedro Freitas, *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça*, http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/igreja_paroquial_nossa_senhora_graca.html, consultado a 19/03/ 2010, 18:34h.

25 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100),* fl. 18vº.

26 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n. Visitação feita pelo reverendo cónego António de Brito Bettencourt, fidalgo capelão da casa de sua Majestade,*"Protonotorio Apostolico por sua Sanctidade"* e visitador pelo Cabido Vacante, cujos provimentos foram publicados a 5 de Junho de 1675 pelo vigário Luís Gonçalo Velho.

27 A.P.E.C.L., *Confraria de Nossa Senhora da Graça,* fls. 167 e 171vº.

28 *Ibidem,* fl. 42vº.

29 *Ibidem,* fl. 169vº.

30 *Ibidem,* fls. 91-140, 154-156 e 182-182vº. Os grandes gastos reportam-se ao feito da cera e azeite a fim de ser mantida a lâmpada sempre acesa, mas também aos cantores, músicos, pregadores para as vésperas e dias de festas, pagos pela fábrica e respectivas confrarias, sendo na maioria das vezes oficiados pelos padres do Convento de São Bernardino; ornatos e armações da igreja e altares; "cheiros" e incenso.

31 Manuel de Nóbrega, "Anais da Quinta Grande", in *Girão*, nº.4, Câmara de Lobos, 1990, p. 158.

32 A.H.D.F., Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fls. 34-34vº.

33 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n.

34 O anotador de *As Saudades da Terra*, Álvaro Rodrigues de Azevedo, afirma que entre 1675 e 1764 a igreja de Nª. Srª. da Graça recebeu 200$000 rs *"para obras da antiga igreja"*. Gaspar Frutuoso, *Ob. Cit.,* p. 550. Esta verba foi apenas para a presente obra.

35 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 966, fls. 26-26vº.

36 *Ibidem.*

37 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n. Em 1670, encontramos uma referência a António de Faria relativo a um foro pago por uma cadeia de ouro, que tinha deixado à Confrª. de Nª. Srª. da Graça. A.P.E.C.L., *Confraria de Nossa Senhora da Graça*, fl. 38. Curioso que em 1686, os mordomos da confraria *"Receberão trinta mil reis q. deixou Gonçalo de Faria pª. o retabolo de nossa Senhora"*, possivelmente parentes. *Ibidem*, fl. 42vº. Mais tarde, em 1691, outro António de Faria paga uma renda de *"um quintal"* de $350 rs, tendo a sua mulher, Isabel Rodrigues, deixado à respectiva confraria $250 rs. *Ibidem*, fl. 42vº.

38 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 966, fls. 26-26vº.

39 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n.

40 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 966, fls. 26-26vº.

41 Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses referem este vigário em 1643, mas não indicam a fonte documental desta informação. *Elucidário Madeirense*, Vol. I, A-E, Funchal, D.R.A.C./S.R.T.C., 1998, p. 424. A localização do padre Luís Gonçalo Velho encontra-se no A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n. O vigário José Porfírio da Igrª. de Nª. Srª. da Graça, em 1960, anotou que o padre Luís Gonçalo Velho entrou na paróquia a 10 de Junho de 1643 e ali ficou até 28 de Janeiro de 1665. A.P.E.C.L., *Livro do Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos*, II Parte (dactilografado). Mas a 5 de Junho de 1675 ainda assinou os provimentos. A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718),* n.n..

42 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n..

43 *Ibidem.*

44 *Ibidem.*

45 *Ibidem.*

46 *Ibidem.*

47 *Ibidem.*

48 *Ibidem.*

49 *Ibidem.*

50 D.G.ARQ./A.N.T.T., Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, Lº. 6, mf. 3573, fl. 185vº.

51 A obra orçou no total 17$410 rs, tendo a fábrica da igreja dado 3$900 rs e a igreja (?) mais 2$290 rs, no entanto, o recebedor deveria pagar apenas 11$220 rs. *Ibidem*, fls. 185vº.-186.

52 *Ibidem*, fl. 202.

53 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 968, fl. 86vº.

54 *Ibidem.*

55 *Ibidem.*

56 D.G.ARQ./A.N.T.T., P*rovedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, *1700-1718*, Lº. 388, fls. 263vº. -264.

57 A referência à construção de uma capela pode ser alusão à primitiva igreja de Nª. Srª. da Graça, que pelas suas modestas dimensões seja aqui designada por "capela", pois em 1676 os fregueses afirmam ter edificado o corpo da igreja. No entanto, parece-nos que os paroquianos edificaram o corpo da igreja e mais tarde uma capela no seu interior de invocação ao Santíssimo, com ajuda da respectiva confraria, pois subentende-se que o retábulo e sacrário eram recentes por ter sido solicitada certidão como em *"nenhum tempo houve sacrário ou tabernáculo"* em que estivesse "*tão soberano, alto e divino senho*r". D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, *1700-1718*, Lº. 388, fls. 263vº.- 264. A Confraria do Santíssimo Sacramento desta igreja está documentada, pelo menos, desde 1606. A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n..

58 Este mercador, Manuel Rodrigues da Costa, surge como fiador, em 1704. D.G.ARQ./A.N.T.T *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 446, fl. 128vº. (Livro de Fianças). Curioso é que em 1747 e 1748, o arrematante da obra para a construção da igreja nova de Nª. Srª. da Graça será também um Manuel Rodrigues da Costa, mestre do ofício de pedreiro, morador ao Mosteiro Novo. A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fls. 25-25º e 31vº.-31vº.

59 Saibro – mistura de argila, areia grossa e pedrinhas roladas. Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa. Ed. Presença, 2005, p. 325.

60 Palmo é uma medida que equivale a oito polegadas ou 22 cm. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=palmo, consultado a 05/09/2011, 01:13h.

61 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 968, fl. 148vº.

62 *Ibidem,* fl. 193 (Lisboa, 10 de Janeiro de 1692; Funchal, 1 de Abril de 1693).

63 Xavier Leite de Faria a fez, em Lisboa, 15 de Março de 1694; cumpre-se e registe-se, Funchal, 20 de Abril de 1694; registado do próprio e entregue ao Provedor da

Fazenda Ambrósio Vieira de Andrade, Funchal, 8 de Janeiro de 1696. D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 969 (1694-1700), fl. 23vº.

64 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 396, fl. 85vº.

65 *Ibidem,* fl. 85.

66 Vide Rita Rodrigues, "Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias", in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº. 2, Funchal, S.R.E.C./C.E.H.A., 2010, pp. 229-337 (disponível em CD--ROM; comunicação apresentada no Congresso "O Mundo das Ilhas e as Ilhas do Mundo", Julho, 2010).

67 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande - Inventário fl. 100,* fl. 41vº.

68 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 968, fl. 193.

69 *Ibidem,* fl. 193.

70 Segundo Álvaro Rodrigues de Azevedo, anotador de *As saudades da Terra*, foram atribuídos 2:191$382 rs *"para a edificação da nova* [igreja]" cuja arrematação foi dada a *"um Francisco Rodrigues".* Embora parte desta informação esteja correcta não sabemos onde foi buscar o valor indicado. *As Saudades da Terra …*, p. 550.

71 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)*, fl. 5vº.

72 *Ibidem.*

73 Em 1695, o bispo D. Frei José de Santa Maria louvou os fregueses do *"bom zello"* com que liberalmente tinham dado umas esmolas para as gavetas da sacristia. A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n..

74 *Ibidem.*

75 *Ibidem.*

76 *Ibidem.*

77 *Ibidem.*

78 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 968, fls. 148-148vº.

79 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande - Inventário fl. 100,* fl. 41vº.

80 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1700-1718, Lº. 388, fl. 264.

81 Apesar das sistemáticas afirmações, desde finais do século XVI até ao século XVIII, que a freguesia é pobre, as visitações e os livros da fábrica e confrarias, especialmente através das contas de receitas e despesas, verifica-se que os paroquianos foram na verdade pouco pagadores dos seus contributos, mas existiam muitas doações, fazendas, casas e juros. A.P.E.C.L., *Confraria de Nossa Senhora da Graça,* fl. 46.

82 Pela leitura e interpretação dos documentos, parece-nos que estes ornamentos só foram entregues à Igrª. de Nª. Srª. da Graça, na pessoa do procurador do vigário, a 5 de Novembro de 1715, ou seja, cinco anos depois, embora a autorização para enviar letras seguras e abonadas para o pagamento dos mesmos date de 4 de Março de 1712.

83 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, *1700-1718*, Lº. 388, fls. 263vº. – 264.

84 *Ibidem,* fl. 387-387vº.

85 Em 1735, a 10 de Maio, o padre Manuel Nunes recebeu 10$500 rs para entregar ao padre Filipe Oliva a fim de enviar para Lisboa para diminuição do ouro para umas cruzes. A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito*, fl. 99.

86 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito*, fl. 148-148vº.

87 Durante as obras desta igreja, e sob ordens do padre Manuel Borges de Alemanha, há uma relação próxima com os mercadores ingleses. Para além destas encomendas, cujas verbas significativas são entregues para compra de ornamentos a André Danthery(?), entre o período de 1747 a 1771 outra família inglesa, também mercadores na praça do Funchal, os Jervis, aqui está relacionada pois é fiadora das obras da igreja.

88 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito,* fls. 122vº, 124, 182, 148vº.

89 *Ibidem*, fls. 182vº. e 162vº.

90 Pela documentação consultada, esta igreja teve as seguintes confrarias: Nª. Srª. das Candeias, das Almas, Nª. Srª. da Salvação, S. Pedro, Santíssimo Sacramento, Senhor Bom Jesus, S. Caetano, Nª. Srª. da Graça e Nª. Srª. do Monte, uma das mais antigas. As confrarias de S. Pedro e S. Caetano partilhavam o mesmo altar, situação que se verificava com as confrarias de de Nª. Srª. das Candeias e Nª. Srª. da Salvação.

91 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito*, fl. 128.

92 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 176. Vide Paulo Ladeira e Rita Rodrigues, "Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – II Parte - Contributos para o estudo do seu património artístico" (nesta revista).

93 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1768-1774, Lº. 976, fls. 5-5vº. Despachado em Lisboa a 13 de Fevereiro de 1769, com parecer do Conselho da Fazenda de 11 do mesmo mês e ano, e registado no Funchal a 27 de Abril.

94 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 972, mf. 5382, fl. 189vº.

95 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)*, fl. 4vº.

96 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 972, mf. 5382, fl. 189vº.

97 O padre Manuel Borges de Alemanha será o grande impulsionador das obras da igreja nova de Nª. Srª. da Graça. Está documentado nesta igreja entre 1746 e 1775, com interregno no ano de 1747, mas foi aqui vigário até 1792, data do seu falecimento, segundo um documento depositado no A.H.C (hoje A.H.U.). disponível em (http://www.concelhodecamaradelobos.com/Documentos/padre_manuel_borges_almanha-provimento_apos_morte.pdf). Em 1747 foi vigário da Igreja de Nª. Srª. do Monte para a qual pediu um sino, onde já tinha sido vigário em 1742, data de grandes obras na igreja: altar-mor, retábulo e lajeamento. D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 972, mf. 5382, fls. 193 e 81. A 21 de Junho de 1747 é o padre Gaspar Nunes Pereira quem assina o rol das medições da casa do passal do Estreito de Câmara de Lobos, mas em 1748 toda a documentação refere novamente o padre Manuel Borges de Alemanha.

98 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 972, mf. 5382, fl. 189vº.

99 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 2.

100 *Ibidem.*

101 Domingos Afonso Barroso.

102 João Martins de Abreu é mestre carpinteiro, como é referido neste documento a fl. 27 (1747). A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …,* Apenso A.

103 Em 1752, Pedro Fernandes Pimenta, está indicado como mestre-de-obras num pagamento de foro à Misericórdia do Funchal. A.R.M., *Misericórdia do Funchal*, 1752, Lº. 600, fl.1vº.

104 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa ...,* Apenso A, fls.1-1vº.

105 Todo o orçamento de pedraria encontra-se nos fls. 3-12vº do A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa ...,* Apenso A.

106 Passal é a porção de terreno cultivada anexa e pertencente à casa um pároco, prelado ou sede paroquial. Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., p. 277; http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=passal, consultado 05/09/2011, 01:54h.

107 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa* ..., Apenso A, fl.3.

108 A "casa", que vamos encontrar várias vezes citada nos orçamentos desta igreja, é uma divisória ou um compartimento. Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., 82.

109 Braça – medida de uma vara ou 2,20 m. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=braça, consultado a 05/09/2011, 02:00h.

110 Prolongo - lanço do telhado paralelo à frente ou às traseiras de um edifício. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=prolongo, consultado 05/09/2011, 02:18h.

111 Empena – lanço de telhado. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=prolongo, consultado 05/09/2011, 02:25h.

112 Moldura lisa (cilíndrica). Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., p. 61.

113 Colarete – moldura composta por um astrágalo (moldura superior do fuste da coluna) justaposto a um filete um filete. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=colarete. Astrágalo – decoração em forma de colar com contas ou óvulos ou moldura de perfil semicircular que separa o fuste de uma coluna do seu capitel. Maria João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa, Horácio Manuel Pereira, *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*, 2ª. Ed, Coimbra, Ed. Quimera, 1996, p. 87; Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., p.101.

114 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 4.

115 Ao longo do documento surge cimalha ("simalha"), quer na obra de pedraria, quer de carpintaria. A cimalha é um elemento construtivo que remata superiormente a fachada e os muros de um edifício, ocultando o telhado, ou um conjunto de molduras que subdivide uma parede, mas poderá remeter para a moldura das portas ou janelas. Pode ser, ainda, o remate do capitel ou da cornija. Jorge Henrique Pais da Silva; Margarida Calado, *Ob. Cit*, p. 94; Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit*., pp. 83-84.

116 Alisar, alisares (ou *"lisares"*) - revestimento de paredes, ombreiras e folhas de janelas; guarnição de madeira da parte interna das portas e janelas. Jorge Henrique Pais da Silva, *Ob. Cit.,* Lisboa, p. 23.

117 Couceira – ("couçoeira") - faixa de madeira ou barra de ferro sobre a qual gira a porta e onde se pregam as dobradiças ou os gonzos, ou seja, a ferragem ou madeira sobre a qual dobram ou rodam as portas. Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit*., pp. 97 e 147 e Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., p. 181.

118 Este preço inclui colocar o resto do azulejo que sobrar na casa da pia baptismal.

119 Mainel – pode ser referência a um corrimão, mas aqui, pelos materiais, deverá ser uma travessa ou vão. Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., p. 226.

120 Este preço inclui também o assentamento dos azulejos na sacristia.

121 Várias vezes indicado no orçamento, mas que deverá reportar-se à tacaniça, consoante cada situação construtiva; é uma peça de madeira que vai da cumieira (topo do edifício) ao encontro de dois frechais, sobre os cunhais; cada uma das duas águas triangulares de um telhado de quatro águas; lanço lateral do telhado; lanço de telhado ou água que resguarda a empena; partes laterais de um telhado em forma piramidal ou os lanços menores quando há águas-mestras. Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit,* p. 342; Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit*. p. 251.

122 Cunhais – ângulo saliente formado por duas paredes de um edifício. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=cunhais, consultado 06/11/2011,09:50h.

123 Alvernaria - conjunto de materiais pedregosos em fragmentos de grandeza apreciável, dispostos convenientemente de forma consistente; ligam-se entre si por argamassa; para a confecção de alvernaria usa-se a pedra, normalmente aparelhada ou o tijolo. Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit*., p. 25; Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., p. 25.

124 Archete - contrapadieira – peça de madeira colocada para escoar o madeiramento do telhado. Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit,* p. 96.

125 Neste mesmo orçamento de pedraria quando repete esta informação diz que o sítio é do Salão e a fazenda de D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça. Pelos *Autos de contas do testamento de Isabel de Vasconcelos e Mendonça, viúva do capitão António Bettencourt Machado* percebemos que os sítios do Salão (ou Salões) e da Aldeia, em Câmara de Lobos, não deveriam ser muito distantes um do outro. Aquele documento, com cerca de 130 fólios e com datas extremas entre 1761 e 1765, inclui o testamento datado de 16 de Julho de 1757 e dois codicilos, sendo o 1º. de 2 de Fevereiro de 1759 e o 2º. de 17 de Abril de 1760, através dos quais se conhece os bens de D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça e do capitão António Bettencourt de Machado. O testamenteiro de D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça foi o seu sobrinho, o capitão João Lomelino de Vasconcelos, morador na freguesia da Sé. O casal teve dois filhos mas à data do seu testamento eram já falecidos e não são citados os seus nomes. Dos bens do casal consta o seguinte: uma fazenda na Ribeira da Caixa; uma fazenda de árvores de fruto, por cima de Câmara de Lobos, de que é caseiro José de França; uma fazenda em S. Martinho, onde chamam as Quebradas, que houve de herança e compra de Bartolomeu de França, que deixa à sua cunhada D. Joana Telo de Meneses, a quem cede também a casa onde vive; uma fazenda no Garachico, com limite de Câmara de Lobos, que deixa a seu sobrinho António Teles de Meneses, filho de Francisco Moniz de Meneses e de D. Mariana; uma fazenda na freguesia de Nª. Srª. da Graça (Estreito de Câmara de Lobos), que deixa a Teresa Drumond; uma fazenda na Ribeira da Caixa (Câmara de Lobos), pertencente à terça vinculada por Domingos Gomes de Azevedo; deixa uma fazenda (que não é possível identificar pelo mau estado de conservação do documento) para reparo do altar de Nª. Srª. da Conceição do Convento de S. Bernardino e outra por cima de Câmara de Lobos, na Aldeia, para ornato dos altares da Srª. Santa Ana e Nª. Srª. da Piedade, do mesmo convento; refere uma fazenda no Estreito de Câmara de Lobos junto à ermida de Jesus-Maria-José. Indica duas escravas, Francisca e Doroteia, por cujas almas manda celebrar missas. No ano de 1792, a 18 de Fevereiro, e por falecimento do reverendo padre José Carlos Catanho, João José Lomelino da Câmara e Vasconcelos solicitou ao Provedor e à Mesa da Misericórdia a nomeação de um capelão para a *"capelania anual de missas"* instituída por sua tia D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça, que fora casada com o capitão António Bettencourt Machado, cujo matrimónio teve lugar na Igreja de S. Sebastião,

Matriz de Câmara de Lobos, a 21 de Fevereiro de 1719, depois de corridos *"a banhos"* e *"sem impedimento algum"*. A cerimónia foi proferida pelo cura, padre Jacinto Teixeira, na presença de *"muitas testemunhas"*, entre as quais Manuel de Velosa Vasconcelos e Abreu e o padre Vicente Cordeiro da Silva, que assinaram. António Bettencourt de Machado era filho de Simão Nunes Machado e de sua mulher, D. Inês Bettencourt, da freguesia de S. Pedro. D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça era filha de Francisco Ferraz e de Maria Mendonça e Abreu. Em 1731, o capitão António Bettencourt Machado é acusado de ter pedido emprestada uma espingarda e de a não ter devolvido. A.R.M., J.R.E, *Autos de contas do testamento de Isabel de Vasconcelos e Mendonça, viúva do capitão António Bettencourt Machado*, docs. 1/1066 e 1/39-12 (agradecemos a Elsa Gonçalves, assistente técnica do A.R.M., a localização deste testamento); A.R.M., Misericórdia do Funchal, *Carta de nomeação do capelão II para a capela anual de missas instituída por D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça, tia de João José Lomelino da Câmara e Vasconcelos,* docs. F/38 e 6-42¸ A.R.M., Câmara de Lobos, *Casamentos: 1650-1727*, Lº. 311, fl. 299. D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça era irmã de Josefa de Ascensão, viúva de António Bettencourt Machado, e do reverendo padre João de Vasconcelos. D. Josefa de Ascensão fez testamento a 21 de Fevereiro de 1743 e faleceu a 4 de Novembro de 1743. Nomeou os seus irmãos, D. Isabel de Vasconcelos e Mendonça e o padre João de Vasconcelos, por seus testamenteiros e herdeiros universais, e deixou uma camisa à sua lavadeira, Josefa Gomes, e um colchão e dois lençóis a cada uma das moças de Joana Trindade e Maria Pereira. A.R.M., J.R.E., *Autos de contas do testamento de Maria Josefa da Ascensão, filha de Maria de Mendonça e Abreu*, docs. 1/1590 e 1/59-1.

126 Algeroz - cano que recebe as goteiras de todo o telhado; parte saliente do telhado para desviar as águas da parede que o sustenta. Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit*., p. 22.

127 - Frechal – ("frixal") – viga horizontal; viga de madeira que corre sobre a última fiada de uma parede e na qual se assentam as pontas dos vigamentos; os barrotes de um telhado ou as linhas de uma asna. Idem, *Ibidem*, p. 170; Maria João Rodrigues, *Ob. Cit*., p. 138.

128 A carta de avaliação da casa do reverendo vigário do Estreito de Câmara de Lobos foi feita por Pedro Fernandes Pimenta, mestre pedreiro, e João Martins de Abreu, mestre de carpinteiro, em 1747. A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 27.

129 Todo o orçamento de carpintaria encontra-se nos fls. 13-19vº do A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa ...*, Apenso A.

130 Polegada – medida de doze linhas geométricas que corresponde a oitava parte de um palmo ou 2,75 cm. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=polegada, consultado 05/09/2011, 10:29h.

131 Olivel – ("oliveis") – peça paralela a uma asna colocada entre esta e o vértice. Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit.,* p. 202.

132 Tirante – peça horizontal de madeira ou de ferro que numa construção é submetida a grande esforço de tracção (numa asna de telhado; sob uma arcada ou sob uma abóboda; nos vigamentos dos tectos); barra de ferro que atravessa um espaço, de uma parede a outra, onde se penduram candeeiros ou lustres. Jorge Henrique Pais da Silva, *Ob. Cit*., p. 357; http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=tirante, consulatdo 05/09/2011, 10:21h.

133 No documento *"egualda"*.

134 Asna – peça ou armação de madeira ou ferro que sustenta coberturas ou telhados; eram triangulares e nos seus vértices apoiavam-se os paus de fileira; hoje designa-se por tesoura. Jorge Henrique da Silva, *Ob. Cit.,* pp. 45-46; Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit*., p. 49.

135 Lumieira – qualquer abertura que serve para iluminação interior ou clarabóia, fresta ou bandeira de porta ou parte superior da ombreira. Maria João Madeira Rodrigues, *Ob. Cit*., p. 174; Jorge Henrique Pais da Silva, *Ob. Cit.,* p. 224. Segundo recolha e informação de Paulo Ladeira, designa-se na Madeira por lumieira a parte que fica por cima da porta ("a viga"), que poderá ser feita em cantaria ou noutro material. Como as portas desta igreja não possuem qualquer abertura, deduz-se que ou não se cumpriu o pressuposto no projecto e orçamento ou estas lumieiras são referentes às vigas ou molduras.

136 Ler gualdra – puxador de gaveta em forma de argola. Jorge Henrique Pais da Silva, *Ob. Cit.,* p. 188.

137 Molde semi-circular de madeira para armação de arcos ou abóbadas. Idem, *Ibidem,* p. 72.

138 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 52.

139 O orçamento prevê o aproveitamento dos materiais da igreja velha *"exceptuando as capelas que sam particulares"*. *Ibidem*, fl. 11vº.

140 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100),* fl. 3.

141 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 23.

142 *Ibidem,* fl. 24

143 *Ibidem,* fl. 25-25º.

144 Jervis é a grafia mais corrente e que chegou até aos nossos dias. Mas este apelido é escrito ao longo deste documento com várias grafias: Jarvis, Jarves, Gerves, Jerves. Também Richart surge muitas vezes Richarte.

145 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 26.

146 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito,* fl. 148vº.

147 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 28-28vº. Trata-se de uma cópia, transcrita e assinada por Domingos Afonso Barroso, como se depreende da nota lançada à margem: *"é o que se contém no livro 19 do Registo Geral da Provedoria e Alfândega"*. O original teria sido feito, em Lisboa, por Francisco do Rego e Matos.

148 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fls. 30-30vº.

149 *Ibidem.*

150 *Ibidem,* fls. 31vº.-31vº

151 *bidem.*

152 Em 1690 tinha sido arrematante das obras da igreja de Nª. Srª. da Graça um Manuel Rodrigues da Costa, mercador, cujo lanço foi recusado pelo Conselho da Fazenda, ordenando novo pregão e recomendando que fosse entregue os lanços a oficiais de pedreiro e carpinteiro. D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 968, fl. 148vº.

153 *Relaçam dos terriveis effeitos, que cauzou o terremoto que sentio a Ilha da Madeira na noite de 31. de março de 1748. II. Parte. Compendiada de Outra, que se escreveu da Ilha do Funchal a 17. de Mayo do mesmo anno,* Lisboa, Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha N. S., Anno 1748, BNL – FR 1430, p. 7. Ver Rita Rodrigues, "Algumas referências a Câmara de Lobos em documentos que relatam o terramoto de 1748", in *Girão*, Vol. II, nº. 4, 2007, 41-45.

154 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 26.

155 *Ibidem*, fl. 27.
156 Este valor era a soma dos 135$000 rs, referentes à terra do passal que rendia alqueire e meio de trigo e uma pipa de vinho, e os 59$900 rs, das benfeitorias, terra, paredes, vinhas e latadas.
157 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 972, mf. 5382, fl. 256vº.
158 *Ibidem.*
159 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fls. 37-37vº.
160 *bidem.*
161 *Ibidem,* fl. 39.
162 *Ibidem*, fl. 32vº.
163 *Ibidem.*
164 *Ibidem*, fls. 34-34vº.
165 *Ibidem,* fls. 35-36vº.
166 *Ibidem,* fls. 35-36vº.
167 *Ibidem,* fls. 51-51vº.
168 *Ibidem,* fls. 41-44.
169 *Ibidem.*
170 Realmente essa era uma obrigatoriedade imposta no orçamento de obra de pedraria, na parcela referente à edificação do corpo da igreja, onde ficou registado que *"as paredes destes alicerces"* seriam executadas *"com cal de Lisboa"*. A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 3vº.
171 *Ibidem,* fl. 46.
172 *Ibidem.*
173 *Ibidem*, fl. 47
174 *Ibidem.*
175 *Ibidem*, fl. 52
176 *Ibidem.*
177 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso D, fl. 1.
178 *Ibidem.*
179 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)*, fl. 15.
180 Este valor deve ser o apresentando pelo arrematante, porque no orçamento do mestre das obras reais e do mestre pedreiro o custo dos muros seria de 1:597$200 rs (1:223$200 rs – obras dos muros; 232$000 rs - paredes, alicerces e mainel; 14$000 rs – tabuleiro e degraus; 28$000 rs – mainel, rebocar e caiar). A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fls. 11 e 11vº. No entanto, há aqui algum erro contabilístico. A obra de pedreiro foi arrematada por 7:579$000 rs, em 1747, e a soma aqui apresentada contabiliza 8:659$320$ (7:028$000 rs – obra; 1:631$320 rs – muros).
181 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 973, mf. 4227, fls. 102-102vº.
182 Ou 4 de Fevereiro conforme informação de Graça Freitas e Manuel Santos, "Notas sobre a Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos", in *Girão,* nº. 4, Vol. I, 1990, p. 132. Remetem os autores para A.P.E.C.L., *Lº. de contas de Nª. Srª. da Graça*.
183 Fernando Augusto da Silva, *Diocese do Funchal: Sinopse cronológica*, Funchal, Tip. Esperança, 1945, p. 37; *Elucidário Madeirense*, Vol. I,…, p. 424; Fernando Augusto da Silva não indica a fonte documental. Sabemos, apenas, que em 1750 as obras da nova igreja já tinham sido iniciadas e *"que o rematador não há de demolir toda a igreja velha mas só aquela parte que for necessaria para principiar a nova obra"*. A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fls. 46 e 52. Manuel Pedro Freitas, *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça*, disponível em http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/igreja_paroquial_nossa_senhora_graca.html, consultado a 14/03/2010, 23.59h.
184 Manuel Pedro Freitas, *Ibidem.*
185 *Ibidem.*
186 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl. 53.
187 *Ibidem.*
188 *Ibidem,* fl. 53vº-54.
189 *Ibidem,* fls. 54-54vº.
190 Patim é um pequeno patamar. Jorge Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit.*, p. 279.
191 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fls. 54-54vº.
192 *Ibidem,* fl. 54vº.
193 *Ibidem*, fl. 55vº.
194 *Ibidem,* fl. 26.
195 *Ibidem,* fls. 31-31vº.
196 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso D, fl.1.
197 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso B, fl. 1.
198 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso C, fl. 1.
199 *Ibidem.*
200 Botaréu é um pegão que resulta de um muro para aumentar a resistência (reforço). Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, *Ob. Cit.*, p. 62.
201 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso C, fl. 1vº.
202 *Ibidem.*
203 *Ibidem,* fl. 2.
204 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito*, fl. 122º.
205 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso B, fls. 1-1vº.
206 *Ibidem.* fl. 2vº.
207 *Ibidem.* fl. 3.
208 *Ibidem.*
209 Jervis - Família oriunda do Condado de Staford (Inglaterra). O primeiro que passou à Madeira foi Richart Jervis, em 1640, mercador inglês, que se fixou na cidade. Casou em 1646 com Maria de Faria, de S. Pedro, de quem teve geração. Tiveram morgadio na Madalena e em Santo António (Funchal). O seu bisneto, António Fernandes Correia Jervis de Atouguia, teve carta de brasão de armas, por sucessão, passada a 30 de Setembro de 1780. Brasão: escudo esquartelado com as armas dos Jervis, Farias, Correias e Barbosas, tendo sido o primeiro heráldico passado em Portugal com as armas dos Jervis. Armas: de negro, chaveirão de arminho, acompanhado de três merletas de ouro e timbre: uma merleta do escudo (tanto para as famílias ingleses como portuguesas com este apelido). Descendentes: visconde de Atouguia; D. Maria Helena Jervis de Atouguia que usou o pseudónimo de Berta de Ataíde, casada com Cristovão Guilherme de Almeida, sem geração. Luíz Peter Clode, *Registo Genealógico de Famílias que passaram à Madeira*, Funchal, Ed. da Tipografia Comercial, 1952, p. 173. Vitório Jervis de Faria, por exemplo, a 27 de Maio de 1766, assina o pedido do novo compromisso da importante Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé do Funchal, como antigo tesoureiro. A.R.M., CONF., *Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé do Funchal,* Cx. 1, prº. 12, fl. 29 (treslado de 1860).
210 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso B, fls. 4-4vº.
211 Despachado em Lisboa a 13 de Fevereiro de 1769, com parecer favorável do Conselho da Fazenda de 11 do mesmo mês e ano, e registado no Funchal a 27 de Abril. D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do*

Funchal, 1768-1774, Lº. 976, fls. 5-5vº.

212 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A, fl.57.

213 Toda a informação referente a esta vistoria encontra-se nos fls. 57vº.-61 do A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A.

214 Toda a informação referente a este litígio encontra-se nos fls. 63-66 do A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A.

215 Lisboa, 17 de Outubro de 1772. D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1768-1774, Lº. 976, fls. 208-208vº.

216 A.R.M., A.D.F., *Registo da Câmara Eclesiástica do Funchal – Capelas e Oratórios, Livro 2º. da Câmara Eclesiástica (A) "em que se lanção as cartas de colocação e alvarás para se poderem levantar altares em ermidas novas, e outros documentos de que vay Index", Desde 1710 até 1747,* Caderno I, p. 2-3 (remete para o fl. 7vº.), (texto dactilografado).

217 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 172.

218 *Ibidem.*

219 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 975, mf. 5380, fls. 75-75vº.

220 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 172.

221 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 975, mf. 5380, fls. 74-75. Ver Paulo Ladeira e Rita Rodrigues, "A Igreja de Nossa Senhora do Estreito de Câmara de Lobos – II Parte – Contributos para o estudo do seu património artístico" (nesta revista).

222 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl.173vº.

223 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito (começa em 1730),* fl. 123.

224 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 172.

225 *Ibidem,* fls. 172-172vº., 173-173vº. e 175.

226 O património artístico desta igreja será estudo em pormenor por Paulo Ladeira e Rita Rodrigues, nesta revista, em "Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – II Parte Contributos para o estudo do seu património artístico".

227 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 172vº.

228 *Ibidem.*

229 *Ibidem,* fls. 172vº., 173, 174, 174vº.

230 *Ibidem,* fl. 173.

231 *Ibidem,* fl. 173vº.

232 *Ibidem,* fl. 173. e 176.

233 *bidem,* fl. 178vº.

234 *Ibidem,* fl. 173vº.

235 Em diversos documentos e bibliografia aparece Villa Vicêncio, optamos, no entanto, pela assinatura do autor, "Villavicencio".

236 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 176.

237 *Ibidem,* fl. 178vº.

238 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito (começa em 1730),* fl. 162vº.

239 *Ibidem,* fl.136vº.

240 A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100),* fl. 22vº.

241 A.P.E.C.L, *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100),* fl. 23,

242 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito (começa em 1730),* fl.128vº.

243 *Ibidem,* fl.124vº.

244 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 179.

245 *Ibidem,* fl. 179.

246 *Ibidem,* fl. 179.

247 A.P.E.C.L., *Confraria de Nossa Senhora da Graça,* fl. 45vº. Trata-se de uma folha de papel, A5, cortada e colada, fora do contexto temporal da restante documentação.

248 António Francisco Xavier era carpinteiro e cunhado do mestre entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega por ter contraído matrimónio com sua irmã, Ana Maria do Carmo, viúva de um pedreiro avaliador da Câmara Municipal do Funchal, Matias José, e de Sebastião Fernandes. António Francisco Xavier morava no Beco dos Aranhas (Funchal) onde construiu casa em 1794, contando com empréstimo de 218$6000 rs por parte de seu cunhado. Enviuvou em 1824 e teve uma filha, Antónia Joana. Paulo Ladeira, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820),* Funchal, S.R.E.C./C.E.H.A., 2009, pp. 50, 53-54, 74, 79,83-84. O entalhador Estêvão Teixeira é o autor do sacrário desta igreja juntamente com António Mendes, entalhador. Vide Paulo Ladeira e Rita Rodrigues, "Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – II Parte Contributos para o estudo do seu património artístico" (nesta revista).

249 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 427, fl. 126.

250 João Pereira, nesta mesma folha de pagamentos, entre 1805 e 1806, recebeu várias verbas de arrematações das seguintes obras: Sé (estradamento); Igrª. de Nª. Srª. dos Prazeres, Igrª. de Santana e Igrª de Machico (consertos); novo Quartel das Armas de Câmara de Lobos; Casa e Guarda do Hospital; casa do *"viveiro vegital"* do Monte; casa da guarda do hospital militar. Outros dados sobre João Pereira retiramos de Paulo Ladeira, *O Rococó na Madeira: A talha e pintura do último Barroco ao primeiro Neo-Clássico,* Tese de Mestrado, UMa, 2003, Anexos, p. 16 (policopiado): João Pereira era carpinteiro, morador no Funchal, e sabia assinar. A 11 Maio 1803 juntamente com o carpinteiro José Alves fez um contrato e ajuste de obra com o morgado Diogo de Ornelas Frazão, para fazer uma escada, porta, soalho de uma sala, *"balustre",* armação, *"verdugada"*, cambotas e duas portas, altar e sacristia de uma capela, sendo testemunhas o pintor Timóteo António Marques e o pedreiro Manuel Valentim (A.R.M., *R.N.*, L.º 1098, fl. 91vº.-92vº.). A 10 de Junho de 1804 fez outro contrato e ajuste de obra numa casa, com João Fernandes Ribeiro (A.R.M., *R.N.,* L.º 1103, fL. 86 vº.-87 vº.). Em 1810, a 18 de Dezembro, fez mais um ajuste de obra para fazer obras numa casa de sobrado no beco dos Aranhas pertencente a Estêvão José Casimiro (A.R.M., *R.N.,* L.º 2263, fl. 63 vº.-64). A 5 de Abril de 1811, Ana Joaquina, solteira, arrendou-lhe por 2 anos uma casa, sendo testemunha o carpinteiro Manuel Caetano, morador aos Arrifes (A.R.M. *R.N.,* L.º 1130, fls. 102-103). João Pereira é várias vezes testemunha revelando a sua movimentação social no Funchal: a 26 Abril 1803 com António de Sousa, pedreiro (A.R.M., *R.N.*, L.º 1098, fl. 54v.º); em Dezembro de 1803 (A.R.M., *R.N.,* L.º 1101, fl. 36); a 13 de Março de 1805 (A.R.M., *R.N.,* L.º 1107, fl. 50vº.); a 12 de Maio de 1810 (A.R.M.,*R.N.,* L.º 1127, fl. 80); a 30 de Outubro de 1811 (A.R.M., *R.N.*, L.º 2264, fl. 76vº.); a 5 de Novembro de 1814 (A.R.M., *R.N.,* L.º 1142, fl. 156vº.); a 25 Outubro de 1815 (A.R.M., *R.N.,* L.º 1146, fl. 57); a 28 de Março 1817 (A.R.M., *R.N.,* L.º 1151, fl. 101v.º).

251 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 427, fl. 168.

252 *Ibidem,* fl. 190.

253 Manuel Pedro Freitas, *A Igreja Paroquial de Nossa Senho-*

ra da Graça, http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/igreja_paroquial_nossa_senhora_graca.html, consultado a 14/03/2010, 23.59h.

254 Idem, *Ibidem*. Remete esta informação para *A Semana Ilustrada,* 11 de Setembro de 1898.

255 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 427, fl. 215.

256 Fernando Augusto da Silva refere esta consagração mas não faz qualquer referência documental. *Elucidário Madeirense,* Vol. I, p. 424.

257 A.H.D.F., *Porto Santo – Livro de Provimentos da Igreja de Nossa Senhora da Piedade (1692-1813)*, Cx. 1, Doc. 21. Na edição do dia 2 de Fevereiro de 1947, p. 5, o *Diário de Notícias* (Funchal) publicou um artigo intitulado "Vigário Apostólico do Funchal, D. Frei Joaquim de Meneses e Ataíde, Visita Pastoral, em 1813, notas em forma de diário".

258 A.R.M., *Misericórdia do Funchal*, Cx. 2, Docs. 25, 27 e 31, mas também em vários livros e documentos avulso.

259 Eduardo Castro e Almeida, *Archivo da Marinha e Ultramar – Inventário: Madeira e Porto Santo,* Vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907-1909 (Doc. 12465).

260 Francisco de Paula Medina e Vasconcelos (1768-1824) – *"Nasceu na freguesia da Sé a 20 Novembro de 1768, filho de Teodoro Félix de Medina Vasconcelos e de D. Ana Joaquina Rosa de Vasconcelos. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, mas em consequência das suas actividades políticas e do seu revolucionarismo foi preso em 1790 e depois expulso da Universidade tendo de sair, para sempre, de Coimbra. Em 1792 regressou ao Funchal e passou a desempenhar o cargo de Tabelião. Como voltasse às actividades revolucionárias, foi de novo preso e condenado a oito anos de degredo em Cabo Verde. Em 1823 seguia, a cumprir a pena a que foi condenado, na Ilha de Santiago, tendo morrido no desterro no ano de 1824. Medina e Vasconcelos no seu tempo gozava de grande prestígio como poeta, publicou várias obras: Poesias Lyricas de Medina … 1797; Sextinas elegiacas (…), 1805; Zargueida, Descobrimento da Madeira, 1806; Georgeida, 1819, entre outras. Das composições de Medina e Vasconcelos, foi a Zargueida a que lhe deu maior renome e ainda hoje é, de todas, a mais conhecida".* Roberto Faria, "MEDINA E VASCONCELOS, Francisco de Paula", Nesos, http://nesos.wordpress.com/2007/03/02/medina-e-vasconcelos-francisco-de-paula/, consultado a 05/09/2011, 19:37h.

261 Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, *Georgeida, Poema, Dedicado ao Illustrissimo Senhor Roberto Page Cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada, Comerciante Britânico na Ilha da Madeira,* Londres, Impresso por Stephen-Conchman,Throgmorton Street, e vende-se na Casa de Harper, Pearce, And Co-Gracechurch Street, 1819, *http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Georgeida.pdf,* consultado a 05/09/2011, 13:41h.

262 Idem, *Ibidem*, pp.1-2.

263 António Jacinto de Freitas (Chefe da Terceira Repartição da Secretaria do Governo Civil), *Uma época administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, Vol. 3º., Funchal, Tipografia Nacional, 1852, p. 459.

264 Pelo falecimento do padre Manuel Borges de Alemanha, o bispo do Funchal abriu concurso para ocupação da vaga da Igreja Paroquial do Estreito de Câmara de Lobos. A esta vigararia concorreram seis padres, mas apenas três se apresentaram a exame, cujos nomes foram propostos à Mesa de Consciência e Ordens a 26 de Novembro de 1793. Por um documento que confirma a entrega de um sino, verifica-se que foi o padre Francisco José de Albuquerque Freitas Bettencourt quem ocupou o lugar de vigário da Igreja de Nª. Srª. da Graça, embora tivesse sido o segundo classificado. Era natural da Ilha da Madeira, filho das mais nobres famílias, presbítero há 32 anos, confessor e vice-vigário em Nª. Srª. da Graça *"que administrava zelosamente"*. O primeiro classificado foi o padre João Filipe Moniz Barreto, filho *"da família mais nobre da ilha"*, ordenado presbítero há mais de 32 anos, confessor zeloso, vice-vigário em três paróquias, tendo sido promovido à vigararia de S. Sebastião de Câmara de Lobos há onze anos. O terceiro classificado, padre João José da Costa e Andrade, vigário da paroquial de S. Jorge, não deveria ser considerado *"porque depois de ter sido examinado lhe fizerão denuncia de diversos crimes, cuja inquirição estava pendente"*. A escolha do padre Francisco José de Albuquerque Freitas Bettencourt teve, possivelmente, em conta a sua experiência, como vice-vigário, ao lado do padre Manuel Borges de Alemanha.http://www.concelhodecamaradelobos.com/Documentos/padre_manuel_borges_almanha-provimento_apos_morte.pdf (A.H.C., hoje A.H.U.), consultado a 20/03/2010, 20:00h. A 17 de Outubro de 1792, o padre José de Albuquerque Freitas Bettencourt assina o inventário da Igrª. de Nª. Srª. da Graça, como vigário, embora fosse vice-vigário, juntamente com o cura António de Abreu Macedo. A 13 de Setembro de 1796 é indicado, noutro inventário, como *"vigário actual"*, juntamente com o padre João Filipe Moniz Barreto, que fora indicado em primeiro lugar para a Paroquial da Graça mas fora preterido. Em 1795, o padre Francisco José de Albuquerque Freitas Bettencourt ofereceu uma âmbula à Confraria do Santíssimo Sacramento. A.P.E.C.L., *Livro da Fábrica Grande (Inventário fl. 100)***.** O padre José Porfírio, em 1962, afirma que o padre Francisco José de Albuquerque Freitas Bettencourt entrou na paróquia a 10 de Outubro de 1792, como vice-vigário, e o padre João Filipe Moniz Barreto a 12 de maio de 1795, como vigário. A.P.E.C.L., *Livro do Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos*.

265 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 476, fl. 5.

266 D.G.ARQ./A.N.T.T., A.H.M.F., *Convento de São Bernardino – Câmara de Lobos*, Inv. nº. 489, Cx. 2267, fls. 4-5. *" e que o menor dos ditos sinos seija posto á desposição do vigario da Igreja Parochial da Ribeira Brava",* mas esta ordem foi logo corrigida no fólio seguinte, onde se adverte que o sino pequeno deveria ser entregue ao vigário da Tabua e não a outro, o que se tinha feito por equivocação. *Ibidem*, fl. 5vº.

267 *Elucidário Madeirense*, Vol. I, A-E, 1998, p. 424; Fernando Augusto da Silva, *Diocese do Funchal: Sinopse cronológica*…, p. 98.

268 A.H.U., A.C.L., Série Madeira, Cx.39, Docs. 11267-70; A.H.U., A.C.L., Série Madeira, Cx.39, Docs. 11290-94; A.H.U., A.C.L., Série Madeira, Cx.39, Docs. 11283-84.

269 A.H.U., A.C.L., Série Madeira, Cx.39, Docs. 11267-70 (Ofícios do Governador sobre vários assuntos).

270 A.H.U., A.C.L., Série Madeira, Cx.39, Docs. 11290-94 (Ofício do Governador participando a partida para Lisboa dos réus implicados no desacato cometido no Estreito de Câmara de Lobos).

271 *Ibidem*.

272 Trata-se de João de Andrade, e não José, de alcunha "o rangido".

273 A.H.U., A.C.L., Série Madeira, Cx. 39, Docs. 11290-94 (Ofício do Governador participando a partida para Lisboa dos réus implicados no desacato cometido no Estreito de Câmara de Lobos).

274 A.H.U., A.C.L., Série Madeira, Cx. 39, Docs. 11283-84 (Ofícios do governador – processo instaurado contra João Nunes e José Bernardo de Santa Ana – sobre o desacato do Estreito de Câmara de Lobos).

275 *Ibidem.*

276 *Ibidem.*

277 Manuel Pedro Freitas, *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça*… Remete esta informação para *Diário de Notícia*, 25 de Fevereiro de 1906.

278 Idem, *Ibidem.* Remete a informação para *O Jornal*, 13 de Setembro de 1924.

279 Idem, *Ibidem.* Remete as informações para: Manuel Freitas, "Notas sobre a instalação do relógio na torre da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos", in *Girão*, Vol. 1, nº. 2, 1989; "No Estreito de Câmara de Lobos, o novo relógio", in *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Setembro de 1937; "Manifestação de apreço ao Dr. Ângelo Menezes Marques", in *Diário de Notícias*, Funchal, 12 de Setembro de 1937; *Notícias da Madeira* e *O Jornal*, 6 de Março de 1937; "No Estreito de Câmara de Lobos", in *Diário de Notícias*, Funchal, 8 a 10 de Agosto de 1937. Sobre a história da montagem e custos da obra do relógio ver Manuel Pedro Freitas, *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça*.

280 Idem, *Ibidem.* Remete esta informação para C.M.C.L., *Acta da reunião de 25 de Março de 1964*.

281 Agradecemos ao Dr. Manuel Pedro de Freitas o desafio e incentivo dados para escrevermos este artigo, ao Mestre Paulo Ladeira pelas sugestões ao nosso texto e ao Padre José Luís de Sousa as facilidades concedidas na consulta do Arquivo Paroquial.

282 Também designado por A.C.E.F. (Arquivo da Câmara Eclesiástica do Funchal), por A.P.E.F. (Arquivo do Paço Episcopal do Funchal) ou A.D.F. (Arquivo Diocesano do Funchal).

Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos

Parte II - Contributos para o estudo do seu património

Paulo Ladeira
Mestre em História e Cultura das Regiões / Variante História da Arte

Rita Rodrigues *
Mestra em História / Variante História da Arte.

Foto: Ernesto Pinto Correia

Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, anos 60 do séc. XX

O requerimento para a edificação da nova Igreja de Nª. Srª. da Graça de Câmara de Lobos, feito pelo vigário Manuel Borges de Alemanha e paroquianos, ocorreu entre 1744 e 1746. Em 1747 foi autorizado pelo Conselho da Fazenda a feitura do risco. No mesmo ano decorreu a execução do orçamento da obra de pedraria e carpintaria pelo então mestre das obras reais, João

Martins de Abreu, e Pedro Fernandes Pimenta, mestre pedreiro, tendo sido a obra arrematada pelo menor lanço oferecido por Manuel Rodrigues da Costa, mestre do ofício de pedreiro. Só em 1758, e novamente por ordem do Conselho da Fazenda, foi mandado fazer o risco do retábulo do altar-mor, tribuna dourada e sacrário[1].

O Marquês de Angeia, do Conselho de El Rei,*"gentil homem de sua câmara e vedor da Real Fazenda",* fez saber ao Provedor da Fazenda da Ilha da Madeira que fora visto no Conselho da Fazenda o requerimento do padre Manuel Borges da Alemanha, vigário da paroquial de Nª. Srª. da Graça, e que era preciso para se celebrar os ofícios divinos *"fazer se retábulo no Altar mór, e tribuna em que se costuma expor o Santissimo Sacramento, que tudo devia ser dourado, e fazer-se Sacrario".* Ordenava, por isso, ao Provedor que mandasse *"fazer planta e risco[2] desta obra e Retabolo tam lizo de ornamento como pede a boa Architectura com seu ornato decente, ou Architectura pintada cor de perolas com as suas colunas fingidas de pedra e o Azulejo na altura de dez ou onze palmos, e de tudo mandais fazer o orçamento e arrematei a pregam dando conta do último lanço".* Assinado em Lisboa, a 27 de Novembro de 1758, sendo o despacho do Conselho da Fazenda de 24 do mesmo mês[3].

As orientações estilísticas ficaram bem explícitas: "*Retabolo tam lizo de ornamento como pede a boa Architectura".* As imposições estéticas são muito raras nos documentos que consultámos para a Ilha da Madeira, e neste caso marcam a entrada de uma nova linguagem decorativa, mais limpa e depurada, distanciando-se da estética barroca que tanto marcou a imaginária retabular das igrejas portuguesas e madeirenses, como são as capelas e os altares do Colégio S. João Evangelista, os altares de S. António e do Bom Jesus da Sé, o altar-mor da Misericórdia do Funchal (hoje na igreja do Coração de Jesus), capelas e altares da igreja de S. Pedro, a capela-mor da igreja de S. Jorge, no norte da ilha, etc. De facto, como veremos adiante, o retábulo do altar-mor da igreja de Nª. Srª. da Graça apresenta-se como um trabalho vanguardista na talha do século XVIII, pois é um dos primeiros retábulos de colunas com fuste liso.

A petição do padre Manuel Borges de Alemanha para o retábulo da Igreja de Nª. Srª: da Graça ocorreu em 1758, dois anos após a bênção da capela-mor da mesma igreja, quando o pároco confirmou que *"se achava coberta lajeada com portas e o arco cruzeiro fechado com tabuado ainda que não tem o tecto forrado nem as paredes rebocadas o que por ora senão podia fazer pedia o Reverendo suplicante passar para ela o retábulo da capela velha e o sacrário em que se conserva o Santíssimo Sacramento para evitar alguma maior indecência"*[4].

Do retábulo e sacrário referidos da *"capela velha",* nada sabemos. O retábulo aqui mencionado poderá ser o entregue a 22 de Fevereiro de 1581, por António Marinho, recebedor da Sé, por ordem do bispo do Funchal, D. Jerónimo Barreto, ou outro que ali fosse colocado durante a campanha de obras de acrescentamento da igreja que teve lugar em 1692, sabendo-se que o imaginário Francisco Afonso da Cunha, morador no Funchal, recebera oitenta mil reis por fazer o arco e retábulo do altar de Nossa Senhora da Graça[5], como também uma pintura oferecida pelo vigário Luís Gonçalo Velho, em 1674, *"que trouxe do Reyno"*[6]. De qualquer forma, presentemente, nesta igreja não subsiste nenhum retábulo, quer em talha ou pintura, datável dos finais do século XVI ou do XVII.

O Conselho d´El Rei, em 1761, ou seja, passados três anos sobre o primeiro requerimento, confirma ter visto a petição do vigário Manuel Borges de Alemanha sobre o altar-mor, douramento do retábulo e cobertura de azulejos, cuja informação tinha sido enviada pelo Provedor da Fazenda do Funchal. Lê-se no documento que era necessário *"se mandar fazer o Retabolo do Altar mor da dita igreja com sua Tribuna; e as paredes da Cappella cubertas de azulejos, e o douramento do mesmo retabolo no qual dizeis ser verdadeiro o dito requerimento, e que pella precizão da brevidade mandareis fazer o orsamento de toda a dita obra pello Mestre das obras Reais"*[7] de 3:170$000 rs *"e que pondo se a lanços diminuira em quantia considerável* (…) *vos mandamos façais pôr a lansos huma e outra obra, e deis conta dos menores"*[8]. Assinada em Lisboa, a 30 de Julho de 1761, cujo despacho do Conselho da Fazenda era de 24 de Julho, registado no Funchal a 25 de Setembro com a nota *"registe-se e se cumpra"*[9].

Por um documento emanado pelo Conselho da Fazenda ficamos a saber que o arrematador da obra do retábulo e talha do altar-mor, tribuna, douramento e azulejo da igreja de Nª. Srª. da Graça foi o mestre entalhador Julião Francisco

Ferreira, em 1764: *"Os do Conselho del Rey Nosso Snr´ e do de sua Real fazenda em falta de Vedores della. Fazemos saber a vós Provedor da Fazenda Real da Ilha da Madeira que no mesmo Conselho se vio a Conta, que destes sobre o Orçamento, e Lanso, que teve a obra do Retabulo, talha do Altar Mor, Tribuna douramento e azulejo da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Cama (sic) de Lobos dessa Ilha, que requereo o Vigario della, e o risco da dita obra, que remetestes declarando ser o menor lanço o de Julião Francisco Ferreira na quantia de dous contos nove centos e noventa mil reis. Em consideração do que e da informação, que deo o Coronel Enginheyro Carllos Mardel Arquiteto das Obras Reais, vendo o mesmo Risco, e ornamento, de que tudo ouve vista o Procurador da Fazenda vos mandamos façais entregar a dita obra ao referido Mestre Julião Francisco Ferreira, que deu nella o dito lanço fazendo termo de a executar, conforme o dito Risco que se vos remete firmado com vapelido*(?) *do Escrivão da Fazenda da Repartição, com a segurança necessrª. como pede a Arte debaxo das pennas costumadas = Francisco do Rego de Mattos o fez em Lisboa a quinze de Fevereiro de mil sete centos e sessenta e quatro annos = Jozé Telles Rebello a fez escrever = João António de Oliveyra = Doutor Antonio Alz. da Cunha e Araujo = Passado por despacho do Conselho da Fazenda de 19 de Agtº. de 1763 = Cumpra-se e registesse Fªl. 9 de Abril de 1764 = Barroso. Registado do próprio, Funchal 3 de Dezbro. de 1764. Oliveira"*[10].

Acontece que o contrato acima transcrito, de arrematação, foi quebrado por renúncia do mestre entalhador Julião Francisco Ferreira passando essa responsabilidade para o vigário da mesma igreja, padre Manuel Borges de Alemanha, como se vê pela verba paga *"ao notário plª. Escriptura de quebra, q. fez Julião Francº. arrematador della"* ($800 rs)[11], e, como ficou bem explícito, foi a pedido do referido pároco que o entalhador tinha arrematado a obra: *"Em nome de Deus amem Saybão quantos este Instrumento publico de quebra e renuncia deste dia em diante na forma declarada virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e sessenta e quatro annos ao primeiro dia do mez de Mayo do dito anno nesta Freguezia de Nossa Senhora da Graça lemite do lugar de Cama (sic) de Lobos termo da cidade do Funchal da Ilha da Madeira nos aposentos em que vive o Muito Reverendo Vigario Manoel Borges de Alemanha aonde eu Tabalião fui chamado, e sendo ahi prezente mim Notario aparecerão partes com vem a saber de huma o Mestre emtalhador Julião Francisco Ferreira morador na Cidade e presente a este instrumento, e bem assim como da outra o Muito Reverendo vigário da dita Parochia Manoel Borges de Alemanha, e elles partes de mim Tabalião reconhecidos pellos próprios; Logo por elle dito Julião Francisco Ferreira me foi dito na presença das testemunhas ao diante nomeadas e asignadas, que era verdade que elle arrematara em a Alfandega a obra do Altar Mor, e Camarim desta Igreja de Nossa Senhora da Graça, e tudo mais que constar do auto da dita rematação, pello preço que delle constar, a qual arrematação fizera por ordem do Muito Reverendo Vigario Manoel Borges da Alemanha, como Reytor da sua Igreja, e que nesta forma fazia quebra e renuncia da dita arrematação no dito Reverendo Vigario, como Reytor de sua Igreja, o qual estando prezente, disse aceitava e tomava sobre sy a dita quebra para se fazer a dita obra na forma que se acha arrematada, asim per sy, como em nome de seus sucessores, para que por conta da dita, Igreja se faça a dita obra na forma de sua arrematação e que nesta forma obrigava os bens, e rendas da dita Igreja a Real satisfação no cazo, que sua Magestade, que Deus goarde não concorra com o que se lhe tem pedido, para a tal obra arrematada, e que nesta forma havia o dito arrematador por livre e desobrigado da tal arrematação para que por ella não possa em tempo algum ser obrigado ao seo comprimento, por ser feita a dita arrematação a peditorio delle Reverendo Vigario, como Reytor de sua Igreja, e elle a ter aceitado per sy em nome de seus sucessores para que se faça a dita obra por conta da dita Igreja na falta que sua Magestade, que Deus goarde, não concorra com o que se lhe tem pedido; o que tudo hum e outro assim aceitarão, e outorgarão pedirão e mandarão ser feito este Instromento de quebra, e renuncia na forma declarada nesta Nota hoje para sempre e eu tabalião como pessoa publica estipulante e aceitante por rezão de meo officio, e tomo e aceito em nome de quem o favor tocar auzente testemunhas que foram prezentes o Reverendo Padre Francisco de Barros Henriques e o Alferes António Jozé da Sylva e Ignacio Nunes Pereira todos desta Freguezia que nesta Nota asignarão com os outorgantes, e eu Jozé Ferreira dos Passos Tabalião de Notas que o Escrevi = Julião Francisco Ferreira = o Vigario Manoel Borges de Alemanha = o Padre Francisco*

de barros Henriques = António Jozé da Sylva = Ignacio Nunes Pereira = E não se contem mais em o dito Instromento, que eu sobredito Tabalião em meo Livro de Notas Thomey, donde este tresladei bem fielmente, e com a própria Nota este conferi, e consertei a que me reporto em todo e por todo tanto no mais, como no menos, e me asigney de meos Signaes costumados publico e razo de que uso, que taes são = Lugar do Signal publico = Em testemunho da verdade Jozé Ferreira dos Passos = Registesse Funchal tres de Dezembro de mil sete centos e sessenta e quatro. Barroso. Reg^do. do próprio Funchal 3 de Dez^bro. de 1764"[12].

Como fica documentado o mestre entalhador Julião Francisco Ferreira fora, inicialmente, apenas arrematador da obra, responsabilidade que declinou, recebendo, no entanto, 290$000 rs *"pella talha do retabullo feita por ajuste"*, 297$500 rs por *"595 dias a Julião Franc^o. de entalhar a obra a 500"* e 54$500 rs, por 109 dias que levou a entalhar o trono, a $500 rs/dia[13]. Tendo por base as obras documentalmente atribuídas a este imaginário, cuja linguagem formal e técnica é de um barroco inquestionável, sempre acreditamos, desde a nossa investigação sobre esta igreja, que a talha do seu retábulo fosse executada por aquele entalhador mas com base num risco de outro autor enviado do Funchal para Lisboa como vem expresso no despacho do Conselho da Fazenda de 19 de Agosto de 1763 "*o risco da dita obra, que remetestes (…) e vendo o mesmo Risco, e ornamento*"[14]. Este risco poderia ter sido executado pelo então Mestre das Obras Reais, Domingos Rodrigues Martins (1748-1779), cuja formação fora obtida na Academia de Fortificação e Desenho (Lisboa)[15], seguindo, assim, os mesmos trâmites da Igreja de São Jorge de cujo retábulo é autor (1750), sendo o entalhador Julião Francisco Ferreira apenas mestre executor[16], mas o retábulo desta igreja do norte da ilha, apesar de introduzir, timidamente, alguns elementos decorativos da gramática Rococó, como os *"Cs"*, grinaldas de flores, folhas de acanto, concheados, volutas, etc., é ainda obra tipicamente barroca, quer nos formalismos, quer no douramento. Por isso, um projecto que exigia "*Retabolo tam lizo de ornamento como pede a boa Architectura*"[17] e que acabou por colocar a Matriz do Estreito de Câmara de Lobos na vanguarda da gramática Rococó na Ilha da Madeira teria de ser de outra mão e oficina.

A correspondência entre o Conselho da Fazenda e a Real Fazenda do Funchal que refere o risco nem sempre é clara. Ora parece-nos que o risco foi enviado do Funchal para Lisboa a fim de ser analisado e avaliado, ora fica a dúvida se o desenho vem de Lisboa para o Funchal para ser lançado o pregão da obra e retorna a Lisboa acompanhado do orçamento para ser novamente reenviado ao Funchal com a respectiva aprovação, pois no mesmo despacho refere para se fazer a obra do retábulo da capela-mor "*conforme o dito Risco que se vos remete*"[18]. Perante o retábulo, que ainda hoje permanece no seu espaço primitivo, podemos afirmar que o autor do seu risco tinha-se rendido à moda da talha lisa, cuja linguagem estética tão bem aplica nesta obra.

A ordem para ser feito o risco do retábulo, tribuna e sacrário data de 27 de Fevereiro de 1758, mas em 1761, em Julho, ainda era trocada correspondência entre a Real Fazenda do Funchal e o Conselho da Fazenda confirmando a necessidade da execução daquela empreitada orçada em 3:170$000 rs, que agora incluía retábulo, talha do altar-mor, tribuna, douramento e azulejos. Parece-nos que já tinha ido a lanços esta obra porque se afirma que *"diminuira em quantia considerável"*. Neste ano, a 5 de Maio, a Confraria do Bom Jesus contribuía já com duas tranches para as obras do altar-mor, 50$000 e 42$000 rs[19] e em 1768 volta a participar com 61$250 rs num pagamento referente a ouro e tintas que foram mandadas vir de Lisboa[20].

No entanto, o Conselho ordenou que fosse novamente a arrematação, o que era comum, a fim de verificar se haveria ou não ofertas inferiores. O menor lanço foi apresentado por Julião Francisco Ferreira, mestre entalhador, no valor de 2:990$000 rs[21], cujo risco foi visto e aprovado pelo arquitecto Carlos Mardel no Conselho da Fazenda a 19 de Agosto de 1763, despachado a 15 de Fevereiro de 1764 e registado no Funchal a 3 de Dezembro. Acontece que o arrematante da obra, Julião Francisco Ferreira, renunciou a esta responsabilidade a favor do vigário da Igreja de N^a. Sr^a. da Graça, a 1 de Maio de 1764, ou seja, só depois de aprovado o risco e orçamento com respectivo despacho favorável, mas antes de ser registado no Funchal, no entanto, o contrato de renúncia é claro: a obra deverá ser feita na forma da arrematação, ou seja, seguindo o risco e orçamento feito pelo Mestre das Obras

Reais[22].

Felizmente, a nossa insistente prospecção no Arquivo Paroquial da Igreja de Nª. Srª. da Graça permite-nos, hoje, identificar o arrematante e autores da obra de talha e pintura da capela-mor: retábulo, camarim, trono, apainelado, sacrário e tecto, pela extremosa organização do vigário Manuel Borges de Alemanha que deixou anotado as verbas pagas, nomes e materiais diversos no *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770)*, com o título "Conta de toda a obra e pintura da Igreja de Nossa Senhora da Graça pelo padre Manuel Borges de Alemanha, cuja obra se principiou em Maio de 1764 e cuja pintura se findou no de 1776".

Substituindo o entalhador Julião Francisco Ferreira surge João António Villavicêncio[23], autor do risco do retábulo, camarim, trono, pinturas e douramento, embora num forte trabalho de parceria. Teria Julião Francisco Ferreira arrematado inicialmente a obra já com risco de João António Villavicêncio, seu companheiro em outras empreitadas, e previamente acertado com o vigário? Desde 1764, data que é pago *"drº. a João Antº. pˡᵒ. risco e por o dº. risco em grande e frete ao barco q. o trouxe"*[24] (16$600 rs), até 1778 que João António Villavicêncio está identificado nas obras da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos:

- *"ao almocreve q. trouxe a João Antº. qdº. dirigir a obra"* ($800 rs*); "ao arrieiro que trouxe João Antº. ver a obra e riscar algumas coisas"* ($400 rs); *"drº. a João António por fazer o risco"* do apainelado da capela-mor (8$000 rs); dinheiro ao arrieiro que trouxe João António para *"ver e dirigir a obra"* ($700 rs); frete ao arrieiro que trouxe João António *"qdº. veio mandar sentar a obra"* ($400 rs); *"drº. a João Antº. por dias em que esteve mandando sentar a obra"* (4$800 rs); *"Conta do q. custou o sacrario o qual se fez na tenda do mᵉ. João Antº. por cuja mão correrão as ferias dos officiais e outras cousas pª. elle"; "Despeza com o pagamtº. ao pintor João António Villavicencio plº. douramtº., pinturas e quadros da Capella Mor"*[25];

Em 1778, a 6 de Julho, que ficamos a saber que João António Villavicêncio recebeu 49$000 rs, tirados da arca da Confraria de Nª. Srª. da Graça, referente ao pagamento do douramento e pintura do altar[26]. Um ano depois, em Abril de 1777, da Confraria do Santíssimo Sacramentos são retirados 167$289 rs para pagar a pintura da capela-mor[27].

Pelas contas apresentadas, João António Villavicêncio foi o arrematador de toda a obra que custou 4:225$010 rs:

- pintura do camarim - 70$000 rs
- pintura do tecto da capela-mor - 220$000 rs
- *"pintura solta dos lados da capela"* - 80$000 rs
- *"pintura de todos os quadros da capella"* - 28$600 rs
- *"q. importou o Lançamtº. de 976 Livros de ouro a 700"* - 683$200 rs
- obra do altar-mor - 879$470 rs
- apainelado da capela-mor - 876$550 rs
- camarim - 93$000 rs
- sacrário - 75$400 rs
- ouro e tintas - 900$680 rs
- *"q. custou o pagamtº. aos pintores como se ve assima"* - 1: 333$200 rs[28]

Mas outros pintores, douradores, entalhadores, carpinteiros e pedreiros estiveram envolvidos nesta campanha de obras, revelando uma empreitada complexa:

- *"drº. a Nicolau de Lyra por 5 figuras do remate do retábulo"* (66$800 rs);
- *"drº. a Agostinho José Marques plᵃˢ. duas figuras do throno a 3$000 rs palmo, 6 pᵒˢ."* (18$000 rs); *"drº. a Agostinho José Marques por huma figura q. fez pª. o remate*" (22$000 rs);
- *"drº. a Miguel Francisco por entalhar a dª. obra* [retábulo] *em 8 dias"* (4$450 rs);
- *"drº. a Antº. de Agrella por entalhar na cidᵉ. os floroys q. estão nas mãos do Anjos"* ($600 rs); *"8 dias a Antonio de Agrella por entalhar o docel em casa de João Antº. a 450"* [talha do trono do camarim] (3$600 rs);
- *"drº. a Julião Francº. pella talha do retabullo feita por ajuste"* (290$000 rs); 595 dias a *"Julião Francº. de entalhar a obra* [do camarim] *a 500"* (297$500 rs); *"109 dias a Julião Francº. por entalhar o trono* [do camarim] *a 500"* (54$500 rs); 104 dias ao seu discípulo a $200 rs (20$800 rs);
- 36 dias ao mestre [entalhador] Estêvão Teixeira [sacrário] (a $350 rs =12$775 rs);
- *"51 dias ao mᵉ. Antonio Mendes entalhador*

Igreja de Nossa Senhora do Estreito de Câmara de Lobos, 2010

a 500" [sacrário] (25$750 rs);
- 165 dias ao mestre Bernardo Gomes [carpinteiro] a $400 (66$000 rs) e aos seus discípulos foram pagos $220 rs e $225 rs/dia; 101 dias ao mestre Bernardo Gomes a $400 rs (40$400 rs) [apainelado da capela-mor]; várias tranches a seu filho, Manuel Gomes, a $200 e $250 rs/dia, tendo recebido 15 dias a $300 rs *"p^lo. perigo"* de armar o andaime; 6 dias a Bernardo [Gomes, carpinteiro] de fazer o dossel do trono e a volta do arco a $400 rs (2$400 rs) [talha do trono do camarim] e mais 6 dias (2$600 rs); 6 dias ao seu filho [Manuel Gomes] a $300 rs; 4 dias a Bernardo Gomes de armar os andaimes e rebater juntas no forro (1$800 rs) [pintura da capela-mor]; 3 dias ao seu filho, Manuel Gomes, para o mesmo serviço (1$050 rs); 1 dia e meio a Bernardo Gomes de armar o andaime que se desmanchou quando veio o Senhor Bispo ($600 rs) [pintura da capela-mor]; 1 dia e meio ao seu filho para o mesmo serviço ($350 rs); 1 dia e meio a Bernardo Gomes de rebater para se poder pintar - $400 rs;
- 245 dias a Simão Gomes [carpinteiro] a $350 rs (85$920 rs)[retábulo]; 228 dias a Simão Gomes, oficial de carpinteiro, nesta obra [apainelado da capela-mor] a $350 rs (79$915 rs];
- 163 dias a Manuel Simões, oficial de carpinteiro, nesta obra [apainelado da capela-mor] a $350 rs (57$220 rs);
- 62 dias ao mestre [carpinteiro?] Manuel João de *"alimpar a obra"* [sacrário] a $350 rs (21$700 rs);
- [ao pedreiro] José Joaquim por tomar por cal os agulheiros e por reduzir o presbitério *"a meya laranja por ajuste"* (15$000 rs) [obras no apainelado da capela-mor]; o seu discípulo recebeu 69 dias a $200 rs (13$900 rs) e mais 465 dias a $250 rs (115$500 rs) [durante as mesmas obras]; 11 dias e meio ao mestre José dos Reis a $300 rs (3$300 rs) [sacrário]; 1 dia e meio ao mestre José Joaquim por cobrir de mas-

sa as portas, janelas e presbitério a $500 rs ($750 rs) [durante as obras de pintura da capela-mor][29].

Mas deixamos aqui a ordem com que o vigário Manuel Borges de Alemanha organizou as suas contas de despesas, chamando a atenção para a lista de materiais de talha, pintura e douramento, essencialmente pelo seu ineditismo, situação deveras rara na documentação madeirense, que à excepção da campanha de obras ocorrida na Igreja de Nª. Srª. da Piedade (Funchal), conhecida pela "Igrejinha", entre 1752 e 1757 e 1764[30], na qual operaram também em parceria o pintor-dourador João António Villavicêncio, oriundo das Canárias, arrematante da obra, e o entalhador Julião Francisco Ferreira, açoriano, e, ainda, um padre, Frei Miguel de St. Thomaz, que julgamos também de origem canária, volta a estar bem documentada na Matriz do Estreito de Câmara de Lobos, e curiosamente sob a arrematação e direcção de obra de João António Villavicêncio.

De salientar o número de vezes que surge o vocábulo "risco" e quantidade de papel para moldes, sendo este documento o mais rico nestas informações que recolhemos até hoje. Por outro lado, compreendemos que o mestre João António Villavicêncio coordenava toda a operação artística através das suas sucessivas idas do Funchal ao Estreito de Câmara de Lobos para assentar e dirigir a obra, como "riscar", etc., e na sua tenda e casa foram executadas diversas peças como o dossel para o retábulo, executado pelo carpinteiro Bernardo Gomes e entalhador António de Agrela, e o sacrário executado pelos entalhadores António Mendes e Estêvão Teixeira de Nóbrega.

"Conta de toda a obra e pintura da Igreja de Nossa Senhora da Graça pelo padre Manuel Borges de Alemanha, cuja obra se principiou em Maio de 1764 e cuja pintura se findou no de 1776":

- papel e grude para moldes -1$300 rs;
- papel para tirar moldes -1$600 rs;
- *"drº. a João Antº. plº. risco e por o dº. risco em grande e frete ao barco q. o trouxe"* -16$600 rs;
- *"drº. ao notário plª. Escriptura de quebra, q. fez Julião Francº. arrematador della"* - $800 rs;
- escrituras com pessoas que emprestaram dinheiro para a obra enquanto não chegava d´El Rei - $800 rs
- a Alexandre Fernandes por *"falquejar hum pau pª. huma repreza"* - $100 rs;
- frete de *"3 paos que foraão pª. a cide. pª. as figuras do remate"* - $600 rs e mais para o carrete do boeiro que levou para Câmara de Lobos - $600 rs;
- 1 castanheiro comprado a Isabel Maria, viúva de Tomás Baptista - 1$200 rs;
- *"carreto de dois pesos de madrª., q. forão pª. camra. de Lobos pª. as figuras"* - $400 rs;
- *"ao almocreve q. trouxe a João Antº. qdº. dirigir a obra"* - $800 rs;
- 8 paus para formar o pé do altar -167$825 rs;
- 1 chaprão que vendeu Marinho Ribeiro para o friso - 1$000 rs;
- *"escapullas para segurar as collunas"* - $600 rs;
- 1 dúzia de tabuado comprado ao reverendo Lopes - 6$000 rs;
- *"ao arrieiro que trouxe João Antº. ver a obra e riscar algumas coisas"* - $400 rs;
- *"papel para moldes"* - $200 rs;
- *"drº. a João António plº. risco do Cammarim em grande e outras coisas"* - 7$200 rs;
- 1 pau para as represas do camarim com 18 palmos de comprido;
- *"drº. ao arrieiro que trouxe João Antº. por duas vezes ver a obra, e riscar"* -1$000 rs;
- *"drº. a quem levou a cide. e paos pª. as duas figuras do throno"* - $200 rs;
- 2 paus para o trono -1$400 rs;
- *"drº. a quem trouxe duas figuras pequenas pª. o retabulo"* - $100 rs;
- *"drº. a 3 homens q. trouxeram huma figura das grandes, e comer"* - $650;
- a Francisco de Freitas por levar um pau a Câmara de Lobos para as figuras - $200 rs;
- *"drº. e comer a 3 homens q. trouxeram outra figura da cidª."* - $600 rs;
- *"drº. a Nicolau de Lyra por 5 figuras do remate do retábulo"* - 66$800 rs;
- "drº. a Agostinho José Marques plªs. duas figuras do throno a 3$000 rs palmo, 6 pºs." – 18$000 rs;
- *"frete ao barco, e carrete ao boeiro q. o pôs em casa de João Antº. onde se fez* (camarim" - $500 rs;
- "*drº. a qm. trouxe da cidª. duas figuras q. estão no Cammarim"* - $150 rs
- *"drº. a Agostinho José Marques por huma figura q. fez pª. o remate"*- 22$000 rs
- 4 chaprões de castanho para reformar os pés dos nichos que não recebiam as ima-

gens -3$000 rs;
- *"dr°. a Miguel Francisco por entalhar a dª. obra em 8 dias"* - 4$450 srs;
- *"385 azulejos q. vinhão para a capella, se perderão em camara de Lobos e estão debaxo da escada porq. se sobe pª. a mesa dos irmãos do Sr."* - 11$160 rs;
- frete ao navio, caixão e carretos – 1$880 rs;
- *"385 dos. q. se mandarão buscar na falta dos asina, e mandou o Pe. Estevão João"* - 15$400 rs;
- caixão em que vieram - $600 rs;
- carreto para a praia e fragata e frete ao navio - $480 rs e 1$600 rs;
- para areia fina e grossa para assentar o azulejo - $650 rs;
- 5 dias ao mestre [José] Joaquim por assentar o azulejo – 2$250 rs e $300 rs ao servente de o ajudar;
- *"dr°. a Ant°. de Agrella por entalhar na cide. os floroys q. estão nas mãos do Anjos"* - $600 rs
- 165 dias ao mestre Bernardo Gomes, carpinteiro - a $400 (66$000 rs);
- 68 dias aos seus discípulos a $200 rs; 37 dias a $225 rs; 9 dias a $250 rs;
- 245 dias a Simão Gomes [carpinteiro?] a $350 rs (85$920 rs);
- *"dr°. a Julião Franc°. pella talha do retabullo feita por ajuste"* - 290$000 rs[31]

"Conta da obra do apainelado da capela-mor que principiou a 6 de Novembro de 1766":

- *"dr°. a João António por fazer o risco"* - 8$000 rs;
- *dinheiro ao arrieiro que o trouxe e levou* - $900 rs;
- 2 castanheiro comprado a Manuel Nunes - 2$000 rs;
- *"hua resma de papel para o risco"* - 1$600 rs;
- *"papel por varias vezes pª. moldes"* - 1$300 rs;
- 6 castanheiros que vendeu Mateus Gomes no Estreitinho - 17$400 rs;
- castanheiros comprados a Francisco Moniz, ao padre António Moniz do Campanário, Manuel Nunes;
- dinheiro ao arrieiro que trouxe João António para *"ver e dirigir a obra"* - $700 rs;
- frete ao arrieiro que trouxe João António *"qd°. veio mandar sentar a obra"* - $400 rs;
- *"dr°. a João Ant°. por dias em que esteve mandando sentar a obra"* - 4$800 rs;
- a António Manuel de abrir os agulheiros;
- *"carreto, e comer a qm. trouxe o baul, e ferramta. de Julião Franc°."* - $150 rs
- José Joaquim por tomar por cal os agulheiros;
- dinheiro a José Joaquim por reduzir o presbitério *"a meya laranja por ajuste"* - 15$000 rs;
- tabuado comprado a João Rodrigues Marques;
- *"4 dias a hum oficial que cavou as figuras pª. ficarem mais leves e esqueceu carregar na conta do retabulo"* - 1$950 rs;
- a quem trouxe duas figuras que também esqueceu carregar na conta - $350 rs;
- carreto de 48 cambotas[32] para a volta que se fez na capela - 1$000 rs;
- 6 cambotas que vendeu João Rodrigues, feitor de D. Sancho [Herédia];
- papel para moldes - $900 rs;
- 1 resma de papel para o risco da obra -1$600 rs;
- papel para mais moldes - $400 rs;
- de se respregar o forro do camarim para se pintar e forrar o arco, que esqueceu carregar na conta do retábulo - $450;
- respregar o forro da capela quando se pintou -1$300 rs;
- mil tachinhas para pregar a obra da talha;
- grude - $800 rs;
- *"2 arrateis de pregos de boca para pregar os quadros nas grades e na obra"* - 1$250 rs;
- 228 dias a Simão Gomes oficial de carpinteiro nesta obra a $350 rs (79$915 rs);
- 163 dias a Manuel Simões, oficial de carpinteiro, nesta obra a $350 rs (57$220 rs);
- 101 dias ao mestre Bernardo Gomes a $400 rs (40$400 rs);
- ao seu filho Manuel Gomes a $200 rs (1$000 rs); mais 31 dias a $250 rs (12$750 rs);
- 28 dias a Manuel de Sousa a $350 rs (7$350 rs);
- 15 dias a Manuel Gomes de armar andaimes a *"300 plo. perigo"* (4$650 rs);
- *"595 dias a Julião Franc°. de entalhar a obra a 500"* (297$500 rs);
- 69 dias ao seu discípulo Joaquim a $200 rs (13$900 rs) e mais 465 dias a $250 rs (115$500 rs)[33].

"Conta do que custou a talha do trono do camarim e algumas coisas mais que nele se gastaram":

- 6 dias a Bernardo de fazer o dossel do trono e a volta do arco a $400 rs (2$400 rs);

Foto: DRAC

Interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça

- 6 dias ao seu filho a $300 rs;
- madeira para o dossel e cambotas para a volta do arco - $600 rs;
- missagras de metal para a porta do dossel;
- "*8 dias a Antonio de Agrella por entalhar o docel em casa de João Antº. a 450"* - 3$600 rs;
- *"109 dias a Julião Francº. por entalhar o trono a 500"* - 54$500 rs
- 104 dias ao seu discípulo a $200 rs 20$800 rs;
- 6 dias ao mestre Bernardo Gomes na dita obra - 2$600 rs;
- a carpintaria e madeira vai na conta do retábulo[34]

"Conta do q. custou o sacrario o qual se fez na tenda do mᵉ. João Antº. por cuja mão correrão as ferias dos officiais e outras cousas pª. elle":

- 2 chaprões de castanho comprados a Francisco da Costa - $700 rs;
- 6 travessas grossas de 8 palmos cada uma a 20 palmo - $960 rs;
- carreto de 2 pesos para Câmara de Lobos - $400 rs;
- frete ao barco que a levou para a cidade e carreto ao boieiro que a levou para a tenda - $600 rs;
- 74 pés de tábuas de pinho a 50 rs cada pé - 3$700 rs;
- missagras para a fechadura - $900 rs;
- dinheiro para o ferro *"pª. o pé de aguia"* - $150 rs;
- pregos e tachinhas - $650 rs;
- 36 dias ao mestre [entalhador] Estêvão Teixeira – a $350 rs (12$775 rs);
- 19 dias ao seu discípulo a $50 rs ($950 rs);
- *"51 dias ao mᵉ. Antonio Mendes entalhador a 500"* - 25$750 rs;
- 62 dias ao mestre Manuel João de *"alimpar a obra"* a $350 rs (21$700 rs);
- 2 dias e meio ao oficial que fez a casa do sacrário a $350 rs ($875 rs);
- dinheiro a 8 homens que trouxeram o sacrário da cidade - $200 rs a cada um (1$600 rs)
- grude - $400 rs;
- 11 dias e meio ao mestre [pedreiro] José dos Reis a $300 rs (3$300 rs);
- *"4 onças de jalde em pó"* - $060 rs;

- *"hú arratel de jalde queimado"* - $240 rs;
- *"hú barril em que vierão estas tintas"* - $300 rs (jalde);
- *"2 caixotes em que vierão a alvaiade"* - $400 rs;
- carretes e fragata - $400 rs;
- frete ao navio -1$600 rs;
- frete para terra e obreiro - $300 rs;
- frete e carrete de Câmara de Lobos - $300 rs;
- *"hua 4ª. de Rom comprada na terra"* - $600 rs;
- *"hua arroba de bollo vermelho*" - 1$289 rs;
- *"hu arratel de Rom"* - 1$050 rs;
- *"18 arrateys de vernis de charão*[35] *a 600"* -10$800 rs;
- 12 garrafas em que veio a $40 rs - $480 rs (verniz);
- *"8 onças de flor de anil"* - 2$480 rs;
- *"12 arrateys de verdete a $450 rs"* - 3$400 rs;
- *"3 arrateys de vermelhão a 1$000 rs"* - 3$000 rs;
- *"18 duzias de pinceis de varios lotes"* - 2$500 rs;
- *"carretos, caixão e lona"* - $410 rs;
- frete pago a António Bazílio de Andrade -1$500 rs;
- *"8 barris de alvayade moido com 465 livras* (sic) e 34as. a 150" (69$850 rs);
- *"5 duques de óleo com 31 canadas a 500 por ser especial"* (15$500 rs);
- *"976 livros de ouro a 740"* - 722$240 rs;
- *"comissão ao Pe. Estevão João de Ande. de fazer estas encomendas"* - 24$542 rs;
- *"despacho no Consulado, e Portage"* - 10$120 rs;
- *"rebatição de hua Letra para vir o ouro a tempo"* - 5$250 rs;
- *"3 arrateys de sabbam pª. lavar pinceis em toda a obra da capella"* - $450 rs;
- somava 976$022 rs[36];

Embora junto com a conta do sacrário, outras verbas diziam respeito à pintura dos diversos altares da igreja e da capela-mor:

- abateram-se tintas, alvaiada moída, pincéis, que se gastaram no altar do Senhor Jesus 22$042 rs;
- abateram-se tintas e mais coisas que se gastaram nos altares de São Caetano e de São Pedro - 22$042 rs;
- tintas que se gastaram no altar de Nossa Senhora da Salvação -15$620 rs;
- tintas que se gastaram no altar das Candeias - 15$620 rs;
- importou o ouro e tinta da capela-mor - 900$655 rs[37];

Mas quem foi Julião Francisco Ferreira, mestre entalhador, homem de confiança do vigário Manuel Borges de Alemanha porque a seu pedido foi o primeiro arrematador da obra da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, e autor da talha do retábulo, camarim e trono desta igreja, embora sendo o risco de João António Villavicêncio?

Julião Francisco Ferreira foi um dos entalhadores que operou em diversas obras de gramática barroca, como executou outras que marcaram a transição do Barroco para o Rococó na Madeira. Natural da Ilha de São Miguel do Arquipélago dos Açores veio trabalhar para a nossa ilha em finais da década de 20 do século XVIII, data em que se conhecem as suas primeiras obras.

Era filho de Henrique Ferreira de Andrade e de Maria de Faria, neto paterno de Manuel Ferreira e Maria dos Reis e materno de José de Faria e Mariana Cabral, todos naturais da Ilha de São Miguel. Morava na freguesia de São Pedro, no Funchal, e casou a 29 de Julho de 1750, na Sé, com Antónia de Caires, natural da freguesia de São Martinho, sendo testemunhas deste casamento Simão Martins de Araújo e Filipe Catanho. Ficou viúvo e casou novamente, em 1770, na Igreja Matriz de Câmara de Lobos, um ano antes de falecer, com Ana Filipa Henriques, filha de Francisco de Abreu Henriques e de Teresa de H., estes naturais da freguesia de Câmara de Lobos. Foram testemunhas deste casamento o pintor António da Trindade da Cruz e António Pinto[38]. Por esta altura, referia-se que Julião Francisco Ferreira morava na freguesia da Sé (Funchal)[39].

Este entalhador, também denominado de "*oficial de marceneiro*", faleceu em Junho de 1771, foi sepultado na Igreja de Nª. Srª. do Carmo (Funchal). Fez testamento mandando dizer missas por sua alma, dos pais, da primeira mulher e mais parentes. No testamento determinou que se desse ao padre Gonçalo Martins 18$000 "*para o que lhe expos*", talvez referente a alguma obra que tenha executado, e que se desse ao reverendo vigário da freguesia de São Pedro $600 rs[40] para a Fábrica desta igreja. Deixou por sua testamenteira a sua segunda mulher, Ana Filipa Henrique, e em princípio não teve geração, pois não encontramos referências a descendentes no testamento nem nos registos paroquiais[41].

Foto: DRAC

Capela do Santíssimo

Na Madeira realizou diversas obras, a maioria barrocas, em parceria com o entalhador Manuel Pereira de Almeida, sobrinho do grande imaginário barroco Manuel Pereira[42]. Talhou os retábulos colaterais e da capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da Ribeira Brava (1727), o retábulo da capela-mor da Igreja de São Sebastião em Câmara de Lobos, a talha da sacristia da Igreja do Colégio dos Jesuítas (c.1720-1730) e os armários da sacristia da Sé do Funchal (1732/1735). Laborou também na capela-mor e do Santíssimo da Igreja de São Pedro do Funchal (c. 1742)[43]; os retábulos da capela-mor, colaterais, das paredes laterais e sacristia da Igreja de São Jorge em Santana, (década de 1750); retábulo-mor da Capela de São João da Ribeira na freguesia de São Pedro do Funchal (1750). São-lhes, ainda, atribuídos os retábulos colaterais da Igreja Matriz de Santana e alguns trabalhos na Matriz da Camacha (1750/1760). Em 1770/1771 trabalhou na talha do retábulo da Capela de N.ª S.ª da Boa Morte da Igreja de São Pedro do Funchal, sendo esta, muito provavelmente, uma das suas últimas obras e que nos permite observar a relação profissional e de confiança que tinha com o pintor João António Vila Vicêncio, pois ficou seu fiador no contrato de obrigação para a edificação deste retábulo[44]. Este companheirismo e parceria laboral estão também documentados em 1757 na feitura de um andor para a "Igrejinha" (Funchal), por Julião Francisco Ferreira, cuja pintura e douramento foi de António Villavicêncio[45], como também na execução da obra do retábulo, trono e camarim da capela-mor da Igreja de Nª. Srª. da Graça de Câmara de Lobos, adjudicada por Villavicêncio, autor do seu risco[46].

O entalhador Julião Francisco Ferreira, juntamente com Manuel [Mendes] Moniz de Sá, também natural da Ilha de São Miguel, comerciante "*de loja aberta*", em 1756 e 1759, foi testemunha, respectivamente, dos casamentos de Domingos de Azevedo com Bernarda da Ascensão, naturais e moradores na freguesia de São Sebastião (Câmara de Lobos), e de José de Abreu, natural do Estreito de Câmara de Lobos, com Isabel da Conceição, natural da vila de Machico. Em 1769 foi testemunha juntamente com Ambrósio Marques Caldeira, numa escritura notarial de acrescento do arrendamento que fez Manuel José da Câmara Bettencourt, representado por seu filho e procurador Laureano Francisco da Câmara Falcão, morador na Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria (Açores), a Francisco Manuel Jardim, Familiar do Santo Ofício[47].

Assim, constata-se que Julião Francisco Ferreira esteve em actividade na Madeira desde os finais da década de 20 do século XVIII e muita da sua obra retabular apresenta ainda características barrocas, sendo que a de São Jorge remete já para uma linguagem Rococó, embora subtilmente, mas cujo risco não foi de sua autoria, mas sim de Domingos Rodrigues Martins, Mestre das Obras Reais (1750), sendo que este retábulo apresenta semelhanças morfológicas próximas à talha "*gorda*" executada nesta época no Norte de Portugal, sobretudo nas zonas do Minho e do Porto[48].

Os retábulos da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos apresentam elementos estilísticos e gramática decorativa de influência aristocrática do *rocaille*[49] francês, tendo por características principais o emprego

de fundo branco com ligeiras aplicações de dourado nos ornatos em relevo, leveza nas decorações e equilíbrio entre as partes lisas e entalhadas, como tão bem veio expresso no pedido do Conselho da Fazenda para aquela obra "*tam liso de ornamento como pede a boa architectura*", ou seja, de linguagem próxima às obras modernas que proliferavam pela Europa a cuja estética Portugal já tinha aderido.

O retábulo da capela-mor enquadra-se também na linguagem do Rococó[50]. Este estilo é historicamente situado entre o Barroco e o Neoclássico, no entanto, o carácter fragmentário do seu discurso plástico *"impossibilita a indicação de uma data ou uma obra precisas que assinalem o seu arranque"*[51]. Por vezes foi identificado como tardo-barroco, mas a *"sobrecarga de esfuziantes e engenhosas formas decorativas"*[52], onde *"a decoração roça o onírico"*[53], como a sua aproximação a ambientes intimistas e sensuais afastou-o da estética barroca. Segundo Aarão Lacerda (1935) *"ao barroco sucedia um rocaille mais dúctil e fantasista na ornamentaria"*[54] correspondendo em Portugal a *"um curto fenómeno de superfície* (…) *Hedonista, lúdico, amável, intimista, naturalista, efeminado, deliberadamente anticlássico, o rococó deve ser por isso entendido como uma das «epifanias» da graça"*[55].

No geral, os retábulos da Igreja de Nª. Srª. da Graça apresentam um fundo liso branco, colunas com efeitos de marmoreados em *lápis-lazúli* com grandes manchas cromáticas azuis e brancas, e alguns apontamentos de talha dourada, proliferando por todas as partes do retábulo elementos decorativos em baixo relevo de volutas, fragmentos de concheados, flores abertas, folhas de acanto em forma de "*S*" e "*C*", como que fossem "*colados*" ao fundo.

O retábulo da capela-mor, riscado por António Villavicêncio e executado por Julião Francisco Ferreira, é de planta planimétrica, madeira entalhada, dourada e pintada, e composto por embasamento, um corpo, três tramos e ático. O embasamento de duplo registo enquadra no sotobanco a mesa do altar que apresenta ao centro um frontal decorado com um resplendor em forma de nuvem e raios de luz envolta por cachos de uva. Ao centro do banco encontra-se o sacrário ladeado por dois anjos de túnicas azuis, simetricamente posicionados, e assimetricamente decorados nos pormenores, como podemos constatar na pose das suas asas douradas, mãos e movimento dos drapeados da roupagem. Estes anjos poderão ser obra do entalhador Agostinho José Marques que recebeu verbas por duas figuras do trono, a 3$000 rs (embora seja uma verba diminuta comparada com 22$000 rs que auferiu por uma figura de remate). No banco, o espaço correspondente aos tramos laterais é adornado por dois elementos decorativos em forma de moldura curvilínea. Esta moldura é baseada em motivos de folhas de acanto, trabalhadas com realismo e também em forma de concheado e "C". No interior da moldura contempla-se um pequeno ramo com flores, disposto de modo assimétrico que é tão característico do Rococó. As mísulas, que suportam as colunas, são decoradas com pequenos motivos florais, folhas de acanto e orlas de concheados que enquadram um padrão quadriculado com pequenos círculos.

O corpo do retábulo apresenta dois pares de colunas com fuste liso diferenciadas no terço inferior com uma grinalda de flores com três espiras. Os tramos laterais enquadram ao centro esculturas, sendo a do lado da Epístola uma imagem de S. José, figura de homem amadurecido, de barbas e calvo, com seu bordão, e do lado do Evangelho uma Imaculada com o Menino, em que a Virgem folheia o livro e Jesus olha ternamente para sua Mãe. A colocação da Virgem e o livro nesta posição do altar-mor remete para a importância da doutrinação. Estas esculturas, pelos formalismos e talhe, movimento esvoaçante dos tecidos drapeados num jogo de superfícies côncavas e convexas, de luz e sombra, remetem para uma boa oficina do século XVIII.

As esculturas assentam num plinto com formas arredondadas, num misto de côncavas e convexas, decoradas com frisos lisos, "Cs" lisos e outros inspirados em folhagens de acanto, estrias e orlas de concheados contendo ao centro uma pequena cartela e na parte inferior uma flor-de-lis. As esculturas são cobertas por um baldaquino decorado com uma sanefa contendo na parte interna uma sobreposição de segmentos de orlas de concheados de onde suspende um ramo com folhagens e flores. Superiormente o conjunto é adornado novamente com folhagens de acanto, estrias e um conjunto de cinco plumas.

O tramo central abarca o camarim com trono de quatro andares, com talha decorativa

Foto: Paulo Ladeira

Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça

branca e dourada, sendo possível a colocação de velas nas laterais. No primeiro andar está colocada uma escultura de *Nossa Senhora da Graça* e no andar do topo uma imagem de *Cristo Crucificado*, oferta da Confraria de São Caetano, em 1769, mandada vir de Lisboa e pela qual foram pagos 25$000 rs[56], coberto por um dossel executado pelo entalhador António de Agrela, com a colaboração do carpinteiro Bernardo Gomes. O entablamento restringe-se aos tramos laterais que, interrompido pelo arco da boca do camarim, apresentam decorações inspiradas em "S", flores e folhagens de acanto. O entablamento, na cornija e arquitrave, apresenta apenas trabalho de carpintaria e o friso é decorado com pequenas cartelas envoltas com motivos de folhas de acanto e orlas de concheados.

O ático prolonga a composição tripartida do corpo, sendo delimitado por um frontão curvilíneo, que enquadra uma cartela com os símbolos da Eucaristia (cálice e hóstia), encimado por uma concha ladeada por dois anjos que seguram um grande ramo de flores dourado, sendo executadas estas flores, na cidade, pelo entalhador António de Agrela, recebendo apenas $600 rs. Douradas são também as asas dos anjos, que estão posicionados simetricamente, em cujos corpos está enrolado um manto azul decorado com formas circulares douradas. Estes anjos, como as outras quatro figuras de vulto e alto-relevo deste altar, apresentam ainda reminiscências de estética barroca. Estas quatro figuras, de maiores dimensões e em vulto, acompanham lateralmente os anjos, distribuídas duas no lado esquerdo, e duas na posição oposta, em planos diferenciados (posterior e anterior).

As figuras de remate deste retábulo são da autoria dos entalhadores Nicolau de Lira, cinco figuras grandes (embora apenas se encontrem duas de cada lado e dois anjos mais pequenos) e Agostinho José Marques (uma figura pequena), cuja obra de retábulo foi entalhada por Miguel Francisco. As imagens do retábulo, camarim e trono foram executadas no Funchal e transportadas de barco até Câmara de Lobos e depois por bestas guiadas por boieiros de Câmara de Lobos até ao Estreito. Devido às suas dimensões e peso foram escavadas para ficarem mais leves, cujo trabalho coube a um oficial de carpinteiro.

Nas ilhargas do ático, na direcção das colunas, surgem plintos que suportam segmentos de frontões curvos onde assentam as quatro figuras em alto-relevo, cuja indumentária é predominantemente castanha, ocre e dourada. A gramática decorativa do ático é idêntica à do restante retábulo.

A linguagem das decorações do retábulo da capela-mor estendeu-se às paredes laterais que apresentam uma estrutura simétrica, ornando as requintadas molduras entalhadas das janelas e quadros (por vezes são decorações externas às molduras lisas dos quadros) separados verticalmente entre si por destacados e altos plintos que suportam as pilastras.

Os altares colaterais, idênticos entre si, são de madeira entalhada, branca, dourada e azul, apresentam planta plana e compõem-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. O sotobanco é constituído pela mesa do altar. No banco de cada altar há uma mísula sobre a qual assenta a coluna com o fuste liso diferenciada no terço inferior por um anel. Na parte central encontra-se um pequeno nicho com esculturas de *São José* e de *Santo Antão*, respectivamente nos altares do lado do Evangelho e do lado da Epístola, já do século XX. Os corpos dos retábu-

los ao centro evidenciam um nicho emoldurado por talha dourada nas laterais e uma sanefa na parte superior, sendo o do lado do Evangelho dedicado ao *Sagrado Coração de Jesus* e do lado da Epístola ao *Sagrado Coração de Maria*, com esculturas também do século passado. O entablamento contínuo apresenta talha apenas no friso e delimita o ático com frontão curvilíneo interrompido e decorado com cartelas e motivos vegetalistas em "C" e "S". Todo o conjunto é rematado com uma moldura entalhada que resguarda pinturas – *Libertação de São Pedro* e *Descimento da Cruz*, dos altares do lado do Evangelho e da Epístola, respectivamente. Por cima do arco triunfal, ladeada por dois segmentos de frontão curvos, existe ainda uma cartela em talha dourada com uma pintura de *Nossa Senhora com o Menino* ladeados por dois querubins, cujos rostos, cabelos encaracolados em tons de castanho negro, maçãs rosadas, se aproximam à representação de Jesus, enquanto a Virgem segue um esquema tradicional de olhar arrebatado para o céu, vestido amagentado e manto azul, com cabeça coberta de véu branco rematado por um camafeu em forma de querubim.

Os retábulos laterais, também de planta plana, compõem-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. O sotobanco enquadra a mesa do altar que contém no frontal uma moldura com decorações vegetalistas, cartelas e bordas de concheados em "C". O banco apresenta duas mísulas de estrutura idêntica à dos altares colaterais que enquadram um pequeno oratório composto por três nichos. O corpo do retábulo apresenta painel central e colunas de fuste liso delimitadas no terço inferior por um anel. Os painéis centrais representam *Nossa Senhora com o Menino Jesus, santos e figuras eclesiásticas* e a *Apresentação de Jesus no Templo*, respectivamente, no lado Evangelho e do lado da Epístola, ambas de factura ingénua, possivelmente executadas por algum aprendiz de João António Villavicêncio, que como já documentamos foi o autor das *"pinturas soltas"* e de todos os *"quadros da capella*[-mor]".

A primeira pintura apresenta uma composição dividida em dois planos horizontais, aludindo o superior ao mundo celestial com a Virgem segurando o Menino sobre um grande globo azul e dois anjos envergando uma fita com a legenda "*Que me invenerit inviniet vitam, ethauriet Salutem a Domino. Prov.8.n.35"*[57], remetendo para o Livro dos Provérbios (Prov. 8:35) *"Porque o que me achar achará a vida, e alcançará o favor do Senhor"*. Ainda neste plano encontram-se quatro cabeças de querubins distribuídas pelos espaços abertos numa tentativa de equilibrar a composição. No plano inferior compreendemos que a temática alude também ao rosário de Maria, com um frade dominicano segurando um livro e rosário, seguido de um franciscano, ocupando parte do lado esquerdo da composição, e no lado direito encontram-se mais quatro figuras masculinas, sendo duas eclesiásticas identificadas com a mitra papal, possível referência a Urbano IV (1261-1264) e Pio V (1566-1572). O Papa Urbano IV acrescentou a palavra "Jesus" concluindo a primeira parte da Ave-Maria: *"Ave-Maria, cheia de graça. O Senhor é convosco! Bem dita sois Vós entre as mulheres, e Jesus"*, que era usada desde o século VII como referência à saudação do anjo Gabriel (Lc 1, 28), e usado na festa da Anunciação. A partir do século XII à oração juntaram-se as duas saudações à Virgem: a do anjo Gabriel (Anunciação) e de Santa Isabel (Visitação), *"Bem dito o fruto do vosso ventre",* cujas temáticas estão representadas no programa iconográfico da capela-mor desta igreja. O Papa Pio V, grande reformador da igreja católica, publicou o *Catecismo, Missal* e *Breviário* Romanos, onde a "Ave-Maria" foi publicada pela primeira vez como oração oficial da Igreja já acrescentada da sua segunda parte: "*Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte. Ámem"*. Esta tela foi cortada no lado direito da Virgem onde se observa apenas quatro dedos e uma porção de asa de um anjo, e parte do ombro de uma figura, ficando também incompleta a primeira palavra da legenda. Este corte abrupto poderá indicar proveniência de outro lugar ou desajuste entre a tela e moldura. Apesar do seu carácter ingénuo, a nível pictórico, esta pintura expôs erudição teológica, aliás o que acontece com a maioria das pinturas do século XVIII, com certeza orientadas pelo então vigário Manuel Borges de Alemanha.

A Apresentação de Jesus no templo encontra-se grosseiramente repintada, especialmente nos rostos das figuras, marcando alguma descaracterização. Trata-se de uma composição económica de figuras: Maria que entrega o Menino, o Sacerdote que recebe Jesus, S. José que

assiste à cena, uma criança que segura numa candeia, e outra figura, possivelmente a profetisa Ana que fora ao templo orar. A Apresentação de Jesus no templo, Purificação da Virgem ou Candelária reportam-se todas para os quarenta dias depois do nascimento de Jesus, festividades comemoradas a 2 de Fevereiro. Segundo S. Lucas (Lc 2:22-40), a Virgem e S. José levaram Jesus ao templo, em consonância com o ritual judaico de então, de forma a oferece-lo a Deus, aliás, o mesmo acontecera com sua mãe que com a idade de três anos subira os quinze degraus do altar para ser apresentada ao Senhor, tema também representado no programa iconográfico da capela-mor. No regresso a casa a Sagrada Família encontra Simão, a quem Deus tinha prometido ver o Messias antes de morrer, que profetizou que uma espada trespassaria o coração de Maria.

Estes altares laterais, onde se encontram as duas telas referidas, apresentam um entablamento curvilíneo que delimita o ático preenchido por um dossel com sanefas sobre o qual se destaca ao centro uma pequena cartela. Os retábulos laterais encontram-se integrados numa capela de cantaria definida por pedestais, pilastras e uma arquivolta plena de pedraria rebocada e pintada. O conjunto é rematado por um frontão curvilíneo contendo ao centro uma cartela com os símbolos do *Sagrado Coração* e o anagrama de "AM" [Avé Maria], respectivamente nos retábulos do lado Evangelho e da Epístola.

As paredes laterais da capela-mor estão totalmente preenchidas com telas pintadas inseridas em cartelas emolduradas com elementos decorativos dourados. Como já referimos as *"pinturas soltas "* e *"todos os quadros da capella"* foram obra de João António Villavicêncio (finalizadas em 1776), mas embora a talha que envolve estas cartelas sejam ainda as do século XVIII, algumas pinturas são já dos séculos XIX e XX, testemunhando campanhas de restauro, sendo assinadas por L. Bernes a *Anunciação* (1909), a *Visitação* (1909?)[58], a *Ceia em Casa de Emaús* (1910), um jarrão com flores (1909), o tecto (1910)[59] e *Eucaristia* (1910), que pelas temáticas representadas e pela iconografia das mesmas poderão reportarem-se a antigas telas que dali fossem retiradas pelo seu mau estado de conservação e substituídas pelas actuais. No entanto, a última pintura, *Eucaristia*, levanta algumas questões, pois parece-nos uma peça dos finais do século XVII ou princípios do século XVIII que eventualmente foi restaurada pelo pintor L. Bernes, mas só um apoio documental ou laboratorial poderá esclarecer esta situação, embora se integre, do ponto de vista composicional, com legendas em latim em filacteras à campanha das outras pinturas, entre 1764 e 1776. Bernes assinou, por exemplo, um quadro pintado por Nicolau Ferreira aquando duma campanha de restauro na Capela de Nª. Srª. da Conceição (Câmara de Lobos): *"Talvez que o precipitado "restauro" destes quadros lhes tivesse roubado muito da sua autenticidade no que se refere ao cromatismo original, lamentando-se o facto do autor do repinte, L. Bernes não ter resistido à tentação de assinar e datar (1908) umas das telas (Fuga para o Egipto) como se do autor se tratasse"*[60]. Esta situação poderá ter ocorrido também na Igreja de Nª. Srª. da Graça.

A *Eucaristia* estrutura-se em dois planos. No inferior encontram-se três figuras, um padre celebrante de mãos elevadas para o céu, ricamente vestido com uma casula brocada com padrão de cornucópia, um diácono e uma figura masculina, ajoelhada e de mãos postas em oração, por detrás da figura central que irá celebrar a missa. Esta personagem, pela sua posição recôndita na composição, poderá representar um doador. Será o padre Manuel Borges da Alemanha, impulsionador destas obras e aqui pároco durante meio século, ou o vigário Luís Gonçalo Velho, que em 1674 trouxera *"do Reyno"* uma pintura para esta igreja? Este quadro merece uma atenção especial e um trabalho de laboratório, apesar de assinado por Bernes, que por outras obras reconhecemos as suas capacidades técnicas de copista. As três figuras denotam um pincel apurado no tratamento do desenho e plasticidade, com correcto tratamento de volumetria e claro-escuro, onde foram valorizados os padrões da casula e do frontal de altar, possivelmente a melhor tela de todo o conjunto pictórico desta igreja. Na parte superior da composição está representada a Virgem com o Menino, de composição comum, envoltos numa moldura de madeira com formas irregulares encimada pela frase *"Laudis ejus plena est terra Hab.3"* (*"o seu [de Deus] louvor cobre a terra"*), remetendo para a oração de Habacuc[61], e integrando-a na campanha de pintura da capela-mor. Entre a Virgem e o Menino e as filacte-

ras legendadas encontra-se a representação do Olho da Providência[62]. Quer a representação da madeira da moldura, quer do grande cortinado vermelho que a envolve, permite a leitura das formas tridimensionais que as compõem. Num plano intermédio encontra-se um altar de dois degraus, forrado com pano branco rendado nas bordas, sobre um frontal de altar padronizado[63]. Uma custódia dourada, de tipo portátil, com pé repuxado e hostiário cercado por duas faixas douradas, sendo a última o sol, disco circular com raios abertos, encontra-se sobre o altar.

As pinturas da capela-mor, sentido do altar-mor para a porta da sacristia, apresentam-se circundadas por cartelas que funcionam como molduras, criando ritmos visuais entre as pinturas de grandes dimensões alusivas à vida da Virgem intercaladas com outras de dimensões menores representando alegorias e litanias.

No lado do Evangelho, na faixa superior, encontra-se uma pequena pintura inserida numa cartela com legenda pintada *"Attollite Portas Principes Vettras. PSalm*" (Salmos 24:9)[64], seguida da *Anunciação* (Bernes, 1909) de maiores dimensões, intercalada com outra pintura de pequenas dimensões, também com frase pintada, "*Turris fortitudinis* à *facie inimici* P[…] (Salmos 61:4)[65]", rematando com *Apresentação da Virgem no Templo* de dimensões iguais à *Anunciação*.

Sobre a janela, que ilumina o altar-mor, encontra-se uma pequena pintura, seguida de outra que aparelha sobre a pintura legendada *"Attollite …"*. Na base inferior desta faixa, sob a pintura anteriormente citada, está uma outra envolta em moldura circular, próxima da forma de um coração, representando uma figura feminina com instrumentos musicais (sopro e cordas), eventualmente, uma alegoria à música, e sob a pintura com legenda "*Turris…",* seguindo o mesmo tipo de moldura e representação, encontra-se outra figura feminina com a sigla IHS pintada sobre o vestido apontando para um globo, compasso e esquadro, e um espelho (?) no qual se observa um girino (?) cuja cauda acaba em seta (alegoria à ciência?). A leitura destas pinturas é dificultada pela grande distância que estão em relação ao espectador, como pela sua diminuta dimensão.

No entanto, estas pequenas pinturas representam um interessante programa iconográfico sujeitando ao mesmo jugo os livros bíblicos com os símbolos das litanias da Virgem comummente representadas na *Tota Pvlcraes*. *"Attollite Portas Principes Vettras",* alusiva à entrada do Rei da Glória (Salmo 24) e à chegada da Arca da Aliança a Jerusalém (Salmos 24:7-10), é conjugada com a porta que simbolicamente reporta para a passagem entre os dois mundos, o terreno e o celestial. A Virgem é representada de braços abertos, indicando o chão da terra com a mão direita e dirigindo a mão esquerda para o céu. Encontra-se sobre uma grande porta colocada no meio de uma paisagem de tons predominantemente verdes onde um clarão alaranjado separa cromaticamente a terra do céu. Um véu branco cobre a sua cabeça, nimbada, e traja um vestido vermelho e manto azul-escuro.

A Virgem representada na pintura legendada *"Turris fortitudinis* à *facie inimici P[…]*" segue o mesmo modelo da anterior, quer nos traços fisionómicos, quer na posição da cabeça e direcção do olhar, para a terra, exceptuando-se a posição das mãos, que aqui se encontram cruzadas sobre o peito, e o facto de não estar aureolada. A Virgem foi colocada em frente de uma grande torre, sendo possível observar as dificuldades que o pintor teve em unir plasticamente as duas figuras, Virgem e torre, retiradas de gravuras ou pinturas diferentes que serviram de base a esta composição. A Virgem encontra-se suspensa e desajustada da enorme torre cuja solução técnica encontrou o pintor assentando-a sobre uma forma de concheado retirada por decalque da fonte usada noutra pintura, *"In aquas Plupimas EstneP 1º. nº. 6 redundavit",* que se encontra no lado da Epístola, e sobre a qual falaremos adiante. A torre encontra-se colocada numa paisagem evidenciada por um grande turbilhão de nuvens brancas cujo movimento contrasta com a rigidez da Virgem. A torre (davídica) simboliza a porta que dará acesso aos céus aludindo à vigilância, fortaleza e segurança permitindo a elevação dos espíritos e ascenso ao celestial. Maria é identificada e louvada como uma torre nas ladainhas (Litania Lauretana).

A Apresentação da Virgem no Templo representa a cena narrada nos textos dos Evangelhos Apócrifos[66] e apresenta o sacerdote Zacarias, homem de idade avançada, barbas brancas, trajando indumentária rica que se destaca das outras personagens pelos padrões e riqueza dos tecidos, que no cimo da escada lança os braços para receber Maria, representada ainda criança,

Foto: Rita Rodrigues

Sacrário da Igreja de Nossa Senhora da Graça. Talha dourada, séc. XVIII - entalhadores António Mendes e Estêvão Teixeira

já aureolada, mas de idade superior a três anos, subindo sozinha os degraus, simbolizando a sua entrega a Deus. O pintor, aliás, como aconteceu com a maior parte das representações a partir dos finais da Idade Média e princípios do Renascimento, ignorou a história e simbolismo, optando por representar apenas dez degraus em vez dos quinze (*quindecim gradus*) que corresponderiam aos cânticos entoados pelo povo de Israel quando se deslocava a Jerusalém em peregrinação (*cantica graduum*)[67]. Santa Ana e São Joaquim encontram-se de pé, juntos aos primeiros degraus da escada, estando a mãe da Virgem de braços abertos e mãos indicando o caminho a tomar: subir os degraus do altar do holocausto. No lado oposto, um grupo composto por duas mulheres, sentadas nos degraus, equilibra a composição, tendo uma delas uma criança ao colo. No lado direito do sacerdote, e compondo o fundo da pintura, observamos um edifício de tipologia oriental, o santuário, enquanto a cena principal - a *Apresentação* - decorre num espaço arquitectural clássico identificado pela presença de uma porção de coluna e parte de uma fachada com frontão.

Ainda na capela-mor, na faixa inferior do lado do Evangelho, estão representados a *Ceia em casa de Emaús* (L. Bernes, 1909)[68] e um *Sagrado Coração de Jesus e clarissa* (século XX)[69].

Do lado da Epístola, faixa superior, continuamos a observar um interessante programa iconográfico em pinturas de pequenas dimensões, envolvidas por cartelas, como acontece com o programa do lado do Evangelho, e cuja identificação mantém-se dificultada pela sua localização a uma altura considerável. Identificamos, no entanto, a representação da Virgem com o Menino sobre uma árvore, legendada, que integra uma predela vertical com mais duas pinturas, seguindo o esquema do conjunto oposto no lado do Evangelho. Segue-se a *Adoração dos Pastores* intercalada com pinturas, novamente, de pequenos formatos, sendo de cima para baixo duas com legendas, mas só conseguimos ler a filactera de uma: *"In aquas Plupimas Estne P 1º. nº. 6 redundavit."*, terminando este conjunto com a representação da Senhora com uma Fénix ou Pelicano. Remata sobre a porta da sacristia a *Visitação* (L. Bernes, 1909?), de maiores dimensões, envolta em moldura quadrangular. Por cima da *Visitação* encontra-se outra pintura, também de pequenas dimensões com a inscrição "*Vas inhonorem R.om*".

A pintura *"In aquas Plupimas Estne P 1º. nº. 6 redundavit"* remete para o Livro de Ester 11:10, *("Clamaveruntque ad Deum : et illis vociferantibus, fons parvus creavit in fluvium maximum, et in aquas plurimas redundavit")*[70], em conformidade com a composição pictórica, e não 1:6[71] como está pintada na filactera. A Virgem segue, novamente, o modelo usado nas pinturas *"Attollite…"* e *"Turris…"* e foi assentada sobre o terminus da fonte, em formas concheadas, de gosto rococó. Aqui mais uma vez o pintor revelou algumas dificuldades em articular duas figuras (Virgem e fonte) provenientes de gravados ou pinturas diferentes. A fonte ocupa a parte central da composição, seguindo os figurinos da porta ("Attollite…") e torre ("Turris…"), ocupando de igual modo um espaço de paisagem predominantemente verde rematada ao fundo com um tom alaranjado que divide a terra do céu. Aludindo à ideia de vida, maternidade, ensinamento, imortalidade e longevidade evoca-

da nas litanias, a fonte confina-se, também, ao conceito de *"fons hortorum"* (Cântico 4:15).

"Vas inhonorem R.om" segue, novamente, os figurinos anteriores, apresentando a Virgem de vestido vermelho e manto azul, segurando uma açucena, símbolo da pureza e virgindade de Maria desde a Idade Média. A Virgem, reconhecida como a máxima expressão da castidade, é comparada nas Sagradas Escrituras com a brancura e beleza da açucena[72]. Pela legenda, embora incompleta, e a composição iconográfica, composta pela figura da Virgem na parte superior, sendo o espaço inferior ocupado com uns vasos dourados, parece-nos remeter para a Epístola aos Romanos (9:21), que pretende diferenciar o bem e o mal, condenando o pecado. E mais uma vez representou o pintor um texto bíblico (legenda) com um elemento simbólico da litania e da ladainha: vaso[73].

Na faixa inferior encontra-se um tela representando *Cristo no Horto* (XX), em que Jesus recebe comunhão de um anjo, seguido de uma tela estreita e alongada representando a *Eucaristia* (Bernes, 1909?), com a legenda *"Laudis ejus plena est terra Hab.3"*, mas como já referimos duvidamos desta autoria e data!

A *Adoração dos Pastores*, cena narrada por S. Lucas (Lc 2,1-21), foi tema comum da pintura religiosa pós-trento, embora remonte ao século XV o início da sua representação. A tela, integrada no conjunto das pinturas da capela-mor da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, representa uma cena comum desta temática com a Virgem abrindo o pano revelando o Menino, o berço de madeira coberto de palha, os pastores trajando humildemente como camponeses, S. José apoiado no bordão, todos ajoelhados. Ressalve-se um cordeiro, vivo, aos pés do berço, aludindo e prefigurando o sacrifício. A cena passa-se dentro de uma cabana humilde, de madeira, onde se observam os travejamentos cobertos de palha, e cuja identificação do espaço geográfico da terra que viu nascer Jesus é dada pela abertura de duas portas de arco de volta perfeita que permite ver uma casa cúbica com um leve apontamento de paisagem. Jesus, Maria e S. José estão nimbados. Caracteriza esta pintura uma certa preocupação naturalista das personagens dos pastores e de S. José, enquanto a Virgem é uma figura mais comum.

O conjunto das pinturas de pequenas dimensões, que ocupa parte das paredes laterais da capela-mor, quer do lado do Evangelho, quer do lado da Epístola, executado entre 1764 e 1776, revela um curioso programa imagético, merecendo estudo pormenorizado, quer iconográfico, quer iconológico, integrado no contexto da execução desta empreitada, que apesar da sua factura irregular e ingénua, revela directrizes eruditas e contrarreformistas. Este programa, como já sugerimos, deverá ser fruto da orientação do vigário Manuel Borges de Alemanha, grande obreiro da construção da igreja nova de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos que ocorreu entre 1746 e 1772, e que ali foi vigário entre 1746 e 1793, com interregno de apenas um ano, 1747, quando serviu na Igreja de Nª. Srª. do Monte[74]. No entanto, na execução deste programa pictórico socorreram-se, encomendante, padre Manuel Borges de Alemanha, e/ou pintor, João António Villavicêncio, de gravados ou de pinturas que decoravam templos madeirenses.

Destacam-se, ainda, duas pequenas pinturas com legendas escritas em filacteras alusivas ao Eclesiástico (Livro da Igreja), livro do Antigo Testamento escrito por Ben Sirac, que viveu no ano 200 a.C, em Jerusalém, escrevendo a sua obra pelo ano de 180 a.C., na qual pregava o amor à lei e defendia o património religioso e cultural judaico. As referências das legendas apontam para os capítulos 24 (elogio da Sabedoria, que nasce da experiência concreta; identificação da Sabedoria com Livro da Aliança e com a Lei de Moisés; defesa do ensino e da instrução como doutrina; meditação e reflexão sobre os cinco livros do Pentateuco, ou seja, a "Tora", a "Lei") e 33 (temor a Deus; a legitimidade da Lei; a misericórdia do Senhor; o bem de adorar a Deus; a recompensa e o castigo; etc.).

Na primeira lemos *"Qui Creavit me requie vit in tabernaculo meo Eclli 24"*[75], reportando para o capítulo 12 (Ecl 24,12) *"Então a voz do Criador do Universo deu-me suas ordens, e aquele que me criou repousou sob a minha tenda"*[76], representado por uma Virgem, que segura na mão direita um pequeno ceptro, e com o Menino ao colo que por sua vez segura na mão esquerda uma pequena corrente. Na segunda o pintor escreveu a frase muito incompleta, "Precatus exaudietur Eccli 33"[77], devendo ser "deprecatus", reportando para o capítulo 4 (Ecl 33, 4), "*Entre eles, alguns foram abençoados e exaltados, outros*

Foto: Rita Rodrigues

Parede da capela-mor, lado do Evangelo

Foto: Paulo Ladeira

Tecto da capela-mor

foram santificados, e ele os tomou para si. Entre eles, alguns foram amaldiçoados e humilhados, os quais ele expulsou de seu lugar de exílio"[78], representado por uma figura feminina (Virgem?) que segura na mão direita o Livro dos Sete Selos, sobre o qual está o Cordeiro (Agnus Dei). As duas composições seguem os mesmos cromatismos e formalismos. O fundo é vermelho, trajando as figuras femininas vestido vermelho e manto azul, encontrando-se a primeira repintada no rosto da Virgem e no Menino.

Todas estas pinturas apontam para factura do mesmo pincel, quer pelos modelos das figuras femininas (santas, alegorias e Virgem), quer, ainda, pelos formalismos e cromatismos, e poderão servir de referência para identificar outros núcleos de obras de João António Villavicêncio, no entanto, estavam, até agora, atribuídos à oficina de Nicolau Ferreira, possivelmente seu discípulo.

O altar da Confraria do Senhor Jesus esteve em obras nos inícios da década de 70 do século XVIII, tendo recebido o entalhador Miguel Francisco França [Miguel Francisco da Câmara?][79] em Agosto de 1774, 12$000 rs "*pela talha que fez para o altar do Senhor Jesus*", dourando-a e pintando-a João António Vila Vicêncio, que em 1774/1775 recebeu em três prestações 27$000 rs, numa das quais se referia que o pintor "*espera há muito, e tem necessidade*"[80].

João António Villavivêncio era de origem espanhola com família nas Ilhas Canárias (La Laguna). Radicou-se na Ilha da Madeira pelos anos 40 do século XVIII, onde pintou e dourou várias obras para igrejas e capelas madeirenses, incluindo o que nos parece ter sido uma grande campanha de obras na Capela de Nª. Sª. da Piedade (Funchal), entre 1752 e 1763. Deixamos aqui referência a outras obras: 1764 (Igreja de Nª. Srª. da Luz, Matriz de Gaula - pintura e douramento do frontispício, camarim e sacrário, totalmente desaparecidos num incêndio em 1964[81]); 1766 (Igreja de São Sebastião, Matriz de Câmara de Lobos - douramento do altar-mor e camarim, juntamente com António da Trindade da Cruz, seu cunhado[82], António Pinto e Gerardo [Francisco de Abreu?]; 1771 (Igreja Paroquial da Ponta Delgada - obras de restauro

e beneficiação, como se via numa inscrição que foi destruída por um incêndio em 1908: «*Em 1771 se fez de novo esta capella, sendo administrador e benfeitor o rev.º vigário António Mendes da Costa* […] *com esmola do povo de toda esta ilha Architectura e pintura da mão de João António Villa Vicêncio*»; 1779-1780 - *"a João Antº. do fazer o dº. e pintar a porta da caza dalleição 4$000 rs",* tratava-se do *"resplando* (sic) por *cima do sacrário",* com o qual se tinha gasto duas libras de ouro (2$400 rs)[83]; traçou as igreja de Nª. Srª. da Ajuda (Serra d´Água, Ribeira Brava), Santo António (Santo da Serra, Santa Cruz), Santo António e São Roque (Funchal). Como Mestre das Obras Reais (1781-1793) apresentou "riscos" para vários retábulos, infelizmente ainda não localizados: Capela de Nª. Srª. da Boa Morte, na Igreja de São Pedro, Funchal (retábulo de talha e douramento, entre 1770 e 1774); Igreja de São Martinho (novo altar da Confraria de Santo António); Convento de São Francisco do Funchal (em 1781, depois de demolida a igreja do respectivo convento e construídas novas capelas, onde surge como *"p[e]rito architecto"*[84]*);* Igreja Paroquial de Santo António, Funchal (arrematante da obra em 1785[85]); Igreja da Madalena do Mar (retábulo, c. 1790). Ainda como Mestre das Obras Reais e agindo em conformidade com o seu cargo, realizou obras de fortificação (1781-1782 – porto do Funchal) e foi responsável pelas reedificações das ribeiras na Madeira, em 1793, no exercício do mesmo cargo[86]. Em 1793 fiscaliza e entrega verbas para as obras das Igrejas de São Martinho, Paroquial dos Canhas e Estreito da Calheta, e em 1794 para conserto da Igreja de São Salvador, Matriz de Santa Cruz[87].

No entanto, como já referimos, encontramo-lo documentado já em 1755 e 1757-1758 nas obras do andor (pintura e douramento) e do nicho para a Capela de Nª. Srª. da Piedade da *"rua da igrejinha"*[88], como também em 1758 em obras na Sé do Funchal, indicado como pintor João António responsável pela feitura de seis confessionários, como mestre João António numa empreitada de pintura e douramento das cadeiras do coro, *"casa do pasto"*[89] e tecto da capela-mor[90]. Também nas obras desta capela é citado apenas como João António.

Continuando o estudo do espólio artístico da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, centramo-nos, agora, nas quatro telas pintadas, no espaldar do arcaz/paramenteiro da sacristia, alusivas aos quatro doutores e teólogos da igreja, legendadas (da esquerda para a direita): *S. Agostinho* [de Hipona], *S. Gregório* [Magno], *S. Ambrósio* [de Milão] e *S. Jerónimo* [de Stridon], assinadas em 1791 por Nicolau Ferreira (S. Agostinho: *"N. F. o fes 1791";* S. Gregório: *"N. F. o fes 1791;* S. Ambrósio: *"N. F. Fecit 1791"*; S. Jerónimo: *"Nicolau Frrª. o fes 1791"*), envoltas em molduras de gosto neoclássico.

As quatro pinturas seguem iguais composições, em que os santos assentam sobre um estrado pintado de uma cor vermelha alaranjada, recortado em curva, em "Ss" e "Cs", de gosto rococó, com uns remates em folhas de acanto, sob o qual estão pintadas as filacteras com as legendas e assinatura do pintor. Contrasta com este pormenor os espaços interiores representados com colunas clássicas e estruturas composicionais estáticas, predominando a verticalidade, à excepção da pintura de Santo Agostinho, revelando influências de esquemas formais já em desuso, mas tendo o pintor o cuidado de representar tecidos esvoaçantes, com alguns pormenores naturalistas, de pincelada larga e solta, mas com grande rigidez em algumas dobras dos tecidos, deixando visível uma linha dura e falhas na modelação formal e lumínica. Os cromatismos são de uma mesma paleta, dominando os vermelhos e laranjas intensos, azuis (cião e ultramarino), o verde-esmeralda e cremes, criando, no seu todo, uma interessante composição no espaldar do arcaz, mas revelando incorrecções no desenho, especialmente nas mãos dos santos.

Santo Agostinho (354-430), Bispo de Hipona no século IV, é representado segundo a iconografia convencional, barbado e mitrado, trajando uma indumentária rica, segurando um livro com a mão esquerda sobre o seu colo, encontrando-se outro fechado no chão e uma folha solta escrita. No topo do quadro está representado um coração inflamado e em chamas, levando atrás de si um rasto de luz, que, como refere no seu Livro IX das Confissões, ficara ferido pelo amor. Atrás do Santo observa-se uma criança, seminua, ou um anjinho ou mesmo o Menino Jesus, segurando uma concha, fazendo valer a lenda de uma criança que aparecera ao Santo quando este meditava sobre a Santíssima Trindade. A criança tentava esvaziar o mar com uma concha, trabalho tão insensato como

Foto: Rita Rodrigues

Pinturas de João António Villavicêncio, séc. XVIII, na capela-mor

pretender explicar o Mistério da Santíssima Trindade. Esta história remonta ao princípio do século XIII, numa compilação da "Exempla" para uso dos predicadores que reuniu o cisterciense renano Cesario de Heisterbach (1180-1240), em cuja obra referia esta história passada com um teólogo anónimo, mas o dominicano francês Thomas de Cantimpré (1201-1272) teve a ideia de substituir a "scholasticus quidam" por Santo Agostinho, num tratado que escrevera sobre a Santíssima Trindade, transferindo a cena para a costa mediterrânea africana, perto de Hipona, ficando a lenda popularizada a partir do século XV[91]. Identifica o espaço cenográfico umas colunas clássicas, verticais, jogando com a obliquidade do corpo do Santo, inclinado para a esquerda, segundo a leitura do observador, e a do anjo para a direita.

A cenografia onde se integra a figura de São Gregório Magno (c. 540-604) é um espaço interior, pessoalizado e intimista, com umas cortinas de veludo azul amarrada por uma borla dourada, um armário com livros, e encontra-se o Santo sentado, simultaneamente lendo e escrevendo as suas obras (homílias, pastorais, diálogos, sacramentários e antifonários) sob a protecção e inspiração do Espírito Santo, em forma de Pomba branca, que voa bem junto da cabeça do teólogo, representado imberbe, de cabeça coberta por uma touca, tendo ficado a mitra colocada sobre uma das mesas, simbolizando a sua eleição, em 540, contra a sua vontade. No chão encontram-se mais dois livros fechados.

Nicolau Ferreira apresenta preocupações composicionais, tentando focar o equilíbrio entre as formas e as cores. O Santo encontra-se ladeado, no seu lado direito, por um armário vermelho, uma mesa, da qual apenas se antevê uma porção do tampo, com um livro e um tinteiro cerâmico, e no seu lado esquerdo, por um longo cortinado azul, outra mesa sobre a qual se encontra um pergaminho manuscrito, e a mitra. Tal como acontecia à pintura que antecede este São Gregório, a de Santo Agostinho, toda a indumentária é rica, com desenhos de brocados, que o pintor esmerou na sua representação detalhada, mas falhando, novamente, nas dobras dos tecidos que incorrem em erros básicos de modelação. No entanto, o manto e a mitra expressam um desenho cuidado.

O biógrafo de São Gregório foi Pablo Diácono, que viveu no século VIII, mas a vida do Santo foi divulgada e popularizada por Voragine na sua *Legenda Aurea*, publicada em 1260. Após a morte de sua mãe, Santa Sílvia, São Gregório abandonou a vida mundana, transformou o seu palácio em convento beneditino, onde professou e foi abade, sendo patrono e protector dos sábios, devido à sua erudição, mas também dos músicos, chantres e meninos do coro, pelos

seus cânticos gregorianos[92].

Santo Ambrósio (340-397) baptizou Santo Agostinho, condenou o Imperador Teodósio pelos crimes de matança em Tesalónica e perseguiu os árabes. É patrono dos pedreiros, apicultores e cerieiros[93]. Nicolau Ferreira na execução desta pintura seguiu de perto a primeira tela de Santo Agostinho, representando Santo Ambrósio de longas barbas, com os seus atributos comuns, báculo e mitra, que se encontram sobre uma mesa, juntamente com dois livros, um aberto e outro fechado, seguindo a linguagem formal e cromática das duas telas antecedentes, apresentando nesta pintura algumas lacunas mais visíveis a nível do desenho, especialmente na anatomia das mãos e do rosto da figura, e repetindo uma modelação nas dobras pouco segura. No chão, como acontecia com a tela de Santo Agostinho, encontram-se um livro fechado e uma folha manuscrita.

Do ponto de vista composicional, o pintor seguiu as mesmas directrizes, colocando o Santo num espaço interior, também com colunas clássicas, e um pormenor de um cortinado vermelho, encontrando-se o mesmo sentado num cadeiral, ocupando o centro do campo visual, trajando uma indumentária idêntica à de Santo Agostinho. Destacam-se dois pormenores: a parte do espaldar do cadeiral, forrado a veludo amagentado, é fixa com uma série de tachinhas douradas, pormenor que se repetirá na tela seguinte de São Jerónimo, e o recorte da madeira é idêntico ao estrado do chão, de estética rocaille; outro pormenor foi ter deixado parte do sapato esquerdo a descoberto. Rematou a composição, na parte superior, com dois querubins, por entre os quais passa um feixe luminoso que atinge a cabeça do Santo, emanado do Olho da Providência.

Nicolau Ferreira termina este conjunto com uma tela representado São Jerónimo (347-420). Outro importante Doutor da Igreja, autor de "A vida de São Paulo Ermitão", onde revela a vida contemplativa e a solidão. Peregrino, retirou-se no deserto da Síria, e traduziu a Bíblia do original em hebreu e da tradução grega, colaborando com o Papa Dâmaso. Voragine na sua Legenda Aurea narra a vida do Santo em forma quase novelesca.

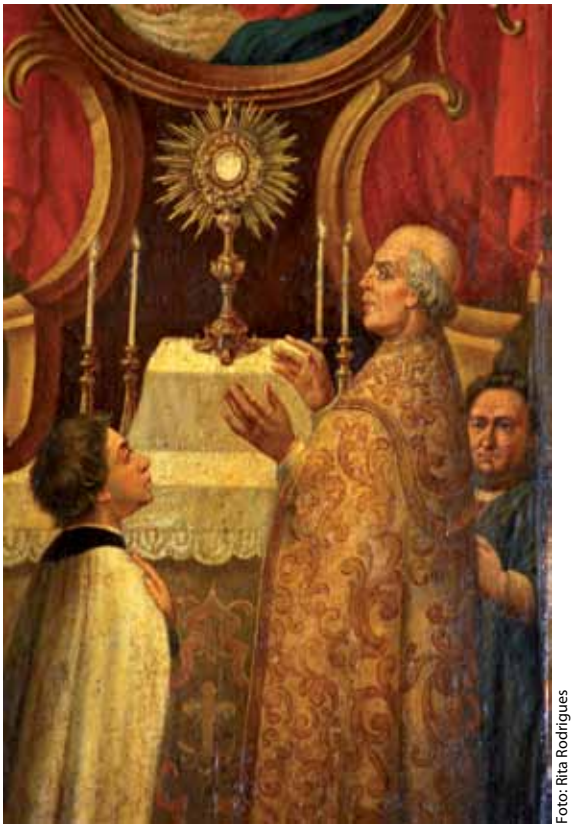


Foto: Rita Rodrigues

Eucaristia. Pormenor de pintura da capela-mor assinada Bernes, 1910 .

Nesta composição observamos um leão deitado aos pés de São Jerónimo, representado como um homem velho de longas barbas brancas, reportando para a fábula da domesticação daquele animal, a quem o Santo tirou um espinho da pata e este passou a vigiar o seu burro, que apesar disso acabou por ser roubado, tendo o leão recuperado o animal após afugentar os ladrões. Esta lenda é uma apropriação da história do anacoreta da Palestina, São Gerásimo[94]. Junto do leão encontra-se um livro fechado, criando equilíbrio na parte inferior da composição e ligando com as outras três telas. São Jerónimo tem uma pena na mão direita, e com a mão esquerda segura um livor aberto sobre o seu colo. Numa pequena mesa, ao seu lado direito, encontra-se um coxim de veludo verde, igual ao que forra o espaldar da cadeira, um tinteiro de barro, modelo idêntico ao usado na tela

Foto: Rita Rodrigues

Arcaz paramenteiro do séc. XVIII existente na sacristia

de São Gregório, com uma pena e um chapéu vermelho de cardeal.

Para harmonizar este conjunto de quatro telas, Nicolau Ferreira jogou com as cores dos cortinados, sendo o primeiro vermelho e o segundo azul, o terceiro vermelho e o quarto azul. Na primeira tela o interior é representado por colunas, o mesmo acontecendo com a terceira tela, enquanto na segunda o interior é intimista, um quarto, possivelmente, situação que se repete na quarta pintura. O remate superior das telas acaba sempre com dois enrolamento de nuvens, querubins e cortinados, à excepção da primeira, Santo Agostinho, na qual não se observam figurinhas de querubins, e todos os Santos são iluminados por um feixe de luz. Por fim, trajam todos indumentária idêntica, com desenhos de brocados simples, arrematada com rendas nas mangas e no mantos de um desenho peculiar e transparências plasticamente bem conseguidas.

Nicolau Ferreira já tinha pintado uma bandeira para a Confraria das Almas desta igreja pelo valor de 13$900 rs[95], mas para este conjunto pictórico ainda não encontramos referência documental.

Nicolau Ferreira nasceu em 1731 e teve grande produção artística a partir 1760 até 1791, sendo o pintor com oficina mais produtiva na Madeira no terceiro quartel do século XVIII. Pela sua extensa obra não desenvolveremos aqui a sua vida, nem listamos as obras assinadas e atribuídas com segurança ao seu pincel, pois preparamos um trabalho mais de-

Foto: Rita Rodrigues

S. Agostinho - Nicolau Ferreira, 1791. Pormenor do espaldar do arcaz da sacristia

Foto: Rita Rodrigues

Pormenor dos azulejos do séc. XVII existentes na sacristia

senvolvido sobre este pintor[96].

Retomemos as obras da Igreja da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos.

Por volta de 1786/1787 as confrarias da igreja adquiriram alguns objectos de talha. A confraria do Santíssimo Sacramento pagou 3$100 rs, em 1787, a João dos Santos Correia pelo feitio da talha e madeira para uma peanha para um Menino Jesus, encarnando, dourando e pintando a dita peanha o pintor e dourador António da Trindade [da Cruz][97] em 1788 por 5$900 rs juntamente com uma cruz que o Menino Jesus tem na mão[98]. O carpinteiro Pedro António de Sousa, na sua oficina, em 1791, fez um esquife para a confraria das Almas por 49$050 rs e seis castiçais entalhados por 21$500 rs (12$000 pelo entalhe, 3$500 para ouro e 6$000 ao pintor que os dourou)[99]. Entre a década de 70 a 90 do séc. XVIII, o carpinteiro Bernardo Gomes [Vieira], o *Arqueiro*, com seu filho, consertou algumas tumbas, uma cruz para a imagem de Nª. Srª. da Graça, fez alguns castiçais e ceroferários, pratedaos por Eugénio António Oliveira. O carpinteiro Bernardo Henriques consertou a bandeira dos enterros e Valentim António consertou as *alenternas*. Em 1815 a confraria das Almas pagou 46$900 rs a um oficial que fez um esquife para a confraria[100].

Em 1796, o latoeiro ou "*pyemileiro*" [Picheleiro?], Julião Francisco Ferreira vendeu quatro rodas de folhas de flandres para uma tocheira e uma lanterna, pertencentes à Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos[101]. Refira-se que este latoeiro mantinha contactos com o homónimo e entalhador Julião Francisco Ferreira que executou o retábulo, camarim e trono do altar-mor desta igreja. Ambos, latoeiro e entalhador, foram testemunhas, em 1768, do casamento de Manuel Fernandes, natural da freguesia de São Jorge, com Maria Rosa, viúva de José Garcês, natural da freguesia do Caniço. O latoeiro era natural da freguesia de São Pedro e casado com Maria Micaela, que baptizaram um filho em 1746, José, e uma filha em 1767, Rosa, sendo padrinho de baptismo de ambos o entalhador Julião Francisco Ferreira[102].

Em inícios de 1797, por ordem do reverendo governador do bispado, sob inspecção do tesoureiro da confraria e intervenção do vigário João Filipe Moniz Barreto, fez-se a "*obra da casa de sobrado*" para se realizar as determinações da mesa e guardar as alfaias e móveis da confraria das Almas e um cemitério "*para os ossos dos defuntos como há em muitas Igrejas*"[103]. A casa

foi orçada em 780$000 rs (550$000 na obra de pedreiro e 230$000 na de carpinteiro)[104] e o cemitério foi feito com uma meia janela, armação, coberto de telha e parede de pedra e cal, orçado em 111$970 rs pelo pedreiro José Joaquim e o carpinteiro Bernardo Gomes, que fizeram as obras à custa da Confraria das Almas[105]. Estes mestres encontram-se na equipa de coordenada por João António Villavicêncio, entre 1764 e 1776, durante as obras do retábulo, camarim e trono da capela-mor desta igreja[106].

Para além dos retábulos e pintura, possuí esta igreja uma peça digna de atenção particular: o sacrário, que ocupa um lugar de destaque no retábulo-mor. Primeiro, por destoar um pouco da linguagem *rocaille* que domina a talha retabular, apresentando-se totalmente dourado, embora de decoração simples, elegante e harmonioso, mas ainda veiculando um gosto barroco. Segundo, pela sua forma original, talvez única na Madeira. Segue uma composição em três planos: dois andares, sendo o inferior composto por três planos verticais, estando no centro a porta do sacrário que dá acesso ao cibório, e dois laterais meramente decorativos; o andar central, também composto por três planos verticais, estreitando-se para a parte superior, é ricamente ornado, como a sua base, criando leituras rítmicas entre os "panos" esculpidos; por fim, termina o sacrário com uma esfera encimada por uma ave, Fénix[107]. Conta a lenda que a Fénix, oriunda da mitologia grega, ave fabulosa e mítica, do tamanho da águia e adornada com traços do faisão, fazia os seus ninhos de madeiras e resinas que logo eram incendiadas pelos raios solares. A ave era consumida pelas chamas e da medula dos seus ossos renascia outra Fénix. Associada a este simbolismo, da destruição periódica e regeneração, foi absorvida no Ocidente Cristão como *"o triunfo da vida eterna sobre a morte"*[108] e é comummente integrada nos adornos dos sacrários.

Apresenta-se este sacrário em forma de torre, base mais larga e sucessivos andares e planos cada vez mais estreitos, terminando numa esfera. A forma ascensional, simbolizando a subida da terra aos céus, do sofrimento à salvação, reporta para a vida do cristão e o que deve ser a sua prática religiosa.

O sacrário, vaso, arca, cofre, tabernáculo, onde se coloca o cibório com as partículas consagradas, remonta a sua história ao Concílio de Niceia, de 325, quando ficou determinado que os penitentes em perigo de vida tinham o dever de receber o Sacramento da Eucaristia. Esta determinação obrigou que nas igrejas ficassem guardadas hóstias sagradas para socorro de pessoas moribundas. A guarda das partículas já consagradas impôs a construção do "Secretarium" ou "Sacrarium", cofre fechado, a cujas chaves só tinham acesso os diáconos, custódios e ministros da Eucaristia, mas a arca fechada vinha já de 1216 por determinação do Concílio Lateranense IV[109]. Até ao século IX o sacrário poderia ser guardado na igreja ou em casas particulares, mas a partir desta data passa a estar à guarda exclusiva das igrejas e torna-se em objecto cultual, evitando-se assim possíveis profanações às partículas que continham o Corpo e Sangue de Cristo, conceitos e práticas sempre envoltas em polémicas no que concerne à transubstanciação[110].

A partir do Concílio de Trento o sacrário é colocado sobre o altar para o qual se recomenda decência e decoro. Nas visitações que consultamos para a Ilha da Madeira constata-se que o sacrário é um objecto fortemente vigiado, cujas recomendações remetem para estar sempre encerrado, decentemente ornado, com algumas referências a guarnições de prata e ouro, sendo o seu interior forrado a seda ou dourado.

Os sacrários eram inicialmente vasos de pequenas dimensões de acordo com a quantidade de hóstias reservadas, mas durante todo o barroco português observamos a presença de sacrários imponentes, ricamente decorados e dourados, integrando a conjuntura de uma arte total e ideologicamente comprometida com os intentos de uma igreja contrarreformada. Na Madeira são dignos de estudo os sacrários barrocos de talha dourada da Igreja de São João Evangelista, da Misericórdia (hoje na Igreja do Coração de Jesus), Capela do Santíssimo (Igreja de São Pedro), na cidade do Funchal, e outros nas zonas rurais como o do Bom Jesus (Matriz da Ponta Delgada), Nossa Senhora da Guadalupe (Porto da Cruz), Capela do Espírito Santo (Igreja de Nossa Senhora da Luz, Matriz da Ponta do Sol) ou outros mais simples, ainda dentro desta linguagem, embora miscigenados de estética Rocóco, como são os sacrários das igrejas de Santana, Ponta de Sol, Caniço, Monte e Santo António (Funchal)[111]. Relembre-se, por exemplo, que foram os sacrários executados na

oficina do imaginário Manuel Pereira (activo entre 1632 e 1679)[112], tendo por referência o sacrário do Colégio e da Igreja da Ponta Delgada, que marcaram os programas estéticos dos sacrários barrocos na Madeira até à entrada de uma linguagem depurada e *rocaille*.

É dentro deste espírito, religioso e estético, que foi executado o sacrário da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos. Embora totalmente dourado, como já referimos, o entalhe ostenta motivos decorativos análogos à restante talha da capela: decorações com folhas de acanto, fitas, flores, cartelas, volutas e decorações em "C" e "S", ainda que numa escala menor e trabalhados com maior naturalidade e minúcia. A porta apresenta um dossel com sanefas.

Foi o vigário Manuel Borges de Alemanha que, em 1758, requereu o sacrário para celebrar os ofícios divinos: *"fazer se retábulo no Altar mór, e tribuna em que se costuma expor o Santissimo Sacramento, que tudo devia ser dourado, e fazer-se Sacrario"*[113]. As contas referentes às obras do sacrário encontram-se no livro da confraria de Nª. Srª. da Graça, mas, pelo que anteriormente vimos documentado, várias confrarias contribuíram para as diversas obras, como o retábulo, camarim, trono e pinturas. A importância anotada é de 75$400 rs, mas o ouro, tintas e trabalho dos pintores surge tudo somando às obras que então decorriam na capela-mor (1764-1776), por isso, não sabemos o valor real e total do sacrário executado pelos entalhadores António Mendes, Estêvão Teixeira de Nóbrega[114] e um seu discípulo, o mestre Manuel João que "*alimpou a obra*", e ainda o mestre pedreiro José dos Reis [da Silva][115] que deve ter feito *"a casa do sacrário"*[116].

Refira-se que nesta época o entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega, em início de carreira, ganhava $350 rs por dia, tendo auferido por 36 dias 12$775 rs, enquanto António Mendes, possivelmente seu mestre, ganhava $500 rs/dia, tendo contabilizado 25$750 rs por 51 dias de trabalho, sendo a obra executada na tenda de João António Villavicêncio[117], no Funchal, arrematador da mesma[118]. O discípulo de Estêvão Teixeira de Nóbrega, privilégio por ser já mestre "encartado", ganhava apenas $50 rs/dia e o mestre pedreiro José dos Reis $300 rs/dia[119].

Para a execução do sacrário foram consumidos chaprões de castanhos, comprados a Francisco da Costa; travessas grossas; tábuas de pinho; missagras, pregos, tachinhas; tendo sido pagos diversos carretes, transportes e fretes entre o Funchal / Câmara de Lobos e Estreito, e vice-versa.

Como podemos observar António Mendes deveria ser mestre experiente, talvez em fim de carreira, pois auferia de um bom ordenado comparativamente com o de Estêvão Teixeira de Nóbrega. Pelos documentos consultados nos registos paroquiais e notariais do Arquivo Regional da Madeira constatamos a presença de um António Mendes da Silva, natural da freguesia de São Pedro do Funchal, filho de Paulo Mendes e de Maria do Rosário [da Cruz], estes naturais da freguesia da Sé do Funchal[120], que casou com Antónia Maria, natural de Câmara de Lobos, filha de João Rodrigues do Alimo e de Josefa Maria, naturais da freguesia de Câmara de Lobos, em 1746, na Igreja de São Sebastião (Câmara de Lobos). Julgamos ser este António Mendes da Silva o entalhador a operar na Igreja de Nª. Srª. da Graça, face aos nomes e datas (casamento, construção do sacrário) e o facto de ser pai e avô de carpinteiros, que como sabemos, nesta época, continuavam os ofícios entre os descendentes[121].

António Mendes da Silva e Antónia Maria eram pais do oficial de carpinteiro Desidério Mendes da Silva, que em alguns documentos aparece apenas referenciado como Desidério Mendes, como, por exemplo, no registo do seu casamento, ou seja, apresenta o mesmo sobrenome de António Mendes. Desidério Mendes da Silva era natural da freguesia de Câmara de Lobos, morador nos Arrifes / Calçada do Pico na freguesia de São Pedro do Funchal e sabia assinar. Casou a 29 de Agosto de 1767 com Ana da Assunção, natural da freguesia de São Pedro do Funchal[122], já viúvo faleceu a 18 de Julho de 1815 e foi sepultado na Igreja do Convento de São Francisco no Funchal, fez testamento sendo testamenteiro seu filho, o carpinteiro Elisiário[123]. A primeira referência que temos de Desidério Mendes data de 2 de Maio de 1767 quando desempenhou o papel de testemunha juntamente com Maria do Socorro, representada por seu procurador, Inácio Gomes Jardim, no baptismo de Quitéria, filha de Manuel de Andrade e de Antónia Maria[124].

Desidério Mendes da Silva foi um dos representantes dos mesteres na Câmara Municipal

do Funchal[125]. Constamos a sua presença nos livros dos registos notariais, onde está registado algumas compras e empréstimos que realizou ou apenas como mera testemunha destes actos[126] e ainda como padrinho / testemunha em actos religiosos de baptismos e casamentos[127]. Teve pelo menos 12 filhos, todos baptizados na Igreja de São Pedro do Funchal, local onde residia: Guiomar (nasceu a 11-11-1768 e baptizada a 16-11-1768), Maria (baptizada a 13-05-1770), Clara (baptizada a 16-08-1771), José (nasceu a 04-12-1773 e baptizado a 12-12-1773), Francisco (baptizado a 09-05-1776), Elisiário (nasceu a 27-09-1778 e baptizado a 04-10-1778), Francisco (nasceu a 17-11-1780 e baptizado a 03-12-1780), Genovévia (nasceu a 19-01-1783 e baptizada a 26-01-1783), Roque (baptizado a 16-08-1784), Catarina (baptizada a 07-05-1786 e faleceu a 11-06-1787), Joaquim (baptizado a 24-08-1788) e Desidério (baptizado a 21-12-1790)[128]. Em Abril de 1803 deu emancipação aos seus filhos José Mendes Justino e Elisiário Mendes da Silva, ambos também carpinteiros[129]. Relativamente a Elisiário, este sabia assinar, faleceu a 22 de Junho de 1826 [130] e era casado com Antónia Joaquina (por vezes aparece denominada de Antónia Joana), natural de Santa Luzia, que faleceu 6 de Janeiro de 1826[131].

Quanto ao mestre entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega era natural do Funchal e residia no Beco dos Aranhas, na freguesia de São Pedro, onde foi baptizado em 1746. Filho de Manuel Teixeira de Nóbrega e de Isabel Maria, naturais de São Pedro, que casaram em 1738, sendo testemunha o então Mestre das Obras Reais Diogo Filipe Garcês. Estêvão Teixeira de Nóbrega casou a 4 de Janeiro de 1770 com Joana de Freitas, e eram seus cunhados os carpinteiros António Francisco Xavier e António José. Teve 7 filhos, sendo um deles, Vicente de Paula Teixeira, nomeado ajudante no cargo de Mestre das Obras Reais e posteriormente Mestre das Obras Públicas, desde 1835 até pelo menos 1847.

Estêvão Teixeira de Nóbrega desempenhou o cargo de avaliador de carpinteiro na Câmara Municipal do Funchal de 1783 até a década de 20 do século XIX. Em 1798 foi nomeado com o cargo de ajudante do Mestre das Obras Reais António José Barreto. Por falecimento deste assumiu o respectivo cargo de 1810 até 22 de Novembro 1833, data em que faleceu, embora por motivos de doença só tivesse exercido efectivamente até1828.

Estêvão Teixeira de Nóbrega, dado o seu largo período de actividade, foi um dos grandes responsáveis pela talha rococó no Arquipélago da Madeira através do seu contributo na execução de riscos e na direcção de obras. Além das obras mencionadas na Igreja Matriz do Estreito de Câmara de Lobos, trabalhou em outras obras de talha e carpintaria para diversas igrejas da Madeira, como no retábulo da Capela de Nª. Srª. da Boa Morte (Igreja de S. Pedro, Funchal - 1773); retábulo da Capela de Santo António (Igreja de S. Martinho, Funchal - 115$000 rs em 1775); arrematação da obra do retábulo da Igreja do Espírito Santo e Santo Antão no Caniço (1.350$000 rs em 1779); retábulo da capela-mor da Igreja Matriz de Santa Cruz (202$400 rs em 1783) e atribuídos os restantes retábulos da mesma igreja; retábulo do altar da Capela da Confraria de Nª. Srª. Mãe dos Homens e Patriarca São José (extinto Convento de São Francisco, Funchal - 834$000 rs em 1784); dois altares para as Capelas do Espírito Santo e de São João Baptista (também de S. Francisco - 950$000 rs em 1786); juntamente com o carpinteiro Domingos Nunes ajustou e edificou o retábulo do altar da Igreja de Nª. Srª. da Piedade nos Canhas (332$000 rs em 1787/1789); retábulo da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo António (Funchal - 700$000 rs em 1790); dossel do púlpito da Sé (58$250 rs em 1790); contrato para realizar um monumento para exposição do Santíssimo Sacramento na Sé (2:000$000 rs em 1798 e 1800); obras no altar-mor da Igreja Matriz do Porto Santo (299$538 rs em 1803); retábulo do altar da Capela da Confraria de Nª. Srª. do Rosário (Igreja da Tabua - 187$750 rs em 1815); direcção da obra de talha e carpintaria da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja do Monte (cerca de 320$000 rs entre 1819 e 1823).

São-lhe ainda atribuídas outras obras no Funchal como os altares laterais da nave da Sé; os altares colaterais da Igreja do Recolhimento do Bom Jesus; os altares colaterais da Capela de São João da Ribeira; o retábulo da capela-mor da Capela da Penha de França; os retábulos da Igreja do Convento de Santa Clara; os retábulos colaterais e mor de Nª. Srª. de Guadalupe, da Igreja de Santo António; os retábulos da Capela de Nª. Srª. da Consolação, no Funchal; os retábulos da Igreja Paroquial de São Roque; o

retábulo-mor da Capela de Nª. Srª. do Livramento e ainda no Porto Santo o retábulo da Capela da Misericórdia[132].

Depois destas notas sobre os autores do sacrário da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, e antes de continuarmos o estudo do seu património artístico, deixaremos aqui algumas notas que contribuirão para a dissipação de algumas dúvidas e confusões entre obras desta igreja e da Igreja de Nª. Srª. da Graça da Calheta.

Alguma bibliografia refere obras de vultos ocorridas na década de 90 do século XVIII na Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos remetendo para alguns documentos da Provedoria da Fazenda, como é um projecto de reconstrução assinado pelo Capitão Engenheiro e Mestre das Obras Reais João António Vila Vicêncio, e a arrematação feita em Maio de 1790 para obra de pedreiro arrematada pelo entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega e obra do altar-mor e retábulo pelo entalhador António de Agrela [de Azevedo][133], mas tendo o despacho da Junta da Fazenda anotado "*Sem efeito*". A obra acabou por ser arrematada no ano seguinte novamente pelo entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega, com a colaboração do Mestre das Obras Reais João António Villavicêncio, que ficou como responsável pelas obras de pedreiro e carpinteiro[134]. Estas obras referem-se, com certeza, a obras na Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito da Calheta e não à Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, como veremos.

António de Agrela e Estêvão Teixeira de Nóbrega foram arrematadores das obras da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito da Calheta, cujas contas correram entre 1789 e 1794.

Sabemos que António de Agrela arrematou a obra do altar-mor e retábulo da referida igreja, conforme registo de 27 de Maio de 1789: *"A importancia porque arrematou a referida obra do Altra Mór, e Retabulo da Nova Igreja da Nossa Senhora da Graça da Freguezia do Estreito da Calheta na forma declarada no auto da arrematação Lançado a fl. 59 no Lº. de semes., com a condição de receber a 3ª. parte desta importancia antes da construção da dita obra"*[135], embora numa nota se leia: *"Não vale, Veja-se a fl. 42"*[136]. Mas neste fólio confirma-se, na mesma, ser António de Agrela o arrematador: *"Pella importancia que arrematou a Obra nova do Altar Mor, e Retabulo da referida Igreja de N. Snrª. da Graça do Estreito da Calheta na forma do Orsamento, que se lhe apresentou com condição de receber Logo a 3ª. parte da dita importancia, ao resto completa que seja a ditta obra e mais Clausulas expressadas no auto de arrematação que se achou lançado a fl. 58 do Lº. 2º. de Seme. sento (sic) toda a referida importancia por que arrematou a quantia de … 849$000. Sendo fiador Manoel Antº. do Nascimento desta Cidade"*[137], e as contas são descriminadas:

- 1790: 17 de Fevereiro - importância entregue por despacho da Junta de 16 do corrente – *"para continuar com a referida obra"* e pela 3ª. parte – 283$000rs; 19 de Fevereiro - importância entregue por despacho da Junta de 16 do corrente – *"para continuar com a referida obra"* e pela 3ª. parte – 283$000rs; -

- 1793: 4 de Junho – conta do 2º. pagamento – para continuar a obra – 200$000 rs;

- 1794: 17 de Fevereiro – por despacho da Junta de 18 de Janeiro foram entregues -35$000 rs; 1 de Março – pelo resto da segunda e conta do 3º. pagamento – 131$000 rs; 26 de Julho – que recebeu do tesoureiro - 50$000 rs; 3 de Outubro – recebe 50$000 rs; 19 de Dezembro - por despacho de 16 do corrente da Junta – *"que recebeo pello resto"* – 100$000 rs[138].

Segundo um registo notarial, o entalhador António de Agrela arrematou a execução do retábulo e altar-mor fazendo sociedade com o carpinteiro José dos Reis Silva, em 17 de Fevereiro de 1791, para o construírem em conjunto. A 16 de Setembro 1793 anularam a sociedade, por José dos Reis não querer continuar na obra, recebendo o dinheiro pelo tempo e pelas peças em que tinha trabalhado, ficando exclusivamente encarregado da conclusão da mesma António de Agrela[139].

Quanto ao mestre Estêvão Teixeira de Nóbrega sabemos que assinou contrato por 12:000$000 rs, conforme ficou registada a 29 de Maio de 1790:*"A importancia porque arrematou a Obra nova para a construção da referida Igreja de N. Senhora da Graça do Estreito da Calheta, pello que pertence, e respeita aos officios de Pedreiro, e Carpinteiro, na forma da planta, e apontamentos que se lhe aprezentou do que devia executar; obrigando-se por sua pessoa a bens ás atefação*(?) *deste Contrato, e prestando por seus Fiadores a João Rodrigues Pereira, António Gonçalves, e António de França, tudo debaixo*

Foto: Rita Rodrigues

Sacristia velha da Igreja de Nossa Senhora da Graça

das clausulas e mais condiçoens expressadas no auto da arrematação Lançado a fl. 51 no Lº. de Semes., sendo o preço da dita arrematação – 12:000$000"[140]. Mas anotou o escrivão: *"Não valle, veja-se a fl. 41", "Credita-se nesta Conta, a importancia que nella por engano se debitou visto que a f. 41 deste Livro, vai na sua verdadeira ordem escripturada – 12:000$000"*[141].

No fl. 41 confirma-se que o mestre arrematador da obra da *"nova igreja de Nossa Senhora da Graça da Calheta"* foi Estêvão Teixeira de Nóbrega a quem foram pagas várias tranches:

- 1791: 15 de Fevereiro - recebeu por despacho da Junta de 12 do corrente, da Tesouraria Geral, a 3ª. parte - 1:500$000 rs; 15 de Junho - da Tesouraria Geral de sua arrematação - 1:500$000 rs; 5 de Outubro - recebeu pelo seu procurador bastante José dos Reis[142] -1:000$000 rs; 17 de Novembro - recebeu da tesouraria pelo despacho de 16 do corrente *"pela importancia da Despeza q. fez com o dezentulho do pavimento da dita Igreja, q. não entra na sua arrematação"* – 71$400 rs; 29 de Dezembro – pagamento pelo dito procurador José do Reis - 2:000$000 rs;

- 1792: 9 de Maio - por conta da arrematação - 2:000$000 rs;

- 1793: 12 de Abril - por despacho da Junta de 10 do corrente - 2:000$000 rs

- 1794:17 de Fevereiro - por despacho de 15 do corrente - 1:000$000 rs; 29 de Julho - conta do 3º. pagamento - 400$000 rs;15 de Setembro - *"dos materiais que se achavão na Igreja Velha, e de que se utilizou o sobredº. rematº. os quaes se lhe debitão na conformidade do Despº. da Junta de 10 do Corrº."* sendo: 47 moios e 43 alqueires da Arca a 1500 rs/moio (71$575 rs); *"os materiais das cazas q. se achavão no novo terrio"* (8$000 rs); *"hua pouca de Pedra avulça avaliada"* em 10$000 rs; 16 ½ tábuas *"de til das q. se achavão pª. a dª. Igrª"* (6$875 rs); *"A dita, que recebeo na Thezouraria Geral, pelo resto de sua rematação visto achar-se completa a obra"* e por despacho de 10 do corrente (Setembro) a quantia de 644$150 rs.

Somava tudo 12:212$000 rs, o que eram acrescidos 212$000 a mais ao preço da arrematação feita a 29 de Maio de 1790: *"Pella importancia porque arrematou a Obra Nova para a construção da referida Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito da Calheta pelo que respeita*

aos Officios de Pedreiro, e Carpinteiro, na forma da planta e appontamentos, que se lhe aprezentou do que devia executar; e Offerecendo por seos Fiadores, e pricinpaes pagadores, a qualquer falta, a João Roiz Pereira, António Gonçalves, e Antonio de França, que por todos forão aceites em observancia do Despacho da Junta de 24 de 9bro. de 1790, na forma declarada no auto da arrematação lançado a fl. 51 nº. Lº. 2 de semes., e mais clausulas nelle contempladas, sendo toda a importancia de 12$000$000"[143].

Ficaram, ainda, registados os seguintes pagamentos para obras na Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito da Calheta: em 1793, a 12 de Abril, por despacho da Junta do Funchal, foram entregues 2:000$000 rs a *"Estevão Teixeira de Nóbrega remate. da Obra da Nova Igreja do Estreito da Calheta"*[144]. A 27 de Maio recebeu João António Villavicêncio a quantia de 357$060 rs destinados a tabuado e chaprão de pinho mole para *"a obra da Igreja do Estreito da Calheta, a que o rematador della não era obrigado"* e *"António de Agrella rematante da Obra do Altar da Nova Igreja do Estreito da Calheta"*, a 3 de Junho, recebeu 200$000[145]. A 1 de Março foram pagos mais 131$000 rs ao arrematante da obra do altar da *"nova igreja do Estreito da Calheta"*[146]. A 25 de Agosto são lançadas várias verbas: 258$000 rs - *"pagou a Bartholomeu de França Doria, pelos capitães*(?) *a que estava obrª. a terra que se lhe separou pª. o aposento da nova Igrª. Parochial do Estrº. da Calheta";* 49$500 rs – *"que pagou a Ambrozio Joaquim de Sousa, Me. Pintor, pª. pintar os tettos da dª. nova igreja"* (referente à anterior, logo Estreito da Calheta)[147]. A 15 de Setembro foram pagos 644$150 rs ao mestre Estêvão Teixeira de Nóbrega *"arrematante da obra da nova igreja do Estreito da Calheta"* pelo resto da dita arrematação[148]. António de Agrela, arrematante *"do novo Altar Mor da Parochial Igreja do Estreito da Calheta, pª. conta da dª."* recebeu 50$000 rs, a 3 de Outubro[149]. 100$000 rs recebeu António de Agrela, arrematante das obras do novo altar da igreja do Estreito da Calheta, pelo resto da sua arrematação, a 19 de Dezembro[150].

Nos primeiros meses de 1794 foram, ainda, disponibilizadas as seguintes verbas para pagamentos:

- 17 de Fevereiro - *"que Pagou ao rematador da construção da Nova Igreja Parochial de N. Senhora da Graça do Estreito da Calheta"* – 1:000$000 rs; *"que Pagou ao Mestre entalhador remate. da obra do Altar Mor da ditta Igreja"* (era Calheta) – 35$000 rs;

- 1 de Março - *"que Pagou ao remate. da obra do Altar da nova Igrª do Estrº. da Calheta"* – 131$000 rs.

E nisto julgamos que não restam mais dúvidas: as obras da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito da Calheta foram arrematadas pelos mestres António de Agrela (altar e retábulo) e Estêvão Teixeira de Nóbrega (pedraria e carpintaria), que decorreram, como já referimos, entre 1789 e 1794, embora o trabalho de talha, seja com certeza, obra de parceria entre os dois entalhadores. As arrematações do retábulo, camarim, trono, douramento, *"pinturas soltas"*, quadros e tecto da capela-mor da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos ocorreram cerca de vinte e cinco anos antes (1764-1776), como já provamos documentalmente, embora com equipa idêntica, ou seja, com o empreiteiro/arrematdor, pintor e dourador João António Villavicêncio, agora Mestre das Obras Reais, a quem competia aprovar o risco e orçamento das obras; os mestres entalhadores António Mendes, Estêvão Teixeira de Nóbrega, e o carpinteiro José dos Reis (sacrário) e António Agrela (flores e dossel); e o entalhador Julião Francisco Ferreira (retábulo, camarim e trono), que já não entrou nas obras da Calheta por ter falecido em 1771, durante o período que se finalizam as obras de pintura da Matriz do Estreito de Câmara de Lobos; mas cuja obra de edificação (pedraria e carpintaria) estava concluída entre 1750 e 1756.

Acontece, porém, que alguns registos da Provedoria poderão suscitar equívocos[151]. As Igrejas Matrizes do Estreito de Câmara de Lobos e do Estreito da Calheta são de invocação de Nª. Srª. da Graça, assim o escrivão ora apenas refere Igreja de Nª. Srª. da Graça, sem discriminar se era a igreja de Câmara de Lobos ou a da Calheta, ora escrevia apenas Estreito, sem explicitar a freguesia, chegando mesmo a errar na colocação de atribuição de verbas, confundindo uma igreja com a outra, tendo necessidade de corrigir o erro.

Durante o ano de 1794 várias despesas são lançadas não especificando a qual das igrejas se destinavam em concreto:

- folha de despesa com a igreja do Estreito - 59$520 rs - 5 de Abril[152];

- *"reparos pª. a nova Igrª. do Estrº."* – 93$300

rs - 14 de Julho[153]

- *"com remat^e. do Altar Mor da d^a. do Estr^o."* – 50$000 rs - 26 de Julho[154]

- ao rematante da nova igreja do Estreito – 400$000 rs - 29 de Julho[155]

- dr^o. ao mesmo (mestre das obras reais – Vila Vicencio) para *"diversas coisas"* da igreja do Estreito – 17$050 rs – 30 de Outubro[156].

Mas fazendo fé nos registos anteriormente transcritos parece-nos que estas verbas são referentes sempre à Igreja de N^a. Sr^a. da Graça da Calheta.

Retomemos, então, a análise do património da Igreja de N^a. Sr^a. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos.

São ainda merecedores de consideração neste nosso trabalho o púlpito, os azulejos que cobrem as paredes da sacristia (lado da Epístola) e da casa baptismal, o arcaz e lavatório da referida sacristia.

Pelo orçamento feito a 2 de Maio de 1747 pelo mestre das obras reais, João Martins de Abreu, também mestre carpinteiro, e por Pedro Fernandes Pimenta, mestre do ofício de pedreiro, sabemos que a Igreja de Nossa Senhora da Graça teria um púlpito.

O púlpito, local privilegiado da leitura da Sagrada Escritura e pregação, possibilitava a *"exortação à penitência pela salvação das almas"*[157], sendo o sermão *"a arte de mover e convencer um auditório pela força da palavra"*[158]. Depois das directrizes do Concílio de Trento a arte apropriou-se de um novo sentido propagandístico, que incluía o recurso às mais diversas linguagens artísticas, cuja persuasão decorria também da boa utilização do púlpito[159], *"arma privilegiada de combate à Reforma Protestante e elemento essencial para o exercício do Mistério. Era do púlpito que o pregador apelava à fé dos crentes, associando a palavra ao gesto, por forma a reforçar o clima cénico que a nova liturgia impunha"*[160]. Os púlpitos eram construídos em posição privilegiada dentro da igreja, altaneira e central, ou seja, em zonas intermédias, de forma que a comunicação aos fiéis fosse eficaz, visual e auditivamente.

Entre 1600 e 1800, nas visitações que consultamos para a Ilha da Madeira verifica-se que o púlpito era um elemento muito considerado: ficavam registados nos inventários[161]; registam-se muitas despesas nas suas construções com oficiais e materiais como também consertos das suas escadas, portas e fechaduras, e pinturas; são advertidos os párocos para que mantenham as portas dos púlpitos sempre fechadas; outros gastos comuns das fábricas das igrejas e confrarias destinavam-se à compra de panos, cortinas e estantes para o púlpito que deveriam estar sempre decentes para as cerimónias religiosas.

Dentro destas orientações foi projectado e construído o púlpito da Igreja de N^a. Sr^a. da Graça. Do orçamento constavam duas portas de cantaria rija, tendo a porta superior cimalha e colarete, sendo o custo total de 14$800 rs, mais 13$440 rs para alicerces e paredes, aos quais se somariam ainda 34$280 rs pelas paredes e escadas, isto no que concerne à obra de pedraria. De carpintaria seria executado o corpo do púlpito, a armação do mesmo, duas portas e as escadas (3$500 rs). Alguma madeira e pedra seriam recuperadas da igreja velha (lajeado e armação da igreja e materiais da casa baptismal) e reutilizadas no púlpito que seria feito *"com seo guarda pó feyto de nogueira preta guarnecidos com as molduras necessarias e o guarda pó com sua simalha guarnecido tambem com suas molduras necessarias por dentro e por fora"* pelo valor de 13$000 rs. As duas portas, com lumieiras (2$000 rs), seriam executadas em pinho liso com *"seos aros e tres golfos em cada huma e outo taloucos para ambas"* (11$000 rs). Seriam gastos mais 2$100 rs pelas travessas e frechais da armação da escada e 1$750 rs por tabuado de castanho para forro do púlpito. De pregos, feitio de lavrar a madeira e tabuado, aplainar e tudo assento no seu lugar, se gastariam mais 2$000 rs. Era intenção de ter este púlpito uma janela com vidraça e aros de cedro[162]

Julgamos que o púlpito foi construído durante as campanhas de obras na segunda metade do século XVIII, como previsto e discriminado nos orçamentos. Em 1758, dois anos depois de benzida a capela-mor, como já referimos, o padre Manuel Borges de Alemanha pedira a construção do retábulo, tribuna, camarim, trono e sacrário, mas a arrematação desta obra só ocorreu em 1764 pelo mestre entalhador Julião Francisco Ferreira, que declinou em nome do vigário, e sendo entregue a João António Villavicencio, sendo a obra do sacrário paga aos mestres entalhadores António Mendes e Estêvão Teixeira de Nóbrega, ainda um jovem imaginário. Na documentação consultada não consta a

factura da obra do púlpito, por isso, este deve pertencer a uma terceira campanha de obras, ainda sob as ordens do vigário Manuel Borges de Alemanha que só faleceu em 1792, obra de um dos entalhadores que aqui operaram: António Mendes ou Estêvão Teixeira de Nóbrega, que só veio a falecer em 1833, que tinham revelado as suas capacidades técnicas na execução do sacrário, ou António de Agrela.

Como era hábito nas igrejas portuguesas, também os púlpitos existentes no arquipélago madeirense são sempre acostados ou embutidos nas paredes da nave, logicamente do lado do Evangelho[163] e com acesso por uma escada existente numa das capelas laterais ou, menos comum, por escada à vista, tornando mais majestosa a nave da igreja e acrescentando-lhe maior aparato e cenografia. Principalmente no reinado de D. João V, introduzidos em Portugal por influências exteriores, talvez de Espanha, ou da Índia Portuguesa, onde estes elementos possuem uma presença ímpar[164], generalizou-se o uso de quebra-voz ou dossel lavrado sobre a caixa, o que valorizava a figura do pregador tornando mais sonora a sua voz e chegando a ter quase tanta importância como o púlpito propriamente dito[165].

Assim segue a construção do púlpito da Igreja de Nª. Srª. da Graça onde observamos uma caixa com painéis de faces curvas que lhe confere alguma dinâmica. A caixa assenta numa base que lhe dá continuidade através de um pequeno conjunto de curvas e contracurvas que afunilam até terminar numa meia esfera. A caixa e a base apresentam apenas partes lisas em tons de madeira castanha escura e pequenas linhas de dourado. O quebra-voz apresenta uma planta idêntica à caixa do púlpito e uma estrutura em cúpula piramidal sendo rematada por um elemento decorativo dourado e inspirado em folhas de acanto. A orla do dossel contém uma franja entalhada, novamente inspirada em ramagens, nomeadamente em folhas de acanto e flores abertas. A caixa do púlpito é interligada com o dossel através da moldura em pedra de cantaria cinzenta que contorna a porta.

O conjunto de azulejos que forra as paredes da sacristia (lado da Epístola) e da casa baptismal, dos séculos XVII e XVIII, respectivamente, merece, também, um olhar atento, ressalvando-se, desde já, que o núcleo do século XVII merece uma intervenção de conservação tecnicamente assertiva.

Desde o orçamento feito em 1747 que ficou previsto ser a Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos azulejada, aliás, como aconteceu com a igreja velha demolida e cujos materiais seriam reaplicados na construção da nova igreja. Assim, ficou determinado que *"O azulejo, que está na capella mor velha, servirá para assentar nas paredes da sacristia pella parte de dentro do pavimento para cima emté* (sic) *altura de seis palmos"* e o resto que sobrar depois de forrada a sacristia seria para a casa da pia baptismal cujo trabalho custaria apenas 10$000 rs[166].

Cumpriu-se parte das imposições do orçamento. Realmente na sacristia, que fica no direito da capela-mor, podemos observar ainda hoje as paredes forradas com azulejos, apresentando algumas falhas de matéria. Estes azulejos foram, sem dúvida, ali recolocados depois de retirados da capela-mor da "igreja velha" de Nossa Senhora da Graça, e devem ali estar desde 1756, data da conclusão das obras da sacristia e de uma "casinha" feita para se colocar o lavatório de pedra, com inscrição de 1756, que por não ficar acomodado na referida sacristia, por falta de espaço em consequência de erro do projecto inicial, foi autorizada a sua construção[167], como ainda hoje está.

Este conjunto de azulejos (XVII) e o arcaz/paramenteiro (XVIII) enriquecem dignamente esta sacristia.

Os azulejos da sacristia, pelo seu padrão e características formais e técnicas, deverão ser fruto de uma oficina de Lisboa, datáveis c. de 1680/1690[168], devendo a sua colocação corresponder a uma campanha de obras da igreja desta época ou a iniciada em 1676 ou a de 1690.

Em 1676, a 21 de Abril, o pároco de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, André Lopes, recebeu a informação do despacho favorável dado pelo Conselho da Real Fazenda, a 27 de Janeiro, sobre a disponibilização de uma verba de 200$000 rs para obras da sua igreja[169]. Acrescia a ordem para que o visitador António de Brito Bettencourt *"desse principio á capella mor"*[170] com 80$000 rs caídos das confrarias, contando, ainda, para a referida obra com mais 150$000 rs que deveriam ser cobrados de uma doação de 300$000 rs feita por um paroquiano, cujo nome não é referido[171], mas que averiguamos ser António Faria e sua mulher[172]. A verba,

Foto: Rita Rodrigues

Casa da pia baptismal. Azulejos de finais do séc. XVIII

agora atribuída, deveria ser resposta à petição feita pelo vigário Luís Gonçalves Velho, da mesma igreja, e mais moradores e fregueses, devido *"a ruina que a dita igreja ameasava por cuja causa senão podião administrar os oficios devinos e menos caberem os fregueses nela os quais por sua devoção tinhão feito o corpo da mesma igreja"*[173], pela a qual Sua Alteza ordenou *"fazer se a capella mor sanchristia e campanário"*[174].

Em 1690, o vigário e mais fregueses voltaram a afirmar que a igreja *"necessita de obra de pedreiro e carpinteiro"*[175]. A 29 de Agosto ordenou-se a feitura de orçamento, lançamento em pregão e arrematação *"pelo menor lanço"*[176] cumprindo o despacho do Conselho da Fazenda de 11 do mesmo mês. As obras foram colocadas em pregão e arrematadas pelo mercador Manuel Rodrigues da Costa, por 866$800 rs, mas o Conselho da Fazenda ordenou que se colocasse novamente em pregão advertindo que os lanços deveriam ser de oficiais de pedreiros ou carpinteiros. Estas obras deverão reportar-se a melhorias e acrescentamentos da primitiva igreja. Em 1710, o vigário, paroquianos, reitor, tesoureiro e mais irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento afirmavam que com *"muito trabalho"* tinham edificado *"hua capella com Retabulo e Sacrario pª. colocarem o Smº., hua Sacristia e caza pª. o serviço do culto divino"*[177], cuja capela tinha sido erecta há mais de cento e cinquenta anos, ou seja, reportando a construção do templo para o ano de 1560, e nada indica que tenha sido demolido[178].

Os azulejos, provenientes da capela-mor da antiga igreja demolida no século XVIII, são azuis e brancos, com cercadura de "lira", apresentando uma padronização catalogada por Santos Simões como P-382 e cercadura C-85[179]. É comum ver-se o elemento central do módulo individual do azulejo aplicado em frisos, catalogado pelo mesmo autor por F-44[180].

Os azulejos recuperados deveriam também ser aplicados na casa da pia baptismal depois de forrada a sacristia e escolhido *"o melhor"*, mas não chegaram para este forramento, ou por erro de cálculo do orçamento, ou porque no processo de demolição se perderam alguns ou por consequência do terramoto de 1748 que danificou muito a antiga igreja.

Sabemos que no processo de vistoria efectuado a 4 de Novembro de 1771, solicitado pelos herdeiros do fiador da obra António Richart Jervis Faria, a fim de ficarem desobrigados desta responsabilidade e procederem a partilhas, verificou-se que a casa da pia baptismal deveria estar forrada de azulejo até altura de seis palmos, conforme orçamento, *"mas não a encontro assim"*, por isso, ficaram os respectivos herdei-

ros, representados por António Correia Jervis, obrigados a cumprirem as suas obrigações dentro de um ano *"pelo que respeita ao azulejo em razão de que lhe poderá ser preciso mandalo buscar a Lisboa"*[181]. A 26 de Outubro de 1772 o vigário Manuel Borges de Alemanha passou certidão confirmando que o azulejo *"q. se devia por na casa da pia da dita se acha posto com toda a perfeição e para q. conste estar assim cumprido e satisfeito o orçamtº."*[182]. Numa nota lê-se*: "como não consta o custo destes Azulejos ficão sem (?) effeito"* e assim ficamos sem saber o preço pago por esta empreitada e a oficina da sua feitura. É certo que deverá ser entendido como oferta da família Jervis à igreja porque o orçamento previsto, em 1747, para estes azulejos era de 10$000 rs referentes apenas ao trabalho de recolocação dos mesmos na sacristia e casa da pia baptismal, ou seja, não tinha sido orçado a feitura de azulejos.

Julgamos que estes azulejos, provenientes de Lisboa, *"q. vinhão para a capella, se perderão em camara de Lobos e estão debaxo da escada porq. se sobe pª. a mesa dos irmãos do Sr."* e que tinham custado 11$160 rs e 1$880 rs de frete do navio, caixão e carreto. E, talvez, porque a obra estava em curso o padre Estêvão João não se fez esperar e mandou vir nova remessa, com igual quantidade, ou seja, 385 azulejos, pagando agora 15$400 rs, mais $600 rs pelo caixão de transporte; $480 rs e 1$600 rs do carreto para a praia, fragata e navio; 2$250 rs ao mestre [José] Joaquim por 5 dias de trabalho de assentar o azulejo e $300 rs ao servente de o ajudar; e mais $650 rs de areia fina e grossa para o seu assentamento[183].

Deste modo, os azulejos que ainda hoje estão na casa da pia baptismal são de oficina lisboeta e executados entre os finais de sessenta e princípios de setenta do século XVIII (c. 1764-1771). De produção comum e económica (monocromáticos), sendo compostos por um friso/barra, junto ao chão, de cor amarela (antimónio) executados com a técnica do "esponjado" típicos da azulejaria pombalina e um painel figurativo alusivo ao *Baptismo de Cristo*, tema perfeitamente adequado ao espaço, de linguagem Rococó. Estes azulejos cobrem as duas paredes laterais e fundeira. Junto ao lado direito da porta foram colocados azulejos azuis e brancos, já do século XX, numa tentativa de imitar o padrão dos azulejos da sacristia (XVII) e o chão encontra-se coberto com mosaicos já industriais.

A omnipresença do azulejo na arquitectura portuguesa foi uma constante nos séculos XVII e XVIII. O forramento de pequenas e grandes superfícies parietais enriqueceram espaços pobres e vazios, dinamizando-os com as mais diversas tipologias e padrões de azulejos. Foram, muitas vezes, colocados *"em igrejas construídas em épocas anteriores dotadas de espaços estáticos e "desornamentados" que urgia actualizar e renovar"*[184], mas também muitos painéis ou azulejos avulso foram reaplicados em novas construções reaproveitando material antigo, situação que corresponderá à demolida Igreja de Nª. Srª. da Graça que datava a sua construção da segunda metade do século XVI (c. 1560) e que no final do século XVII (1691) sofreu obras de reparação sendo forrada, possivelmente, a sua capela-mor com parte dos azulejos que ainda hoje se encontram na actual sacristia. Em 1704, o tesoureiro da Confraria de Nª. Srª. da Graça, Domingos de Aguiar, pagava um *"carreto de vº. q. se deu pª. o azulegio do dito ano"* ($975 rs)[185], com certeza numa fase de finalização da obra de azulejaria.

Na sacristia da Igreja de Nª. Srª. da Graça identificamos duas remessas de azulejos, embora com o mesmo padrão, uma de azul ultramarino mais escuro e outra com azul mais claro, devido a diferentes temperaturas de cozimentos, e, que no reaproveitamento da sua recolocação no novo templo, depois de 1756, faltou habilidade ao pedreiro por estar em algumas partes desacertado.

"Abstracto ou figurativo, o azulejo impõe-se então ao olhar do crente, sedu-lo de modo despudorado, convence-o, doutrina-o. É o reino da cor, da vibração lumínica, duma outra realidade tectónica que mascara a pobreza dos muros: é, ainda, a concepção do mundo enquanto puzzle ordenado, obtido pela articulação de pequenas unidades (…)"[186]. Cumpria, assim, o azulejo a sua função na antiga capela-mor e posteriormente na nova sacristia da Igreja de Nª. Srª. da Graça.

No que concerne à área do mobiliário esta igreja possui três móveis que merecem estudos individualizados por especialistas do mobiliário: o arcaz/paramenteiro[187] da sacristia do lado da epístola, e dois armários na sacristia do lado do Evangelho, sendo um de guarda às pratas, e ainda os dois cadeirais.

Na sacristia, lado da epístola, encontra-se

um arcaz/paramenteiro, que actualmente é composto por um corpo único, em forma de mostrador com nove gavetões na horizontal e três na vertical, totalizando vinte e sete gavetões, todos com puxantes de metal trabalhado.

Sabemos que o orçamento para a construção da nova Igreja de Nª. Srª. da Graça, feito a 2 de Maio de 1747, incluía a feitura de um vestuário na sacristia, com dois armários nos cantos, e outro para a guarda dos cálices, amitos e custódias.

O vestuário deveria medir cinco palmos de largo, cinco de alto e trinta e cinco na fronteira. Seria feito de tabuado de castanho, repartido em panos, com moldura de nogueira preta e cimalha de nogueira, forrado de castanho aberto a cantil. Sendo rematado nos cantos com dois armários, também de nogueira preta, com nove gavetas na fronteira, almofadas e molduras da mesma madeira. As gavetas teriam cada uma gualdra, fechadura e duas chaves que serviriam em todas as gavetas, e *"vinte e sete escudos de flores de lis",* que corresponderiam às vinte e sete gavetas (9x3). Cada armário teria duas portas com quatro missagras cada um, fechaduras com escudos estanhados e *"dois ferros pedreyros á moda Ingleza"*. Este vestuário com os dois armários, madeira, pregos, lixas e ferragens custaria 68$000 rs.

O armário para a sacristia deveria medir seis palmos de alto e cinco de largo, com palmo e meio de fundo, feito de chaprões e forrado, tudo com madeira de castanho. A fronteira seria de nogueira, com um armário em cima com duas portas de dois palmos e meio de alto, *"com suas almofadas bem feytas",* missagras, fechaduras e *"dois ferros pedreyros por dentro à moda Ingleza"*. As gavetas seriam de nogueira preta com puxantes de metal. Custaria este armário 16$000 rs[188].

Na vistoria feita à igreja, a 4 de Novembro de 1771, os armários e vestuários da sacristia tinham sido construídos mas as ferragens não estavam colocadas nas respectivas gavetas[189]. Por isso, os herdeiros dos Jervis, fiadores da respectiva obra, foram obrigados a colocá-las num prazo de dois meses[190]. A data para a construção deste arcaz deve situar-se entre 1756, final das obras de pedraria desta igreja, com conclusão e bênção da capela-mor, e que pela inscrição no lavatório, 1756, indica que a sacristia também estaria concluída, e 1769, data que segundo as palavras do pároco as obras da igreja estavam *"quaze concluídas"*[191], conforme orçamento, o que incluía os respectivos armários.

Este arcaz, embora trabalho de marcenaria, poderá ser obra executada sob as directrizes do entalhador Julião Francisco Ferreira, que em alguns documentos surge como *"oficial de marceneiro"*[192], e que nas datas acima indicadas operava nesta igreja. Realce-se que Julião Francisco Ferreira faleceu em Junho de 1771, razão pela qual poderá não ter colocado as ferragens nas gavetas. Por outro lado, existem grandes proximidades formais e técnicas, como similaridades estilísticas, ao mobiliário da sacristia da Sé (1732-1735), como do Colégio (c. 1720-1730), que embora de datas bem mais recuadas está no primeiro caso documentalmente indicado o nome deste imaginário[193]. No entanto, a "imitação" das obras da Sé e do Colégio era muito comum, pois representavam um marco de excelência no gosto e qualidade, e continuou por largas décadas. Outros autores poderão ser os entalhadores António Mendes e António de Agrela ou o carpinteiro Bernardo Gomes autor da excelente carpintaria do retábulo da capela-mor. No entanto, as pinturas que ornam os espaldares, alusivas ao Doutores da Igreja, assinadas por Nicolau Ferreira e datadas de 1791, são bem mais tardias que o arcaz, com molduras já classicizantes.

A descrição do arcaz, vestuário e mais armários da Igreja de Nª. Srª. da Graça, quer a nível dos materiais, quer das formas e acabamentos, que se pode ler no orçamento dos mesmos, expressa bem a preocupação de aparato e certo esplendor que se projectava para este espaço, agora também local de culto, de memoração e de profundas relações sociais. De facto, as visitações da Ilha da Madeira, durante os séculos XVII e XVIII, mostraram sempre grandes preocupações com o estado físico das sacristias ordenando sempre obras de reparo, retelhamento e caiação, mas também advertindo para o *decorum* do seu ornato e condições de segurança e conservação da paramentaria e alfaias sagradas que deveriam estar bem guardadas em arcas de boa madeira.

Infelizmente a Madeira não possui um estudo de caso para o mobiliário das sacristias, embora a Sé e o Colégio tenham sido alvo de leves apontamentos de Robert Smith, Pita Ferreira e Rui Carita. O recente trabalho de Cátia Teles e

Marques não integrou material do nosso arquipélago[194].

Ainda dentro do mobiliário destacamos os dois cadeirais, quantidade que não é muito vulgar nas igrejas madeirenses, onde predomina o fundo liso em tons de castanho, sendo os assentos delimitados por pequenas decorações de grande simplicidade formal, destacando-se nas curvaturas da parte superior os ornamentos baseados em folhagens de acanto.

Ocasião também para referir o conjunto de quinze candeeiros dispostos ao longo da nave em três filas de cinco, executado em dourado com aplicações de vidro, tendo o candeeiro central um anjo alado tocando corneta[195].

Passando para objectos de outro material, a pedra, encontramos o lavatório ou lava-mãos da sacristia da igreja de Nª. Srª. da Graça, lado da epístola, que exibe a inscrição 1756. Sabemos que a 26 de Setembro deste ano o mestre pedreiro Manuel Rodrigues da Costa, arrematador da obra de pedraria desta igreja, era já falecido, como prova a documentação do fiador capitão António Richart Jervis de Faria, mas não sabemos a data precisa do seu falecimento[196]. Entrou depois a tomar conta da obra o mestre, que julgamos também pedreiro, Estêvão da Costa, de cuja oficina deverá ter saído esta peça.

O orçamento feito em 1747 já previa a existência de um lavatório *"feyto na forma que mostra o risco"*, que depois de lavrado e assentado, e com chaves de metal, custaria 42$000 rs[197], mas a colocação deste na sacristia levantaria alguns problemas. Durante a construção da igreja, em 1755, a 12 de Agosto, o padre Manuel Borges de Alemanha apresentou protesto pela *"falta de comprimtº.; com que foi construída a Sachristia da dita Parochial, em cuja obra se está trabalhando, e a deficuldade, com que ficou para nella se collocar o Lavatorio orçado pedindo licença para por conta da fabrica, e do valor da obra, q. o arrematador havia do fazer, se erigir huá cazinha para o tal Lavatorio com porta no sitio mais acomodado"*[198]. Num documento enviado ao Provedor o vigário constatava *"q. (…) foi orçada a sacristia della com quarenta e quatro palmos de comprido, e agora se acha principiada só com trinta, e nove, erro,* (… do) *mᵉ. Manoel Roiz da Costa, e q. já agora não pode ter remedio por estar metida naquella medida a janella q. dá luz á capella mor* (…)", cuja sacristia ficava, assim, *"mtº. desacomodada pª. o serviço da Igrª. e embaraçando mtº. o Lavatorio q. deve ter"*[199]. Para evitar este incómodo queria o suplicante, da sua casa particular e de seus fregueses, fazer uma porta na mesma sacristia, não causando prejuízo à obra, *"antes a fortifica mais"*[200], nem ao fiador, pois este só seria obrigado a colocar na casa do lavatório o que devia pôr na sacristia. É dada ordem para informar ao Mestre das obras Reais desta situação a 10 de Fevereiro de 1756.

Domingos Rodrigues Martins emite parecer sobre esta questão respondendo que "*A Caza q. o Rdº. suppᵉ. pede licença para a fazer as custas da mesma Igreija para nella meter Lavatório não serve de perjuizo a sanchristia antes a faz mais forte, porque lhe serve de butareo",* bastando ter a sacristia 16 palmos de comprido e 12 de largo e ser baixa para que não tome a luz da janela da capela-mor. Esta obra não prejudicava o fiador que só teria de *"sentar o dº. Lavatorio de que tem obrigação dentro na dª. cazinha; e não há duvida que fica a dª. sanchristia mais dezembaraçada"*[201]. Ficava agora a sacristia com 39 palmos de comprido, em vez de 49, por causa da janela da capela-mor que foi *"por erro de quem orçou"*[202]. Data este parecer de 11 de Fevereiro de 1756. Perante a opinião técnica do mestre das obras reais, e sem prejuízo do fiador da obra, mandou o Provedor que o reverendo suplicante fizesse *"acrescentamtº. da sanchristia q. rezulta em mayor segurança e perfeyção della, á sua custa e de seus freguezes, ficando na obrigação delles o reparo da ruina q. suceda no dº. acrescentamtº."*[203].

E é neste acrescentamento que hoje se vê o lavatório de pedra, de factura ingénua. As torneiras saem de duas máscaras de formalismo *naif,* que deveriam, no entanto, querer imitar duas carrancas. O lavatório, de composição classicizante, apresenta duas partes, sendo a superior composta por um querubim, no centro, ladeado por duas volutas e dois espigões, e encimado centralmente por uma cruz, e na parte inferior pelas duas máscaras, simetricamente colocadas, rematadas lateralmente por duas volutas. O mestre pedreiro obrou apenas uma simples peça de pedraria, mesmo que o *"risco"* subjacente à sua execução, referido em 1747, fosse, hipoteticamente, de melhor qualidade.

Resta-nos referir os tectos da capela-mor e corpo da igreja.

O tecto da capela-mor apresenta um fundo ocre claro decorado com motivos baseados em

volutas, "Cs", flores e folhas, a inscrição "IHS Viva Jesus" e "AM Viva Maria", possui algumas aberturas ilusionistas onde se pode admirar o céu com nuvens, estando ao centro uma murilesca figura da Imaculada Conceição, assinada por L. Bernes (1909), sendo esta temática e figuração comummente usada por este pintor em outros tectos pintados em igrejas da Ilha da Madeira, como na antiga Matriz da Camacha, Igreja de S. Lourenço (1920). A comunicação social madeirense referiu que Luís António Bernes, em 1913, estava pintando um retábulo para o altar-mor da igreja de Nª. Srª. da Graça, da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos[204].

No entanto, o primitivo tecto da capela-mor foi riscado e pintado por António Villavicêncio, entre 1764 e 1776, o qual se deslocou várias vezes à igreja para riscar e dirigir a obra, que incluía então também o retábulo, camarim e trono. Para a pintura do tecto foram gastas várias verbas *em "papel pª. moldes"*, *"riscos da pintura"* e *"hua carta de alfinetes e hua meada de barbante pª. segurar o risco no tecto qdº. se cirnou* (sic)"[205], eventualmente para ser executado por outros pintores, seus parceiros, e/ou discípulos. No que concerne a obra de pintura, João António Villavicêncio trabalhou com os pintores António da Trindade da Cruz e José António da Costa, unidos por laços familiares. Refira-se que os pintores João António Villavicêncio e António da Trindade da Cruz casaram no Funchal, em 1745 e 1756, respectivamente, com duas filhas de Manuel António Garcês, irmão do Mestre das Obras Reais Diogo Filipe Garcês. Por outro lado uma irmã de João António Villavicêncio casou com o pintor José António da Costa, estes três últimos eram naturais das Canárias. A relação familiar destes três pintores fez com mantivessem na família o monopólio do cargo de Mestre das Obras Reais e dos trabalhos de pintura e douramento aplicados nas igrejas. Cita-se, em 1756, que António da Trindade da Cruz "*tem exercício na Arte da Pintura*", em 1749 afirmava-se que José António da Costa "*nesta Ilha tem feito algumas obras de sua arte com perfeição*", encontrando-se 1756 na Madeira "*por causa do douramento e pintura da igreja de São Jorge*"[206]. João António Villavicêncio pintava, dourava e depois como Mestre das Obras Reais realizou *riscos*, tendo em 1754/1755 executado a pintura de brutesco do tecto da capela-mor da Sé do Funchal, mais obras e pinturas nos confessionários[207], como na capela-mor da Igreja de Ponta Delgada, e em São Vicente uma inscrição anunciava que *"em 1771 se fez de novo esta capella, […] Architectura e pintura da mão de João António Vila Vicêncio*"[208].

Agora pelos documentos do Arquivo Paroquial do Estreito de Câmara de Lobos, que localiza João António Villavicêncio como pintor de tectos, como a sua passagem pelas obras do tecto da capela-mor da Sé e a campanha de obras na "Igrejinha" (Funchal), permite afigurar que deveria ter comandado diversas empreitadas, em parceria com os pintores citados, nos levando a supor que foram os grandes impulsionadores da pintura de tectos neste período na Ilha da Madeira. Repare-se também que este é um período um pouco anterior à produção intensiva do pintor Nicolau Ferreira Duarte e depois do grande terramoto de Lisboa (1755) em que as oficinas da capital portuguesa estavam demasiadas ocupadas com obras centrais ficando um maior espaço para a mão-de-obra regional que até recebeu pintores e imaginários canários para o seu mercado local, o que explica, em parte, a ausência de pinturas significativas de artistas nacionais para a Madeira a partir da segunda metade do século XVIII.

O tecto da nave principal apresenta, por sua vez, decorações em tons predominantemente ocres, vermelhos, azuis e cinzas, baseadas em motivos arquitectónicos: colunas, pórticos, arcos, varandas com balaustradas, e ainda alguns querubins meramente decorativos, tudo organizado numa marcada ilusão perspéctica, dirigindo o olhar do espectador para três medalhões: o central representando *São Miguel Arcanjo*, que segue a iconografia comum, voando, armado de lança, lutando e ferindo o terrível dragão; outro medalhão, na direcção do altar-mor, representa *Cristo Ressuscitado* agarrado a uma cruz coroada de espinhos, símbolos da paixão, e no lado oposto, em direcção à porta principal, uma alegoria representando a Imaculada Conceição, um anjo que leva o Menino ao colo e se dirigindo para um coluna ou altar com dois querubins sobre os quais se encontra pintado o Olho da Providência.

Do ponto de vista formal, este tecto segue as representações comuns dos tectos pintados em perspectiva nas igrejas da Madeira durante o século XVIII, como são os casos das Igrejas do Monte e Socorro (Funchal), e Capela do Espírito

Santo (Lombada, Ponta do Sol), que nos parece terem por base o inimitável tecto do Colégio. De perspectiva ingénua, com apontamentos de *tromp l´oeil,* o tecto de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos não permite ao espectador uma leitura global nem homogénea, e parece ter sido executado em partes, separadamente, revelando ausência de conhecimento sobre perspectiva. E aqui, uma vez mais, é lacunar um estudo sistematizado sobre os tectos pintados nas igrejas da Madeira!

No entanto, os tectos da Igreja de Nª. Srª. da Graça, como parte do seu corpus pictórico, levantam sérias questões autorais, e até temporais, quase sempre consequência da intervenção do pintor L. Bernes, que julgamos ter "confundido" trabalho de "restauro" com autoral, pois a assinatura de L. Bernes remete para uma execução (ou "restauro"?) já no século XX. Outra questão levanta-se com as obras solicitadas pela Câmara Municipal de Câmara de Lobos, a 17 de Novembro de 1897, que incluía a reparação do telhado e do tecto desta igreja[209], obras que poderão ter danificado as pinturas originais

Os pintores da família Bernes, família Cirilo, oficina de *Cirilo & Velosa*, João Rodrigues Pimenta, João Silvino e João Firmino Fernandes, foram encarregues de muitas empreitadas de tectos. Refira-se que Luís Bernes era pai de Alfredo Pedro Bernes, pintor decorador; de Luís António Bernes Júnior, pintor e gravador da Casa Leacock; de Alberto Bernes, pintor; de Fortunato Bernes, artista gravador; e de D. Leontina Bernes, decoradora[210]. Luís António Bernes assina algumas obras da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, como já referimos.

Luís Bernes em 1892 matriculou-se no curso de *Desenho Ornamental* na Escola Industrial do Funchal, cujo curso concluiu em 1897[211]. Realizou diversos trabalhos na área da gravura para jornais e revistas, pintura de painéis e tectos para igrejas da Ilha da Madeira, nomeadamente, em Santo António e São Pedro (Funchal), Serra d´ Água (1913), Camacha, Jardim do Mar (1915), Arco da Calheta, Ponta do Sol, Fajã da Ovelha (1922), etc.

Luís António Bernes tinha elos familiares com naturais de Câmara de Lobos, pois as duas vezes que contraiu matrimónio foi com mulheres desta freguesia.

Luís António Bernes, pintor, decorador e gravador, nasceu na freguesia de Santa Maria Maior, do Funchal, no dia 7 de Abril de 1865. Faleceu na dita freguesia a 22 de Outubro de 1936. Era filho de António José Bernes, natural da freguesia da Sé, compositor e professor de piano, natural da freguesia de São Pedro, e de D. Carlota Augusta da Câmara Bernes, natural da freguesia de Santana, sendo moradores na Quinta de São Filipe[212]. Era neto paterno de José Maria Bernes, natural de Lisboa, e de D. Teresa Rosa de Jesus Bernes, e materno do major Francisco Maria de Azevedo Sousa da Câmara.

Luís António Bernes casou com Silvina Augusta Bernes, filha de José Nunes, agricultor, e de Maria Nunes, doméstica, todos naturais da freguesia e concelho de Câmara de Lobos. Silvina Augusta Bernes faleceu com 43 anos, no dia 15 de Outubro de 1906 na rua do Esmeraldo, freguesia da Sé (Funchal), local onde residia, deixando descendentes[213]. Luís António Bernes casou pela segunda vez com Maria Adelaide Gomes, a 28 de Novembro de 1908, na Igreja de São Pedro (Funchal). Nesta data residia na rua das Maravilhas. Maria Adelaide Gomes era solteira, com 30 anos, de ocupação doméstica e não sabia escrever. Natural da freguesia e concelho de Câmara de Lobos, onde fora baptizada, morava na freguesia de São Pedro (Funchal) no sítio da Cruz de Carvalho. Era filha de Francisco Gomes de Bento e de Maria Augusta de Faria, também naturais de Câmara de Lobos. Do casamento foram padrinhos o marceneiro e entalhador Manuel Inocêncio de Sousa, solteiro, morador na freguesia de Santa Luzia ao Caminho do Til e o sacristão da igreja, Luís Francisco Xavier Ferreira, solteiro[214].

SIGLAS E ABREVIATURAS:

A.H.D.F. – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal[215]
A.H.M.F. – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
A.H.T.C., C.R.C./E.R - Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Contos do Reino e Casa/Erário Régio
A.P.E.C.L.- Arquivo Paroquial do Estreito de Câmara de Lobos
A.P.T. – Arquivo Paroquial da Tabua
A.R.M. – Arquivo Regional da Madeira
B.M.F. – Biblioteca Municipal do Funchal
C.E.H.A.- Centro de Estudos de História do Atlântico
C.M.C.L – Câmara Municipal de Câmara de Lobos
C.M.M. – Câmara Municipal de Machico
Cx. – Caixa
D.G.ARQ. / A.N.T.T. – Direcção-Geral de Arquivos /Arquivo Nacional Torre do Tombo.
D.R.A.C. – Direcção Regional dos Assuntos Culturais
Doc. – Documento
E.S.F.F. – Escola Secundária Francisco Franco

F.C.G. – Fundação Calouste Gulbenkian
fl./fls. – Fólio / Fólios
J.G.D.A.F. – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal
J.R.P.C. - Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas
Isff – "leia se faz favor", Revista da Secundária Francisco Franco
mf./mfs. – Microfilme /Microfilmes
p. / pp. – Página / Páginas
Prº. – Processo
R.N. – Registos Notariais
R.P. – Registos Paroquiais
rs – Réis
S.R.E.C. – Secretaria Regional de Educação e Cultura
S.R.T.C. – Secretaria Regional do Turismo e Cultura

NOTAS:

* Bolseira pela S.R.E.C., Licença Sabática, nos anos lectivos de 2007-2010, para a realização da Tese de Doutoramento *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750 – A eficácia da Imagem*, sendo bolseira do C.I.T.M.A. para a mesma tese (com conclusão prevista para Setembro de 2012).

1 Ver Rita Rodrigues: "A Igreja de Nossa Senhora da Graça – I Parte: Contributos para a sua história" (nesta revista).

2 Temos desenvolvido vários esforços para localizar estas "plantas" e "riscos" citados especialmente para as obras do século XVIII executadas nas igrejas madeirenses. Quer na Direcção-Geral de Arquivos /Arquivo Nacional Torre do Tombo, quer no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Contos do Reino e Casa/Erário Régio, não existe nenhum fundo específico que recebesse este núcleo documental. No entanto, continuámos a acreditar que algumas destas "plantas" e "riscos" sobrevivem, mal catalogados e inventariados, pois de alguns eram feitas várias cópias como provam os documentos da Provedoria da Real Fazenda do Funchal. Refira-se, aqui, o único (conhecido) e belíssimo risco do retábulo da capela-mor da Igreja de S. Jorge (Santana) da autoria de Domingos Rodrigues Martins, Mestre das Obras Reais, executado em 1750, que pertenceu à colecção particular de Rui Carita e hoje depositado no Arquivo Regional da Madeira. Este risco foi publicado por Paulo Ladeira, *A Talha*…, capa e p. 87. Nos diferentes documentos consultados sobre a Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos são citados *"apontamentos", "riscos" e "plantas",* quer na troca de correspondência entre a Provedoria da Real Fazenda do Funchal e o Conselho da Fazenda, quer nas várias arrematações feitas na Sala do Contos da Alfândega do Funchal, como em documentação do arquivo paroquial, referente à obra do camarim, tribuna e sacrário, mas infelizmente, até ao presente, não localizamos qualquer documento gráfico.

3 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 974, mf. 4225, fl. 71vº.-72.

4 Manuel Pedro Freitas, *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça*, disponível em http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/igreja_paroquial_nossa_senhora_graca.html, 14 de Março de 2010, 23.59H.

5 A.P.E.C.L, *Confraria de Nossa Senhora da Graça*, fls. 167, 169vº. e 171vº. Vide Rita Rodrigues, "Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – I Parte: Contributos para a sua história" (nesta revista).

6 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n. Vide Rita Rodrigues, "Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – I Parte: Contributos para a sua história" (nesta revista).

7 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 974, mf. 4225, fl. 123.

8 *Ibidem.*

9 *Ibidem.*

10 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 975, mf. 5380, fls. 75-75vº.

11 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770),* fl. 172.

12 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 975, mf. 5380, fls. 74-75.

13 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça--Contas e inventários (1733-1770,* fls.173vº., 175 e 176.

14 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 975, mf. 5380, fls. 75-75vº.

15 Paulo Ladeira, *A Talha*…., p. 37, citando Rui Carita (*Conhecimento e definição do Território. Os engenheiros militares (séculos XVII-XIX),* Torre do Tombo, Lisboa - catálogo).

16 Risco publicado por Paulo Ladeira, *Ob. Cit.*, capa e p. 87.

17 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 974, mf. 4225, fl. 71vº.-72.

18 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 975, mf. 5380, fls. 75-75vº. Não seria a primeira vez que Julião Francisco Ferreira seria apenas "executante" de uma obra. Este mestre entalhador deve ter executado a talha do retábulo da capela-mor da Igreja de S. Pedro (Funchal), no entanto, o autor do risco, conforme documentação de 1742 da fábrica da igreja, é *"Felis Audauto da Cunha morador em Lisboa"*. Foram gastos 19$500 rs *"por avanço do risco a quinze por cento"* e 21$600 rs *"que se deo a Felis Audauto da Cunha (…) por dous riscos para o altar mor"* (A.R.M., A.P.E.F., *Livro da Fábrica pequena da igreja de São Pedro do Funchal (1642-174…)*, 1742, fl.123vº.). Félix Adaúcto da Cunha, com actividade referenciada entre as décadas de 1710 e 1780, introduziu o Rococó de influência francesa na talha portuguesa, nomeadamente no oratório da sacristia da Igreja do extinto Convento da Madre de Deus (Lisboa), obra realizada em 1746 (Francisco Lameira, "O Retábulo em Portugal das origens ao declínio", in *Promontoria Monográfica História da Arte 01*, Faro, 2005, pp. 62 e 104; *Livro em que se lamça todo o gasto que se fez na obra da sacristia do convento de Nossa Senhora Madre de Deus. Ano de 1746*, fl. 37, transcrito por Luís Keil, Boletim de Arte e Arqueologia, Lisboa, 1921, pp. 44 e 45). Sobre os altares da Igreja de S. Pedro (Funchal) ver Paulo Ladeira, "Os retábulos da Igreja de São Pedro no Funchal", *Revista Promontoria*, Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Anos 7/8 – N.º 7/8, 2009/ 2010, pp. 263-282.

19 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito (começa em 1730),* fl. 136vº.

20 *Ibidem,* fl. 162.

21 Por este documento a bibliografia madeirense atribui o custo total da obra de 2:990$000 rs e a autoria a Julião Francisco Ferreira. No entanto, os 2:990$000 foi apenas a contribuição de Sua Majestade para a presente obra que contou com diversas parcelas das diferentes confrarias e até do próprio vigário, tendo atingido a soma 4:225$010 rs (retábulo, camarim, trono, douramento, pinturas e tecto), num trabalho de parceria, sendo a arrematação da obra e risco de João António Villavicêncio. A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770)*, fls. 172 e 178vº. *"para obras de entalhadura no altar-mór, arrematada, em 1764, pelo mestre Julião Francisco"* e mais 539$180 para ornamen-

tos e alfaias é a informação dada por Álvaro Rodrigues de Azevedo anotador de *As Saudades da Terra* e repetida por Fernando Augusto da Silva. Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra: História das Ilhas do Porto Santo, Madeira e Selvagens,* Manuscrito do Século XVI anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo (XIX) e introdução de Alberto Vieira (XXI), *Fac-Símile* da edição de 1873, Funchal, Funchal 500 Anos, 2007, p. 550; Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, Vol. I, A-E, Funchal, D.R.A.C./S.R.T.C., 1998, p. 424.

22 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 974, mf. 4225, fl. 123. Em 1761, o Mestre das Obras Reais era Domingos Rodrigues Martins (1748-1779).

23 Em diversos documentos e bibliografia aparece Villa Vicêncio, optamos, no entanto, pela assinatura do autor, "Villavicencio".

24 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770)*, fl. 172

25 *Ibidem,* fls. 172vº.-174vº., fl. 176 e 178vº.

26 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito (começa em 1730),* fl. 124vº.

27 *Ibidem,* fl. 128.

28 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770),* fls. 172 e 178.

29 *Ibidem,* fls. 172-179.

30 Vide "Materiais e técnicas de pintura e douramento citados, entre 1600-1800, nas despesas e receitas das fábricas das igrejas, capelas e confrarias do Arquipélago da Madeira" inserto na tese de doutoramento de Rita Rodrigues, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750 – A eficácia da imagem* (em desenvolvimento). Também Paulo Ladeira identificou alguns materiais divulgados na sua tese de mestrado, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820),* Funchal, S.R.E.C./C.E.H.A., 2009.

31 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770),* fls. 172 e 173vº.

32 Cambota – molde de madeira para se formarem os arcos ou abóbodas. http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=cambota, consultado a 24/09/2011, 10:10h.

33 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770),* fls. 174-175vº.

34 *Ibidem,* fl. 176.

35 Charão é um verniz de laca proveniente da China ou do Japão. *"A verdadeira laca (charão) é originária do Oriente e os artesãos europeus tentam imitá-la de várias maneiras"*. Paulo Queimado e Nivalda Gomes, "Conservação e restauro de Arte Sacra – Escultura e Talha em suporte de madeira – Manual Técnico", p. 182 (disponível em pdf).

36 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770),* fls. 176-176vº.

37 *Ibidem,* fl. 176vº.

38 Muito provavelmente também pintor.

39 Antónia de Caires era filha de Manuel de Castro e de Maria da Assunção, neta paterna de António Vaz Rebelo e de Maria da Assunção, naturais da freguesia de S. Martinho e materna de Manuel Gomes Camacho e Luzia de Caires, da freguesia de Stª. Maria Maior do Calhau. A.R.M., R.P., Sé, Funchal, *Casamentos*, Lº. 58, fl. 36, 29-07-1750; A.R.M., R.P., Câmara de Lobos, *Casamentos*, Lº. 313, fl. 57vº., 03-05-1770.

40 A leitura é difícil e pode parecer também 600 mil réis, mas parece-nos ser uma soma avultada. Fica a dúvida até possível correcção.

41 A.R.M., R.P, São Pedro, Funchal, *Óbitos*, Lº. 135, fl. 114, 17-06-1771.

42 Vide Rita Rodrigues, "Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias", in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº. 2, Funchal, S.R.E.C./C.E.H.A., 2010, pp. 229-337 (disponível em CD-ROM; comunicação apresentada no Congresso "O Mundo das Ilhas e as Ilhas do Mundo", Julho, 2010).

43 Distam largos anos entre o pedido da construção do retábulo-mor, a execução e o pagamento (1733 e 1749). Este assunto foi objecto de investigação de Paulo Ladeira. Vide deste autor, "Os retábulos da igreja de São Pedro no Funchal", *Revista Promontoria*, Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Anos 7/8 – N.º 7/8, 2009/ 2010, pp. 263-282.

44 A.R.M., *Governo Civil*, Funchal, Lº. 227, fl. 11vº., 13vº.; Idem, *Ibidem*, Lº. 228, fl. 58 vº.

45 A.H.D.F., *Confraria de Nossa Senhora da Piedade sita na ermida da Rua da Igrejinha*, Lº. 72, fl. 128.

46 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e inventários (1733-1770),* fls. 172-179.

47 A.R.M., R.P., São Pedro, Funchal, *Casamentos*, Lº. 121, fl. 226, 02-03-1756; *Ibidem*, fl. 252 vº., 12-02-1759. Domingos de Azevedo era filho de António da Silva e de Faustina de Azevedo, neto paterno de Manuel Martins e de Inês da Silva e materno de António Garcia e de Isabel de Azevedo. José de Abreu era viúvo de Bárbara Escórcio, filho de Inácio Rodrigues e de Maria do Carmo, neto de Domingos Rodrigues e de Maria de Abreu, materno de Manuel de Abreu e de Lúcia Ferraz. A.R.M., *R.N.*, Lº. 2239, fl. 106-108, 03-07-1769. Manuel Moniz de Sá morava no Torreão, casou em 1766 em São Pedro, no Funchal, com Joana Maria Rosa. Baptizou uma filha em 1770 e faleceu em 1797. A.R.M., R.P., São Pedro, Funchal, *Casamentos*, Lº. 122, fl. 56vº.; A.R.M., São Pedro, Funchal, *Baptismos*, Lº. 104, fl.111 vº., 1770; A.R.M., São Pedro, Funchal, *Óbitos*, Lº. 139, fl. 20vº., 14-11-1797. Foram testemunhas do seu casamento João Gonçalves de Sousa e o cerieiro Lúcio Ferreira.

48 Vide Paulo Ladeira, "Os mestres e o retábulo-mor da igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos", in *Girão* nº. 4, vol. II, 2007, pp. 25-26; Idem, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820),* Funchal, S.R.E.C./C.E.H.A., 2009.

49 Em Portugal o termo foi usado por Aarão Lacerda (1935) que dele fez derivar outros como "rocalha" e "rocalhesca". J.F.P., "Rococó", in José Manuel Fernandes (Dir.) e Paulo Pereira (coord.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, p. 417.

50 Sobre a síntese deste estilo vide J.F.P., "Rococó", …, p. 416-421. Timidamente o Rococó foi sendo estudado em Portugal contando com os contributos de vários historiadores: Germain Bazin (1950), Reynaldo dos Santos (1953), John Bury (1956), Robert Smith (1962), José-Augusto França (1965), etc..

51 J.F.P., "Rococó", …, p. 416.

52 Idem, *Ibidem*.

53 Idem, *Ibidem*.

54 Idem, *Ibidem*, p. 417.

55 Idem, *Ibidem*, p. 419.

56 A.P.E.C.L., *Livro de entrada e saída de dinheiro do depósito*, fl. 162.

57 A frase correcta seria "*Qui me invenerit, vitam inveniet, et salutem Hauriet uma Domino"* e foi retirada do Livro dos Provérbios (8:35). *"O livro dos Provérbios é o primeiro e o mais representativo documento da literatura sapiencial de Israel. Trata-se de uma antologia de colecções heterogéneas, de origens e datas diferentes, abrangendo um*

período de tempo que se estende do séc. X ao séc. V a.C.. A tradição hebraica é unânime na aceitação do livro dos Provérbios; o NT cita-o várias vezes e a Igreja primitiva tê-lo-ia utilizado na catequese moral para os catecúmenos. (…) *O livro é atribuído a Salomão (1,1)* (…) *a tradição considera este rei especialmente dotado com o dom da sabedoria".* http://www.capuchinhos.org/biblia/index.php?title=Prov%C3%A9rbios, 28 de Abril de 2010, 10:28h.

58 Lacunas nas massas de tinta dificultam a leitura da data. As figuras da Virgem e de S. Isabel é um decalque autêntico da *Visitação* de Mariotto Albertinelli, 1503 (Galleria degli Uffzi). Bernes copiou integralmente as figuras femininas e o elemento arquitectónico, respeitando até a cores da indumentária, o que nos leva a crer que conhecesse uma impressão colorida daquela pintura. Acrescentou as duas figuras masculinas retiradas de outras pinturas.

59 O risco e pintura do tecto da capela-mor foram de João António Villavicêncio, mas neste momento não estamos em condições de atestar se resta alguma parte ainda do século XVIII, embora a parte central e partes das arquitecturas sugiram formalismos setecentistas, ou se foi totalmente reconstruída e pintada por Bernes, até porque na *"sessão de 17 de Novembro de 1897 a Câmara Municipal de Câmara de Lobos delibera apresentar uma representação ao Rei solicitando a reparação do telhado e tecto da Igreja* (…)". Manuel Pedro, *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça…*

60 José de Saint-Trueva, "Presença de Nicolau Ferreira: um pintor madeirense no séc. XVIII na Vila da Câmara de Lobos", in *Girão*, nº. 5, 1990, pp. 201-203.

61 A frase completa *seria "Deus ab austro veniet, et Sanctus de monte Pharan: operuit cælos gloria ejus, et laudis ejus plena est terra*". O livro do profeta Habacuc, datável do final do século VII a. C., aborda o tema da justiça. O livro compõe-se por três partes, sendo a terceira (3, 1-19) relativa a um salmo que celebra o triunfo definitivo de Deus na Natureza e na História.

62 Esta representação poderá remeter para simbologias maçónicas em que se une o olho ao triângulo da Santíssima Trindade.

63 Não conseguimos identificar as figuras que compõem este padrão.

64 A frase completa é *"Attollite portas, principes, vestras, et elevamini, portæ æternales, et introibit rex gloriæ" – "Levantai, ó portas, as vossas cabeças; levantai-vos, ó entradas eternas, e entrará o Rei da Glória".*

65 A frase completa é *"Deduxisti me, quia factus es spes mea: turris fortitudinis a facie inimici" – "Habitarei no teu tabernáculo para sempre; abrigar-me-ei no esconderijo das tuas asas".*

66 Proto-Evangelho de S. Tiago, Caps. VII e VIII; Evangelho de Pseudo Mateus, Cap. VI; e popularizada pela Legenda Aurea de Voragine na Idade Média.

67 Para a iconografia de *Apresentação da Virgem no templo* ver Louis Réau*, Iconografía del arte Cristiano: Iconografía de la Biblia – Nuevo Testamento,* Tomo 1, Vol. 2, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996, pp. 170-172.

68 Esta pintura assinada por L. Bernes, 1910, é de qualidade relativamente inferior, quer técnica e plasticamente, a uma tela também assinada pelo mesmo pintor que se encontra hoje na colecção privada de Henrique Velosa. Agradecemos ao escultor Ricardo Velosa a autorização de iniciarmos o estudo de parte do espólio de seu pai, séculos XVII e XVIII, sobre o qual divulgaremos alguns dados na nossa tese de doutoramento (em curso).

69 Uma pintura, exactamente igual a esta, mas ainda mais recente, encontra-se na Igreja Matriz de Santa Cruz. Numa das paredes do corpo da Igreja do Estreito de Câmara de Lobos encontra-se uma *Imaculada* assinada por *"Antº. Alves // Pintou // 1937 // Braga – Portugal",* autor que assina a pintura do tecto da Igreja de Santa Cruz, "*Antº. Alves // 1935 // Braga*", o que atesta que se encontrava na Madeira. Revelam estas pinturas que António Alves e possivelmente mais um pintor seu contemporâneo andaram na década de trinta a trabalhar nesta duas igrejas rurais. Ainda do século XX, encontra-se um comum e comercial *Imaculado Coração de Jesus* assinado em 2001, pelo pintor venezuelano Sixto Orozco Pieretti, com a legenda "Jesus eu confio em Vós".

70 *"Clamou a Deus, enquanto levantavam clamores, eis que uma pequenina fonte toma proporções de um grande rio, uma massa de água".*

71 Ester 11:6, remete *para "Et pendebant ex omni parte tentoria ærii coloris et carbasini ac hyacinthini, sustentata funibus byssinis atque purpureis, qui eburneis circulis inserti erant, et columnis marmoreis fulciebantur. Lectuli quoque aurei et argentei, super pavimentum smaragdino et pario stratum lapide, dispositi erant : quod mira varietate pictura decorabat" - "As cortinas eram de pano branco verde e azul celeste, atadas com cordões de linho fino e de púrpura a argola de prata e a colunas de mármore; os leitos eram de ouro e prata sobre um pavimento mosaico de pórfiro, de mármore, de madrepérola e de pedras preciosas".*

72 Palma Martínez-Burgos García*, Ídolos e Imágenes: La controvérsia del arte religioso en el siglo XVI español,* Valladolid, Universidad de Valladolid / Caja de Ahorros de Salamanca, 1990, p. 92.

73 *Vaso espiritual, rogai por nós / Vaso honorífico, rogai por nós /Vaso insigne de devoção, rogai por nós.*

74 Ver Rita Rodrigues, "A Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – I Parte: Contributos para a sua história" (nesta revista).

75 A frase completa é *"tunc præcepit et dixit mihi creator omnium et qui creavit me requievit in tabernaculo meo"*

76 http://www.bibliacatolica.com.br/01/28/24.php, consultado a 25/09/2011, 02:26h. Outra tradução é *"Deitei raízes no meio de um povo glorioso, na porção do Senhor, seu Património", Bíblia Pastoral*, Lisboa, Ed. Paulistas, 1993, p. 972.

77 A frase completa é *"Qui interrogationem manifestat parabit verbum, et sic deprecatus exaudietur et conservabit disciplinam et tunc respondebit".*

78 http://www.bibliacatolica.com.br/01/28/33.php, consultado 25/09/2011, 02:40h. Outra tradução é *"Prepara o teu discurso e serás ouvido; concentra as tuas ideias e depois responde". Bíblia Pastoral*…, p. 979.

79 O entalhador Miguel Francisco da Câmara trabalhou, em 1793, na talha da Capela de N.ª S.ª da Boa Morte (S. Pedro, Funchal) e arrematou, em 1784, as obras de talha e pintura da Igreja de S. Lourenço (Camacha). Era um entalhador que mantinha contactos profissionais muito próximos do entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega. Vide Paulo Ladeira, *A Talha*…, pp.74-75. Miguel Francisco trabalhou 8 dias no retábulo da capela-mor da Igreja de Nª. Srª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, recebendo 4$450 rs *"por entalhar a dº. obra".* A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e Inventários (1733-1770),* fl. 173.

80 Paulo Ladeira, *A Talha* …, citando A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*, Cx. 4, Prº. 294, fls. 10, 11, 13 e 17. O entalhador e o pintor foram auxiliados pelo carpinteiro Bernardo Gomes e seu filho na feitura dos andaimes e em outros

serviços de apoio. Para o altar foram compradas tábuas a Manuel de Abreu (fls. 12, 14, 15, 16 e 18). O Vigário Manuel Borges de Alemanha mandou vir de Lisboa um frontal de damasco roxo para o altar do Senhor Bom Jesus que custou 15$911 réis. A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*, Cx.4, Prº.291, fl. 18.

81 Vide Rita Rodrigues, "A gravura MATER INVIOLATA de Klauber e o desaparecido retábulo de Nossa Senhora da Luz da Igreja Matriz de Gaula", in *Origens,* nº. 19, Santa Cruz, C.M.S.C., Janeiro de 2009, p. 23-47.

82 O pintor António da Trindade da Cruz era casado com Catarina Delfina do Sacramento, irmã da mulher de João António Villavicêncio. Paulo Ladeira, *A talha*…, p. 195.

83 A.H.D.F., S. Pedro, *Confraria do Santíssimo Sacramento*, Lº. 26, fl. 35.

84 Paulo Ladeira, *A talha* …, p. 39.

85 Resposta da Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal ao requerimento de João António Villavicêncio, arrematador das obras da Igreja de Santo António: *"Visto que estas differenças procedem de erro de Orçamento a que o arrematador não está obrigado se lhe pague o liquido deste calculo feito na Contadoria Geral creditando se na sua conta do Arrematador; e na secretaria se faça asignar termo ao Mestre de Obras Reaes para ficar responçavel pelos seus bens a qualquer erro que se achar nos Orçamentos para evitar os prejuizos da Fazenda Real tomando se razão deste Despacho na Contadoria Geral"* – Funchal, 23 de Julho de 1785. D.G.ARQ./A.N.T.T., Provedoria e Junta Real do Fazenda do Funchal, *Livro de Notas e Cautelas*, Lº. 458, fl. 37.

86 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 476, fls. 4-5, 7-8 e 10.

87 *Ibidem,* fls. 5 e 22.

88 A.H.D.F., *Confraria de Nossa Senhora da Piedade sita na ermida da Rua da Igrejinha*, Lºs. 72 e 75.

89 D.G.ARQ./A.N.T.T., Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1741-1768*, Lº. 10, mf. 3576, fl. 143vº. e 149.

90 *Ibidem,* fls. 144,149vº., 152, 153.

91 Louis Réau, *Iconografía del arte cristiano – Iconografía de los santos, De la A a la F,* Tomo 2, Vol. 3, 2ª. Ed., Espanha, Ediciones del Serbal, 2000, p. 36-41.

92 Idem, *Ibidem, De la G a la O, Tomo 2, Vol. 4, Espanha, Ediciones del Serbal, 1997, pp. 47-53.*

93 Idem, *Ibidem, De la A a la F,* Tomo 2, Vol. 3, 2ª. Ed., Espanha, Ediciones del Serbal, 2000, pp. 68-70.

94 Idem, *Ibidem, De la G a la O, Tomo 2, Vol. 4, Espanha, Ediciones del Serbal, 1997, pp. 142-148.*

95 A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*., Cx.4, Prº.247, fls. 26 e 69. Os pendões e bandeiras eram objectos cultuais mensageiros da palavra divina e essenciais para as procissões e funerais. Em finais do séc. XVIII, encontramos na Madeira pinturas executadas por pintores madeirenses em pendões e bandeiras, embora por vezes não identificadas. Quando encontramos referências aos autores, aparecem Nicolau Ferreira Duarte e Filipe Caetano da Trindade.

96 Remete-se leitura para Luiz Peter Clode, "O nome completo do pintor Nicolau Ferreira é Nicolau Ferreira Duarte", in *Das Artes e da História da Madeira",* Vol. III, nº. 13, 1952, p. 38; Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, Vol. II, F-N, Funchal, Tip. Peres, 1998, p. 22; José Saint-Trueva, "Presença de Nicolau Ferreira, um pintor madeirense do século XVIII na Vila de Câmara de Lobos", in *Girão*, nº. 5, 1990, pp. 201-203; Paulo Ladeira, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820),* Funchal, S.R.E.C./C.E.H.A., 2009, pp. 209-216; e informações insertas em Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, Funchal, Ed. J.G.D.A.F., 1963 e Rui Carita, *História da Madeira: O século XVIII – Economia e Sociedade*, Funchal, S.R.E.,1999. Também temos conhecimento da existência de um trabalho curricular de mestrado de Cláudia Romana, UMa, Funchal, mas não se encontra disponível para consulta pública. Preparamos um trabalho mais completo com documentos e obras inéditas deste pintor recolhidos nos últimos cinco anos, aproveitamos, no entanto, para divulgar que a pintura do altar-mor da Capela de Nª. Srª. do Livramento (Calheta) é de Nicolau Ferreira como confirmam a assinatura e data que ficaram agora a descobertos depois de uma intervenção de conservação pelo ISOPO (Agosto de 2011). Agradecemos à Drª. Marília Carvalheira todas as informações técnicas facultadas.

97 O pintor António da Trindade da Cruz elaborou diversas obras de pintura e douramento na Madeira até cerca de 1806/1807. Era natural de Setúbal e casou em 1756 na freguesia de S. Pedro do Funchal. Era pai do entalhador José Joaquim da Trindade. Sobre a sua vida e obra vide Paulo Ladeira, *A Talha*…, pp.199-202.

98 A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*., Cx. 4, Prº. 270: 1787, fl. 12; 1788, fl. 13. Em 1794 a Confrª. do Sº. Sº. no conserto do camarim gastou 49$200 rs. A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias,* Cx. 4, Prº. 275, fl. 4. Em 1786/1787 as confrªs. de N.ª S.ª da Salvação e de N.ª S.ª da Candelária adquiriram alguns castiçais. A.R.M., J.R.P.C., *Confraria*, Cx. 4, Prº. 264, fl. 2; Prº. 253, fls. 2 e 5.

99 A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias,* Cx. 4, Prº. 247, fls. 5, 9, 26, 31, 41, 56, 70 e 80. O carpinteiro Pedro António de Sousa não sabia assinar.

100 A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*, Cx. 4, Prº. 247, fl. 4vº.; Prº. 248, anos de 1785 e 1791, fls. 4vº., 13, 22, 28, 31, 83 e 87; Prº. 250, fl. 3, 24; Prº. 294, 1774, fl. 12; Prº. 257, 1796, fls. 10 e 11.

101 A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*, Cx. 4, Prº. 248, 1796, fls. 27vº. e 84.

102 A.R.M., R.P., São Pedro, *Casamentos*, Lº. 122, 22-08-1768, fl. 78vº. A.R.M., R.P., São Pedro, *Baptismos*, Lº. 102, 19-03-1746, fl. 116; A.R.M., R.P., São Pedro, Lº. 104, 30-08-1767, fl. 50vº. De Rosa também foi madrinha Violante do Céu Brito Flores representada pelo procurador João Paulino Mayring. Julião Francisco Ferreira e Maria Micaela baptizaram outro filho, Félix, em 1769, sendo padrinhos José Francisco de Vasconcelos e Felícia Quitéria representada pelo procurador, o reverendo Nicolau Francisco de Carvalho Mayring. A.R.M., R.P., São Pedro, *Baptismos*, Lº. 104, 28-03-1769, fl. 82vº. Num testamento realizado por Antónia Ferreira, em 1768, Maria Micaela recebeu alguns bens móveis e Julião Francisco Ferreira, em princípio o latoeiro, ficou como testamenteiro. A.R.M., R.P., São Pedro, *Óbitos,* Lº. 135, Dezembro de 1968, fl. 83.

103 A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*, Cx. 4, Prº. 248, fls. 45vº., 46, 47, 54vº. e 102-105vº. A pedra veio da pedreira do Covão (Câmara de Lobos). O governador João António de Sá Pereira tinha proibido, em 1768, os enterramentos dentro das igrejas como era habitual, face ao odor e consequentes problemas graves advindos para a saúde pública. Esta ordem não foi imediatamente cumprida por todas as paróquias daí que alguns cemitérios sejam ainda construídos no séc. XIX. Rui Carita, *História da Madeira,* Vol. V, pp. 215-216.

104 A.R.M., J.R.P.C., *Confrarias*, Cx. 4, Prº. 248, fl.105. A casa teve 11,5 palmos de altura, 25 de comprimento e 20 de largura; 2 meias janelas com 6 palmos de altura e 5 de largura e uma porta para o caminho com 10 palmos de alto e 5 de largo, tudo em cantaria, feita de pedra e cal "*com seus cantos cortados, será xispada, rebocada por fora e por dentro, serão as suas portas de aro com suas ferra-*

gens".

105 *Ibidem,* Prº. 248, fls.47, 54vº., 103-103vº., 105-105vº. Trabalharam na obra do cemitério os pedreiros Manuel Gomes Figueira, Manuel Gomes *do Pau*, Jorge, António Figueira e António João, todos a $500 rs por dia; os serventes Manuel Figueira, Pedro Figueira, António Gomes, José Figueira, a $400 rs/dia e a $350 rs os serventes João Fernandes, António Fernandes Correia, António Lopes, António Figueira e ainda a $300 rs o servente Francisco de Sá (*Ibidem*, fls. 45vº., 46 e 103). Veio pedra de alvenaria do lugar do Covão (Câmara de Lobos) transportada pelo boieiro António de Freitas, ainda outros burriqueiros e as bestas de José Santos carregarem cal (*Ibidem*, fls. 45vº., 102 e 103). Pagou-se a José Gomes Cunha a cantaria que veio para a janela a $250 rs/palmo. (*Ibidem*, fls. 47 e 101). Veio ainda telha do Funchal, por barco, acarretada de Câmara de Lobos para a obra por Manuel de Barros (*Ibidem*, fls. 47 e 102).

106 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e Inventários (1733-1770),* fls. 173vº-176.

107 Fénix ou Pelicano Eucarístico. Neste caso parece-nos mais a representação da Fénix do que o Pelicano Eucarístico, visto que este tem, normalmente, o pescoço mais alongado. A Fénix é associada a Cristo pela regeneração da vida e o Pelicano é uma das alegorias mais comuns de Cristo. Juan Eduardo Cirlot, *Dicionário de Símbolos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999, pp. 168 e 295.

108 Idem, *Ibidem*. p. 168.

109 Vide Fausto Martins, *Estudo Iconográfico do Retábulo--Sacrário da Capela do Sacramento da Igreja Matriz de Caminha,* Seminário Luso-Galaico comemorativo do VII Centenário do Foral de Caminha, Outubro de 1994, disponível em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2115.pdf, consultado em 15/04/2010, 18:07h.

110 Vide Manuel Franco Falcão (Bispo Emérito de Beja), "Eucaristia", in *Enciclopédia Católica Popular: Espiritualidade, Sagrada Escritura, Teologia, Pastoral, Liturgia, Direito, Moral,* Lisboa, Ed. Paulistas, 2004, p. 179; "Eucaristia", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. X, Lisboa / Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia Limitada, [195-], pp. 619-620; "Eucaristia", in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americano*, Tomo XXII, Bilbao, Espasa-Calpe, 1924, pp. 1267-1270.

111 Vide Paulo Ladeira, *A Talha…*, pp. 169-173.

112 Vide Rita Rodrigues, "Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias", in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº. 2, Funchal, S.R.E.C./C.E.H.A., 2010, pp. 229-337 (disponível em CD--ROM; comunicação apresentada no Congresso "O Mundo das Ilhas e as Ilhas do Mundo", Julho, 2010).

113 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 974, mf. 4225, fls. 71vº.-72.

114 Esta é uma das primeiras obras que temos referência ao entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega.

115 José dos Reis da Silva trabalhou na Igreja de Stº. António, no Funchal (1790); na capela de N.ª S.ª da Boa Morte, da Igreja de S. Pedro, no Funchal (1793) e em 1800 *recortou* a talha das ilhargas da Capela do Santíssimo da Igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol. José dos Reis da Silva manteve ao longo das décadas de 70 a 90 do século XVIII algumas afinidades sociais e profissionais com o entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega. Em 1794, foi testemunha em duas escrituras em que Estêvão Teixeira de Nóbrega emprestou dinheiro, numa 30$000 rs ao sapateiro Caetano de Aguiar e noutra 281$600 rs ao carpinteiro e cunhado de Estêvão Teixeira de Nóbrega, António Francisco Xavier (A.R.M., *R.N.*, Lº. 2050, fl. 36vº.-39). Foi testemunha com o carpinteiro Domingos Nunes, que tinha uma grande proximidade profissional com Estêvão Teixeira de Nóbrega, do casamento de José Sardinha, natural do Estreito da Calheta, com Inês Maria, viúva, (1770). Foi padrinho de baptismo de Ana, filha de José de Gouveia, natural de Gaula e de Ana Maria, moradores aos Arrifes (1796), e de José, filho do carpinteiro Manuel José Cabral e de Catarina das Mercês (baptizado a 28-04-1793). Foi procurador de Estêvão Teixeira de Nóbrega, este como padrinho de baptismo juntamente com a madrinha Teodora do Espírito Santo representada por seu procurador Vicente de Paula Teixeira (filho de Estêvão Teixeira de Nóbrega), de Joana, filha do referido Manuel José Cabral (nasceu a 28-09-1794). A.R.M., R.P, São Pedro, Funchal, *Casamentos*, Lº. 122, fl. 101, 29-04-1770. Idem, *Baptismos,* Lº. 107, fl. 146vº., 31-01-1796; fl. 93, 28-04-1793; fl. 120vº., 07-10-1794. Vide, ainda, Paulo Ladeira, *A Talha…*, pp. 78-79.

116 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e Inventários (1733-1776),* fl. 176.

117 Manuel Gonçalves Pita diz apenas que o sacrário foi executado na tenda de um mestre no Funchal. "O sacrário da igreja de Nossa Senhora da Graça", in *Girão*, Vol. I, nº. 5, 1990, p. 217.

118 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e Inventários (1733-1776),* fl. 176.

119 *Ibidem,* fl. 176.

120 Paulo Mendes era filho de Maria do Rosário e de Manuel Mendes já falecido em 1695 (A.R.M., R.P, Sé do Funchal, *Casamentos*, Lº. 55, fl. 151 vº., 12-11-1695).

121 A.R.M., R.P, S. Sebastião, Câmara de Lobos, *Casamentos*, Lº. 312, fl. 101 vº., 12-06-1746. A.R.M, São Pedro, *Casamentos*, Lº. 122, f. 68, 29-08-1767. No ano económico de 1757-1758 um António Mendes, carpinteiro, pagava foro à Misericórdia do Funchal (1$056 rs). A.R.M., *Misericórdia do Funchal*, 1757-1758, Lº. 518, fl. 32. Nos séculos XVII e XVIII encontramos muitos carpinteiros e torneiros com o apelido Mendes a operarem na Madeira, e entre 1650 e 1680 está bem documentado um António Mendes, carpinteiro, para pagamento de foros, que eventualmente será antepassado desta família de carpinteiros. Em 1741 há um casamento entre outro António Mendes da Silva e Francisca dos Santos. No entanto este António Mendes assina este acto religioso com uma caligrafia muito bem feita, desenhada, e foram testemunhas o capitão António da Câmara e o tenente general capitão Francisco Berenguer e madrinhas Antónia Maria mulher de Manuel Rodrigues, oficial de pedreiro e morador aos Arrifes e Maria Ferreira, esposa de (…?) Fernandes, oficial de serralheiro morador ao Pombal. (A.R.M., R.P, S. Pedro, Funchal, *Casamentos*, Lº. 121, fl. 101 vº., 07-01-1741). Neste casamento não estão referenciados os nomes dos pais dos nubentes, dificultando qualquer conclusão.

122 A.R.M., S. Pedro, Funchal, *Casamentos*, Lº. 122, fl. 68. Ana da Assunção era filha de Tomé Gomes Pacheco e de Francisca Rosa, naturais da freguesia do Monte. Do casamento foram testemunhas Simão Soares e António Tomé.

123 A.R.M.,S. Pedro, Funchal, *Óbitos*, Lº. 141, fl. 42.

124 A.R.M., S. Pedro, *Baptismos*, Lº. 104, fl. 44 vº.

125 A.R.M., *R.N.*, Lº. 1140, fl. 107, 21-03-1814.

126 Em 1792 Francisco José Jardim e Timóteo Joaquim, sangradores, deram-lhe uma quitação geral (A.RM., *R.N.*, Lº. 2188, fl. 106 vº. - 107, 13-11-1792). Em 1794 comprou benfeitorias a António de Sousa e à sua mulher Mariana Jacinta de Jesus (A.RM., *R.N,* Lº. 2221, fl. 43 vº., 15-11-

1794). Em 1798 foi credor de dinheiro a João J. Freitas (A.RM., *R.N,* Lº. 2228, fl. 49, 10-07-1798). Em 1808 Joaquim Afonso tinha-lhe uma obrigação de dívida e pagamento (A.RM., *R.N,* Lº. 1121, fl. 142, […]-12-1808). Foi ainda testemunha em diversos actos notariais (A.RM., *R.N,* Lº. 2185, fl. 76 vº., 17-04-1790; Lº. 2185, fl. 86, 22-04-1790; Lº. 2078, fl. 105 vº., 05-04-1799; Lº. 2257, fl. 38 vº. - 41, 18-06-1802). Sobre estes aspectos vide Paulo Ladeira, *O Rococó na Madeira, A Talha e a Pintura do Último Barroco ao Primeiro Neoclássico*, UMa, 2003, anexos, p.14, 15 (tese de mestrado; policopiado). A.R.M., *R.N*., Lº. 1140, fl. 107, 21-03-1814.

127 Foi padrinho de João, filho do carpinteiro Mateus Ferreira Duarte e de Quitéria (A.R.M., R.P., S. Pedro, *Baptismos*, Lº. 107, fl. 50, 17-07-1791). Foi padrinho de Evaristo, filho de Miguel Francisco e de Guiomar Jacinta, moradores aos Arrifes (*Ibidem*, fl. 172, 05-06-1797). Foi procurador de Genovévia (filha), esta como madrinha juntamente com Elisiário Mendes (filho), como padrinho, do baptismo de Joana, filha do carpinteiro João de Freitas e de Clara Maria, ambos naturais de S. Pedro e moradores na rua do Pico (*Ibidem*, fl. 196 vº., 17-02-1799). Foi padrinho juntamente com Simoa Jacinta Rosa representada por seu procurador Agostinho de Sousa, no baptismo de Margarida, sua neta, filha de Elisiário Mendes e de Antónia Joana (*Ibidem*, fl. 277, 29-02-1804).

128 De Guiomar foi padrinho o capitão Luís Bettencourt de Albuquerque, representado por seu procurador Francisco Roque de F. (A.R.M., R.P., S. Pedro, Funchal, *Baptismos*, Lº. 104, fl. 75). De Maria foi padrinho Diogo Carvalhal de Ornelas (*Ibidem*, fl. 108 vº.); Clara (*Ibidem*, fl. 133 vº.). De José foram padrinhos José Ferreira e Joana Maria representada por seu procurador Manuel José da Costa (*Ibidem*, fl. 183). De Francisco foi padrinho Francisco António de Sousa (*Ibidem*, fl. 242). De Elisiário foi padrinho Lourenço José Ferreira (*Ibidem*, Lº. 105, fl. 4 vº.). De Francisco foram padrinhos Joaquim de Sousa e Ana Maria Rosa do Espírito Santo, representada por seu procurador o padre Francisco de Sousa Xavier Correia (*Ibidem*, fl. 44). De Genovévia foram padrinhos José Francisco de Vasconcelos e Maria do Ó, representada por seu procurador Vicente Ferreira da Silva (*Ibidem*, fl. 79). De Catarina foi padrinho o capitão Vicente Bernardo de Vasconcelos (A.R.M., S. Pedro, *Baptismos*, Lº. 106, fl. 50 vº.; A.R.M., S. Pedro, Funchal, *Óbitos*, Lº. 137, fl. 55). De Joaquim foram padrinhos Joaquim Spínola de Freitas e Meneses e Luísa Rosa de Melo representada por seu procurador Joaquim Inácio (A.R.M., S. Pedro, *Baptismos*, Lº. 106, f. 129 vº.). De Desidério foi padrinho Francisco Justino de Matos (A.R.M., S. Pedro, *Baptismos*, Lº. 107, fl. 38).

129 A.R.M., *R.N*., Lº. 2258, fl. 121 - 121 vº. *Ibidem*, fl. 128 - 128 vº.

130 A.R.M., R.P., S. Pedro, Funchal, *Óbitos*, Lº. 143, fl. 187 vº. Elisiário teve pelo menos dois filhos: Margarida, baptizada a 29 de Fevereiro de 1804 (A.R.M., S. Pedro, Lº. 107, fl. 277) e João que faleceu a 24 de Dezembro de 1816 (*Ibidem, Óbitos*, Lº. 141, fl. 116 vº.). Constamos ainda da presença de Elisiário como testemunha em diversos actos notariais (A.R.M., *R.N*., Lº. 1122, fl. 24 vº., 05-01-1809; Lº.1122, fl.111, 28-02-1809; Lº. 2264, fl. 117 vº., 29-11-1811; Lº. 2266, fl. 118, 14-05-1812; Lº. 2268, fl. 55 - 55 vº., 30-03-1813; Lº. 1150, fl. 101 vº., 09-12-1816). Em dois outros actos notariais referia-se que lhe deviam dinheiro: Manuel João de Freitas Galdo, morador em Boaventura, freguesia de Ponta Delgada, devia-lhe 600$000 rs e António Correia de Aguiar, casado com Francisca de Santiago, morador na freguesia de S. António, devia-lhe dinheiro (A.R.M., *R.N,* Lº. 1136, fl. 137, 29-01-1813; A.R.M., *R.N,* Lº. 2268, fl. 28 vº.-29 vº., 29-03-1813.

131 A.R.M., R.P., S. Pedro, Funchal, *Óbitos*, Lº. 144, fl. 15 vº.

132 Paulo Ladeira, *A Talha*…, pp. 49-55, 73-74.

133 António de Agrela de Azevedo mantinha contactos profissionais e sociais com o entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega, com os pintores Filipe Caetano da Trindade, João António Villavicêncio, António Pinto Felgueira. Vide Paulo Ladeira, *A Talha*…, pp. 75-76.

134 Rui Carita, História da Madeira, *O Século XVIII: Economia e Sociedade*, Vol. V, 1999, pp. 434-435; D.G. ARQ./A.N.T.T, *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 427, fls. 38-42. Arrematações do altar-mor e retábulo, 849$000 rs: 27 Maio; arrematação da obra geral: 29-05-1790, 12.000$000 rs; nova arrematação, 15 e 17-02-1791, 12.212$000 rs.

135 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 427, fl. 39.

136 *Ibidem.*

137 *Ibidem,* fl. 42.

138 *Ibidem.*

139 A.R.M., *R.N.*, Lº. 2191, fl. 127-127vº. O contrato para a feitura deste altar foi celebrado a 17 de Fevereiro de 1791, no notário Francisco Inácio Xavier (Lº. 60, fl. 60-64vº.), escritura que até ao momento não encontramos, por ter desaparecido ou por estar ainda por catalogar no A.R.M.

140 *Ibidem.*, fl. 38.

141 *Ibidem.*

142 Deve tratar-se do mestre José dos Reis da Silva.

143 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal,* Lº. 427, fl. 41.

144 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 476, fl. 3.

145 *Ibidem*, fl. 5.

146 *Ibidem,* fl. 16.

147 *Ibidem,* fl. 20.

148 *Ibidem*, fl. 21.

149 *Ibidem,* fl. 22.

150 *Ibidem,* fl. 25.

151 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 476 - *"Livro de Receita e despesa do cofre de correntes da Contadoria Geral da Junta Administrativa e Arrecadação da Real Fazenda desta capitania – aberto a 7 de Janeiro de 1793, por João Eustachio de Souza".*

152 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 476, fl. 17.

153 *Ibidem*, fl. 19.

154 *Ibidem.*

155 *Ibidem,* fl. 20.

156 *Ibidem,* fl. 22.

157 Nídia Carreiro Baptista Moura Estreia, *As Confrarias do Cabido da Sé do Funchal*, Dissertação de Mestrado em História da Expansão Portuguesa, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002 (Policopiado), p.11.

158 Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o Pecado Público no Arquipélago da Madeira na segunda metade do Séc. XVIII*, R.A.M./C.E.H.A./S.R.T.C., 1999, p. 63, citando João Francisco Marques.

159 Vide Vitor Serrão, "A linguagem da pintura portuguesa proto-barroca e a arte da parenética na obra do Padre António Vieira", in *Oceanos*, nºs. 30-31, Lisboa, Abril / Setembro de 1997, pp. 202-214.

160 Teresa Freitas Morna, "Os Jesuítas e a Arte", in Nuno Vassallo e Silva (coord.), *O Púlpito e a Imagem: Os Jesuítas e a Arte,* Lisboa, Museu de São Roque, 1996, p. 20.

161 É curioso que muitas igrejas e capelas, especialmente das zonas rurais, possuíam púlpitos amovíveis que eram

regularmente emprestados ou alugados pelas fábricas e confrarias.

162 Vide Rita Rodrigues, "A Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – I Parte: Contributos para a sua história" (nesta revista). O orçamento do púlpito encontra-se inserto nos fls. 3-19vº. do A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos na Ilha da Madeira no ano de 1747*, Apenso A, CC 44, mfs. D-72 e D-125.

163 Talvez a única excepção seja o da capela do Corpo Santo do Funchal, colocado do lado da Epístola, provavelmente, na campanha dos Monumentos Nacionais de 1950 / 1960, o que não está canonicamente correcto.

164 Vide Ilda Maria Moreira Frias e Rodrigues, *Púlpitos Luso-orientais. Origens e difusão*, 2 vols., tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (policopiado), 2002.

165 Nélson Correia Borges, *Do Barroco ao Rococó*, in *História da Arte em Portugal*, vol. 9, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 53. Robert Smith, *A Talha em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1962, p. 159.

166 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa…,* Apenso A, fl. 10.

167 *Ibidem,* Apenso C, fl. 1vº.

168 Agradecemos a José Meco a sua prestimosa orientação no estudo dos azulejos desta igreja.

169 O anotador de *As Saudades da Terra*, Álvaro Rodrigues de Azevedo, afirma que entre 1675 e 1764 a Igreja de Nª. Srª. da Graça recebeu 200$000 rs *"para obras da antiga igreja"*. Gaspar Frutuoso, *Ob. Cit.,* p. 550. Esta verba foi apenas para a presente obra.

170 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 966, fls. 26-26vº.

171 *Ibidem.*

172 A.P.E.C.L., *Livro de Provimentos (1605-1718)*, n.n.

173 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 966, fls. 26-26vº.

174 *Ibidem.*

175 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, Lº. 968, fl. 86vº.

176 *Ibidem.*

177 D.G.ARQ./A.N.T.T., P*rovedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1700-1718, Lº. 388, fls. 263vº. – 264.

178 Vide Rita Rodrigues, "A igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – I Parte: Contributos para a sua história" (nesta revista).

179 O tipo de cercadura destes azulejos, com variação de coloração, é observável em Lagos (S. Sebastião) e Chancelaria (Torres Nonas) na Igreja de Santa Eugénia. J. M. Santos Simões e Emílio Guerra de Oliveira, *Azulejaria em Portugal no século XVII – Tipologia*, Tomo I, 2ª. Ed., Lisboa, F.C.G., 1997, p. 59.

180 Idem, *Ibidem,* p. 134.

181 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa…,* Apenso A, fls. 57vº.-58.

182 *Ibidem,* Apenso A, fl. 62.

183 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e Inventários (1733-1770),* fl. 173vº.

184 Luísa D´Orey Capucho Arruda, "Azulejo", in José Manuel Fernandes (Dir.) e Paulo Pereira (coord.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, p. 55.

185 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça*, fl. 183vº.

186 Luísa D´Orey Capucho Arruda, *Ob. Cit*., p. 55.

187 Falha para a Ilha da Madeira um estudo aprofundado sobre este tipo de mobiliário. Sugerem-se, aqui, mais três arcazes para estudo: arcaz do século XVII, hoje na Assembleia Legislativa Regional da Madeira; arcazes da sacristia do Colégio de S. João Evangelista e da Sé, ambos do século XVIII, estando a obra de talha do último atribuída documentalmente a Manuel Pereira (de Almeida) e Julião Francisco Ferreira, e os carpinteiros Manuel da Silva e Manuel da Costa (1734/1735), sendo o do Colégio, possivelmente, anterior. E talvez o arcaz da Igreja do Socorro, possivelmente ainda do século XVI ou já do XVII, conforme atestam as excelentes pinturas dos espaldares e da predela.

188 Toda a informação sobre os armários e vestuário da sacristia encontra-se nos fls. 17-17vº. do A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa…*, Apenso A.

189 Estes autos de vistoria encontram-se nos fls. 57-64 do A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …*, Apenso A.

190 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …,* Apenso A, fl.57.

191 D.G.ARQ./A.N.T.T., *Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal*, 1768-1774, Lº. 976, fls. 5-5vº.

192 Vide Paulo Ladeira, *A Talha…*, p.71.

193 Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, Funchal, Ed. da J.G.D.A.F., 1963, pp. 23 e 34.

194 Cátia Teles e Marques, *Nos bastidores de liturgia tridentina – O mobiliário monumental e as sacristias em Portugal do século XVI ao XVIII,* Tese, Lisboa, Universidade Nova, 2007 (policopiado).

195 Não conseguimos, ainda, datar estes candeeiros, nem analisar bem os seus materiais, mas o candeeiro central aproxima-se muito ao candeeiro, também, central, da antiga Igreja Matriz da Camacha (S. Lourenço), que parece ser de madeira torneada e dourada, exibindo um grande anjo com um instrumento de sopro (corneta).

196 "Retabulo", in *Diário de Notícias do Funchal*, nº. 11670, ano 37, Funchal, 01-08-1913, p.1.

197 A.H.T.C., C.R. e C./E.R., *Orçamento de despesa …,* Apenso A, fl. 7vº.

198 *Ibidem*, Apenso B, fl. 1.

199 *Ibidem*, Apenso C, fl. 1.

200 *Ibidem.*

201 *Ibidem,* fl. 1vº.

202 *Ibidem.*

203 *Ibidem,* fl. 2.

204 "Retabulo", in *Diário de Notícias do Funchal*, nº. 11670, ano 37, Funchal, 01-08-1913, p. 1. Não encontramos nenhuma obra assinada por Bernes com esta data, no entanto, a tela *Visitação* apresenta lacunas nas massas de tinta dificultando a leitura da data, mas pelo pouco que permite, ainda, ler parece-nos 1909.

205 A.P.E.C.L., *Livro da Confraria de Nossa Senhora da Graça – Contas e Inventários (1733-1770),* fl. 178.

206 Paulo Ladeira, *A Talha…*, pp.194-202.

207 Rui Carita, *História da Madeira*, *O Século XVIII: Economia e Sociedade*, Vol. V, Funchal, S.R.T.C./D.R.A.C., 1999, pp. 439 e 445. Sobre este tecto vide o capítulo "Materiais e técnicas de pintura e douramento citados, entre 1600-1800, nas despesas e receitas das fábricas das igrejas, capelas e confrarias do Arquipélago da Madeira" inserido na tese de doutoramento de Rita Rodrigues, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750 – A eficácia da Imagem* (cuja conclusão está prevista para Setembro de 2012).

208 B.M.F., *Diário Popular,* Funchal, 14-07-1908, nº. 3224, p. 1.

209 Manuel Pedro, *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça*, …

210 "Luís António Bernes", in *Diário da Madeira*, nº. 7476, ano XXIV, Funchal, 23-10-1936, p.1. "Luís António Bernes", in

Diário de Notícias do Funchal, nº.18585, ano 61, 23-10-1936, p. 4 (mortos). "Pintura de Imagens", in *Diário da Madeira*, nº. 1409, ano IV, Funchal, 03-12-1915, p.2.

211 Sobre a antiga Escola Industrial do Funchal, hoje Escola Secundária Francisco Franco, vide Fátima Abreu, "A instalação do ensino técnico e profissional no Funchal", in *Isff*, nº. 26, E.S.F.F., Funchal, 2008, pp. 35-38, Idem, "Um património aguarda mecenas", in *ILHARQ*, nº.8, C.M.M., 2008, p. 48-59; Rita Rodrigues, "A propósito de Josefa de Óbidos: A mulher artista do século XVII e a Escola Secundária Francisco Franco", in *Isff*, Funchal, E.S.F.F., nº. 19, 2006, pp. 10-12.

212 A.R.M., R.P., Santa Maria Maior, Funchal, *Baptismos*, mf. 473-474 (1848-1874), registo nº. 66, fls. 24vº. - 25.

213 A.R.M., R.P., Sé, Funchal, *Óbitos*, mf. 503, registo nº. 66, fl. 33vº.

214 ARM, R.P., São Pedro, Funchal, *Casamentos*, mfs. 491-492 (1900-1911), registo nº. 87, fl. 87-87 vº.

215 Também designado por A.C.E.F. (Arquivo da Câmara Eclesiástica do Funchal), por A.P.E.F. (Arquivo do Paço Episcopal do Funchal) ou A.D.F. (Arquivo Diocesano do Funchal).

O Primitivo Cemitério da Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos

Manuel Pedro S. Freitas

Foto: Ernesto Pinto Correia

Igreja de Nossa Senhora da Graça, vendo-se em primeiro plano o primitivo cemitério, anos 20 do séc. XX

Após a morte, torna-se imperioso dar um destino aos cadáveres por forma a que a saúde pública não seja afectada. Exceptuando casos pontuais de embalsamento, técnica impraticável para populações de grandes dimensões, a cremação e a inumação ou enterramento surgem como os métodos mais eficazes e seguros para o fazer.

Ainda que hoje, na nossa cultura, a prática de cremação esteja em franca expansão, o enterramento continua a ser a opção de eleição, como destino final, a dar aos cadáveres dos crentes cristãos.

O enterramento no interior das igrejas e capelas ou nos seus adros foi, para os cristãos, uma prática frequente até meados do século XIX. Para além de ser entendido como uma forma de colocar os seus restos mortais sob a protecção da Casa de Deus, tornava a igreja *num lugar de convívio entre vivos e os mortos* e onde, não raras vezes, a estratificação social do morto se mantinha através de uma hierarquia na distribuição espacial e no tipo de sepultura, em que cada um tinha espaços distintos e dife-

renciados.

A este propósito num documento elaborado em 12 de Julho de 1707, pelo arcebispado da Bahia, Brasil, dizia-se que: É *costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fiéis Cristãos defuntos nas Igrejas, e Cemitérios dela: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir às Missas, e Ofícios Divinos, e Orações, tendo á vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memória dela nas sepulturas*[1,2].

Tal como noutras localidades, no concelho de Câmara de Lobos o enterramento no interior das igrejas e capelas era uma prática habitual, ainda que dependente da capacidade dos espaços, do estatuto social do defunto, ou ainda de ser ou não proprietário de sepultura no interior do templo. Quando tal não era possível, quer por falta de espaço, quer pelo facto do defunto não ser detentor de qualquer sepultura, o enterramento fazia-se habitualmente em redor da igreja.

Hoje, ainda é possível encontrar lápides tumulares, assinalando o enterramento de defuntos na capela de Nossa Senhora da Conceição, na capela das Almas e no convento de São Bernardino.

Para além destas memórias físicas é também possível encontrar várias outras referências ao enterramento de pessoas dentro das igrejas. No Estreito de Câmara de Lobos destaca-se o enterramento, a 12 de Abril de 1683, de Gonçalo de Faria Leal, na Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, onde, de acordo com seu testamento, tinha sepultura. Gonçalo de Faria Leal foi o instituidor da Capela de Nossa Senhora da Consolação e cuja construção concretizada por sua esposa, após a sua morte, constava do testamento que deixou ao morrer.

Na capela-mor da Igreja de São Sebastião, encontramos, em 1572, referências ao enterramento de António Correia. António Correia era filho de João Afonso Correia, companheiro de João Gonçalves Zarco e um dos primeiros e principais povoadores da Ilha da Madeira.

Ainda que as sepulturas no interior das igrejas, não fossem consensuais, mesmo no seio da igreja, a sua prática perdurou até princípios do século XIX, altura em que, na sequência de motivações predominantemente sanitárias, mas também políticas, urbanísticas, etc. surgem, em Portugal, no seguimento do que estava a acontecer noutros países europeus, medidas legislativas implementando a construção de cemitérios públicos e proibindo os enterramentos nos interiores das igrejas ou nos seus adros.

Dois alvarás publicados, um a 27 de Março de 1805 e outro a 18 de Outubro 1806, são frequentemente assumidos como constituindo os primeiros passos na implementação da construção e regulamentação de cemitérios públicos.

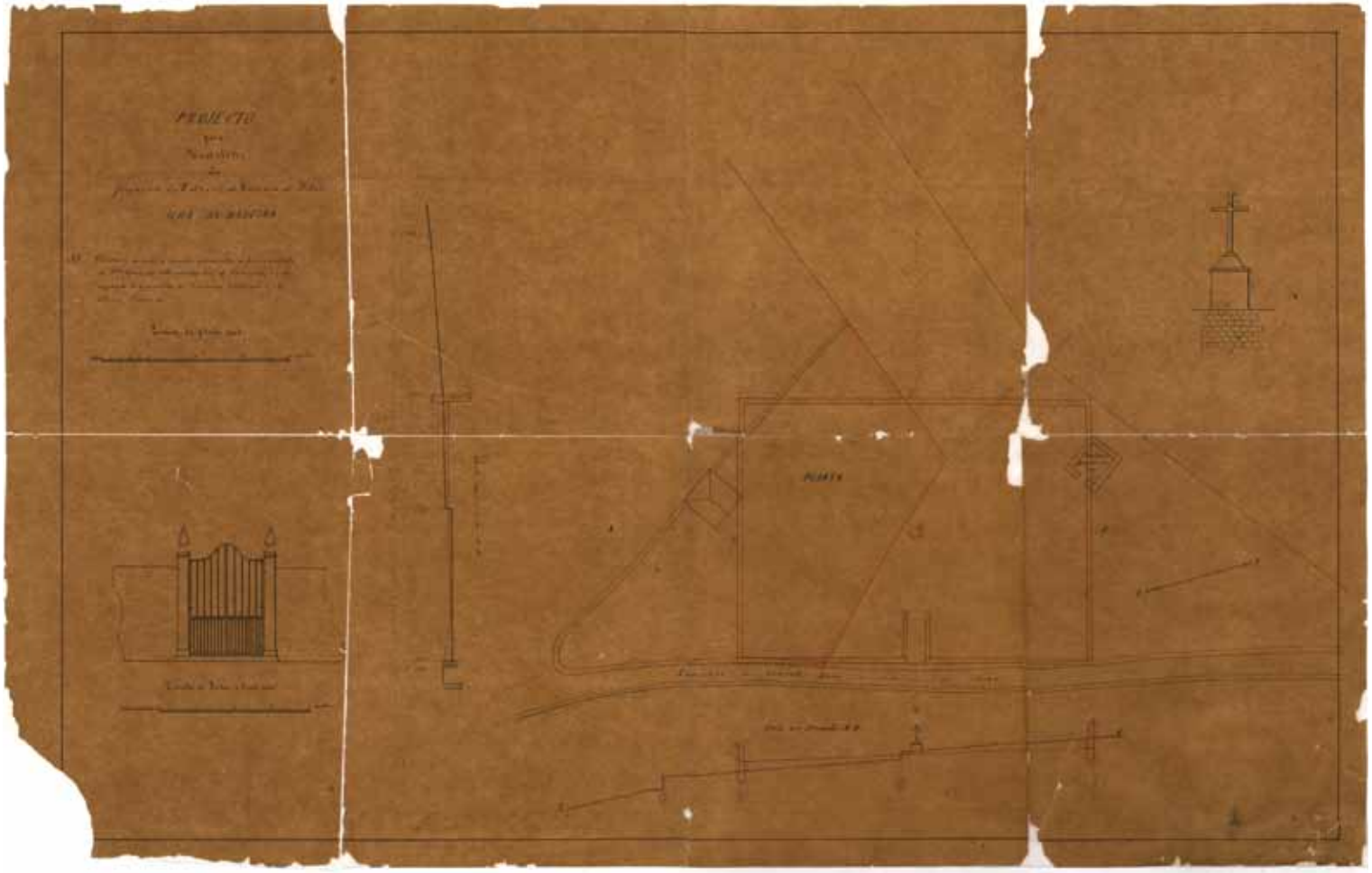
No alvará de 1805 onde estão contidas as normas regulamentares destinadas à administração dos hospitais militares, actualizando as em uso desde 1797, estabelece-se no artigo 25º do título sétimo que *o cemitério de qualquer Hospital* [militar] *deverá ser murado, situado a Sul, e distante pelo menos duzentos passos; haverá nele uma pequena casa; onde se depositarão os mortos, e onde se conservarão por vinte e quatro horas desligados, e só por ordem expressa do Primeiro Médico se poderão enterrar antes daquele tempo. A cova deve ter, pelo menos cinco pés de profundidade; será exactamente cheia de terra, e bem calcada; e havendo cal, esta fará a primeira camada*.

No alvará de 1806, onde estão reunidas normas administrativas destinadas às Misericórdias é, através do seu artigo 12º, dada permissão para que aquelas que ainda não o possuíssem, pudessem construir cemitérios fora das povoações, devendo para o efeito, requerer tal às autoridades Eclesiásticas.

Tudo, no entanto, ficou na mesma e será preciso chegar a 1835, para que na sequência da publicação do Decreto de 21 de Setembro desse ano, a construção de cemitérios públicos e a proibição dos enterramentos nas igrejas começasse a ser implementada.

Esta iniciativa legislativa referendada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, no seu primeiro artigo, obriga a que, em todas as povoações, fossem construídos cemitérios públicos para neles se enterrarem os mortos.

Nos artigos seguintes recomenda que os terrenos a eles destinados, deveriam situarem-se fora dos limites das povoações e com exposição mais conveniente à sua salubridade, ainda que admitindo que, nas freguesias rurais, as distâncias pudessem variar consoante circuns-



Planta elaborada em 1863 para a cemitério da paróquia de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos

tâncias particulares e fixa como área necessária para a construção dos cemitérios a suficiente para que, na mesma cova, não pudesse ser sepultado outro cadáver antes de se terem passado cinco anos.

As despesas inerentes à construção dos cemitérios ficariam a cargo dos concelhos ou povoações a quem se destinavam, o mesmo devendo acontecer com as despesas de manutenção que deveriam estar previstas nos orçamentos ordinários.

A necessidade de resguardar o cemitério por um muro é aqui reforçada, definindo-se que, para além de robusto, a sua altura deveria ser de pelo menos dez palmos. Tal como já havia acontecido no regulamento dos Hospitais Militares, a profundidade das covas é também alvo de preocupação e fixada num mínimo de cinco pés, acrescentando, para além disso, que deveria ser individual e estar separada das outras por um espaço de palmo e meio em todos os lados.

Preconizava ainda este Decreto que, relativamente aos cemitérios existentes, aqueles que não garantissem adequada salubridade, deveriam ser removidos para outra localização, garantindo às famílias proprietárias de jazigos, a transferência dos túmulos, lápides e despojos mortais, mediante aquisição de espaço no novo cemitério público.

O Decreto de 27 de Setembro de 1835, reserva para o seu penúltimo artigo, o 13º, a forma como seriam penalizados os incumpridores, preconizando que sejam privados de benefício e inabilidade para obter outro, os párocos ou quaisquer outros eclesiásticos beneficiados que desde que o cemitério estiver designado, e benzido, consentir que algum cadáver seja enterrado dentro dos templos, ou fora do cemitério[3].

Contudo, apesar da importância deste Decreto na implementação da construção de cemitérios públicos, algumas dificuldades, nomeadamente das Câmaras Municipais, em garantir meios financeiros suficientes para aquisição dos respectivos terrenos, não permitiriam que a medida tivesse o alcance pretendido.

Em 1845, a necessidade de construção de cemitérios em todas as povoações volta a ser reforçada, através do Decreto legislativo publicado a 26 de Novembro. Este Decreto, surgido na sequência do parecer da Comissão Revisora do Decreto de 18 de Setembro de 1844, teve por objectivo a reorganização dos serviços de sanidade no interior do Reino e dos portos de mar e que contém um importante capítulo sobre os cemitérios, enterramentos e exumações.

Este Decreto para além de, no seu 1º artigo, estipular que *em cada concelho haverá pelo menos um cemitério, segundo as disposições do Decreto de 21 de Setembro de 1835* e de, no seu artigo 71º, relembrar a obrigatoriedade das freguesias que ficassem distantes da *Cabeça do Concelho*, de também o possuírem, acrescenta algumas particularidades ao cemitério e às dimensões que deveriam ter as covas. Os cemitérios deveriam ser orlados de árvores e, de acordo com o seu artigo 75º, as covas, para além da profundidade de cinco palmos, deveriam ter quatro palmos de largura e dez de comprimento.

No seu artigo 73º, este Decreto não só proíbe, de forma explícita, o enterro de mortos dentro de qualquer igreja ou capela da freguesia ou concelho, onde existisse cemitério público, como também o enterramento de cadáveres fora do cemitério público depois de estabelecido e benzido, salvo nas situações em que seja dada autorização, para o fazer em cemitérios privados, nos termos da Portaria da Regência de 9 de Agosto de 1814, ou quando seja dada autorização para sepultar em jazigo ou carneiro privativo em propriedades rurais distantes do povoado de ao menos 800 passos.

Para além da imposição da obrigatoriedade de construção de cemitérios públicos e da proibição de enterramentos em igrejas e capelas, este Decreto também faz a abordagem de alguns dos trâmites legais e administrativos associados aos enterramentos, nomeadamente a obrigatoriedade de apresentação do bilhete de enterramento, passado pelo *vice-provedor de saúde*, na presença da certidão de óbito passada pelo médico assistente ou outro. Assim no seu artigo 79º refere-se *que nenhum cadáver será sepultado sem ter precedido a apresentação do competente bilhete de enterramento, e à expedição do bilhete a verificação da morte por um Facultativo, que será o assistente, se o tiver havido, e na falta deste qualquer outro chamado expressamente para examinar o cadáver.*

Esta iniciativa legislativa constituiria, juntamente com outras de natureza fiscal e militar, cuja implementação vinha gerando algum descontentamento na população, o rastilho para

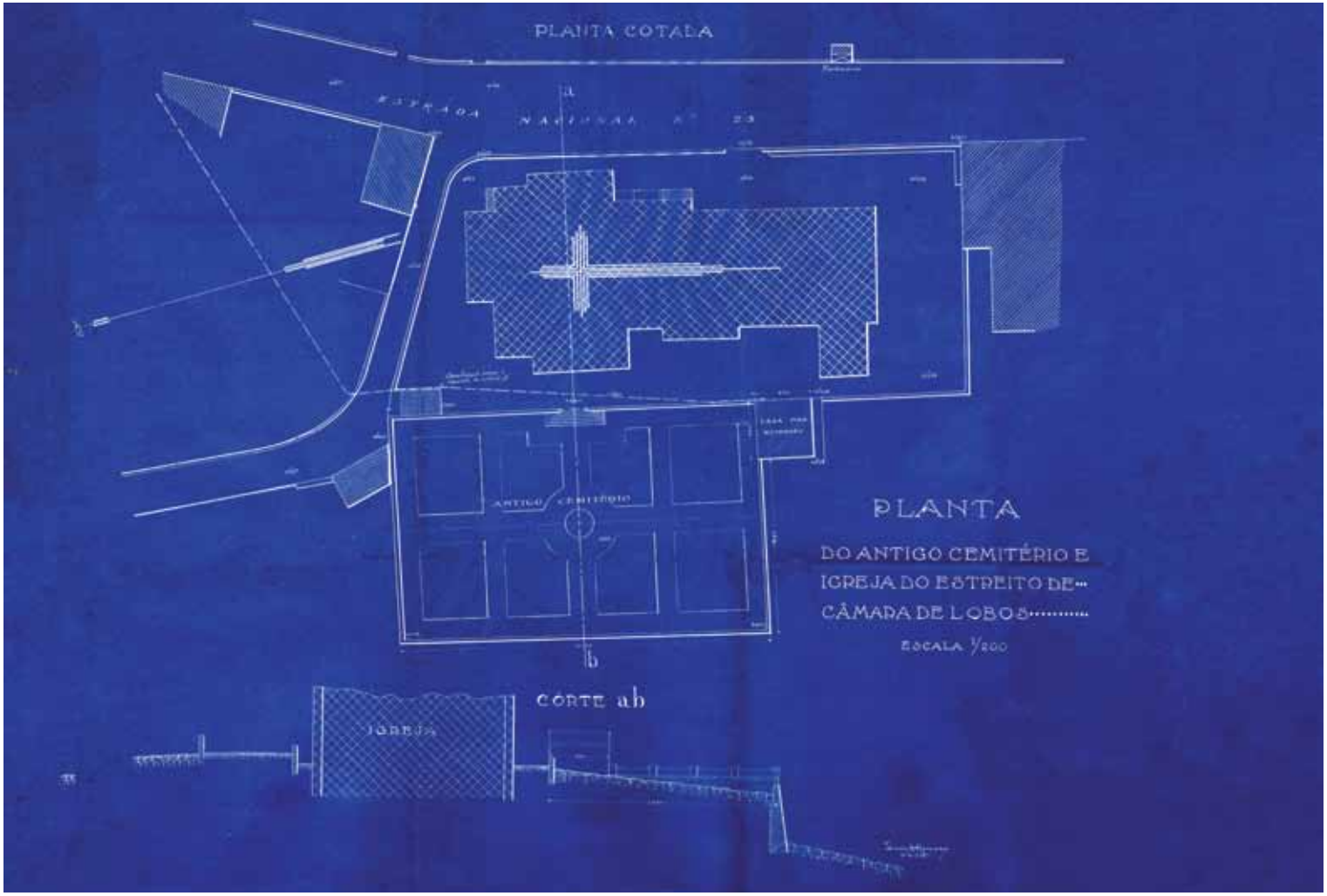

PLANTA COTADA
ESTRADA NACIONAL Nº 23
ANTIGO CEMITÉRIO
a
b
PLANTA
DO ANTIGO CEMITÉRIO E
IGREJA DO ESTREITO DE
CÂMARA DE LOBOS
ESCALA 1/200
CORTE ab
IGREJA

Foto: Ernesto Pinto Correia

Caminho da Azinhaga, hoje rua Capitão Ernesto Pinto Correia. À direita igreja paroquial com o cemitério

que, em 1846, em muitas localidades do país eclodissem revoltas populares, a mais conhecida das quais baptizada de Revolução da Maria da Fonte.

Quando, a 4 de Outubro de 1835, foi instalado o concelho de Câmara de Lobos, nenhuma das suas freguesias, possuía cemitério público, sendo os mortos, por consequência, enterrados no interior das igrejas ou no respectivo adro, ou ainda em jazigos no interior de alguma das capelas particulares então existentes e, naturalmente, reservados aos seus proprietários ou familiares mais próximos.

Remetida através de uma Circular datada de 16 de Março de 1838 e emanada pelo Governador Civil António de Gamboa, é recebida na Câmara Municipal de Câmara de Lobos uma Portaria do Ministério do Reino com o seguinte teor: *Constando que em alguns concelhos e lugares ainda se acham por construir cemitérios públicos, a respeito do determinado no Decreto de 21 de Setembro de 1835 e mais ordens expedidas por Ministério e diferentes autoridades administrativas, e que semelhante falta dá ocasião ou pretexto para se continuar em* [...] *nocivo abuso de se enterrarem os cadáveres nos templos: Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino que o Administrador Geral interino do Distrito do Funchal expressa as mais explicitas e terminantes ordens a todas as Câmaras Municipais de seu Distrito a cerca do estabelecimento dos cemitérios dentro do prazo marcado no Artigo 6º daquele Decreto que será contado desde o dia da publicação da Portaria, findo o qual o mesmo ano dará conta pela referida Secretaria de Estado do cumprimento que tiver tido esta Real ordem que muito lhe é recomendada. Palácio das Necessidades, em 10 de Fevereiro de 1838*[4].

Desta forma, confrontados não só com a necessidade do cumprimento da legislação estabelecida através do Decreto de 21 de Setembro de 1835, como ainda sujeitos a forte pressão por parte do Governador Civil, para que tal fosse feito com a maior brevidade possível, os novos responsáveis autárquicos logo tiveram de, como uma das principais tarefas, escolher, em cada freguesia, o local mais adequado para o efeito.

Esta não era, contudo, uma tarefa fácil, uma vez que para além dos fracos recursos financeiros das autarquias de então, a escolha do local nem sempre era pacífica. Obrigados

Foto: Ernesto Pinto Correia

Primitivo cemitério da freguesia do Estreito

a ter de obedecer a determinados requisitos técnicos, a escolha dos locais de implantação, se não encontrasse oposição dos proprietários a expropriar, confrontar-se-ia com as pessoas que se recusavam a aceitar tais infra-estruturas por perto das suas propriedades ou locais de residência.

Isto explica, de certa forma, o atraso, relativamente à legislação, com que foram construídos os cemitérios em cada uma das freguesias do concelho.

A 13 de Agosto de 1836, a Câmara Municipal envia, ao Governador Civil, uma relação das localizações onde, em cada freguesia, deveria ser construído o cemitério, sendo no entanto rejeitado o sítio do Pastel, como local proposto para o da vila de Câmara de Lobos[5].

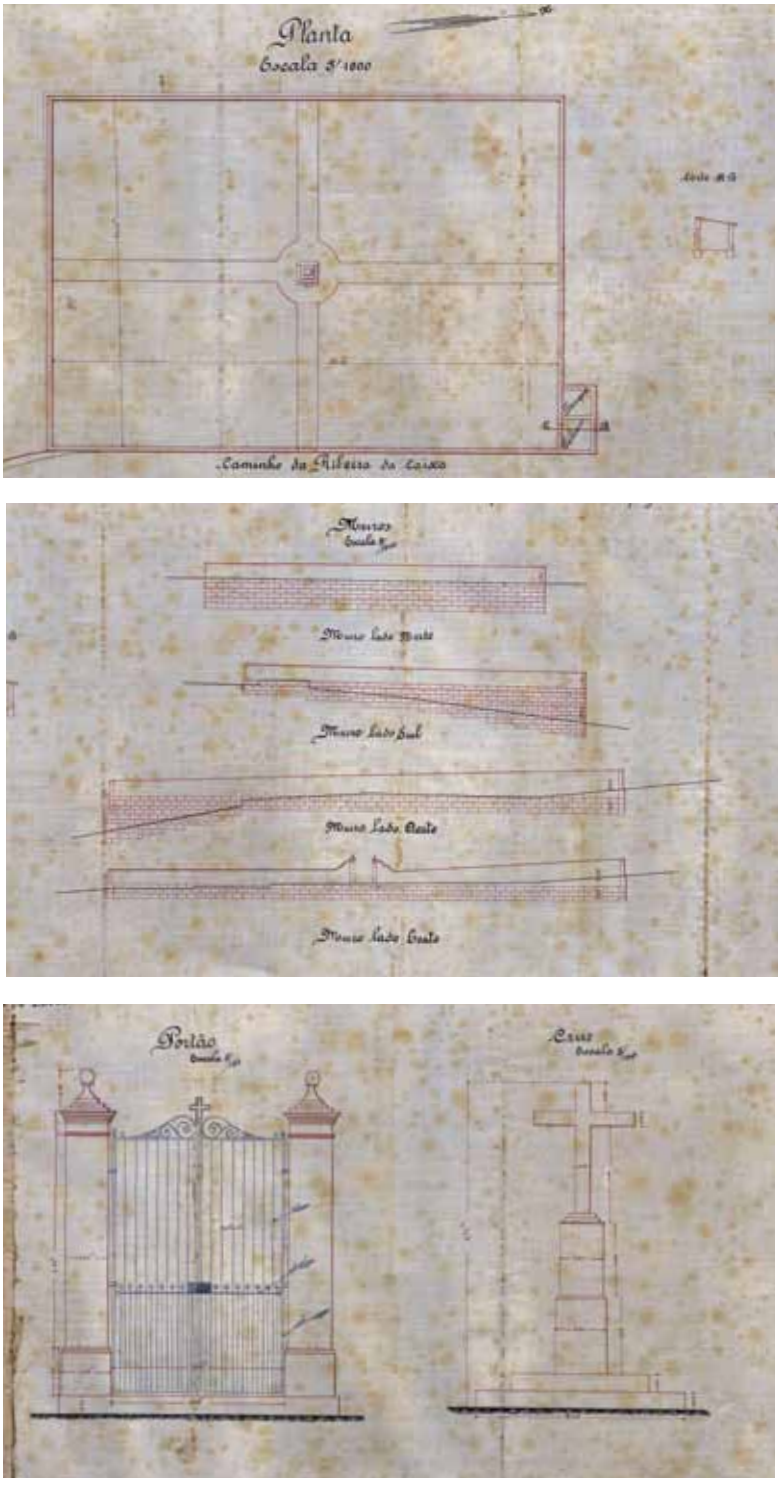
Em conseqüência disso, a Câmara opta então, por instalá-lo no sítio de Belém, isto a avaliar pelos contratos de compra de terrenos efectuada pela Câmara no sítio de Belém e destinados à construção do cemitério[6,7,8]. Em acórdão do Conselho do Distrito, de 18 de Outubro de 1838, são autorizadas as despesas do orçamento para a obra do cemitério de Câmara de Lobos que atingia 916$120 reis [9] e, em Fevereiro de 1839, surgem, pelo menos, dois registos de contratos de venda / compra de terrenos[10].

Num ofício enviado, em 3 de Janeiro de 1840, por Francisco Nunes Pereira de Barros, então Administrador do Concelho, à recém-empossada Câmara, *chamava à atenção* [da Câmara] *a levar a efeito a edificação dos cemitérios nas freguesias deste concelho, achando-se empreendido o desta vila, mas há tempos, sem andamento, dizendo-se, achar-se o oficial de pedreiro ajustado, e pago há muito tempo para fazer parte daquela obra, sem disso ter tratado*[11,12].

Depois disto, e até 1855, período relativamente ao qual existe uma lacuna documental, devido um incêndio que destruiu a maior parte dos registos camarários, pouco sabemos. Em 1856, encontramos o cemitério de Câmara de Lobos implantado, não em Belém, local onde haviam chegado a serem adquiridos terrenos para o efeito, mas no sítio do Pastel, mais propriamente no lugar conhecido por Encruzilhadas.

Na freguesia do Curral das Freiras, o cemitério terá sido construído entre 1855 e 1856, o mesmo tendo-se verificado na freguesia do Campanário, então pertencente ao concelho de Câmara de Lobos.

Na freguesia da Quinta Grande, criada a 24



Projecto do cemitério da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, 1922

de Julho de 1840, o adro da capela da Vera Cruz, hoje individualizado e sem fins necrópoles, serviu, desde tempos remotos, de cemitério, o que sempre originou o eclodir de problemas motivados pelo facto da população o invadir e nele realizar folguedos, por ocasião de festejos e romarias, sem o menor respeito pelos mortos, situação que, em 1930, continuava a se verificar.

Até 1871, apesar das frequentes reclamações, os mortos, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, continuariam a serem enterrados no adro da igreja.

Em 1856, por ocasião de uma epidemia de cólera, o pároco, perante a falta de capacidade do adro para continuar a enterrar os mortos reclama à Câmara a construção urgente de um cemitério na freguesia, situação que leva a Câmara a solicitar ao pároco que se dignasse escolher um local que achasse conveniente para esse fim[13].

Contudo, a situação ter-se-á mantido inalterada uma vez que, em Setembro de 1862, a imprensa refere que o cemitério do Estreito estava apresentando a maior indecência possível[14], repetindo-se a mesma denúncia em Julho de 1866, onde a imprensa aponta o facto da freguesia do Estreito ainda não possuir um cemitério, estando o local, onde se faziam as sepulturas, indecente e profanado, adiantando ainda que o padre Macedo, vigário da localidade, por essa altura falecido, havia sido enterrado no adro da igreja[15].

Ainda que desconheçamos a opção tomada, em 1836, pela Câmara Municipal de Câmara de Lobos, relativamente ao local para instalação do cemitério na freguesia do Estreito, é provável que não tenha sido aquela onde o cemitério acabaria por ser construído.

Com efeito, de acordo com o conteúdo da memória descritiva de um projecto de construção do cemitério da freguesia do Estreito, datado de 1863, os responsáveis pela sua construção, depois de rejeitarem duas opções para a sua localização, uma no sítio da Achada e outra no sítio do Calvário, fazem a sua implantação na margem oeste do Caminho de Concelho para a Ribeira da Caixa, a 120 metros a sul da igreja paroquial.

A falta de um cemitério na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos dá lugar a que os cadáveres estejam sendo sepultados no limitado espaço do adro da respectiva igreja paroquial, de que tem resultado o grande inconveniente de abrir de novo as sepulturas muito antes do tempo determinado para repetir os enterramentos no mesmo local.

Procedendo-se pois a escolha de local apropriado para construir um cemitério reconheceu-se que o terreno contíguo pelo lado do oeste ao caminho do concelho que dá comunicação para a Ribeira da Caixa é o que mais se presta para este fim.

Nos sítios do Calvário e da Achada encontram-se terrenos que satisfazem a todas as condições exigidas para a construção de um cemitério mas têm o grande inconveniente de ficar pela parte superior de algumas fontes, cuja pureza da água é alterada consideravelmente pela irrigação dos ditos terrenos e pelas águas de inverno que por eles passam.

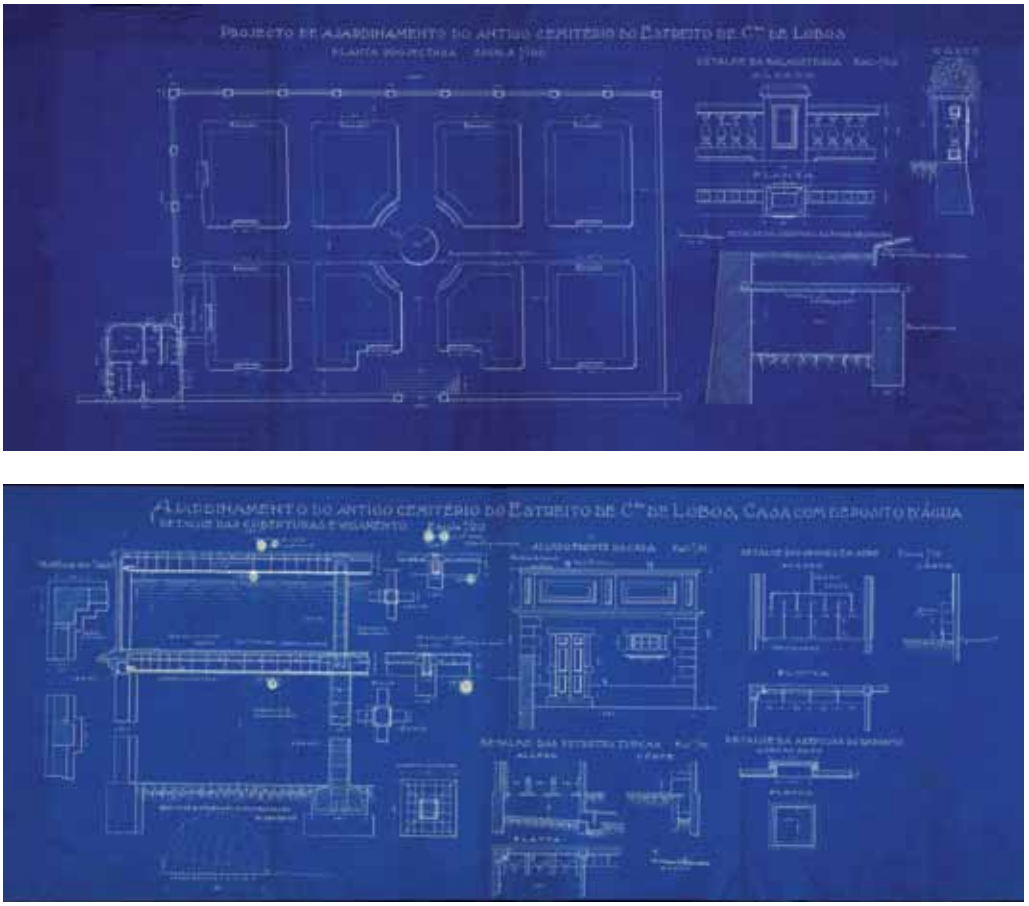
Construído que fosse o cemitério em qualquer dos referidos sítios ficaria o público privado de se utilizar aquela água única de que dispõem [….] *o serviço doméstico.*

A maior distância da igreja alguns terrenos se encontram em boas condições, porém em vista de tais distâncias era indispensável a construção de uma capela dentro do cemitério, despesa esta que se evita na maior proximidade da igreja, como acontece no terreno preferido, que lhe fica a 120 metros para o lado do sul.

Na marcação do terreno teve-se em vista abranger uma área de 420 sepulturas durante sete anos, a 1,5 metros quadrados para cada corpo, adicionando-se 7/10 desta área para ruas, muros de vedação […] resultando a superfície total de 1064,0 metros quadrados ou um rectângulo de 38,0 por 28,0 metros contados pela parte exterior das paredes.

Apesar da existência deste projecto de construção, a verdade é que a sua implantação não seria feita na localização preconizada mas sim, em terrenos do passal situados no lado oeste da igreja paroquial.

Para o efeito, em 18 de Janeiro de 1871, a Câmara Municipal de Câmara de Lobos obtém autorização do Governo para efectuar uma expropriação, por utilidade pública, de uma área de 1000 metros pertencente ao passal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça e anexo a ela. Como justificação para esta opção era apontado o facto do espaço em causa reunir as condições exigidas para o efeito e de não se encontrar, na freguesia, nenhum outro terreno



Projecto de ajardinamentodo antigo cemitério da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, 1935

com as características exigidas.

Sendo-me presente o processo instaurado e completamente instruído nos termos da lei de 23 de Julho de 1850, sobre o requerimento da Câmara Municipal do concelho de Câmara de Lobos, para expropriação, por utilidade pública de 10 ares ou 1000 m² de terreno, pertencente ao passal da igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça do lugar do Estreito, para ali se construir o cemitério daquela freguesia;

Considerando que a sobredita expropriação é reclamada pela necessidade de estabelecer com os indispensáveis requisitos de salubridade o mencionado cemitério;

Visto que o terreno escolhido reúne as mais importantes condições exigidas para o efeito a que está destinada, não se encontrando na freguesia nenhum outro preferível como se reconhece pela opinião dos peritos e funcionários técnicos locais e pelas informações das competentes autoridades administrativas, corroboradas pelo parecer da Junta Consultiva de Saúde Pública;

Visto que a Câmara Municipal está autorizada e habilitada para pagar o preço da expropriação e ocorrer às demais despesas da obra de que se trata, orçado tudo na quantia de 1:2771$880 reis;

Hei por bem, conformando-me com o parecer interposto pelo conselheiro procurador-geral da coroa e fazenda, em conferência com os seus ajudantes, declarar de utilidade pública a expropriação do terreno acima dito para ser aplicado ao estabelecimento do cemitério público da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, no distrito

Foto: Ernesto Pinto Correia

Foto: Ernesto Pinto Correia

Inauguração do jardim público da freguesia do Estreito, implantado no espaço antes ocupado pelo antigo cemitério

administrativo do Funchal.

O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, 18 de Janeiro de 1871.

O cemitério funcionou nesta localização até sensivelmente 1925, altura em que, devido à falta de capacidade, que se vinha sentindo, havia alguns anos, é substituído por outro.

Na realidade, em 1906, a imprensa dá conta que, auxiliada pela Junta Geral do Distrito, a Câmara Municipal de Câmara de Lobos tencionava mandar construir um novo cemitério nesta freguesia, atendendo às pequenas dimensões do então existente e ao elevado número dos seus habitantes[16].

Em Abril de 1913, a imprensa, surge, de forma reivindicativa, a fazer referência à necessidade de se proceder ao alargamento do cemitério do Estreito de Câmara de Lobos[17], assunto que, de resto, havia sido abordado na sessão camarária de 17 de Março de 1913.

Por volta de 1918, estando esgotada a sua capacidade começaram-se a abrir covais em zonas onde há menos de dois ou três anos tinham sido feitas inumações.

Esta situação desencadearia uma onda de protestos por parte da população que obrigou a Câmara Municipal de Câmara de Lobos a ter de intervir no sentido de sanar o problema. Contudo a solução não era fácil. Se, por um lado, todos, autoridades e população eram unânimes em reconhecer a necessidade do aumento da área do cemitério, já as opiniões se dividiam quanto às soluções adiantadas: uns, cerca de 95% da população, no dizer da imprensa da época, preferiam o alargamento do cemitério existente, alegando o facto de quererem um dia repousar no mesmo campo onde seus irmãos, pais e avós haviam sido sepultados; outros, alegando razões de ordem financeira e representados principalmente pelas estruturas governamentais defendiam a construção de um novo cemitério.

A existência de uma memória descritiva alusiva a um projecto, ainda que sem peças desenhadas, de alargamento para norte do cemitério do Estreito de Câmara de Lobos, leva-nos a admitir que a ampliação do antigo cemitério terá sido seriamente ponderada. De acordo com o texto da memória descritiva em causa, este alargamento, orçado em 66.856$59, teria uma *área interna de 1.842,12 m² e, por consequência o dobro do cemitério actual conservando o mesmo plano e a mesma largura.*

Projectando-se nestas condições, por entender ser o melhor, o corte de terras não é suficiente para suprir o aterro, tendo por isso, de se transportar terras das escavações do ramal[18] que lhe dista aproximadamente 60 metros. O*s muros de suporte projectados a oeste e a norte, são de alvenaria ordinária e com jorramento de 10% e tem a espessura no corvamento de 0,60, no primeiro metro e segundo, forma um degrau de 0,20 e nos restantes esses degraus são de dois a dois metros. Estes muros têm também um mainel de 0,90 de altura e a espessura de 0,6 com um raspado interior de 0,15.*

O mesmo plano se adoptou no muro do sul que faz um ângulo com o do cemitério antigo.

O muro a leste é de suporte ao caminho[19] *que lhe fica ao lado e tem a face a prumo para interior e do lado com degraus como nos outros. Sobre este muro assenta outro de vedação ao caminho, com a altura de 1.80 e espessura de 0,5. Todos os muros são rebocados nas partes vistas, com argamassa ordinária. Como tem que se demolir parte do topo do cemitério existente, a pedra é aproveitada para os muros a construir.*

Também se projecta um passeio calçado com 1.5 de largura, em todo o comprimento.

A pedra a empregar nesta obra deve ser extraída das pedreiras mais próximas, verificando que as há em abundância na margem do ribeiro da Quinta de Santo António, em frente ao começo do ramal.

Na falta de outro local mais adequado e afastado das habitações, a Câmara acaba por adquirir uns terrenos cultivados a vinha, pouco distantes da Igreja, e perto de diversas habitações e onde começou a fazer inumações, cortando a vinha conforme tinha necessidade de espaço[20]. Curiosamente, a opção encontrada para a implantação do novo cemitério, viria a ser, sensivelmente, aquela que já havia estado prevista no projecto de 1863: na margem oeste do caminho de concelho para a Ribeira da Caixa, hoje, Alameda do Mercado e a pouco mais de 120 metros, a Sul da Igreja Paroquial.

Contudo, a solução encontrada e a forma como se processaram as primeiras inumações não foi pacífica e viria a estar na origem de um levantamento popular.

A 1 de Setembro de 1921, um órgão de informação denuncia o facto de, poucos dias antes, terem sido sepultados fora do cemitério, no

Antigo Jardim público da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, espaço mais conhecido por passal ou passeio, anos 70 do séc. XX

terreno de um particular sem autorização deste, os cadáveres de 4 indivíduos falecidos[21]. Contudo, no dia seguinte o mesmo órgão de informação rectifica a notícia dizendo que as covas afinal tinham sido abertas num terreno que já estava destinado a cemitério.

Neste período inicial, onde se ia cortando a vinha, consoante a necessidade de espaço para as inumações, terá mesmo chegado a haver uma tentativa para reservar, para os pobres, o "poio" ou, numa alusão ao seu antigo proprietário, o "poio do Bichete", como era e, ainda hoje, é conhecido o novo cemitério, enquanto os ricos eram enterrados no antigo, mesmo que para isso fosse necessário abrir covais recentemente fechados[22]. Com efeito, no dia 15 de Janeiro de 1922, ter-se-á verificado uma destas situações que, segundo a tradição popular, tinha a conivência do respectivo pároco, adiantando o correspondente local do *Diário de Notícias* que se a situação se voltasse a repetir poderia originar situações de zaragata[23].

A opção pela construção de um novo cemitério, em lugar da ampliação do então existente, como era desejo da população, viria a desencadear uma forte oposição popular, traduzida quer em exposições feitas ao Governador Civil[24-26] e à Câmara Municipal[27], quer ainda numa campanha extremamente bem conduzida na imprensa, por parte de importantes proprietários, e ainda num levantamento popular que arrastaria até à sede do concelho cerca de 200 pessoas[28].

A 7 de Junho de 1922, dia de sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, cerca de 200 pessoas, incluindo homens, mu-

lheres e crianças, deslocaram-se desde a freguesia do Estreito até à vila de Câmara de Lobos, onde se reuniram em comício, para pedirem à Câmara que não fizesse o novo cemitério mas antes alargasse o existente. Era o reforço do seu abaixo-assinado remetido à Câmara a 24 de Maio de 1922.

Nessa mesma ocasião foi presente uma representação, com um grande número de assinaturas que, na ausência de qualquer um dos elementos da Comissão Administrativa, apesar de ser dia de sessão, foi recebida pelo Secretário[29].

Apesar de terem vindo a ocorrer inumações desde finais de Agosto de 1921, no espaço destinado ao novo cemitério, o projecto da sua construção, só viria a ser elaborado, cerca de um ano depois. De acordo com a sua memória descritiva, datada de 12 de Junho de 1922, este cemitério teria uma superfície de 2.400 metros quadrados.

A 26 de Julho de 1922 teve lugar a arrematação da sua construção, tendo sido de 36.066$79 a base de licitação[30].

Por esta altura, Joaquim José da Silva, um importante proprietário no Estreito de Câmara de Lobos, ainda se haveria de movimentar, sem quaisquer resultados práticos, em defesa de quantos defendiam a ampliação do antigo cemitério, tendo, mesmo, se encontrado com o Governador Civil. Como argumentos, alegava que o local destinado ao novo cemitério, para além de se situar próximo a habitações, também se localizava num esplêndido sítio que estaria destinado a futuros estabelecimentos de turismo[31,32].

Em 1933, estas mesmas razões terão levado, ao que julgamos, a uma nova tentativa de transferência do cemitério para outro local, sendo este entre outros, um dos melhoramentos pretendidos para serem realizados na freguesia do Estreito, e que levou mesmo à nomeação de uma comissão de estreitenses, presidida pelo Dr. Juvenal de Araújo com o fim de pugnar pelos interesses locais[33].

O Jardim Público

Depois de alguns anos votado ao abandono[34], em 1937, o antigo cemitério viria a dar lugar a um jardim público, concretizando-se, com a sua inauguração, ocorrida a 28 de Maio desse ano, uma aspiração que a população local vinha defendendo havia algum tempo.

Em 1933, o seu ajardinamento já constava de um plano de melhoramentos que o pároco da freguesia juntamente com alguns paroquianos, entre eles Francisco Figueira Ferraz, tinham elaborado e que haveria mesmo de levar o prelado diocesano à freguesia para se inteirar *in loco* do seu conteúdo. Nessa altura, previa-se a remoção das ossadas e campas existentes no antigo cemitério para o novo, devendo o local ser ajardinado e bem cuidado de forma a atestar aos vindouros o respeito e culto que se tributam aos mortos.

Previa ainda o plano que, a seguir a esse jardim, deveria ficar a residência paroquial com acesso ao adro, desaparecendo a então existente, situada em frente do templo e convertendo-se o espaço daí resultante num passeio público dotado de escadarias de acesso ao largo do Patim[35].

Em Janeiro de 1936, o projecto de ajardinamento do antigo cemitério do Estreito de Câmara de Lobos, elaborado pela Junta Geral estava concluído e seria remetido à Câmara Municipal de Câmara de Lobos para apreciação[36-38]. Julgamos que se tratava de um projecto da autoria de Fernando da Câmara, datado de 15 de Abril de 1935.

De acordo com a respectiva memória descritiva, este projecto destinava-se à adaptação do antigo cemitério da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos para um jardim com casa de retretes e urinóis que *a Câmara Municipal de Câmara de Lobos pretende fazer a fim de proporcionar ao povo que acorre àquela freguesia e aos seus naturais um local onde possam estacionar por ocasião de festas e arraiais que costumam realizar e, ao mesmo tempo, acabar com o vergonhoso estado de coisas que se passam naquele recinto, conspurcando todos os recantos com detritos e dejecções, e tanto mais que naquele mesmo ponto é passagem obrigatória dos turistas que pretendem visitar o interior da ilha, como o Curral das Freiras, Boca dos Namorados, Jardim da Serra, etc.*

Como o local para o futuro jardim debruça-se sobre o alto de uma ravina da ribeira que atravessa aquela região, olhando as terras e mar do poente, projectamos uma varanda nos lados que ficam para aquela banda, feita com pedestais com cavidades para plantar-se flores e com ba-

laustrada de cimento fixa ao soco e ao corrimão do mesmo material. A entrada é ao centro do recinto, do lado do adro da igreja, com 3 metros de largura, num rebaixamento de 1 metro e onde se colocou uma escada de cantaria com 6 degraus e numa largura de 6,2 metros.

O recinto para o jardim foi dividido em 8 canteiros por dois arruamentos centrais, cruzados, de 3 metros de largura e mais 2 laterais de 2 metros de largura com uma pequena rotunda ao centro, além de um outro arruamento com 2 metros de largura em todo o seu perímetro. Este jardim leva 18 bancos de madeira de 1.8 metros de cumprimento colocados em reentrâncias projectadas nos referidos canteiros, os quais canteiros são demarcados por alinhamentos de pedras (mestramento) com argamassa hidráulica e os mencionados arruamentos calçados com pedra de meio tamanho, da praia.

O local para a casa das retretes e urinóis fazia parte do antigo cemitério (local reservado aos querubins) o qual aproveitou-se os alicerces para se erigir as paredes de blocos de cimento de 20 cm de largura e pilares de alvenaria hidráulica de 30 cm cada afim de suportarem o depósito de água projectado na cobertura. Esta casa ocupa uma superfície total de 41.6 metros quadrados e é dividida num compartimento para 4 urinóis; um outro para uma retrete com autoclismo e bacia das mãos; um outro para 3 retretes turcas e ainda um outro para arrecadação de ferramentas e alfaias do jardim. Estes compartimentos são feitos com paredes de blocos de cimento de 14 cm de grosso.

Como já se disse, a cobertura desta casa destina-se ao depósito de água não só para abastecer e fazer a limpeza das retretes e urinóis como também para irrigação do jardim e é conduzida para ali em tubo de ferro de 5 cms de diâmetro, vinda de uma caixa divisória próxima do local e distribuída para o jardim em tibo de ferro de 3.5 cms 1/3 com 4 bocas para mangueiras. A cobertura é feita de cimento armado com o seu vigamento e também a outra cobertura do depósito, cujos cálculos justificativos vão juntos nesta memória.

Os esgotos são feitos com manilamento de cimento e juntam-se numa fossa diluidora projectada no subsolo do jardim e junto à casa, tendo a área de 9 metros quadrados por 1 de altura, feito de alvenaria de pedra seca com laje de cimento armado.

A casa é cespada e rebocada de cal com as bocas de portas e janelas guarnecidas de argamassa de cimento assim como as outras paredes que circundam o jardim e os pedestais, balaústres e corrimões da varanda.

Como o pavimento do antigo cemitério era inclinado no sentido este-oeste foi necessário elevar para mais 0,90 m a parede de suporte de terra da parte oeste e parte sul para que o futuro jardim ficasse nivelado e com competente caimento para escorrer águas das chuvas.

Um mês mais tarde, a 28 de Fevereiro de 1936, a Câmara delibera convidar os proprietários das campas existentes no antigo cemitério da freguesia do Estreito para comparecerem na sessão camarária de 27 de Março a fim de tratar da sua demolição e transferência[39,40].

Apesar desta medida ser indiciadora que as obras destinadas à implantação do jardim público estariam para breve, tal não viria a acontecer. Com efeito, não só o projecto inicial haveria de sofrer alterações, como a primazia haveria de ser dada à construção das instalações sanitárias que, contrariamente ao previsto haveriam de serem construídas não na extremidade sudeste do jardim, mas na extremidade noroeste, onde haveria de ocupar uma posição subterrânea, com dois acessos independentes, um para as mulheres e outro para os homens.

Ainda que, no dia 28 de Maio de 1936, a Câmara tivesse deliberado proceder, por administração directa, à construção de um mictório no sítio da igreja, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos[41,42], provavelmente em conformidade com o projecto do jardim público, antes elaborado, tal não viria a acontecer, uma vez que não disporia dos recursos financeiros necessários. Essa carência fica aliás patente quando, a 26 de Junho de 1936, solicita à Junta Geral uma comparticipação destinada a auxiliar a Comissão no aformosamento e construção de uma retrete pública no antigo cemitério, atendendo à falta de recursos com que lutava[43].

No mês seguinte, a 17 de Julho de 1936, na posse de um novo projecto, julgamos nós, de construção dos mictórios do largo junto à igreja paroquial do Estreito de Câmara de Lobos, mas com uma implantação subterrânea e oposta à inicialmente prevista, fixa a sua praça para adjudicação da sua construção para a sessão do dia 7 de Agosto[44].

Contudo, a ausência provável de concorrentes levaria a que a praça em causa fosse adiada, tendo a Câmara, na sua sessão de 28 de Agos-

to de 1936, deliberado fixar o dia 25 do mês de Setembro, para nova praça, com uma base de licitação de 10 mil escudos, conforme projecto e orçamento datado de 7 de Julho último[45].

Adjudicada a Ernesto da Costa, pedreiro, residente no sítio da Igreja, freguesia do Estreito[46], a obra viria a ficar concluída, em Novembro de 1936[47].

Terminada a construção das instalações sanitárias, iniciavam-se os trâmites no sentido ajardinamento do antigo cemitério. Tal como havia acontecido com as instalações sanitárias, o projecto inicial de ajardinamento é rejeitado e, a 30 de Outubro de 1936, a Câmara delibera solicitar à Junta Geral a dispensa de um seu técnico para proceder aos estudos e levantamento de uma planta de construção de um edifício para a escola oficial do sítio da igreja, na freguesia do Estreito, bem como para a confecção da planta e orçamento destinados ao aformosamento do recinto do antigo cemitério junto à igreja paroquial da dita freguesia cuja conclusão se impunha[48].

Na sessão camarária de 29 de Janeiro de 1937 é presente, para apreciação, um projecto da autoria de Ângelo de Menezes Marques[49]. Ainda que se desconheçam as peças desenhadas deste projecto, ele terá sido muito semelhante ao primitivo e tal como ele, terá tido em conta as panorâmicas vislumbradas a partir deste espaço e mantido, tal como ele previa, a *varanda* […] *feita com pedestais com cavidades para plantar-se flores e com balaustrada de cimento fixa ao soco e ao corrimão do mesmo material*.

As obras viriam a ser adjudicadas, na sessão do dia 26 de Fevereiro de 1937, a Manuel Figueira, pelo valor de 11.550$00[50].

Perante a adjudicação destas obras, a Câmara voltaria a comunicar aos proprietários das campas existentes no recinto do antigo cemitério, a necessidade das mesmas serem removidas para o actual cemitério da freguesia, em virtude das obras a que se ia proceder naquele recinto[51].

Contudo, a remoção das ossadas do antigo para o novo cemitério não terá sido pacífica, uma vez que na reunião da CMCL de 2 de Abril de 1937, é presente um abaixo-assinado de diversos cidadãos naturais da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos reclamando contra a forma como vinha sendo feita a cava e recolha das ossadas e pedindo para que elas fossem todas recolhidas à profundidade das covas[52]. Em consequência disso, a Câmara acabaria por deliberar que se procedesse, por administração directa, a essa escavação e recolha das ossadas[53].

No decurso das obras de aformosamento do recinto, ter-se-ão verificado alterações ao projecto, situação que leva a Câmara, na sua reunião de 23 de Abril de 1937, a autorizar o empreiteiro a proceder à construção de degraus de escada em toda a sua extensão com frente para o adro da igreja e de quatro florões em simetria com as existentes.

Em 1946, este recinto, propriedade da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, por expropriação à igreja, volta a esta entidade, como moeda de troca, por um pequeno espaço de adro necessário ao alargamento do caminho da Azinhaga, hoje, rua Capitão Armando Pinto Correia, num difícil processo negocial.

Depois de um longo período em que Câmara e Igreja estiveram de costas voltadas, em virtude dos desejos da primeira em promover o alargamento da Azinhaga e a segunda em se recusar a ceder uma parte do adro para que esse alargamento pudesse ser possível, e que levou, mesmo, à elaboração de um abaixo-assinado de alguns católicos em defesa das posições assumidas pela igreja, o entendimento acabaria por acontecer.

Apesar de tudo, numa missiva onde anunciava a cedência da Igreja às pretensões camarárias, o pároco não deixa de salientar que apesar do alargamento levar uma pequena parcela do adro, esta fazia muita falta. Dada a sua exiguidade, naquele sítio, a igreja ficaria na zona do alargamento sem adro, ou seja com uma interrupção do adro em redor da igreja, para além de outros inconvenientes nomeadamente quanto à higiene e moral públicas, advindas da criação de espaços recônditos, e à estética do templo.

Esta situação viria, aliás, a ser aproveitada para justificar a pesada indemnização que a igreja exigiria à Câmara. Com efeito, na mesma missiva, o pároco refere que *no tocante à indemnização a exigir há-de atender-se não apenas ao valor real da parcela do adro que se perde, porque esse é pouco é, sim ao valor estimativo, pela falta que nos faz e ao valor estético do templo em parte mutilado, encravado no caminho e com má apresentação* [...]. *Visto que a Câmara mostra*

vontade de ultimar o projecto de alargamento do dito caminho, e a recusa da Igreja seria possivelmente mal compreendida e mal aceite por parte dos membros da Câmara, para evitar-se aborrecimentos e para que tudo se resolva em paz [...]*, sugerimos à Câmara esta solução como indemnização, embora incompleta: 1.º que a Câmara à sua custa mande demolir e construir novamente noutro local a pequena dependência ou sacristia que existe junto ao camarim da capela-mor, a fim de ao menos ficar uma estreita passagem por detrás da igreja; 2.º que a Câmara nos ceda a propriedade do parque junto ao adro que primitivamente já foi da igreja e serviu de antigo cemitério, mediante um contrato feito no notário público para que a igreja possa considerar um prolongamento do adro, e se achar bem, construir aí qualquer dependência de que necessite*[54].

Em resposta, a Câmara congratula-se com a resposta favorável pelo pároco à sua pretensão e dá um parecer favorável às condições da indemnização proposta. Sugere, ainda, que uma comissão composta de um arquitecto e dois engenheiros estudem a melhor solução para minimizar eventuais efeitos inestéticos ou causadores de perigos morais[55].

Em resposta, datada de 11 de Janeiro de 1947, o padre José Porfírio Rodrigues Figueira informa a Câmara de que concorda que uma comissão analise os eventuais efeitos inestéticos do templo consequentes ao alargamento da estrada, mas propõe que tanto a Câmara como a igreja nomeiem um engenheiro da sua confiança e sejam estes dois a escolherem o arquitecto que deverá servir de árbitro da questão, proposta que merece, por seu lado, a concordância da Câmara[56].

Na sua sessão de 13 de Agosto de 1947 o contrato estabelecido entre a Câmara Municipal de Câmara de Lobos e a Igreja é proposto para rectificação no Conselho Municipal, onde supomos que terá sido aprovado. Mediante esse contrato, a igreja cederia o espaço necessário ao alargamento do caminho e, em contrapartida, passaria a ficar detentora do chamado Passal, terreno ocupado pelo antigo cemitério e que lhe havia sido expropriado, para o efeito, em 1871[57], permanecendo propriedade da Câmara após a sua desactivação, nos anos 20 e onde, a 27 de Maio de 1937, esta havia chegado a implantar um jardim público. Por outro lado, no terreno agora cedido à Igreja, deveria ainda a Câmara Municipal proceder à construção de umas arrecadações que substituíssem as destruidas em consequência do alargamento em causa.

Por volta de 1980 foi o seu piso, até então em terra, calcetado.

NOTAS

1 Constituição do Arcebispado da Bahia, 1707, Livro IV – Titulo LIII – Parágrafo 843.

2 Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010 - ISSN 1983-2850.

3 Decreto nº 44220 de 3 de Março de 1962. Desde a publicação do Decreto de 21 de Setembro de 1835, que mandou que se estabelecessem cemitérios públicos em todas as povoações do país e culminou com penas graves ao pároco ou qualquer eclesiástico beneficiado que consentisse os enterramentos dentro dos templos, têm sido publicados várias disposições sobre cemitérios, umas em diplomas legais, outras em simples instrucções dirigidas às entidades encarregadas da sua construção, manutenção ou polícia. Entre elas tem importância especial, sob o ponto de vista da construção de cemitérios, as instrucções contidas na circular do Ministério do Reino de 16 de Dezembro de 1890 . Na sequência do Decreto nº 44220 de 3 de Março de 1962, importantes alterações são introduzidas nos procedimentos de construção dos cemitérios. Este Decreto sofre alterações, em 2006, através do Decreto-Lei nº 168/2006 de 16 de Agosto.

4 Livro 1º de Registos da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, p. 79 e 79vº.

5 Na sequência de um pedido do Governador Civil, a Câmara indica em ofício de 20 de Agosto de 1836 (Livro 1º de Registo da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, p. 30), as localizações para os cemitérios a serem construídos, em cada uma das freguesias do concelho.

6 Livro 1º de Registo da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, fls. 84 e 84vº

7 Livro 1º do Registo da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, p. 87vº e 88.

8 A avaliar pela leitura do livro de registos da Câmara Municipal de Câmara de Lobos entre os anos de 1835-1840, p. 87v., 88 e 88v. onde se encontram registados contratos de expropriação de terrenos para o cemitério, é de pensar que o local escolhido pela Câmara para instalar o cemitério da vila, tenha sido no sítio de Belém.

9 Livro 1º de Registo da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, p. 104.

10 A avaliar pela leitura do livro de registos da Câmara Municipal de Câmara de Lobos entre os anos de 1835-1840, p. 87v., 88 e 88v. onde se encontram registados contratos de expropriação de terrenos para o cemitério, é de pensar que o local escolhido pela Câmara para instalar o cemitério da vila, tenha sido no sítio de Belém.

11 Livro 1º de Registo da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, p. 169.

12 Flor do Oceano nº 42 de 15 de Outubro de 1840.

13 Na sessão camarária de 18 de Setembro de 1856, é lido um ofício do pároco da freguesia do Estreito, com data do dia 10 do mesmo mês, onde este dá conta de que o adro da igreja já se encontrava quase cheio de sepulturas e, por consequência sem capacidade para continuar a efectuar ali enterramentos

14 *Voz do Povo*, 18 de Setembro de 1862.

15 *O Direito*, 14 de Julho de 1866.

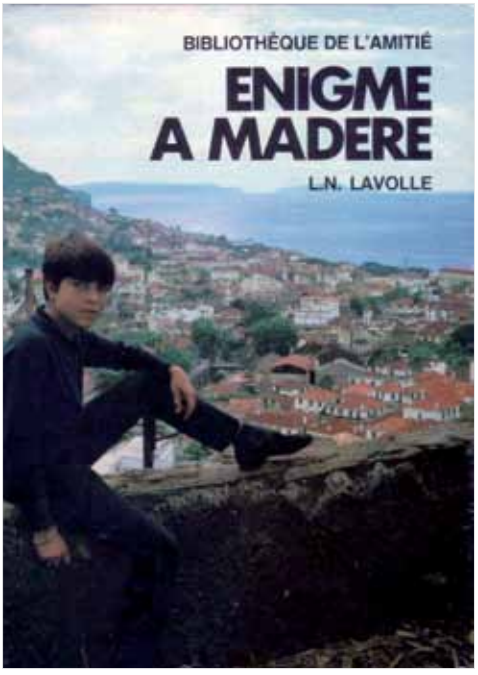
16 *Diário Popular*, 14 de Fevereiro de 1906.

17 *Diário da Madeira*, Funchal, 30 de Abril de 1913.
18 Este ramal corresponde à actual rua Cónego Agostinho Faria e que liga a estrada Regional, hoje denominada, no seu percurso no interior do concelho de Câmara de Lobos, por estrada João Gonçalves Zarco e o centro da freguesia do Estreito e que havia sido terraplanada em 1920.
19 Refere-se ao caminho da Azinhaga, hoje denominado de rua Capitão Armando Pinto Correia.
20 *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1922.
21 *Diário de Notícias*, 1 de Setembro de 1921.
22 *Diário de Notícias*, 2 de Março de 1922.
23 *Diário de Notícias*, 2 de Março de 1922.
24 *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1922.
25 *Diário da Madeira*, 2 de Junho de 1922.
26 *Diário de Notícias*, 28 de Julho de 1922.
27 *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1922.
28 *Diário de Notícias*, 9 de Maio de 1922.
29 *Diário da Madeira*, Funchal, 11 de Junho de 1922
30 *Diário de Notícias*, 11 de Julho de 1922 e 20 de Julho de 1922.
31 *Diário de Notícias*, 28 de Julho de 1922.
32 *Diário de Notícias* de 1 de Agosto de 1922 e de 3 de Agosto de 1922 .
33 *O Jornal*, 4 de Julho de 1933.
34 O correspondente do Estreito de Câmara de Lobos na sua crónica de 1 de Abril de 1934, publicada no *Diário da Madeira*, a propósito do antigo cemitério, contíguo a igreja, insurge-se contra o estado de imundice em que este se encontra, não se podendo passar junto dele sem apertar o nariz.
35 *O Jornal*, 8 de Junho de 1933.
36 CMCL. Sessão de 1 de Fevereiro de 1936. Foi presente um ofício do presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral acompanhando o projecto de ajardinamento do antigo cemitério da freguesia do Estreito, elaborado pelo condutor Fernando.
37 *Diário da Madeira*,15 de Janeiro de 1936.
38 *O Jornal*, 16 Janeiro de 1936.
39 CMCL. Sessão de 28 de Fevereiro de 1936.
40 *Diário da Madeira*, 9 de Agosto de 1931.
41 CMCL. Sessão de 28 de Maio de 1936.
42 CMCL. Sessão de 29 de Maio de 1936.
43 CMCL. Sessão de 26 de Junho de 1936.
44 CMCL. Sessão de 17 de Julho de 1936.
45 CMCL. Sessão de 28 de Agosto de 1936.
46 CMCL. Sessão de 25 de Setembro de 1936.
47 CMCL. Sessão de 27 de Novembro de 1936.
48 CMCL. Sessão de 30 de Outubro de 1936.
49 CMCL. Sessão de 12 de Março de 1937.
50 CMCL. Sessão de 29 de Janeiro de 1937.
51 CMCL. Sessão de 26 de Fevereiro de 1937.
52 CMCL. Sessão de 2 de Abril de 1937.
53 CMCL. Sessão de 23 de Abril de 1937.
54 Livro de Vereações da CMCL. Acta da sessão de 4 de Dezembro de 1946.
55 Livro de Vereações da CMCL. Acta da sessão de 4 de Dezembro de 1946.
56 Livro de Vereações da CMCL. Acta da reunião de 5 de Fevereiro de 1947.
57 Pelo Decreto de 18 de Janeiro de 1871, é autorizada a expropriação de uma parte do Passal da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos a fim de ser instalado um cemitério público.

Traços da Vida Camaralobense patentes no livro "Enigme à Madère, de L. N. Lavolle

Duarte Miguel Barcelos Mendonça

No ano de 1974 foi publicado em França o livro *Enigme à Madère*, da autoria de L. N. (Louise Nöelle) Lavolle, pseudónimo da escritora Hélène Chaulet, que teve a chancela da editora parisiense Editions de L'Amitié, inserido na colecção Bibliothèque de L'Amitié. Esta obra de 152 páginas, redigida em francês, e por muitos desconhecida, encontra-se ilustrada com cinco fotos a cores obtidas pela autora na Madeira, duas das quais sobre Câmara de Lobos, e várias ilustrações de P. Harispe, algumas representando recantos ou vivências deste concelho. Devido ao facto de grande parte da acção principal desta obra desenrolar-se em Câmara de Lobos, iremos fazer uma breve abordagem à mesma, ilustrando o nosso texto com as imagens atrás referidas, dando especial ênfase aos trechos referentes a esta localidade.



Capa do livro apresentando, em primeiro plano, um jovem (que pelos seus traços fisionómicos julgamos ser madeirense) em representação de Norman, a personagem principal desta obra, e em segundo plano, a cidade do Funchal.

Trata-se de um romance juvenil ficcional, organizado em 14 capítulos, que mistura aventura, crime, e roça um pouco o mundo do fantástico. Não foi possível, através dos elementos contidos nesta obra, balizar o ano em que a mesma se enquadra, mas podemos afirmar que, devido à referência à viagem de avião para a Madeira e respectiva aterragem no seu aeroporto – que foi inaugurado em 1964 – esta situar-se-á algures entre esta data e 1974, o ano da publicação de *Enigme à Madère*.

O romance começa a bordo de um avião que se dirige para a Madeira, no qual viaja um jovem escocês de 14 anos, Norman Philip Sutherland, acompanhado pela sua tia, Alice de Castro, também ela escocesa. O sobrenome lusitano adviera-lhe do casamento com um brasileiro, e devido à grande convivência com estes tios, face à ausência, por longos períodos do pai no estrangeiro, devido à sua profissão – realizador de cinema – o jovem aprendera a língua portuguesa, na qual era fluente. Ao chegarem ao Funchal hospedaram-se no Hotel do Dragoeiro, localizado nas imediações da Calçada do Pico. À chegada à ilha a sua tia apresentava um mal-estar geral, advindo de uma intoxicação alimentar, e foi internada no Hospital, só de lá saindo no fim do romance.

A hoteleira, pessoa de maus fígados, vendo-se a braços com esta situação, remeteu Norman para um quarto dos fundos, em vez de ficar no alojamento duplo previamente reservado e pago. No novo quarto, o rapaz encontrou um

baú de marinheiro contendo mapas e vários objectos relacionados com a vida marítima, um dos quais um monóculo, que irá utilizar para observar a baía do Funchal da sua janela, e levá-lo para todo o lado. No hotel o jovem rapaz não podia ficar só por sua conta, e então um dos hóspedes ofereceu-se para ser seu tutor. O que em princípio poderia ser um motivo de solidão e depressão, rapidamente se dissipou quando Norman travou amizade com um criado quase da sua idade, chamado Pedro.

Após explorar a cidade do Funchal, de máquina fotográfica a tiracolo, Norman decidiu-se a explorar o oeste da ilha e apanhou um autocarro para Câmara de Lobos. Ao ler o nome desta localidade na placa da camioneta, pensou que este nome o remetia para um conto de fadas e interrogou-se o que poderia encontrar nesta câmara.

Norman foi o único passageiro a sair na última paragem. Desceu a rua paralela ao calhau, onde se viam alguns barcos multicolores, que contrastavam com o negro das pedras. Ao chegar, o seu olhar virou-se para a (então) vila com as suas casas brancas, rodeadas de montanhas cobertas de bananeiras, vinhas e pequenos campos que iam desde a beira-mar até ao Cabo Girão. Para descer até ao calhau, tomou a escada dos pescadores, e nesse momento foi rodeado por um grupo de crianças que lhe pediam um *penny* ou um escudo, ao que ele gritou, em português, que o deixassem em paz. Perto deles, sentada no portal de uma casa, bordava uma rapariguinha chamada Sofia. Ao ouvi-lo falar português disse aos miúdos que não o incomodassem porque "não era um estrangeiro". Dirigindo-se à rapariga, verificou que esta bordava um pequeno lenço e perguntou-lhe se era para ela. Rindo-se, ela respondeu que não, pois trabalhava para uma casa de bordados, tal como todas as mulheres dali. Interrogando a sua idade, esta respondeu-lhe que tinha onze anos, mas que já bordava desde os oito. Quando estavam a conversar, aproximou-se outro rapaz, que lhe disse que não a distraísse porque ela estava atrasada. Era o seu irmão, Nicolau, que tinha de levar um cesto de bordados para o Funchal. Retomando o seu caminho, Norman apercebeu-se que por detrás de cada janela, sob as cortinas levantadas, havia uma mulher que bordava.

Após esta abordagem algo brusca, Nicolau retomou o contacto com Norman e perguntou-lhe onde aprendera o português, que o falava muito bem para um estrangeiro, e se vinha da América. (Não deixa de ser curiosa esta pergunta, visto que muitos camaralobenses haviam emigrado para os Estados Unidos e os seus filhos eram fluentes na língua de Camões.)

Nicolau era filho de pescadores e o seu pai tinha um barco. Conversa puxa conversa, os dois tornaram-se amigos, e Norman perguntou-lhe se poderia acompanhá-lo à pesca. Este disse que primeiro teria que pedir autorização ao seu pai, que nunca queria levar turistas para o mar, mesmo que estes pagassem, dizendo que não era taxista, mas pescador como São Pedro, que considerava a profissão mais bela do mundo. O camaralobense disse-lhe que se quisesse ir ao mar teria de chegar à vila num dia à noite para acompanhá-lo e ao seu pai na pesca ao atum, que deveria ser todo entregue no mercado do Funchal, para onde já estava encomendado.

Ao chegar, pela primeira vez, a Câmara de Lobos, Norman foi rodeado por várias crianças que lhe pediam uma moeda.

No seguimento da sua conversa, Norman perguntou-lhe o porquê daquela localidade se chamar Câmara de Lobos, e o seu interlocutor elucidou-o dizendo que se devia aos antigos lobos-marinhos ali existentes quando a ilha foi descoberta. Nisto,

Norman na baía camaralobense observando, através de um monóculo, a impressionante orografia do concelho. Em segundo plano é possível ver-se a "Trincheira".

vergonha de mendigar, porque Norman era seu amigo e não "um senhor".

Continuando no calhau, Norman pôs-se a mirar as casas dos pescadores no Ilhéu, de paredes brancas, e deu por si a reparar nos pequenos rectângulos cultivados junto ao Cabo Girão, utilizando o monóculo de marinheiro para o efeito. Descortinando um homem a trabalhar junto à falésia, Norman perguntou ao seu amigo como é que ele o conseguia fazer, visto que até uma cabra teria dificuldade em equilibrar-se, ao que este respondeu que o homem já estava habituado e que quando estava vento aproxima-se de Norman um miúdo a pedir-lhe um escudo para ele lhe contar a história, ao que Nicolau o repreende dizendo que ele devia ter ele amarrava-se com uma corda, pelo sim, pelo não. Norman perguntou-lhe se o pai dele também tinha terreno, ao que este respondeu que não, mas que o seu avô tinha um vinhedo, e que apesar deste ter 70 anos ainda trabalhava no duro, de modo a fazer vinho para vender.

Regressando ao hotel no Funchal, à noite Norman pôs-se a observar o mar, e através do escasso luar conseguia descortinar aqui e ali algumas luzes ao largo e logo pensou tratar-se dos pescadores de Câmara de Lobos e interrogou-se se o seu amigo também lá estaria.

Na manhã do dia seguinte, Norman acompanhou um dos funcionários do hotel na sua ida ao mercado, onde ficou a conhecer alguns produtos regionais: inhames, batatas-doces, papaias, mangas, bananas, peras abacates, maracujás e anonas. De repente ouviu alguém que o chamava. Era o seu amigo camaralobense, que o convidou a ir à praça do peixe, de modo a mostrar-lhe vários tipos de peixe: bonita, espada, atum… Nisto, Norman perguntou-lhe se ele tinha ido à pesca na véspera, ao que este lhe respondeu humoristicamente, perguntando-lhe onde é que ele queria que ele estivesse, no baile da rainha de Inglaterra? Seguidamente perguntou-lhe que tipo de peixe tinha apanhado na noite anterior, ao que o seu amigo ilhéu respondeu que fora sobretudo atum. E que como a safra fora boa, o seu pai poderia pagar as suas dívidas, e poderia comer nesse dia e no seguinte, o que fez Norman meditar na fome e pobreza permanente das crianças de Câmara de Lobos. Pouco depois despediram-se, combinando voltar a encontrar-se naquela localidade.

No dia seguinte, Norman correu em direcção à Estrada Monumental para apanhar novamente o autocarro para Câmara de Lobos. Ao lá chegar, por já o conhecerem, os miúdos da zona já não o incomodaram mais, pois sabiam que era amigo de Nicolau, que estava sentado sob uma palmeira remendando uma rede. Este disse-lhe que tinha chegado em boa hora, porque estava prestes a ir para o mar, na companhia de outro amigo, o Joaquim. Chegado o momento do embarque, foi dito a Norman que entrasse primeiro, e que se sentasse no banco

do meio e que esperasse. E foi desse lugar que o escocês assistiu ao acto de empurrar o barco para a água, realizado por dois homens e um grupo de rapazes. Junto à popa, Nicolau e Joaquim também empurravam e quando a embarcação começou a flutuar, içaram-se para bordo com um impulso. Admirado com este modo de colocar o barco na água, Norman perguntou ao seu amigo porque não partia do cais construído em Câmara de Lobos, ao que este respondeu que sempre tinham feito assim, que se tivessem barcos maiores teriam de ir pescar mais longe e que não havia dinheiro que pagasse a liberdade.

Nesta expedição piscatória Nicolau ia em busca de isco para os atuns e para a espada. Mas conversa puxou conversa e ao ser mencionada uma cratera submarina nas Desertas, Norman sugeriu que fossem até lá, mas Nicolau ripostou dizendo que tinha de pescar e que não tinha tempo para ir passear. Mas medindo a olho a altura do sol e a direcção do vento, este acedeu ao desejo do escocês, que também se havia referido ao tesouro do capitão Kid, supostamente ocultado naquelas ilhas… Ao aproximarem-se do seu destino, foi-lhe dito o nome de cada uma das ilhas, fazendo alusão à existência ali de cabras e lobos-marinhos.

Na manhã do dia seguinte, o tutor de Norman ofereceu-se para levá-lo ao Monte, de modo a que pudesse descer nos famosos carros de cesto. Em vez de fazerem o percurso ascendente em carro-de-bois, optaram por um táxi, pois seria mais rápido. Ao fazer a descida vertiginosa pela rua empedrada num dos "carros do Monte" Norman teve a impressão que, nas curvas, iria embater nas paredes, partindo os ossos, ou então ir de encontro a algum lento carro-de-bois que fazia a trajectória inversa transportando turistas. O percurso terminou em Santa Luzia e Norman notou que depois os carreireiros transportavam às costas os carros de cesto em direcção ao ponto de partida.

Nicolau remendando uma rede.

A primeira de duas fotos a cores obtidas pela autora deste livro em Câmara de Lobos. Na mesma vê-se, em primeiro plano, várias bananeiras, hoje inexistentes neste local e, em segundo plano, parte da baía, onde se vêem vários barcos de pesca, e ainda a capela de São Pedro.

Dois dias depois Norman regressou a Câmara de Lobos, de modo a passar o dia com os seus amigos. Ao chegar à vila foi recebido com alegria, pois estranharam a sua ausência inusitada e pensavam que já tinha partido. Perguntou por Nicolau e os miúdos levaram-no até ele, não pela escada dos pescadores, mas por uma vereda muito mais curta, mas mais perigosa. Ao chegar junto de Nicolau, este

encontrava-se junto da sua irmã Sofia e do seu amigo Joaquim, que estavam a terminar de remendar os buracos de uma rede e aprontavam-se para se fazerem ao mar. Norman perguntou se os podia acompanhar e a resposta foi positiva. Mas desta vez a pequena Sofia também se ofereceu para ir com eles, ao que o jovem escocês disse que esperava que ela soubesse nadar. Nicolau disse-lhe que sim, que o pai lhes havia ensinado, pois este afirmava que todos, meninos ou meninas, deviam saber nadar tão facilmente como andavam ou respiravam.

Um quarto de hora depois de terem embarcado, à medida que se faziam ao largo Norman pôs-se a olhar para a ilha da Madeira, que se erguia do oceano como um paraíso verdejante. No decorrer da viagem, Joaquim referiu-se a um vulcão que havia despertado nos Açores após milhares de anos de inactividade, tendo ouvido tal notícia através do rádio do porto.

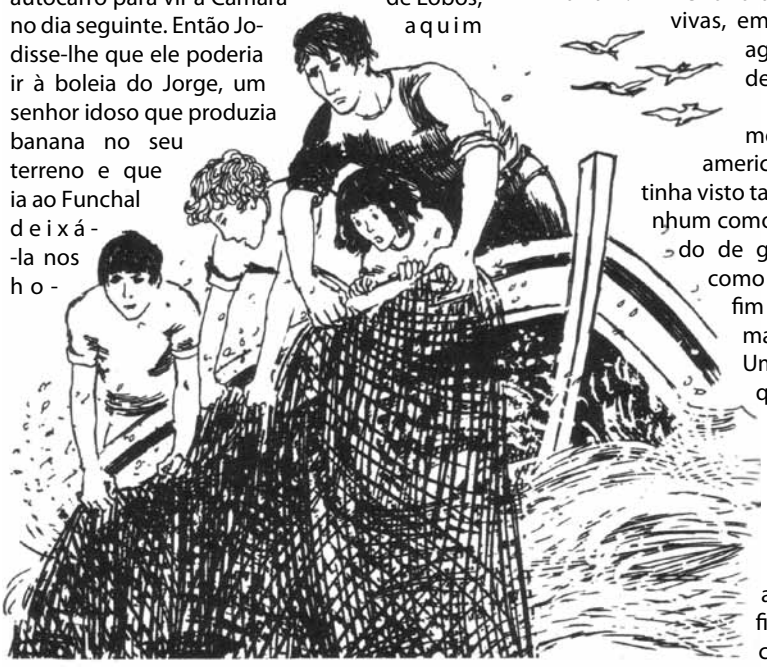
A expedição piscatória foi um fracasso, saldando-se apenas na captura de dois balaus. Pouco tempo depois uma onda gigante, originada por um maremoto, aproximou-se do seu barco. Aterrorizados, os jovens tentam proteger-se o melhor que podiam, e a embarcação conseguiu cavalgá-la. Seguiu-se outra, e ainda outra, e no final, o barco continuava a flutuar, embora contivesse imensa água no seu interior, que teve de ser despejada à pressa, enquanto retornavam a terra. Nisto ouvem um barulho forte por baixo do barco e apercebem-se de que um grande peixe tinha ficado preso na sua rede. Puxaram-na para junto da amurada e depois, reunindo forças, conseguiram puxá-lo, todo embrulhado na rede, para dentro. Ao analisá-lo melhor, Joaquim afirmou que em Câmara de Lobos nunca ninguém tinha visto um peixe assim. Media cerca de dois metros de comprimento, tinha pele cinzento-azulada e várias filas de dentes pontiagudos.

Representação do maremoto, um dos momentos-chave deste livro, que fez ver ao de cima um monstro marinho do fundo do oceano, que ficou preso na rede dos jovens.

Cansados e esgotados, ao chegarem a terra o primeiro pensamento dos jovens camarolobenses foi o de irem almoçar, deixando Norman junto do barco. E depois iriam chamar o pai de Nicolau e os pescadores mais idosos para que dessem informações sobre o tipo de peixe que tinham capturado. Pouco depois o escocês foi convidado, por Sofia, a juntar-se aos seus amigos de modo a almoçarem todos juntos. Conduzido por ela através da vila, cujas casas apresentavam uma brancura da cor da neve, chegaram à sua casa, que tinha apenas uma divisória. Como mobília, viu apenas um baú, biombos, que eram recolhidos durante o dia para se obter mais espaço, uma mesa e dois bancos. Mas no meio desta pobreza ele conseguiu descortinar o sorriso de Rita e de Luís, os pais de Nicolau e Sofia. Contando aos progenitores dos seus amigos as aventuras do dia, Norman mitigou a fome com uma saborosa caldeirada, referida como sendo a sopa dos pescadores.

Após o repasto, o pai de Nicolau, juntamente com alguns amigos foram até à praia para examinarem o estranho peixe, mas nenhum alguma vez havia visto semelhante criatura. Um deles disse mesmo que se calhar o mesmo nem era comestível e que se parecia com um crocodilo.

Luís disse ainda que não poderia levá-lo para o Mercado dos Lavradores, porque ninguém iria querer comprá-lo. E no meio de todas estas lucubrações, Norman teve uma ideia: se ninguém conhecia o peixe era sinónimo da sua raridade, e porque não transformá-lo numa atracção para os turistas que viessem a Câmara de Lobos? Joaquim perguntou como e o escocês disse que deveria ser colocada uma paliçada à sua volta, de modo a impedir que alguém o visse do exterior. E para fazer publicidade seria colocada no lado exterior uma placa, em diversas línguas, dizendo que no interior se encontrava um "pirata dos abismos" e seriam cobradas entradas. Alguém deu a ideia de serem utilizados biombos feitos de vime, oriundos da Camacha, de modo a impedir que ninguém visse o peixe, a não ser quem pagasse a respectiva entrada, ou seja, 4 escudos, de modo a obter fundos para comprar uma nova rede para o pai de Nicolau. Norman redigiu dois cartazes, um em português e outro em inglês e disse ainda que se estivesse no Funchal, pediria ao seu amigo Pedro, o criado do Hotel do Dragoeiro, que escrevesse outros noutras línguas, mas lamentou-se dizendo que se gastasse os seus últimos trocos para ir ao Funchal, já não teria mais dinheiro para pagar o autocarro para vir a Câmara de Lobos, no dia seguinte. Então Joaquim disse-lhe que ele poderia ir à boleia do Jorge, um senhor idoso que produzia banana no seu terreno e que ia ao Funchal deixá-la nos hoteis, e que se ele o ajudasse a descarregar o carro, ainda ganharia algum dinheiro. Antes de partir, Norman alertou Nicolau para que ninguém roubasse o peixe, mas este, indignado, respondeu-lhe que ali ninguém roubava nada a ninguém, e que até se poderia deixar uma mala cheia de ouro na praia ou no caminho, que ninguém lhe tocava!

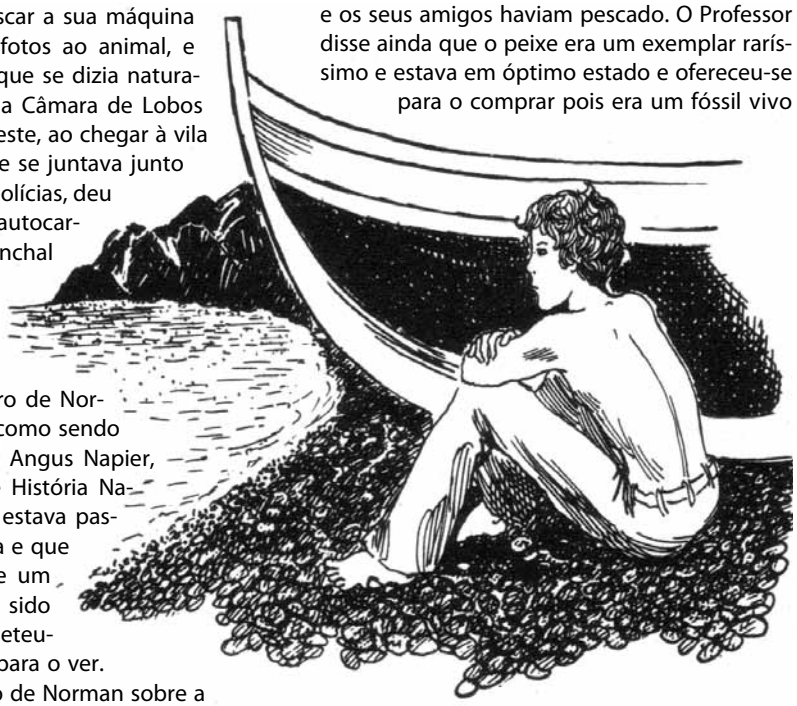


Joaquim, Norman, Nicolau e Sofia no momento em que içavam a rede com o estranho peixe.

De volta ao hotel, Norman, com a ajuda do seu amigo Pedro e do cozinheiro João, começou a desenhar vários cartazes, em várias línguas, com a frase "Venham ver em Câmara de Lobos um monstro desconhecido: «o pirata dos abismos»", para serem afixados em diversos hotéis do Funchal, convidando os turistas a visitar a sua atracção. Na manhã do dia seguinte, o escocês foi um dos primeiros passageiros a tomar o autocarro para aquela localidade. Ao chegar ao seu destino, inspeccionou o peixe estranho, que se encontrava no mesmo local onde o tinham deixado na véspera. Pouco tempo depois os seus amigos juntaram-se-lhe e começaram a afixar os cartazes em várias línguas, junto à paliçada. Estavam ocupados com isso quando Sofia ouviu a buzina do carro que trazia os turistas. Estes, após visitarem o dragoeiro, desceriam até à praia, como sempre faziam. Primeiro foram ver os barcos de cores vivas, em cujos mastros secavam, agitadas pelo vento, as redes de pesca castanhas.

O primeiro visitante do monstro marinho foi um americano, que exclamou que já tinha visto tantos peixes mas nunca nenhum como aquele. E Norman, fazendo de guia improvisado contava como ele tinha sido pescado. No fim da manhã já tinham feito mais de duzentos escudos. Um turista alemão disse-lhe que era necessário contactar um ictiólogo, ou seja, um biólogo versado em peixes, ou um naturalista, de modo a analisá-lo convenientemente. De tarde alguns jornalistas foram ao local e tiraram fotografias do animal e dos seus captores, interrogando-os e tomando notas. Nessa mesma tarde Norman veio

ao Funchal para ir buscar a sua máquina fotográfica para tirar fotos ao animal, e convidar o seu tutor, que se dizia naturalista, a acompanhá-lo a Câmara de Lobos para ver o peixe. Mas este, ao chegar à vila e ver toda a gente que se juntava junto da paliçada, e alguns polícias, deu meia volta, apanhou o autocarro de volta para o Funchal deixando o jovem sem saber o que pensar. Ao regressar para junto da paliçada, um inglês veio ao encontro de Norman e apresentou-se como sendo o Professor Alexander Angus Napier, director do Museu de História Natural de Londres, que estava passando férias em Lisboa e que ao ouvir na rádio que um peixe estranho havia sido pescado na Madeira, meteu-se no primeiro avião para o ver. E queria ouvir a versão de Norman sobre a captura do *scapanorhynchus*, o peixe que ele e os seus amigos haviam pescado. O Professor disse ainda que o peixe era um exemplar raríssimo e estava em óptimo estado e ofereceu-se para o comprar pois era um fóssil vivo



Norman num momento de reflexão, sentado no calhau, junto a um barco.

A segunda foto colorida sobre Câmara de Lobos, vendo-se na mesma várias embarcações com todos os aparelhos de pesca e vários pescadores num momento de descontracção.

que tinha vindo à superfície devido à agitação marítima provocada pelo maremoto. Depois iria ao Funchal comprar formol e passar pelo museu das ciências naturais para pedir ajuda a um assistente especializado. O ictiólogo perguntou a Norman quanto é que ele queria pelo peixe, mas este deixou isso ao critério do seu interlocutor. Virando-se para Nicolau, o escocês perguntou como se chamava o seu pai, ao que este respondeu Luís Novelo. E foi neste nome que foi passado um cheque em libras esterlinas, que depois de feito o câmbio no Banco de Portugal daria para comprar três novas redes de pesca e ainda sobraria dinheiro.

O romance termina com o desfecho das intrigas que se desenrolam no Funchal, paralelamente à captura deste peixe raro, com o aprisionamento de um traficante de droga que agia em conluio com a dona do hotel e com a revelação de que o seu tutor, afinal de contas, era um polícia disfarçado, que lhes deu voz de prisão. E esta história peculiar termina, como já havíamos referido no início deste texto, com a

Pescadores de Câmara de Lobos opinando sobre o estranho monstro marinho.

Sofia pronta para cobrar aos estrangeiros a entrada para verem o monstro marinho, protegido por uma paliçada de vime trazida da Camacha.

saída da tia do jovem Norman do hospital, a quem ele contou todas as peripécias que vivera na Madeira e em particular em Câmara de Lobos, perante os suspiros, indignações, tremores e angústia da sua interlocutora. No final, a sua tia, Alice de Castro, diz-lhe que ele havia crescido bastante, ao que Norman respondeu que era fácil crescer na Madeira.

Resumindo, trata-se de um empolgante romance juvenil que se lê com uma certa facilidade, e que prende a atenção do leitor da primeira à última página. Com este texto pretendemos tão-somente dar a conhecer esta obra que, para além do plano ficcional, conseguiu eternizar alguns traços da nossa cultura, sobretudo os relativos à actividade piscatória das gentes da pitoresca vila de Câmara de Lobos divulgando-os em França, e em todo o mundo francófono onde porventura foi distribuída ou lida.

Sobre a autora não foi possível encontrar muitos dados, excepto os patentes no site da Biblioteca Nacional de França. Hélène Chaulet nasceu a 2 de Março de 1914, era arqueóloga e autora de livros juvenis, assinando-os sempre com o pseudónimo L. N. Lavolle. Aquando do lançamento da obra *Enigme à Madère* a autora contava 60 anos de idade. A título de curiosidade refira-se que alguns dos seus livros foram editados em língua portuguesa. A partir de uma breve consulta à base de dados da Biblioteca Nacional de Portugal conseguimos listar os seguintes: *Nuno da Nazaré* (1960); *A sombra do faraó* (1964); *Nati na China* (1964); *O mundo do ouro negro* (1965); *As feiticeiras do mar* (1966); *Nati e o Minotauro* (1965 e 1972); e *Habib Hullah e os quarenta ladrões* (1971).

Desconhecemos se esta obra alguma vez foi traduzida para português. Em caso negativo, lançamos o repto a quem de direito, no sentido de editar uma versão na nossa língua, de modo a tornar acessível a todos os camaralobenses e madeirenses em geral o teor de um romance juvenil publicado em França há 37 anos atrás e em cujas páginas, à parte o plano ficcional, ficaram registados fragmentos das nossas vivências insulares.

O Brasão de Armas da Freguesia do Jardim da Serra

Manuel Pedro S. Freitas

A freguesia do Jardim da Serra foi criada a 5 de Julho de 1996, a partir da desanexação da zona alta da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, numa área e população correspondente à paróquia de São Tiago, uma das quatro paróquias em que a freguesia do Estreito havia sido dividido por Alvará episcopal de 24 de Novembro de 1960.

A origem da sua denominação tem a ver com a quinta do Jardim da Serra, construída, no primeiro quartel do século XIX, por Henry Veitch no então denominado lugar da Serra.

Henry Veitch era natural de Selkirk, Escócia, onde nasceu no dia 2 de Julho de 1782. Faleceu, no Funchal, a 7 de Agosto de 1857, ficando sepultado no cemitério inglês, pese o facto da tradição o dar, erradamente, como sepultado no mausoléu, ainda hoje existente, mandado construir, por sua mulher, na quinta do Jardim da Serra.

A sua fixação no Funchal, terá acontecido, pelo ano de 1809, na sequência da sua nomeação para o cargo de agente e cônsul geral britânico na Madeira.

Ainda que toda a sua actividade, quer como cônsul, quer ainda como comerciante, se centrasse no Funchal, onde foi proprietário de alguns edifícios que se destacavam, não só pela sua dimensão como também pelo seu estilo arquitectónico, viria a deixar marcas da sua presença no concelho de Câmara de Lobos.

Pouco tempo depois da sua chegada à Madeira terá adquirido uma extensa propriedade no sítio ou lugar da *Serra*, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, onde construiu uma quinta, que inicialmente viria a ser conhecida por Jardim, tal era a riqueza e beleza do seu jardim, mas a que rapidamente se associou a palavra Serra, ou seja a denominação do local onde se encontrava implantada. Desta associação resultaria o epíteto *Jardim da Serra* que não só viria a substituir a primitiva denominação de Serra por que era primitivamente conhecido o local, mas também viria a estar associada ao nome da quinta construída por Henry Veitch.

A propósito da sua denominação inicial, vários estrangeiros que, na primeira metade do século XIX, visitaram a quinta do Jardim da Serra referem-se a ela como "Jardim". Em 1834, John Driver, *em Letters from Madeira in 1834*, identifica-a como quinta do Sr. Veitch, chamada de Jardim.

Ainda que não se saiba ao certo a data da construção da casa nela existente, julga-se que ela possa ter acontecido antes de 1820. Com efeito, em 1823 ela já existia uma vez que T. E. Bowdich, naturalista inglês que visitou a Madeira no lº quartel do século XIX, autor de

Excursion in Madeira and Porto Santo during the Autumm of 1823, pernoitou nela e ficou maravilhado com o seu jardim, tendo até estudado algumas espécies de plantas nele existentes.

Com a criação da freguesia, a opção do topónimo *Jardim da Serra* para sua denominação viria, naturalmente, a se impor não só devido ao peso histórico, patrimonial e turístico a ele associado, como também ao facto de já ser utilizado, popularmente, para denominar esta localidade.

Criada a freguesia do Jardim da Serra impunha-se identificá-la em termos heráldicos, tendo sido escolhida a cereja como principal referência.

Para esta opção foram tidos em conta factos como: as cerejeiras ocuparem grande parte da sua superfície agrícola, tornando a cereja na produção mais característica e de maior valor económico; as cerejeiras e as cerejas terem estado na origem de dois importantes eventos de natureza promocional, social e cultural - a Festa da Cereja e o Grande Prémio das Cerejeiras em Flor; as cerejas terem sido o elemento identificador escolhido pelo movimento de cidadãos aquando da implementação do processo de elevação do Jardim da Serra a freguesia e também ao facto, destes mesmos símbolos já figurarem nos emblemas das instituições socioculturais da localidade que, entretanto, foram sendo criadas.

A proposta de ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia obtém parecer favorável da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 17 de Agosto de 2004 e é alvo de aprovação em sessão da Assembleia de Freguesia de 7 de Dezembro do mesmo ano. No dia 9 de Dezembro de 2004, a Junta de Freguesia do Jardim da Serra, torna pública, em edital, esta ordenação heráldica. A 23 de Dezembro de 2005 o mesmo assunto vem a ser publicado no número 245, III série do Diário de República, que descreve a ordenação heráldica da seguinte forma:

Brasão

Escudo de prata, com uma cerejeira arrancada, de verde, frutada de vermelho; acantonadas em chefe, duas flores de cerejeira de ouro, perfiladas e realçadas de vermelho. Coroa mural de prata de três torres. Listei branco, com a legenda a negro; «JARDIM DA SERRA»;

Bandeira

Verde. Cordão e borlas de prata e verde. Haste e lança de ouro;

Selo

Nos termos da lei, com a legenda: «JUNTA DE FREGUESIA DO JARDIM DA SERRA — CÂMARA DE LOBOS».

Restaurante Riba-Mar

Cristina Costa e Silva

Largo da República, hoje Largo da Autonomia, nos anos 60 do século XX. Em primeiro plano o coreto e em segundo plano à esquerda o restaurante Riba-Mar, tendo estacionado na sua frente um autocarro de uma companhia de automóveis de turismo madeirense.

Entre todos os restaurantes de Câmara de Lobos, o Riba-Mar ocupa um lugar de destaque, não só pelos anos que funcionou, mas por toda a história de décadas que ajudaram a projectar o nome da então vila de pescadores.

Este restaurante esteve de portas abertas até Março de 2004 no Largo da República, tendo sido desactivado aquando das obras de recuperação deste local emblemático, hoje denominado de Largo da Autonomia.

Fundado por Manuel Nunes de Oliveira, que em Março de 1843 já servia aos pescadores o que acabaria por ficar famoso como o "Café da Madrugada", o restaurante aparecia por força da procura pelas iguarias confeccionadas pelo fundador, tendo sido pedida autorização à Câmara para executar umas obras de ampliação no edifício.

Durante aqueles primeiros anos de funcionamento, o Café da Madrugada era o ponto de encontro dos homens que vinham do mar, tomando, ali, café de cevada de saco e, muitas vezes, principalmente os espadeiros e os ruameiros, a tradicional "poncha".

Foi aí que, durante muitos anos, se juntaram alguns homens para tocar, à luz do petromax,

num conjunto "liderado" por Nunes de Oliveira, no acordeão, mas que contava também com Tiago, o "Bacalhau", como trompetista e o Ruda, do Serrado da Adega, ao saxofone. Esses eram os residentes, mas muitas vezes eram acompanhados por um violinista e um quinto elemento a quem chamavam "caixinha". A própria origem do grupo era o mais simples possível, dado que começou com o proprietário a tocar acordeão para animar a clientela, sem nunca ter tido uma única aula de música.

Os animadores chegaram a actuar na Ponta do Sol, para onde se deslocaram a bordo do Milano, tal era a boa execução musical que tinham. Era frequente serem ouvidos, também, nos denominados "assaltos" em casa de amigos ou conhecidos, onde tocavam durante toda a noite.

Normalmente, o arranque dessas noites era dado com a confecção, na cozinha lá de casa, de uma ou duas espadas, que eram guardadas num recipiente. Quando apareciam os outros executantes, saiam em direcção ao Pico da Torre e ali tocavam durante horas, antes de decidir para onde ir ou simplesmente para permanecer, pois costumavam aparecer várias pessoas das redondezas, como que "convidadas" pela música.

Ficaram conhecidos como os "Micaravana" e a sua fama ultrapassou as fronteiras ténues das ruas onde passavam pescadores de ruama e de espada.

Eram frequentes mesmo as visitas dos pilotos do hidroavião "Áquila", que amaravam no Funchal e iam a Câmara de Lobos, acompanhados do cidadão britânico Mr. Garton, antigo proprietário do Hotel Miramar e dali saiam apenas para o regresso ao transporte que os levaria de volta com passageiros que, não raras vezes, correram riscos.

Durante os primeiros anos de funcionamento, Manuel Nunes de Oliveira adquiriu, por força da animação que proporcionava e das horas de funcionamento, alguns inimigos entre os vizinhos mais próximos, tendo mesmo chegado a deixar para trás os projectos e emigrado para a Venezuela, onde esteve durante cerca de um ano, entre 1947 e 1948.

Visionário e provavelmente depois de ter contactado com a realidade de um país diferente, voltou com a certeza de que com um cartaz que chamasse mais clientes, a casa, que também servia de residência da sua família, noutras dependências, poderia tornar-se um ganha-pão. E foi por isso que, em 1953, alguns anos

após o regresso, solicitou à autarquia a necessária licença para abrir uma casa de pasto, tendo sido ali que, ao longo dos anos, se fez muita da animação turística nocturna de Câmara de Lobos.

O Riba-Mar foi mesmo totalmente decorado com motivos alusivos ao mar, o mais pitoresco possível, com âncoras, feitas com paus e pedras e com redes[1], na percepção empresarial do homem, que continuava, contudo, a fazer a sua contabilidade em papel e caneta.

Foi dado nessa altura, com o aumento da área e a possibilidade de se receberem mais clientes, o arranque para aquilo que conhecemos hoje em dia como a animação nocturna de Câmara de Lobos, em noites que levavam para fora do Funchal muitos senhores da capital, para se deliciarem, principalmente à hora do jantar, com a caldeirada acompanhada de música proporcionada pelo próprio empresário.

A procura era tal que Nunes chegava a levantar-se, durante a noite, para servir bebidas a clientes, que até tinham vindo de dia com as famílias e a altas horas voltavam com outras mulheres. Os filhos, que acabavam, quando estavam acordados, por ver os homens voltarem para "tomar um copo" acompanhados dessas outras mulheres, eram ensinados por Nunes para serem "cegos, surdos e mudos" para todos os clientes que entravam naquela casa.

A animação era, de facto, uma constante, porque os frequentadores procuravam, cada vez mais, não só a deliciosa caldeirada, mas a música tocada por Nunes e que foi sendo paulatinamente cantada pela sua esposa, do segundo casamento, depois de ter ficado viúvo da mãe dos seus filhos.

Toda a gente, conta-se, dançava descalça, porque não existia qualquer tipo de isolamento entre o chão do primeiro andar e o tecto do rés-do-chão, que funcionava com jantares cada vez até mais tarde. A procura era tal que um casal de dinamarqueses, que se tornara amigo de Nunes pela quantidade de vezes que ali acorreu, trazia, à noite, os seus próprios criados, da quinta que tinham na Madeira, para ajudar a servir às mesas nas horas de maior movimento.

Ao que parece, foi ali que foi dado o início ao famoso "ponha aqui o seu pezinho" na Madeira, que marcava a apoteose da noite em termos de animação.

Um dia, fruto de um mal entendido, a senhora dinamarquesa abandonou o restaurante e levou consigo os criados, causando um gran-

de revés ao proprietário, que deixou, de repente, de ter uma ajuda preciosa que lhe permitisse fazer o que mais gostava, animar os clientes, numa altura em que o negócio prosperava a olhos vistos.

Aproveitando a indefinição em relação ao futuro, um dos sócios do Hotel Savoy ficou, em 1961, com o restaurante Riba-Mar, até porque um dos filhos de Nunes de Oliveira tinha emigrado para o Brasil e os outros eram ainda novos demais para "pegar" no negócio.

A empresa que acabou por se tornar proprietária, José Dias do Nascimento Herdeiros Lda., pediu então licença para manter o local em funcionamento até às 4 horas da madrugada, o que foi prontamente autorizado.

A nova sociedade foi de tal forma frutífera que durante a sua existência foram para ali encaminhados, por semana, três autocarros com turistas do Savoy, em excursões, para jantar e assistir à animação musical. Consta que foi naquele espaço câmara-lobense eu se dançou, pela primeira vez, o "bailinho da Madeira" em restaurantes, para animar os turistas, tendo o elemento masculino, á cabeça, o tradicional chapéu de palha que os pescadores levavam para o mar quando iam à ruama.

Durante a permanência da família Dias no Riba-Mar apareceu no Savoy um jovem negro, funcionário de uma estação de serviço, que pediu para fazer uma espécie de teste de voz, achando que tinha jeito para cantar. Disse que cantava um bocadinho de tudo, até fado. Foi prestar provas ao pianista do hotel, na presença de Rui Dias, que depressa reparou que ali estava uma das melhores vozes que ouvira em toda a sua vida. Faltava apenas providenciar um "smoking" e uma camisa com gola farfalhuda.

Tony Cruz, como disse que se chamava, foi cantar para o Riba-Mar, porque o quadro de animadores do hotel estava cheio e depressa apareceu uma formação que ficou conhecida por "Trio Riba-Mar".

Cruz actuava todas as noites no Riba Mar, tendo levado muita gente à então vila de Câmara de Lobos para apreciar o cantor e o seu repertório, perfeitamente apropriado aos públicos para quem actuava e que conhecia cada vez melhor. Nessa altura, num dos lados da sala funcionava a sala de refeições, enquanto no outro havia apenas lugar a serviço de bebidas, permitindo a quem quisesse apenas beber um copo e apreciar a música, poder fazê-lo sem ter de despender dinheiro na refeição.

No local era reservado o direito de admissão, até porque ali era frequente encontrar-se os senhores ricos do Funchal. Com esta "barreira" a funcionar tanto na hora de jantar, como depois, quando começava a animação musical. O Riba-Mar era, no entanto, uma aposta que significava muito pouco na estrutura do grupo empresarial, razão pela qual acabaram, poucos anos depois, por deixar o projecto, não sem ter levado a Câmara de Lobos Maria Pia de Sabóia e o Príncipe Alexandre, para conhecer o local afamado.

Outra das razões que levou ao abandono do restaurante foi o facto de que nem tudo foram rosas na relação entre as famílias Dias e Nunes Por um lado, os primeiros proprietários queriam manter a "fórmula" inicial e, por outro, quando os hoteleiros ficaram com o negócio, causaram uma ruptura com todo o passado e os problemas entre ambas as famílias começaram. Poucos anos depois, havia inclusivamente processos em tribunal e a casa chegou a estar fechada durante mais de um ano.

O desfecho desse processo foi o abandono, por parte da família Dias, do local, que acabaria por voltar para as mãos dos Nunes, mas já para as do seu filho, que fizera uma proposta para ficar com o estabelecimento de volta. Passou uma procuração, pois estava na altura emigrado em Inglaterra e recebeu a notícia, por telegrama, alguns meses depois, de que o Riba-Mar era seu.

Arrumou as malas e voltou, em Maio de 1969. Durante um mês, limpou e arrumou todo o local, tendo reaberto a casa com uma grande festa, na noite de São Pedro, a maior festa popular que acontece na sede de concelho.

O jovem tocava acordeão, como o pai. Também aprendera de ouvido, durante os anos que viu o progenitor dedilhar as teclas para ganhar a vida.

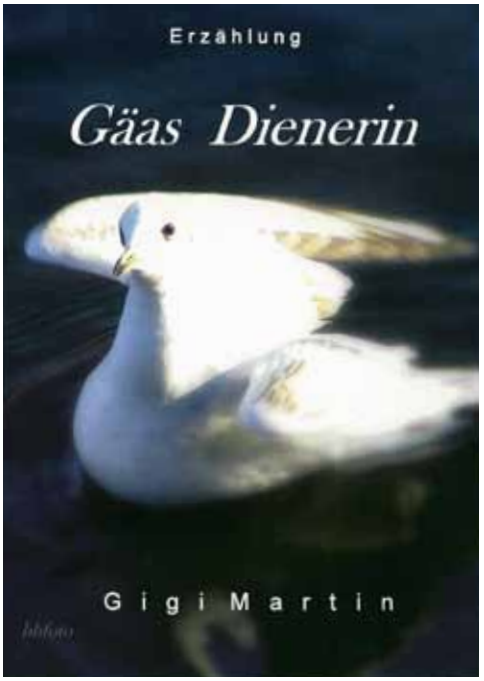
Desde o início dos anos 70, até 2003, fez "a casa", tentando manter o mais fiel possível o espírito que o pai imprimira.

NOTA:

1 De acordo com *Jornal da Madeira*, de 4 de Dezembro de 1952. No sábado seguinte iria ser inaugurado em Câmara de Lobos, no local onde havia sido o Riba-mar um novo restaurante que se apresenta instalado com decoração e mobiliário reproduzindo apetrechos de pesca.

O Difícil Tratamento de uma Pessoa com Alzheimer
Um conto funchalense da autora alemã Gigi Martin

Por Eberhard Axel Wilhelm



Capa do livro *Gäas Dienerin oder Melancholies Schatten*

Em 2010, a escritora alemã Gigi Martin publicou um conto de 32 páginas, intitulado *Gäas Dienerin oder Melancholies Schatten* (A criada de Gäa ou a sombra de Melancolia). Foi editado pela casa editora Books on Demand, localizada na pequena povoação germânica de Norderstedt (Martin 2010), que imprime um exemplar de propósito, quando lhe é solicitado um.

A acção do conto desenrola-se do princípio até ao fim no Funchal e as duas protagonistas são mãe e filha. A segunda denominou a primeira de Gäa, aquela que dá à luz, a Terra personificada, a primeira mãe, primitiva e original da mitologia grega, a mãe afastada, oculta no passado, no seu próprio mundo. A filha por sua vez recebeu da sua progenitora o nome de Melancholie, Melancolia. Tal a explicação da autora dada num prefácio.

O conteúdo do opúsculo é relativamente simples:

Tendo chegado à Madeira de avião, provenientes de Munique, ao que parece no dia 4 de Abril, Gäa e Melancholie vão de táxi para o Hotel Florasol (Funchal, Avenida Monumental, n.º 306). Este hotel situa-se na zona hoteleira da parte ocidental da capital madeirense e fica a 200 ou 300 metros do Lido e do Oceano Atlântico e a dois ou dois quilómetros e meio do centro histórico da cidade.

Assim, começam as férias das duas mulheres que foram, de facto, as últimas tiradas em conjunto e as únicas que Gigi Martin passou, de acordo com a sua memória, em Maio de 1994, na ilha. A mãe faleceu em 1997. Anteriormente, também passaram férias em Lisboa e, a seguir, no Algarve (Martin 2011).

Aqui, se inicia um diálogo, muitas vezes cansativo, entre a mãe, vítima de Alzheimer, há mais de dez anos residente num lar e dependente de uma cadeira de rodas, e a filha que durante todas as suas férias toma conta de sua mãe de forma incondicional e admirável. O ponto forte deste texto reside precisamente na descrição do relacionamento entre mãe e filha com as suas conversas desgastantes.

As duas alemãs instalam-se num apartamento do 10.º andar, composto de sala de estar, quarto, cozinha, casa de banho e varanda. Melancholie rodeia Gäa, no seu cantinho, com os seus bonecos de peluche – um macaco gigantesco de nome Zippel, um cão com chapéu chamado Wastl e um gato de cachecol.

A velhota não se contenta com um copo de água que a filha lhe traz. Pretende água mine-

ral, que Melancholie tem de comprar, primeiro, no próximo supermercado, e não quer ficar só, enquanto a filha vai às compras, mas tem de aceitar, por razões práticas, a saída desta. Para o efeito, a filha sai, então, sozinha do hotel.

Gigi Martin explica curiosamente que do outro lado da rua fica o mar; que atrás do muro da mesma começa o «Levada Walk», uma promenade; que dali se podem ver jardins flutuantes («schwimmende Gärten», p. 8) e que «isso» constitui o sistema milenar de rega da Madeira para bananais.

Em frente ao hotel, um pouco mais abaixo, em direcção ao Oceano, encontra-se realmente o Passeio Público do Lido – Clube Naval. A levada mais próxima, a dos Piornais, passa bem mais acima, na encosta. É uma das mais antigas da ilha, mas não tem mil anos. Acontece que os portugueses apenas redescobriram o arquipélago entre 1418 e 1420, após o que principiaram a construção dos tais canais.

Embora a Madeira no seu conjunto seja chamada, por vezes, o jardim flutuante do Atlântico, não se consegue olhar, do referido passeio público, para os jardins flutuantes. Será que se quis referir aos «jardins suspensos», entretanto criados nessa zona?

Quando Melancholie regressa ao apartamento, a mãe, que normalmente não sabe como se entreter, rejeita a água mineral e pede vinho tinto. Sentadas na varanda, falam das férias do ano anterior, na ilha grega de Míconos, e Gäa quer saber se esse lugar também fica em Portugal.

Apesar dos 25 graus (positivos) e de estar vestida com roupa interior de lã e calças de malha, a mãe tem frio e dói-lhe a mão que partiu em tempos. A filha traz-lhe um casaco e uma manta de lã. Entram na sala, sentam-se à mesa e Melancholie serve uma pizza, mas a mãe acha-a demasiado grande, pouco quente e com o bordo duro demais para o mastigar. A seguir, não sabe onde pôs o lenço de assoar.

Queixa-se de a filha a ter posto num lar, mas esta responde-lhe que ela escondia sandes de queijo debaixo da cama em vez de as comer, enfiava ovos cozidos para dentro do sofá apesar de não ser Páscoa, deixava o chouriço no frigorífico até ficar com bichos e aquecia dentro da embalagem de Styropor as refeições fornecidas por uma firma até toda a casa se encher de fumo e cheirar mal.

Na manhã seguinte, Melancholie vai tomar banho na piscina do hotel, brinca com o papagaio do Restaurante Tropical (igualmente no número 306 da Estrada Monumental), prepara o pequeno-almoço no apartamento e acorda a mãe que não sabe onde está.

Tem de lhe explicar várias vezes tudo o que tem de fazer depois de se levar – ir à casa de banho, tirar a dentadura e pô-la no recipiente com o produto de limpeza, escovar os dentes, lavar-se de trás, arranjar o cabelo e vestir-se.

Dirigem-se, então, para o terraço do hotel, onde Gäa, de camisola e calças compridas, se deita, com trinta graus, debaixo de um guarda-sol, como se tivessem aterrado no Alasca. Não quer nadar, não consegue deitar-se e não se quer sentar na espreguiçadeira, porque a acha muito dura. Gostava de estender-se à sombra, uma vez que debaixo do guarda-sol está demasiado calor, quer tomar café, apesar de ter tensão alta, e acaba por aceitar que Melancholie lhe vá buscar uma garrafinha de água mineral.

Depois de ter tomado a água, quer ir para outro sítio, tem frio e precisa de ir à casa de banho. A filha leva-a e enquanto espera, olha para o mar e sonha com a sua juventude passada em Hamburgo. Aos doze anos, ia, duas vezes por semana, à natação, num clube da cidade. Sonha também com o passado mais tarde, quando estão na varanda do apartamento a tomar vinho da Madeira seco, a mordiscar aperitivos com sabor a queijo e a dar de comer a pombos.

Enquanto prepara na cozinha o jantar – «Omelett Fromage» com salada mista e pão – mergulha novamente no passado. O pai, falecido há vinte anos, era arquitecto independente. Tinha o seu atelier em casa, onde desenhava à secretária ou ficava deitado no divã a ler.

Gäa acha a omelete de queijo pouco e quando a filha lhe serve mais uma, mas desta vez, como desejado, com marmelada de laranja, diz indignada não querer tanto. Come, no entanto, tudo, mas a comida dá-lhe a volta à barriga e suja-se toda, pelo que Melancholie tem de lhe explicar duas vezes que deve lavar-se bem, na casa de banho. Acaba por limpar a mãe, dado que esta, desamparada, não o sabe fazer.

Na manhã seguinte, Gäa está algo perturbada. Acha que é uma aluna e pergunta se vão fechar a escola. Não sabe nem quantos anos tem nem quando nasceu (no dia 10 de Outubro do ano anterior fez 85 anos) nem em que ano estão

(diz 1935, ano em que nasceram Melancholie e igualmente Gigi Martin).

Afirma também que faz anos e quer saber se a filha convidou todos os parentes e amigos (já falecidos). Não reconhece a filha, acha que é a sua enfermeira e trata-a com cerimónia. Demora algum tempo até voltar a si. Pergunta constantemente se a filha lhe leva qualquer coisa a mal.

Depois de ter lavado a mãe, a filha deixa-a na banheira, enquanto prepara o pequeno-almoço, mas pouco depois, Gäa grita que quer sair dali e que está a ficar sem água. Melancholie ajuda-a a sair da banheira, seca-lhe o cabelo com um secador e põe-lhe óleo no corpo.

Durante a refeição, recomeça o habitual diálogo exasperante: A velhota diz que não tem fome; não quer chá de camomila, mas «Earl Grey». Toma um golinho, mas acha-o quente demais e diz que queimou a língua.

A torrada parece-lhe fria. Não quer a manteiga. Diz que está muito dura para pôr no pão. Põe mel no pão, mas levanta-se imediatamente, alegando que tem de ir à casa de banho para lavar as mãos pegajosas. Melancholie quase perde a paciência.

Quando, depois do pequeno-almoço, pede à mãe para vestir o casaco de lã, esta sorri, pela primeira vez, e pergunta o que vão fazer. Vão dar um passeio à zona velha da cidade, mas custa muito empurrar a cadeira de rodas.

A ilha não tem condições para deficientes. Os passeios públicos não têm rampas e os caminhos são muito íngremes. Após os primeiros metros, doem-lhe os músculos dos braços e das pernas e o suor escorre-lhe pela face.

À sua esquerda, Melancholie repara na fila de arranha-céus, blocos feios de cimento, hotéis e edifícios de apartamentos, apenas suportáveis, quando estão rodeados de matagal, verdura e flores. Do lado direito, há moradias baixas, semi escondidas em quintas, algumas abandonadas, em ruínas, e irão certamente ceder espaço a mais blocos de betão. Em seu entender, as casinhas têm janelas e portas de estilo manuelino, mas nunca existiram nem existem nessa zona perto do mar.

Empurrando, com esforço, a cadeira de rodas, constata que nunca mais quer visitar esta ilha. No centro do Funchal, repara em cartazes afixados nas paredes das casas com propaganda sobre o Monte e as célebres descidas em carros de cesto até ao Livramento. Gigi Martin e a mãe não devem ter descido encosta abaixo, uma vez que a escritora afirma que tais veículos deslizam em cima de uma «pista de areia».

Após um passeio penoso de uma hora, alcançam «as praças» (curiosamente a autora usa o plural). Melancholie deixa a mãe na cadeira de rodas perto de uma coluna, passa pela multidão e pelas bancas com fruta, legumes e flores exóticos de todas as cores, faz algumas compras e sobe ao primeiro andar, onde erradamente diz que se vendem peixe e carne, adquirindo uma galinha e presunto de Parma.

A seguir, a filha empurra a cadeira com a velhota e as compras pela estrada marginal. Erroneamente indica o caminho para lá como muito íngreme, pelo que tem de segurar o veículo com toda a força. Com os joelhos a tremer, Melancholie atinge o destino previsto. Gäa nem se deu conta do perigo. Num restaurante com barquinhos ligados por pranchas, tomam um gelado e a filha um gin para acalmar os nervos.

Olhando para a mãe, recorda, então, o pai, um homem muito meigo da Renânia, que gostava de cantar, se bem que totalmente desafinado, e que se orgulhava muito da filha. Melancholie diz lembrar-se, o que é improvável, dos serões com o pai, quando ela era bebé. Ao despedirem-se, os amigos curvavam-se por cima do berço e ela sentia o bafo quente do álcool.

As duas mulheres regressam de táxi para o hotel, onde a filha serve à mãe, na varanda do apartamento, um opulento jantar com melão e presunto de Parma, galinha à portuguesa (com piripiri) e torta de amêndoa – uma especialidade da Madeira, como diz.

Após o jantar à luz de vela, Gäa adormece. Os pensamentos de Melancholie voltam a mergulhar no passado. Recorda os pais sempre separadamente e destaca, em especial, duas mulheres, antigas moradoras do rés-do-chão do prédio.

Eram amantes. Todos os inquilinos sabiam e toleravam a situação. A mais velha era directora de um liceu e a amiga era lá professora. Eram extremamente populares entre os alunos e convidavam alguns para casa. Ouviam a BBC que dava jazz. Sem pensar nas consequências, um dos rapazes falou nessas sessões ao seu pai, um nazi, que as denunciou, e foram levadas para a prisão.

Gigi Martin apresenta esse casal de mulhe-

res lésbicas como seres humanos modelares, em geral benquistos e até perseguidos pelo evidentemente repudiado regime nacional-socialista.

Melancholie serve vinho tinto, Gäa acorda e ambas bebem. «Foi mesmo um belo dia», diz a mãe. A filha acende um cigarro para si e outro para a mãe. «Tudo o que cozinhas me sabe bem. Gostei imenso», acrescenta e volta a dormitar um pouco.

Quando acorda, recomeça a agressão. Sem razão, a mãe sente-se novamente mal tratada pela filha, ameaça-a com o punho e diz que também poderia pagar a alguém para tratar dela. A filha faz-lhe ver que tal acompanhamento seria incompatível, porque teria de ser durante o dia inteiro. Fala-lhe em várias pessoas que lá em casa não cumpriram a tarefa satisfatoriamente.

Fora de si, Gäa grita que lamenta ter dado à luz Melancholie, ao que esta responde que nem sabe como consegue sobreviver assim cheia de preocupações e problemas e, ultimamente, com depressões.

Quando responde à mãe que gerar filhos é só um egoísmo, Gäa cala-se, encosta-se na poltrona e respira com força. Melancholie olha para ela e pensa que foi, em tempos, uma mulher bela com olhos de um azul radiante como o céu da Madeira. Pensa que a mãe voltou a adormecer, mas constata que faleceu.

Melancholie deita-se no chão, agarra-se às pernas de Gäa, deita a cabeça no seu colo, começa a gritar, acabando finalmente por chorar desalmadamente. De tanto chorar acaba por adormecer.

Alguns apontamentos sobre o estilo do conto

Na capa do opúsculo, aparece um pombo branco que acabou de poisar na água e está a nadar. Conforme a autora, não tem nenhum significado especial (Martin 2011). Uma interpretação possível é que representa o pombo da paz entre mãe e filha, paz tão aspirada pela mulher mais nova mas nunca alcançada.

Na contracapa, aparece uma pequena fotografia a cores da mãe de Gigi Martin, de costas, sentada numa cadeira de rodas e voltada para uma baía. Foi tirada em Míconos (Martin 2011). Verifica-se de imediato que não se trata da Madeira por ser mais íngreme e por as suas casas não serem tão uniformemente brancas. Os madeirenses que interroguei acharam que poderia ser o Caniçal que, no entanto, não tem uma baía tão arredondada.

Numa recensão do romance *Die bizarre Göttin Scarlet* (*vide infra*), a crítica literária Zilly, da série *Schlagzeilen*, publicada pela editora Charon, de Hamburgo, lamentou com razão que esta obra não tivesse vindo a lume numa editora comum. Notava-se que não tinha sido corrigida por um revisor para suprimir certas falhas, pelo que a mesma não podia ser recomendada incondicionalmente.

No caso da obra *Gäas Dienerin oder Melancholies Schatten*, publicado pela mesma editora, Books on Demand, parece ter acontecido a mesma coisa. Logo o significado da primeira frase do conto, composta por uma oração principal e por uma oração subordinada relativa, não é claro nem em alemão nem na sua tradução portuguesa: «O táxi pára em frente do Hotel Florasol no Funchal na Madeira que deve o seu nome à planta funcho.».

Em alemão, não se nota de imediato como em português a ligação entre «Fenchel» (funcho) e «Funchal». Gramaticalmente, não se sabe se o pronome «que» se relaciona com Hotel Florasol, com Funchal ou com Madeira. Também o resto da introdução do romance não é inteiramente feliz, em estilo neo-expressionista, numa sequência de frases curtas.

Sequências algo repetitivas de designações botânicas em alemão e sobretudo em latim e inglês (p. 11, 17, 20 e 31) tornam-se maçadoras: Chorisia Speciosa, the bird of Paradise, Geranium Maderense, Madeiran Saxifrage, Brunsfelsia Pauciflora, Vanitas, Proteas e Erythrea.

Também ressaltam alguns termos que Gigi Martin escreveu, à inglesa, com duas palavras que deveriam juntar-se numa só, tais como «Madeira Wein» (p. 20) em vez de «Madeirawein», vinho da Madeira; «Orangen Marmelade» (p. 22) em vez de «Orangenmarmelade», doce de laranja; «Wein Destillerien» (p. 31) em vez de Weindestillerien, destilarias de vinho (vinho não se destila); «Parma Schinken» (p. 32) em vez de «Parmaschinken», presunto de Parma; «Waren Depot» (p. 34) em vez de «Warendepot», depósito de mercadoria; e «Preis Skat» (p. 35) em vez de «Preisskat», um jogo de cartas, «Skat», cujo vencedor ganha um prémio, «Preis».

Gigi Martin não é, contudo, a única pessoa que, hoje em dia, escreve «Parma Schinken». Talvez por causa do inglês, cada vez mais dominante no mundo ocidental, há uma tendência no alemão moderno para pôr este e outros termos em duas palavras, o que não corresponde, todavia, à norma padrão alemã.

Além da pontuação, por vezes caótica, há alguns erros nítidos: A conhecida embalagem térmica de plástico não se chama «Steropur» (p. 13), mas «Styropor» e em vez de «Omelett Fromage» (p. 22) convém dizer, à maneira francesa, «Omelette Fromage». Poderá, no entanto, dizer-se, «Käseomelett(e)», omelete de queijo.

Certos leitores sentir-se-ão incomodados pelo uso dos termos «Madeiraner» e «Manuelino Stil» (p. 30) em vez de «Madeirenser», madeirenses, e «manuelinischer Stil», estilo manuelino, embora os primeiros também sejam possíveis.

Gigi Martin pôs, como, aliás, muita gente, «Bananenbäume» (p. 31) em vez de «Bananenstauden», porque bananeiras não são árvores, mas uma espécie de arbustos.

A vida e obra de Gigi Martin

Gigi Martin nasceu a 29 de Setembro de 1935 em Munique. Cresceu em Hamburgo. O seu nome de baptismo não era Gigi, mas não me confiou o original. Deixou-o depois dos vinte anos, quando começou a escrever, e adoptou o nome artístico de Gigi que, aliás, não considera uma abreviatura (Martin 2011).

Os antepassados do seu pai eram holandeses e proprietários de herdades e o seu avô era um huguenote francês. Formou-se, como bailarina, e teve aulas na escola do Teatro de Câmara de Hamburgo com a conhecida actriz, encenadora e directora de teatro austro-alemã Ida Ehre (1900-1989).

Em 1953, começou a representar no «theater '53», um pequeno teatro particular de Hamburgo, especializado na encenação de autores contemporâneos. Desempenhou pequenos papéis em cinema, p. ex. em *Junger Mann, der alles kann* (Um jovem que sabe fazer tudo), de 1957 (um filme com o actor alemão Georg Thomalla [1915-1999], como protagonista), e trabalhou como manequim e modelo. Mais tarde, foi jor-

Gigi Martin

Gigi Martin

nalista em França, onde tinha uma coluna na revista *Revue*. Escreveu textos para agências de publicidade.

Gigi Martin publicou histórias curtas e ensaios sobre temas variados em jornais e escreveu textos mais longos, bem como entrevistas a individualidades proeminentes residentes na Costa Azul em revistas (Martin 2011).

Foi uma das primeiras autoras que, após a Segunda Guerra Mundial, continuaram a tradição do romance de amor lésbico. A sua primeira obra intitulada *Geh vorbei, wenn du kannst …* (Passa se puderes), escrita em 1955 e publicada em 1960, narra o amor de uma rapariga de 17 anos pela sua colega de escola (Martin 1960).

Na introdução diz assim: «Chamo-me Gigi Martin. Tinha dez anos de idade, quando a guerra terminou. Tenho agora 23. Nasci em Munique e vivo em Hamburgo. Os meus avós maternos são de França, mas eu nunca lá fui. Estudei bailado clássico, dancei e representei no teatro. Esta história é verdadeira, tão verdadeira que tive de a anotar.»

O romance prefaciado pelo eminente crítico literário Willy Haas (1891-1973) causou muita sensação e foi reeditado várias vezes. A sua tradução para holandês foi publicada, no ano seguinte, em Assen (*Loop door en kijk niet om*).

Na opinião da sua biógrafa, Doutora Heike Schader, expressa num artigo de 2010, intitulado «Gigi Martin an der Côte d'Azur: Die Hamburger Schriftstellerin und Journalistin und ihr Vertrag mit der *Revue* im Jahr 1961» (Gigi Martin na Costa Azul: A escritora e jornalista de Hamburgo e o seu contrato com a [revista] *Revue*, em 1961»), Gigi Martin é hoje relativamente desconhecida, embora tenha publicado diversos artigos e livros.

Se bem que os seus romances e contos tenham sempre como tema as relações lésbicas, também quase nunca foram objecto de estudo dos críticos literários de obras acerca da homossexualidade. Muitas vezes versa sobre as suas próprias ideias socialmente inadaptadas com respeito à sexualidade e às relações e nota-se constantemente a ligação entre a sua obra literária e a sua vida.

A obra *Geh vorbei, wenn du kannst …* revela traços autobiográficos. A escritora, na altura com 25 anos, era uma lésbica assumida e o seu romance causou grande indignação entre a sociedade burguesa.

Igualmente no romance *Mauern aus Schleiern der Einsamkeit* (Muros feitos de véus de solidão) (Martin 2010), escrito no início dos anos 80, mas só impresso quase vinte anos mais tarde, Gigi Martin recorreu a um tema tabu.

Durante a visita a uma ex-amiga, a protagonista reconhece que ela vive num mundo à parte, no qual a realidade começa a misturar-se com a ficção. Com alguma sensibilidade, a autora descreve como vai mergulhando, pouco a pouco, no mundo «tresloucado» da outra, mantendo-se, no entanto, como mera observadora, não sabendo como ajudar.

Em finais dos anos 80, Gigi Martin publicou *Die Herrin* (A dominadora) (Martin 1988) que teve, em 1991, a sua 3.ª edição. Um modelo lésbico conhece acidentalmente um industrial que anda à procura de uma mulher que o humilhe. A heroína revela-se adequada a essa actividade e improvisa torturas para o empresário de modo cada vez inovador.

Em *Das Paradies hinter unserer Tür* (O paraíso atrás da nossa porta) (Martin 2005), a escritora apresenta a alegre, mas também triste história de animais e dos seus donos que termina como as histórias não deveriam terminar. Refere-se à sua vida levada, durante dez anos, no Wendland, a leste da cidade Lüneburg, um episódio por sua vez triste, porque a sua ideia de uma vida idílica na natureza não se pôde cumprir.

No romance *Und sie fürchteten sich nicht* (E não temiam) (Martin 2007), descreve uma ilha fictícia, chamada Libero, com a capital Baia e uma aldeia de pescadores de nome Saint Juste, cujos habitantes são oprimidos por um general que chegou ao poder através de um golpe de estado.

O alfaiate Herbert Baumgart, em tempos perseguido e preso pelo regime nazi como comunista e homossexual, encontrou aqui uma nova pátria, volta a ser revolucionário e, tal como contra Hitler, luta agora contra o General Fasio. Embora a sua revolta falhe, descobre uma maneira invulgar de resistência e, por fim, a democracia regressa à ilha e o ditador é vítima de si próprio.

A já referida crítica Zilly apresenta na série *Schlagzeilen* um dos últimos romances de Gigi Martin, *Die bizarre Göttin Scarlet* (A bizarra deusa Scarlet) (Martin 2009). Um casal, a americana dominadora Scarlet e o seu marido Patrick, fazem uma viagem pela Europa oferecida pelo

sogro da mulher para terem tempo para si e lhe darem finalmente um neto.

Scarlet não consegue ter relações sexuais normais com o seu «escravo» Patrick. Força-se a aceitá-lo, contra sua vontade, e nota que esse comportamento a desvia cada vez mais para a loucura. Procurando ser obediente, o marido sujeita-se a todos os caprichos da mulher, mesmo quando ela age de maneira irresponsável e perigosa.

Em Amesterdão, descontrola-se totalmente ao encontrar em casa dos seus amigos holandeses um ladrão que caiu e morreu ao tentar arrombar a casa. Fora de si, espanca o falecido.

O seu amor por Patrick transforma-se quase em ódio. Humilha e tortura constantemente o seu «escravo». Há uma cena, em que o marido tem de colocar a mão em cima da placa quente do fogão para provar que deseja realmente ter um filho. Durante um passeio por uma capital europeia, Scarlet ridiculariza-o perante outros turistas, enchendo-lhe a boca de gelado, fazendo com que fique todo lambuzado e amordaçando-o depois com um lenço.

Bibliografia:

Martin, Gigi (1960): *Geh vorbei, wenn du kannst* …, Schmiden bei Stuttgart: Franz Decker Nachfolger; 2.ª ed., 1955 (?); 3.ª ed., 1963.

Martin, Gigi (1960): *Verliebt in Positano*, Hamburg: Antares G. Hermann; Preetz / Holstein: Ernst Gerdes.

Martin, Gigi (1961): *Das Mädchen von nebenan*, Preetz / Holstein: Ernst Gerdes.

Martin, Gigi (1981): «Das Gezeitenkraftwerk von St. Malo», in: Hitzer, Friedrich / Neumann, Oskar / Schuhler, Conrad / Stütz, Hannes (eds.)?: *Kürbiskern: Literatur, Kritik, Klassenkampf*, München: Damnitz, n.º 3 / 1981: Thema: Anders leben.

Martin, Gigi (1983): *Liebe gläsernen Früchten gleich*, Frankfurt / Main: Olympia Press.

Martin, Gigi (1988): *Die Herrin*, Berlin: Brigitte Grabitz Ikoo; 3.ª ed., 1991, Pullenreuth: Brigitte Grabitz Ikoo.

Martin, Gigi (1989 oder 1990): *Rendezvous: Roman (Frauen schreiben Erotik)*, München: Heyne.

Martin, Gigi (1990): «So ein Duft nach Liebe», in: Gehrke, Claudia (ed.): *Geschlechterverhältnis*, Tübingen: Konkursbuch (5 p.).

Martin, Gigi (1991): «Ihr Hunger war anderer Art», in: Gehrke, Claudia (ed.): *Purpurmund und Honiglippen: Erotika von Frauen*, Frankfurt / Main; Berlin: Ullstein.

Martin, Gigi (2003): «Auf dem Weg ins Reich der Schatten», in: Gehrke, Claudia (ed.): *Konkursbuch 40: Alter*, Tübingen: Konkursbuch (9 p.).

Martin, Gigi (2005): *Das Paradies hinter unserer Tür*, Norderstedt: Books on Demand.

Martin, Gigi (2007): *Und sie fürchteten sich nicht: Roman*, Norderstedt: Books on Demand.

Martin, Gigi (2009): *Die bizarre Göttin Scarlet*, Norderstedt: Books on Demand.

Martin, Gigi (2010): *Mauern aus Schleiern der Einsamkeit*, Berlin: Pro Business.

Martin, Gigi (2010): *Gäas Dienerin oder Melancholies Schatten*, Norderstedt: Books on Demand.

Martin, Gigi (2011): Informações sobre si própria, a família e a sua obra em cartas de Hamburgo de 8 de Janeiro e 17 de Fevereiro de 2011.

A Pisa do Trigo e as Mãos da Minha Avó
Coisas de outros tempos, no Jardim da Serra

José Luís Rodrigues
Pároco da paróquia de São Roque, Funchal

Pia de pisar o trigo e respectivo pisão dotado de cabo de madeira

As mãos deslizam debaixo do pisão com mestria e agilidade extraordinária. Neste quadro aparentemente dramático, só o trigo se contorce de dor, esteve de molho desde o dia de anterior, agora colocado na pia de pisar, levará umas pancadas valentes com o pisão, pedra arredondada enfiada na ponta de um pau de madeira (o cabo) onde seguramos para ir a cima e abaixo, e, assim, cai o pisão, ora devagar ora rápido, para que o trigo não salte de dentro da pia para fora ou não fique esmagado. As mãos que trabalham dentro da pia vão ordenando o ritmo. Este trabalho da avó era brilhante e provocava-me o maior dos espantos.

As suas mãos circulando dentro da pia a mexer o trigo de forma ritmada sem medo das pancadas do pisão que cai sobre o trigo, mas que não toca nas mãos.

Este trabalho da pisa do trigo era feito com muita frequência na casa da avó. Um trabalho extraordinário, muito longe dos tempos modernos, que já nos vende nos supermercados o trigo debulhado de forma mecânica. Face a estas facilidades actuais, sempre faz reminiscência aquele trabalho que em pouco tempo nos debulhava em suor e arfava o peito de cansaço para conseguir descascar o trigo. E que sopa maravilhosa vinha dali! As mãos da avó trabalhavam debaixo do pisão a virar e a revirar o trigo para que nenhum manhoso ficasse com a casca ou então, pior ainda, se esmagasse o melhor do trigo no fundo da pia, que era duro e carcomido pelo tempo e pelas pancadas das imensas pisagens que ali já foram feitas.

Este ritual da debulha do trigo era encantador. Normalmente, realizava-se durante as manhãs para ser cozinhado para a hora da ceia - ceia sim - porque nesse tempo jantávamos pão e café pelas quatro horas da tarde. A ceia era tragada pela noite no fim da jornada de trabalho intenso na agricultura, depois da terra revirada pela impiedosa enxada e o gado atestado e aconchegado no palheiro. Esta vida tinha o ritmo do sol e não se dominava com o stress das agendas e com a escravatura dos horários. Tudo tinha um sabor a tempo.

Acabado o momento da pisa do trigo, ficava esse néctar, espalhado a secar ao sol, depois de feita essa secagem as mulheres escolhiam o melhor sítio com a devida direcção do vento para ser joeirado, isto é, as mãos enchiam-se de trigo e eram levantadas ao mais alto possível, as cascas do trigo, eram levadas pela brisa para um canto, o alimento como era mais pesado caía no sítio certo. Já sabíamos qual seria o seu destino.

Técnicas rudimentares, mas cheias de sabedoria, em nome da sobrevivência.

Notas [Musicais] Soltas
Contributo para a história da música a Madeira
Parte IV

Manuel Pedro S. Freitas

CONCELHO DA RIBEIRA BRAVA

A **Banda Municipal da Ribeira Brava** é, hoje, a única banda filarmónica que se mantém em actividade no concelho da Ribeira Brava. Terá sido fundada em finais de 1874, princípios de 1875, com a designação provável de **Filarmónica União Fraternal Ribeirabravense**[1,2]. A propósito da sua fundação, *O Direito*, na sua edição de 3 de Abril de 1875, refere que se havia organizado uma filarmónica na Ribeira Brava, salientando ainda, a mesma notícia, o facto de ela já ter tocado e possuir novos e bons instrumentos. Também, a 7 de Agosto de 1875, o mesmo órgão de informação dá conta que a filarmónica da Ribeira Brava, recentemente organizada, havia tocado na Ponta do Sol.

A inexistência de informações exactas sobre a data da sua origem levou a que, em 1989, a sua direcção tivesse fixado o ano de 1889, na altura, a mais antiga referência conhecida relativamente à sua existência, como sendo o da sua fundação e passado a comemorar o respectivo aniversário no dia 6 de Maio, o mesmo que o da criação do concelho da Ribeira Brava.

Apesar de todos os dados disponíveis apon-

Banda Municipal da Ribeira Brava, 2008

tarem a data da fundação desta filarmónica como sendo 1874 ou 1875, é provável que só mais tarde, em 1877, ela tenha vindo a ser reconhecida como entidade jurídica. Com efeito, é de admitir que a escritura de sociedade constituída no dia 28 de Junho de 1877, perante o notário da Ponta do Sol, Júlio Augusto Pereira, tendo por objectivo a formação de uma banda de música instrumental e tendo por sócios fundadores Francisco João Barreto, José Nunes Correia de Macedo e outros da freguesia da Ribeira Brava possa corresponder à hoje denominada Banda Municipal da Ribeira Brava. Infelizmente o conteúdo da respectiva escritura limita-se a referenciar a criação de uma banda de música instrumental na freguesia da Ribeira Brava, destacando alguns artigos que, na altura, foram sujeitos a alterações mas sem se referir especificamente à sua denominação. Muito provavelmente esta e outras informações estariam contidas nos estatutos, no momento, apresentados e codificados com treze folhas e trinta e dois artigos que faziam parte do Instrumento de constituição da sociedade, mas cujo paradeiro desconhecemos.

Nesta escritura surgem como sócios fundadores: Francisco João Barreto, casado; José Menezes Correia de Macedo, solteiro e Luís Figueira, solteiro, todos naturais do lugar da Ribeira Brava; Manuel Nunes Júnior, solteiro, natural do sítio da Praia, freguesia da Tabua; Constantino de Abreu de Faria, casado; João Augusto Bettencourt, solteiro; Manuel Mendes Júnior, solteiro, menor, autorizado por seu pai Manuel Mendes; João Câncio de Nóbrega, solteiro, menor, autorizado por seu pai Manuel de Abreu de Nóbrega, todos do sítio do lugar; António Correia, solteiro, do sítio dos Moinhos; Francisco António Pereira, casado, do sítio do Vale; António de Abreu de Faria, solteiro, do sítio da Banda de Além, todos da freguesia da Ribeira Brava e bem assim, na qualidade de aprendizes João dos Santos Teixeira, solteiro, menor, autorizado por seu pai José Teixeira, do lugar; João Augusto de Abreu, solteiro, menor, autorizado por seu pai Augusto de Abreu Pestana, do sítio dos Moinhos; Sebastião Barreto, casado, do sítio do Muro; António Pestana de Castro, casado, do sítio da Amoreira; Manuel António de Macedo, solteiro, menor, autorizado por seu pai, João José de Macedo, da Cruz da Banda de Além; […] da Câmara, solteiro, menor exposto, criado

Photographia-Museu Vicentes

Banda Municipal da Ribeira Brava, anos 70 do século XX

Photographia-Museu Vicentes

Banda Municipal da Ribeira Brava

por João José de Macedo da Cruz, da Banda de Além e, por este, autorizado. Assinaram a escritura de constituição desta sociedade, como testemunhas: Nuno de Freitas Pestana, solteiro e proprietário e Pedro Joaquim Pestana, solteiro, ambos moradores na vila da Ribeira Brava.

Assinaram como outorgantes: Francisco João Barreto; José Nunes Correia de Macedo; Luís Teixeira; Manuel Nunes Júnior e Sebastião Barreto Júnior. O Reverendo Francisco Manuel de Sousa, vigário da freguesia da Ribeira Brava, que João Adriano Ribeiro refere ter sido o impulsionador da criação da banda[3], assinou a rogo dos demais sócios e aprendizes bem como dos demais pais que não sabiam escrever[4].

A passagem da Filarmónica União Fraternal Ribeirabravense a **Banda Municipal da Ribeira Brava** aconteceu por deliberação camarária de 1 de Julho de 1933 que tornaria em definitiva uma outra, de 24 de Junho do mesmo ano, de carácter provisório e condicionada à assinatura de um acordo entre a Câmara Municipal e a Banda[5]. Como contrapartida pelo novo estatuto, a Banda Municipal da Ribeira Brava comprometia-se a dar concertos públicos nos dias 2 de Abril — dia correspondente ao aniversário natalício do Visconde da Ribeira Brava e deliberado pela Câmara da Ribeira Brava como feriado Municipal[6], 14 de Agosto, 5 de Outubro e 1º de Dezembro. Relativamente ao feriado municipal, este, a partir de Junho de 1939, passaria a ser comemorado, anualmente, a 29 de Junho, dia da festa em honra de São Pedro, motivo porque também a actuação da banda, prevista para este evento, sofreria a correspondente alteração[7].

A propósito da fundação da Banda Municipal da Ribeira Brava, a *Voz da Madeira*, na sua edição de 10 de Agosto de 1957, refere que, a *29 de Julho de 1916 apareceu na vila da Ribeira Brava um grupo de músicos de instrumentos de fôlego, o qual havia de tornar-se mais tarde na actual Banda Municipal.*

Foi acolhida com gerais manifestações de simpatia tanto mais que desde há muito se aspirava por ter um agrupamento daquele género atentas as dificuldades de transporte para as bandas congéneres do Funchal que habitualmente em dias de arraiais se subdivide por diversas freguesias da ilha.

João Joaquim de Faria

João Joaquim de Faria era natural da freguesia da Ponta de Sol, onde nasceu no dia 29 de Março de 1901 e onde faleceu no dia 21 de Outubro de 1985. Era filho de Manuel Joaquim Faria e de Maria Isabel Gonçalves. Casou, na Ponta de Sol, no dia 17 de Setembro de 1937 com Maria Conceição da Silva, de quem houve geração. Carpinteiro de profissão, desde muito cedo terá tido contacto com a música, muito provavelmemente com a Filarmónica Principe de Oldemburgo, constando que aos 16 anos já teria responsabilidades de regência. Com essas funções viria a estar tanto na Banda Municipal da Ponta de Sol como na Banda Municipal da Ribeira Brava. A emigração, na procura de melhores condições de vida, também o levaria a abandonar, por duas ou três vezes, a Madeira, primeiro para o Brasil e, depois para a Venezuela.

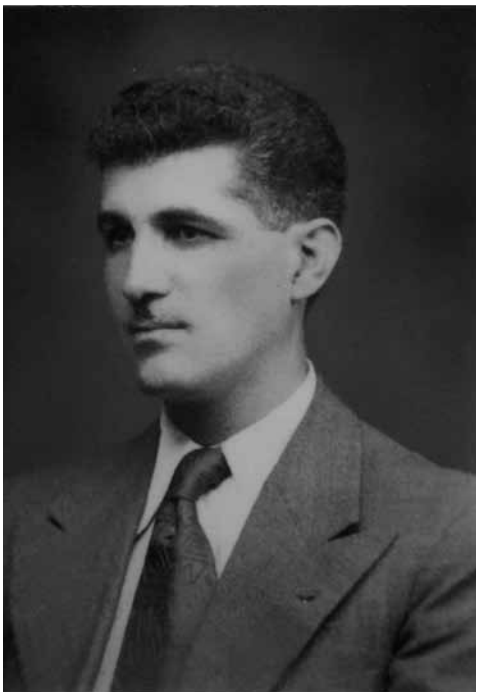
Manuel Vieira

Manuel Vieira era natural da freguesia de Machico, onde nasceu no dia 28 de Março de 1901, tendo falecido no Arco de São Jorge, no dia 10 de Novembro de 1983. Era filho de João Vieira Júnior e de Maria Madalena. Foi casado por duas vezes, a última das quais, aos 76 anos, em São Pedro, Funchal, no dia 15 de Outubro de 1977, com Maria da Conceição Farinha. Foi regente da Banda Municipal da Ponta do Sol (1935), mudando-se depois para a Banda Municipal da Ribeira Brava, onde ocuparia idênticas funções e donde saiu em 1938, para ir dirigir a Banda Municipal de Santana. Em Santana terá exercido as funções de regente durante cerca de 9 anos, ou seja, até 1947, altura em que é substituído por António Francisco Marques, chefe da Banda Militar da Madeira, permanecendo, contudo, na banda, na qualidade de sub-regente e com a responsabilidade de dirigir a banda nos arraiais. Em 1952, transfere-se para a Banda de Nossa Senhora de Fátima do Arco de São Jorge, onde sucede a Silvano Abreu Cardoso, na regência e onde haveria de permanecer nessas funções até 1977, para voltar no ano seguinte, onde se mantém até 1980.

O novo agrupamento deveu-se à persistência de Manuel Ascensão, António Teixeira e outros que foram incansáveis no alistamento de músicos, aquisição de instrumentos e fardas.

Dos regentes destaque para Manuel Martiniano Rodrigues e Manuel Olímpio da Silva que era regente em 1957 altura em que a banda tinha 20 executantes e três aprendizes.

Tendo em conta o conhecimento disponível, não podemos aceitar, sem reserva, os dados veiculados por esta notícia publicada na *Voz da Madeira*. Contudo, também não os podemos ignorar e daí considerarmos importante a sua transcrição. É um texto que faz parte de um conjunto de pequenas monografias publicadas na imprensa, sobre as filarmónicas madeirenses



Manuel Olímpio da Silva

Manuel Olímpio da Silva era natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Aparecida, de Santos, Brasil, onde nasceu em 1896, tendo falecido na Ribeira Brava, onde residia, no dia 10 de Novembro de 1963, aos 67 anos de idade. Era filho de António Gomes da Silva, natural da freguesia da Tabúa e de Georgina Fernandes da Silva, natural da Ribeira Brava. Casou, na Ribeira Brava, a 14 de Novembro de 1928, numa altura em que tinha a profissão de Contínuo da Câmara Municipal da Ribeira Brava, com Conceição Celeste Marques Macedo de Sousa e Silva, de quem houve Hamilton Leonildo Silva. Foi músico e regente da Filarmónica do Campanário, fundador e regente de uma denominada Tuna Ribeirabravense, surgida em 1925 e, entre 1938 e 1961, regente da Banda Municipal da Ribeira Brava. Foi funcionário da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

Photographia-Museu Vicentes

Abílio Hernâni Augusto Pinto Ribeiro

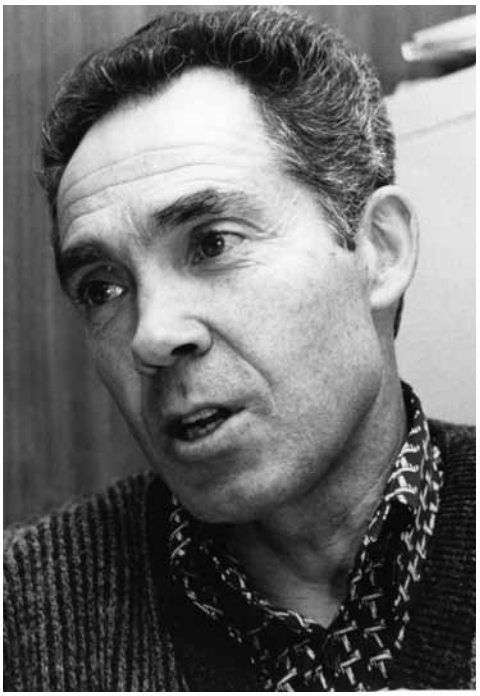
Abílio Hernâni Augusto Pinto Ribeiro, era natural do Continente. Foi 1º sargento músico e subchefe da Banda Militar, chefe dos Guerrilha e ainda, na década de 60 do século XX, também regente da Banda Municipal da Ribeira Brava.

Luís Velez Pina

Luís Velez Pina era natural da freguesia de Ervedal, concelho de Aviz, onde nasceu a 8 de Setembro de 1914, tendo falecido, no Funchal, no dia 30 de Abril de 1994, sem descendentes. Era filho de Joaquim Pina e de Maria Velez. Casou, em primeiras núpcias, no Funchal, no dia 18 de Junho de 1942, com Efigénia de Jesus Gonçalves; em segundas núpcias, no dia 29 de Março de 1966, com Maria de Jesus Gonçalves e, em terceiras núpcias, no dia 20 de Maio de 1978, com Maria Celidónia Eunata Teixeira Pina. Em 1951, numa altura em que tinha a patente de Furriel, assumiria a regência da Banda Municipal de Santana, onde permaneceu até finais de Abril de 1959. Terá estado também, durante algum tempo, na direcção artística da Filarmónica Recreio Calhetense e, entre 1961 e 1963, foi regente da Banda Municipal da Ribeira Brava.

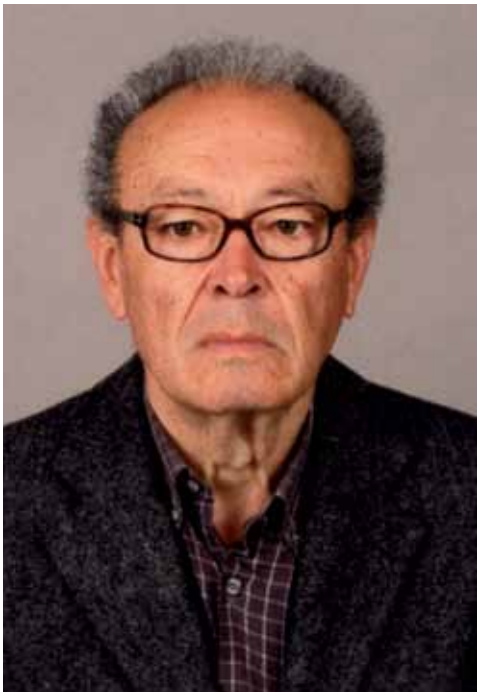
que, eventualmente, pode ser utilizado como referência para elaboração de trabalhos mais profundos sobre esta temática e que, por esse facto, interessa deixar registado o alerta para as suas eventuais imprecisões.

Relativamente aos seus directores artísticos, as dificuldades inerentes ao seu conhecimento ombreiam com a história da própria banda, ou seja, pouco se sabe. De qualquer forma é possível individualizar um tal Coimbra[8] que provavelmente terá sido o primeiro regente e a quem terá sucedido um ex-músico de caçadores 12, de



Tito Abílio da Silva

Tito Abílio da Silva era natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu no dia 12 de Setembro de 1937 e onde faleceu a 10 de Dezembro de 2008. Era filho de João [Quirino] da Silva e de Maria Matilde da Silva. Foi casado com Lúcia Gomes de Freitas Silva, de quem houve descendência.
Iniciou a sua formação musical aos 14 anos, na Banda Recreio Camponês, com o mestre Ornelas, tendo, aos 15 anos, saído a tocar cornetim, na festa do Espírito Santo, na Camacha. Em Abril de 1958 assentou praça no exército, passando a integrar, em Setembro do mesmo ano a Banda Militar, onde permaneceu, até a sua reforma e onde atingiu a patende de Major.
Foi regente da Banda Filarmónica do Faial e da Banda Municipal da Ribeira Brava. Durante vários anos foi presidente da Direcção da Banda Recreio Camponês.



Manuel João Pereira Esteves

Manuel João Pereira Esteves é natural da freguesia do Faial, onde nasceu no dia 23 de Maio de 1943. É filho de Manuel Pereira Esteves e de Ângela Martins de Gouveia. Teve o seu primeiro contacto com a actividade musical aos 14 anos, quando entrou, como aprendiz, na Filarmónica do Faial, onde saiu a tocar no ano seguinte. Assentou praça aos 18 anos, como voluntário, ingressando na Banda Militar. A par da carreira militar, onde atingiria a patente de 1º Sargento, frequentou o Conservatório de Música da Madeira, onde concluí o curso de Clarinete, ingressando, depois no seu quadro docente. Por volta de 1968 é convidado para a direcção artística da Filarmónica do Faial, onde permanece até 1970, altura em que é mobilizado para o Ultramar. Em 1976, assume a direcção artística da Banda Municipal da Ribeira Brava, cargo que abandona em 1979, altura em que assume responsabilidades docentes no Conservatório de Música da Madeira.

nome Bello que, em 1876 era seu regente[9]. Em 1904, encontramos José Feliciano Cruz[10] que, em 1909, ainda se mantinha à frente dos seus destinos artísticos, mas já não em 1911, altura em que surge na regência da Banda da Ponta do Sol.

Entre 1909 e 1920 não dispomos de informação que nos permita fazer qualquer abordagem sobre os regentes. Tendo em conta os dados disponibilizados, em 1957, pela *Voz da Madeira*, é possível admitir que Manuel Martiniano Rodrigues, possa ter sido um deles. Em Agosto de 1921, o regente era João Joaquim Faria[11], natural da Ponta do Sol[12-15] que se iria manter nessas funções até, pelo menos, 1933[16].

A João Joaquim Faria, seguir-se-ia Manuel Vieira[17] que, em 1938, se terá mudado para a Banda Municipal de Santana. A revezá-lo surgiria Manuel Olímpio da Silva[18], que esteve à frente da direcção artística da Banda Municipal da Ribeira Brava durante cerca de 20 anos, ou seja, até 1961, altura em que é substituído por Luís Velez Pina (1961-1963)[19]. Depois de Luís Velez

Virgílio Vieira Marques dos Ramos

Virgílio Vieira Marques dos Ramos, era natural do Monte, Funchal, onde nasceu a 25 de Janeiro de 1941, tendo falecido, a 14 de Dezembro de 2006. Era filho de João Marques Ramos e de Maria Vieira dos Ramos. Casou, em primeiras núpcias, a 2 de Julho de 1962, com Rita Maria de Jesus Ramos, de que posteriormente se divorciou e, em segundas núpcias, a 8 de Dezembro de 1990, com Maria Isabel Cabral do Couto.
Iniciou a sua formação musical na Banda Distrital do Funchal, ingressando, a 7 de Setembro de 1959, como voluntário, no exército. Foi executante de clarinete na Banda Militar, tendo ascendido aos postos de Sargento músico, Sargento-ajudante, a 10 de Agosto de 1983, a Alferes, a 10 de Agosto de 1984, a Tenente, a 10 de Agosto de 1987, a Capitão e, a 1 de Outubro de 1995, a Major Chefe de Banda de Música.
Chefiou as Bandas Militares da Zona Militar dos Açores, Madeira, dos Regimento de Infantaria de Queluz, Carregueira e ainda a Banda do Exército. Foi ainda professor de história da Música nos cursos para formação de Sargentos.
Foi o regente fundador da Banda da Casa do Povo do Porto Santo e, regente da Banda Municipal de Câmara de Lobos.

José Nascimento Gomes da Silva

José Nascimento Gomes da Silva é natural da freguesia de São Martinho, onde nasceu no dia 1 de Março de 1947. É filho de Luís Gomes da Silva e de Filomena Pereira da Silva. Casou no Funchal no dia 21 de Dezembro de 1968 com Maria Ferreira Rodrigues da Silva de quem houve geração. Iniciou o seu contacto com a música aos 12 anos na Banda Distrial do Funchal, onde depois viria a ser seu executante. Esteve durante cerca de 10 anos como executante da Banda Municipal da Ribeira Brava, sete dos quais acumulando com a sua regência. Profissionalmente foi cobrador em empresas comerciais sitiadas no Funchal.

Pina viriam a ter responsabilidades na direcção artística da Banda Municipal da Ribeira Brava: Abílio Hernâni Augusto Pinto Ribeiro (1963-1970)[20]; Tito Abílio da Silva (1972-1976)[21]; Manuel João Pereira Esteves (1976-1979)[22]; Virgílio Vieira Marques dos Ramos[23]; José Nascimento Gomes da Silva[24]; José António Nunes de Faria que iniciando, em 1984, as funções de regente, nelas se manteve até 26 de Fevereiro de 1997, ainda que com duas curtas interrupções[25-27]; Manuel Alexandre Freitas de Sousa[28] que esteve à frente da banda apenas por um período de um ano (1989-1990), ocupando o lugar deixado vago com a primeira saída de José António de Faria, que, em 1990, reassume as suas funções e onde permanece

José António Nunes de Faria

José António Nunes de Faria era natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu no dia 1 de Dezembro de 1954, tendo falecido, na Ribeira Brava, a 20 de Março de 2008. Era filho de Martinho Nunes Gomes Faria e de Beatriz Natividade Martins de Barros.

O seu primeiro contacto com a música adveio da sua participação num coro da paróquia de São Sebastião, dirigido pelo mestre Dominguinhos.

Aos 11 anos, aprende os primeiros rudimentos de solfejo, aprendizagem que se intensifica, aos 14 anos, numa altura em que havia deixado o coro e ingressara na Banda Municipal de Câmara de Lobos, como aprendiz de requinta, onde sai a tocar, pela primeira vez, aos 15 anos.

Em 1973, ingressa no exército, como voluntário, sendo colocado na Banda Militar da Madeira. No ano seguinte, matricula-se no Conservatório de Música, em violino e, dois anos depois, em clarinete, formação que conclui em 1980.

Em 1977, aos 23 anos de idade, de executante passa director artístico da Banda Municipal de Câmara de Lobos, donde sai em 1986. Neste ano, funda, conjuntamente com alguns músicos, a Banda Orquestral de Câmara de Lobos, "Os Infantes". Dirige esta banda até 1991, altura em que assume a direcção artística da Banda Municipal da Ribeira Brava. Em 1998, assume a direcção artística da Banda Municipal do Funchal, onde se mantém até à sua morte.

Para além da direcção musical, José António Gonçalves foi também professor no Conservatório de Música e tem um significativo número de composições e arranjos musicais, onde se destacam várias marchas de aniversário, compostas para as filarmónicas por onde passou. Participou em vários cursos de formação, nomeadamente num curso do INATEL, para regentes de bandas, num curso internacional de clarinete e num curso de compositor de música para bandas.

Manuel Alexandre Freitas de Sousa

Manuel Alexandre Freitas de Sousa é natural da freguesia da Ribeira Brava, onde nasceu no dia 24 de Abril de 1967. É filho de Manuel Pereira de Sousa e de Maria Julieta de Freitas. Iniciou a sua formação musical, aos 13 anos, na Banda Municipal da Ribeira Brava. Em 1986 ingressa, como voluntário, na Banda Militar da Madeira. Frequenta o Conservatório de Música da Madeira durante 5 anos e, entre 1988 e 1991 assume a regência da Banda Municipal da Ribeira Brava.

até 1997, altura em que é substituído pelo seu actual regente Alberto Cláudio de Sousa Barros[29].

Mas, na Ribeira Brava, para além da Filarmónica União Fraternal Ribeirabravense que, na nossa opinião, viria a resultar na actual Banda Municipal, outras filarmónicas fizeram parte da sua história musical.

Em 1904, a Filarmónica União Fraternal Ribeirabravense, devido a conflitos internos terá sido alvo de uma cisão. Na verdade, em meados de Abril desse ano, a imprensa dava conta que se havia fundado, na Ribeira Brava, uma nova filarmónica, da qual faziam parte alguns dos músicos dissidentes da então existente, e tinha por regente Francisco António de Faria[30], seu contra-mestre[31].

Ainda que não existam referências à pri-

Alberto Cláudio de Sousa Barros

Alberto Cláudio de Sousa Barros é natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu, no dia 16 de Setembro de 1954. É filho de Alberto Cláudio Barros e de Maria Fernanda Sousa. Iniciou a sua formação musical na Banda Municipal de Câmara de Lobos, vindo depois a aperfeiçoar os seus conhecimentos musicais com Raul Serrão. Frequentou um curso de regentes amadores de bandas, promovido pelo INATEL. Desde Fevereiro de 1990 está à frente da direcção artística da Banda Municipal de Câmara de Lobos.

meira actuação desta filarmónica, ela já estaria em actividade em Julho de 1904. Com efeito, a propósito da organização de um pequeno grupo musical na freguesia do Campanário, de que era seu ensaiador o distinto músico, Sr. Cruz, destaca-se o facto do Sr. Cruz ser também o regente da *melhor* filarmónica da Ribeira Brava[32], numa referência à Filarmónica União Fraternal Ribeirabravense, o que nos leva a admitir que, nesta altura, existiam, efectivamente, duas filarmónicas na Ribeira Brava, uma correspondente à Filarmónica União Fraternal Ribeirabravense, orientada por José Feliciano Cruz e que seria, no entender do articulista, a melhor, e outra constituída a partir da cisão da primeira, regida pelo seu antigo contra-mestre, Francisco António de Faria.

Este elogio à Filarmónica União Fraternal Ribeiravavense e a José Feliciano Cruz é reforçado, dois meses depois, em Agosto de 1904, quando a imprensa dá conta que havia tocado no arraial do Seixal, agradando imenso, a excelente filarmónica da Ribeira Brava que, sob a regência do Sr. Feliciano da Cruz, mostrou quanto se tem desvelado e quanto é lícito esperar-se ainda dos notáveis dotes artísticos do seu distinto mestre[33].

Em Junho de 1905, a imprensa refere-se à actuação de uma das filarmónicas da Ribeira Brava[34], o que nos permite, uma vez mais, concluir que existiram duas filarmónicas.

Em Outubro de 1906, a imprensa, provavelmente referindo-se, desfasadamente no tempo, à nova filarmónica dá conta que se havia fundado uma banda denominada de Lugar da Ribeira Brava, tendo, na altura, dado entrada, no Governo Civil, os respectivos estatutos[35].

No ano seguinte, em Agosto de 1907, surge o nome de Francisco Faria, associado à regência de uma banda de música atribuída à freguesia da Tábua[36], facto que, a ser verdade, nos leva a concluir que a nova filarmónica da Ribeira Brava de que ele era fundador e regente poderia ter casa de ensaios na Tabua.

Aquilo em que não existem dúvidas é que, tanto José Feliciano Cruz, como Francisco Faria, em 1907, eram regentes das duas filarmónicas existentes no concelho da Ribeira Brava[37,38,39] e que, em 1909, José Feliciano Cruz ainda se mantinha à frente da velha filarmónica[40].

Como se a história das filarmónicas na Ribeira Brava não fosse complexa, em 1912, surge uma nova versão dos acontecimentos verificados em 1904. Voltamos a encontrar na Ribeira Brava a criação de uma nova filarmónica, curiosamente, tendo por protagonista o mesmo Francisco António de Faria e, como motivos, os mesmos que em 1904, ou seja os desentendimentos no seio da então denominada Filarmónica União Fraternal Ribeirabravense, o que nos leva a admitir que a filarmónica criada, em 1904, por Francisco António Faria, ter-se-ia, entretanto, extinguido.

Em Fevereiro de 1912, surgia, assim, a **Filarmónica União Musical Ribeirabravense**, também denominada de **música nova**, por oposição à que existia, e que passou a ser conhecida por **música velha**[41].

Com estatutos aprovados em assembleia-geral de sócios, realizada em 18 de Fevereiro de

Arquivo da Banda Recreio Musical Ribeirabravense (CMRB)

Banda Recreio Musical Ribeirabravense. À esquerda António Joaquim de Faria, seu primeiro regente

1912, foi criada, nesta data, a Filarmónica União Musical Ribeirabravense, tendo como seu principal impulsionador Francisco António Faria. Foram outorgantes destes estatutos registados, no dia 13 de Abril de 1912, na Secretaria do Governador Civil do Distrito do Funchal: Francisco António de Faria; Antonino José de Macedo; António Joaquim Teixeira; João Augusto da Conceição; José Sumares dos Santos; Francisco Pestana de Araújo; Manuel de Ascensão Fernandes; Manuel Nunes; João António Faria; Francisco de Abreu Macedo e Manuel Olímpio da Silva. Esta colectividade estava sitiada na rua de São Francisco e tinha por objectivos: criar e desenvolver recreios instrutivos tais como concertos *soirés* e outros recreios; recreio dos sócios e instrução musical dos sócios que era de três tipos: sócios proprietários que deveriam pagar uma jóia de 10 mil reis seguida de 300 reis por mês, caso não fossem executantes, sendo os únicos com possibilidade de assento nas reuniões da assembleia-geral; sócios subscritores e que pagariam unicamente uma jóia, no valor de seis mil reis e ainda sócios de mérito.

Em 1918[42] e em 1922[43] continuamos a encontrar Francisco António Faria à frente desta colectividade.

Em finais dos anos 20, princípios dos anos 30 do século XX, com a extinção da Filarmónica do Campanário, a Filarmónica União Musical Ribeirabravense passaria a contar com número significativo de músicos oriundos desta freguesia, motivo porque, segundo informações verbais, Francisco António de Faria terá passado, em determinada altura, a fazer os ensaios no Campanário, no sítio da Porta Nova, numa dependência situada sobre a mercearia de um indivíduo de apelido *papo-seco*. No início dos anos 40, sucedeu a Francisco António Faria, na direcção artística da banda, Carlos Piedade, antigo executante da Banda Recreio Artístico do Campanário.

Anos mais tarde, Francisco António Faria reassume a responsabilidade artística da banda, onde se mantém até à altura da sua extinção, ocorrida por volta de 1955/56.

Em 1963, uma nova filarmónica haveria de surgir na Ribeira Brava, obrigando a então Banda Municipal local a partilhar as preferências dos festeiros e ribeira-bravenses. Conhecida

Banda Recreio Musical Ribeirabravense

também como **Música Nova**, a **Banda Recreio Musical Ribeirabravense** foi fundada no dia 19 de Março de 1963, tendo sido António Abreu Carvalho, emigrante na Venezuela, o seu principal impulsionador e também seu primeiro presidente.

A aquisição dos instrumentos e fardamento para os executantes foi feita mediante uma recolha de fundos entre emigrantes ribeira-bravenses radicados na Venezuela.

Pelo facto de possuir uma denominação similar e ter tido como primeiro regente Francisco António de Faria, esta banda foi algumas vezes, de forma errada, admitida como uma continuação ou uma reactivação da Filarmónica União Musical Ribeirabravense fundada, em 1912, pelo mesmo Francisco António de Faria.

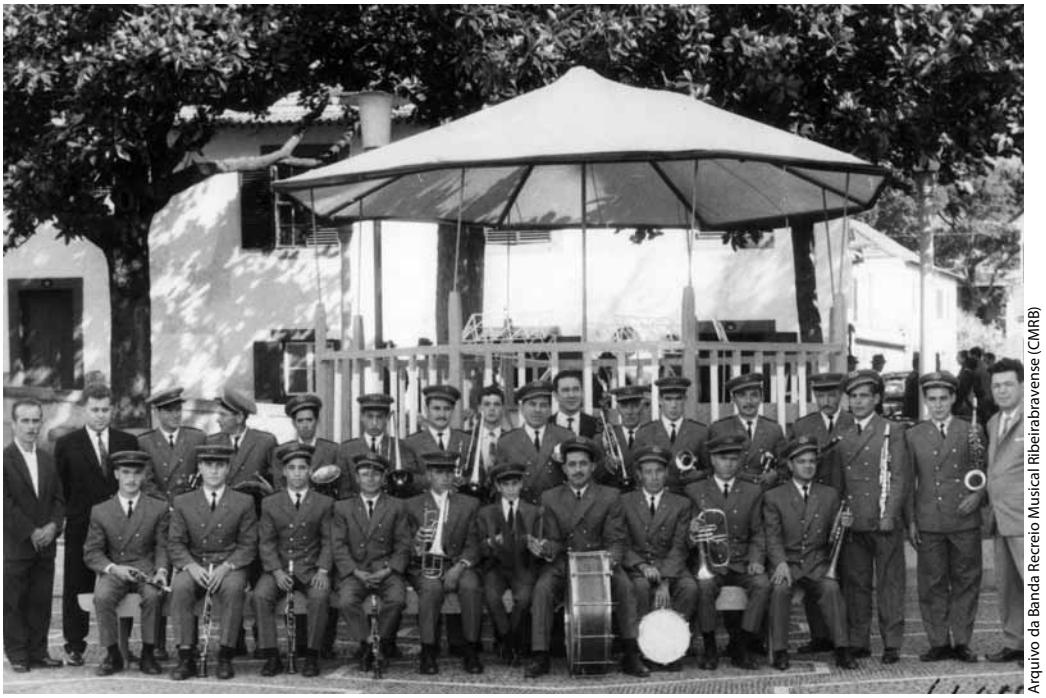
Depois de uma década de actividade, problemas surgidos no seu seio viriam a condicionar a sua continuidade. Com efeito, para além de outros factores, a existência de um número significativo de músicos provenientes da freguesia da Serra de Água e a sua vontade em transferir a sala de ensaios para esta freguesia viria a gerar um conflito com quantos se opunham a esta mudança, que culminaria, em 1974, na sua extinção, ficando todo o seu espólio à guarda de Agostinho Eusébio José Ferreira, então tesoureiro da banda[44].

Depois de Francisco António Faria, foram seus directores artísticos: Raul Gomes Serrão (1962-1965); Abel Teixeira Mendes[45] e João Gomes Henriques de Sousa[46] que sai na sequência de desentendimentos com o presidente da direcção. Após a saída de João Gomes Henriques de Sousa, ainda terá sido convidado para regente, Marques Ferreira, músico da Banda Militar, que apesar de se ter apresentado aos músicos, nunca terá chegado a assumir responsabilidades.

Por volta de 1989, José António Nunes de Faria, entretanto dispensado da regência da Banda Municipal da Ribeira Brava, haveria de tentar reactivar a Banda Recreio Musical Ribeirabravense, chegando a ter um significativo lote de aprendizes. Contudo, segundo voz corrente, responsáveis da Banda Municipal da Ribeira Brava, com o objectivo de fazer abortar este projecto, e com sucesso,

Arquivo da Banda Recreio Musical Ribeirabravense (CMRB)

Banda Recreio Musical Ribeirabravense



Arquivo da Banda Recreio Musical Ribeirabravense (CMRB)

Banda Recreio Musical Ribeirabravense

Photographia-Museu Vicentes

António de Abreu Carvalho

Fundador da Banda Recreio Musical Ribeirabravense

Francisco António de Faria

Francisco António de Faria era natural da freguesia da Ribeira Brava, onde nasceu em 1879, e onde viria a falecer, no dia 5 de Dezembro de 1966, aos 87 anos de idade. Era filho de Constantino de Abreu de Faria e de Maria Rita de Macedo. Casou com Elvira da Nazaré Barreto, na Ribeira Brava, no dia 25 de Julho de 1900, aos 21 anos de idade, numa altura em que exercia a profissão de sapateiro e de quem houve geração. Foi fundador e regente da Filarmónica União Musical Ribeirabravense e depois, também, o primeiro regente da Banda Recreio Musical Ribeirabravense

voltam a contratar José António Nunes Faria para seu director artístico.

Em 1989, quando José Manuel Correia Gomes e Silva inicia a fundação da Filarmónica da Casa do Povo de São Vicente, recorre a alguns antigos músicos desta filarmónica, naturais da Serra de Água, bem como ao seu arquivo musical, para formar reportório.

Para além da Banda Municipal da Ribeira Brava, da Filarmónica União Musical Ribeirabravense e da Banda Recreio Musical Ribeirabravense, o concelho da Ribeira Brava teve, ainda, uma banda na freguesia da Serra de Água, a **Banda Recreio Musical da Casa do Povo da Serra de Água** e, duas bandas no Campanário, a **Filarmónica Recreio Artístico do Campanário**, fundada em 1907, e uma outra, cuja denominação se desconhece, fundada em 1938.

Apesar de, já em Outubro de 1903, a imprensa referir que um talentoso professor de música iria fundar uma filarmónica na freguesia do Campanário, para o que já contava com muitos rapazes que pretendiam associar-se à ideia[47] e de, em 1904, a mesma imprensa referir que se estava organizando nesta freguesia um pequeno grupo musical, provavelmente uma orquestra, de que era ensaiador o distinto músico Sr. [António F.] Cruz, regente da *melhor* filarmónica da Ribeira Brava[48], só em finais de Agosto, princípios de Setembro de 1907, é que, por ocasião da apresentação de cumprimentos a Firmo Figueira da Silva, importante proprietário local,

Raul Gomes Serrão

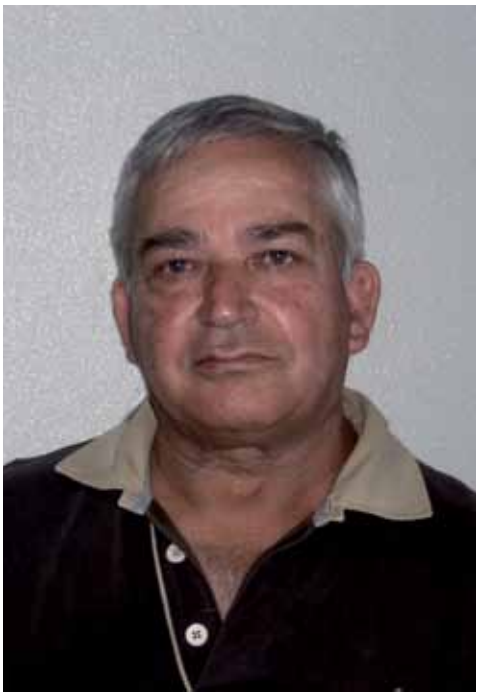
Raul Gomes Serrão é natural da freguesia de Santo António, onde nasceu no dia 21 de Maio de 1934.
É casado com D. Rita Eduarda Serrão Mota. Aos 17 anos de idade, numa altura em que exercia a profissão de carpinteiro, ingressa na Banda Distrital do Funchal, onde inicia os primeiros passos na arte musical, tendo saído a tocar no ano seguinte, no dia 22 de Junho. No dia 2 de Abril de 1955, aos 20 anos de idade, é incorporado no exército, ingressando, nessa altura, na Banda Militar da Madeira. Em 1956, concorre a cabo músico e, no ano seguinte, a furriel. Simultaneamente com a sua carreira de músico militar tocou nalgumas bandas civis, como músico convidado. Em 1958, já como sargento, dirigiu a Filarmónica União Calhetense, entre 1962 e 1965, a Banda Nova da Ribeira Brava e, entre 1965 e 1968, a Filarmónica do Faial.
Em 1972, aceita o desafio do padre Martinho para assumir a responsabilidade artística na fundação da Banda Paroquial de São Lourenço, tendo, contudo, abandonado essa tarefa a poucos meses da sua apresentação pública, em virtude da sua colocação em Luanda, para onde partiu, no dia 2 de Julho de 1973, e onde esteve até 1975, como de subchefe da Banda Militar local. Na altura da sua saída, para o Ultramar, haveria de deixar não só a regência da Banda Paroquial da Camacha mas também a regência da Banda Municipal de Câmara de Lobos e da Banda de Música da Polícia de Segurança Púbica.
De regresso à Madeira, viria a reassumir a regência da Banda Municipal de Câmara de Lobos e onde haveria de permanecer até 1980, dando, a 13 de Julho de 1980, o lugar a José António Faria. Dirigiu também a Orquestra de Câmara da Madeira e foi sub-chefe da Banda Militar da Madeira. Entre 1991 e 1994 foi regente da Banda Municipal do Funchal. Foi professor do Conservatório de Música da Madeira e compôs várias peças musicais, nomeadamente, marchas alusivas aos aniversários das bandas que dirigiu.

Abel Teixeira Mendes

Abel Teixeira Mendes é natural da freguesia do Porto da Cruz, onde nasceu no dia 28 de Agosto de 1936. É filho de António Teixeira Mendes e de Maria de Freitas Basílio. Desde criança sempre teve grande gosto pela música, tendo recebido os primeiros ensinamentos de seu pai que, para além de lhe ter oferecido um clarinete, instrumento, porque sentia simpatia, lhe ensinou a tocar rajão e gaita-de-beiços. Em 1956, aos do tinha 18 anos e já tinha residência no Funchal ingressa como aprendiz de clarinete na Banda Distrital do Funchal, onde depois vem a ser seu executante. Em Abril de 1957, assenta praça, ingressando em Julho de 1957, como aprendiz, na Banda Militar da Madeira, onde atinge a patente de Sargento-chefe. Possui o Curso de Clarinete da Academia de Música da Madeira. Foi director artístico da Banda Nova da Ribeira Brava, onde esteve 5 anos; da Banda Distrital do Funchal, onde esteve durante 14 anos; da Banda da PSP de Macau, durante 13 anos. Actualmente é professor da extensão do Porto Santo, do Conservatório de Música da Madeira.

surge a notícia da existência da Filarmónica Recreio Artístico do Campanário[49]. A sua primeira actuação, em arraiais, viria a acontecer no dia 15 de Setembro de 1907, na vizinha freguesia da Quinta Grande, por ocasião dos festejos em honra do Santíssimo Sacramento.

Cerca de dois anos depois da sua fundação, a ameaça da sua dissolução haveria de ensombrar a sua actividade, situação causada pela saída do seu regente, José Luís Cardoso, que havia sido convidado para formar uma filarmónica no



João Gomes Henriques de Sousa

João Gomes Henriques Sousa, é natural da freguesia de São Martinho, onde nasceu, a 15 de Junho de 1947. É filho de João de Sousa e de Constantina de Jesus. Teve o primeiro contacto com a actividade musical, aos 14 anos, como aprendiz de cornetim, na Banda Distrital do Funchal, mudando depois para o trompete. Aos 19 anos, ingressa como voluntário no exército, sendo integrado na Banda Militar, onde foi executante de Fliscorne e onde atingiu a patente de Sargento-Chefe, tendo, sido sub-chefe músico e, durante cerca de dois anos, exercido responsabilidades de chefe interino da Banda Militar da Madeira. Foi executante em várias das filarmónicas regionais, nomeadamente, na Banda Municipal de Santa Cruz, Artistas, Paul do Mar e Banda Receio Camponês. Foi director artístico da Banda Municipal de Santana (1972-1973); da Filarmónica Recreio Ribeirabravense (Banda Nova da Ribeira Brava) (1973-1977); da Banda Recreio Camponês; da Banda Distrital do Funchal, por duas vezes; da Orquestra Ligeira da Madeira (1993-1997) e, desde, 1990, da Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade, do Porto Santo

Porto Moniz[50]. Contudo a situação viria a ser ultrapassada pela contratação de outro regente[51].

Para além de José Luís Cardoso, terão sido regentes Eduardo dos Passos[52] e, mais tarde, segundo informações verbais, Manuel Olímpio da Silva. Em finais dos anos 20, princípios dos anos 30 do século XX, a filarmónica do Campanário ter-se-á extinguido e uma parte significativa dos seus membros terão sido integrados na música nova da Ribeira Brava, regida por Francisco António de Faria.

Ainda que nalguns pontos não completamente coincidente com o conteúdo publicado na imprensa da época, informações verbais chegadas até nós, e recolhidas há já alguns anos pelo Museu Vicentes, apontam como principais fundadores os irmãos Caetano Figueira da Silva e Firmo Figueira da Silva. A mesma fonte refere como regente o Sr. Caetano, tendo-lhe sucedido, após a sua morte, o Sr. Passos (do Funchal) e, mais tarde, o Sr. Olímpio.

Relativamente aos músicos, são mencionados os nomes de: Vicente Oliveira e António Oliveira; Carlos Piedade e Firmo Piedade; José Rodrigues Mano; Miguel Augusto Gonçalves; João Firmo Gonçalves; Manuel de Bento; Joaquim Nunes; Manuel Henriques Gonçalves e Alfredo Henriques Gonçalves; Manuel Olímpio da Silva; Frederico Faria; João Henriques Gonçalves e José dos Reis.

Os ensaios seriam inicialmente na Cruz, depois, atrás da igreja e, por fim, na casa do Alfredinho.

Na sua edição de 8 de Fevereiro de 1938, o *Jornal da Madeira*, através do seu correspondente no Campanário, refere que no dia 1 de Janeiro apareceu, pela primeira vez, nesta freguesia, uma nova banda de música. Chefiada por Carlos da Piedade[53], esta filarmónica, depois de tocar no adro da igreja, *percorreu a freguesia entre hinos e toques para fazer saber ao povo que aqui também há amantes do belo*.

Segundo informações recolhias junto da população local, a Filarmónica do Campanário ter-se-á apresentado, pela primeira vez, a tocar em arraiais, no dia 3 de Fevereiro de 1938, na festividade em honra de São Brás, padroeiro da paróquia do Campanário. Em Agosto deste mesmo ano, encontramo-la a acompanhar uma procissão na freguesia da Serra de Água[54].

Em 1989, surge, na freguesia da Serra de Água, a **Banda Recreio Musical da Serra de Água** que, a 14 de Agosto de 1996, com a criação e inauguração da Casa do Povo da Serra de Água viria a ser nela integrada e a assumir a denominação de **Banda Recreio Musical da Casa do Povo da Serra de Água**.

Segundo José Manuel Correia Gomes e Silva[55], seu fundador e regente, *a Banda Recreio Musical da Serra de Água nasceu de um carvão da Banda Recreio Musical Ribeirabravense que, após a sua extinção, ficou a remoer.*

Carlos Piedade

Carlos Piedade era natural da freguesia do Campanário, onde nasceu a 28 de Outubro de 1899 e faleceu a 18 de 1957. Era filho de Manuel da Piedade e de Francisca Augusta Gonçalves. Casou por duas vezes, a primeira com Maria Elisa Gonçalves, de quem houve João Maximiano Gonçalves da Piedade e a segunda, com Alice Gonçalves de Jesus, de quem houve Agostinho Gonçalves da Piedade e Conceição Gonçalves da Piedade. Terá sido um dos executantes da primeira filarmónica do Campanário, surgindo, anos mais tarde, em 1938, como regente da nova filamónica do Campanário.

José Manuel Correia Gomes e Silva

José Manuel Correia Gomes e Silva é natural da freguesia da Serra de Água. É filho de José Dinis Gomes e Silva e de Maria de Abreu Correia. O gosto pela música surgiu através do contacto, num bar que seu pai tinha na Serra de Água, com músicos naturais desta freguesia, pertencentes à Banda Nova da Ribeira Brava e que ali paravam frequentemente. Aos 14 anos, às escondidas dos pais, "fugia de casa" para aprender solfejo e saxofone, na Banda Nova da Ribeira Brava, numa altura em que era chefe, Abel Teixeira Mendes, tendo saído a tocar cerca de seis meses depois. Aos 18 anos, assenta praça, como voluntário, no exército, tendo ingressado na Banda Militar da Madeira. Nesta altura, para além da Banda Militar e da Banda Nova da Ribeira Brava, chega a ser músico convidado na Banda Municipal de Santa Cruz e do Paul do Mar. Em 1975, emigra para a Venezuela, onde para além da sua actividade profissional, chega a frequentar o Conservatório de Música de Caracas, no curso de clarinete e a tocar na Orquestra Sinfónica da Venezuela. Em 1989, é convidado para dar corpo à fundação da Filarmónica da Casa do Povo de São Vicente, onde se mantém até 1997, como seu responsável artístico. No mesmo período surge como fundador e regente da dirige a Banda Recreio Musical da Serra de Água, depois integrada na respectiva Casa do Povo da Serra de Água.

Em 1974, começaram as primeiras reuniões para a fundação da Banda da Serra de Água, com alguns músicos e o Sr. Gomes, antigo maestro da extinta Banda Recreio Musical Ribeirabravense. Contudo, em Março de 1975, emigrei para a Venezuela e tudo ficou pelo caminho, mas com a chama sempre acesa, até porque me reunia frequentemente com antigos sócios da Banda Recreio Musical Ribeirabravense.

Regressado à Madeira, José Manuel Correia

Arquivo Casa do Povo da Serra de Água

Banda Recreio Musical da Casa do Povo da Serra de Água

Gomes e Silva põe em prática o seu projecto de criação de uma banda na Serra de Água. Ministra ensino de música a alguns jovens locais e vai buscar à extinta Banda Nova da Ribeira Brava alguns dos seus antigos executantes. Contudo, um convite recebido para fundar uma banda de música em São Vicente, num projecto da iniciativa da sua Casa do Povo, obriga-o a canalizar os seus esforços para este novo projecto, no qual integra alguns dos elementos a quem estava a dar formação bem como outros músicos já sinalizados para constituição da sua banda da Serra de Água.

Mais tarde, com a sua saída da direcção artística da Filarmónica da Casa do Povo de São Vicente, retoma o seu projecto de criação de uma filarmónica na Serra de Água, cujo núcleo principal viria a ser constituído por elementos naturais da freguesia da Serra de Água ou da Ribeira Brava que faziam parte da filarmónica da Casa do Povo de São Vicente e que o acompanharam a quando da dispensa dos seus serviços nesta associação musical.

Segundo José Manuel Correia e Silva, e*m Dezembro de 1990, a Banda fez os primeiros três serviços nas Festas de Fim de Ano, no Funchal, com calças e casaco preto porque ainda não tínhamos uma farda que a identificasse* [...].

Os ensaios eram na minha garagem. Contava com cinco músicos da minha família e alguns ex-músicos da antiga Banda Recreio Musical da Ribeira Brava. Saímos com os arquivos musicais dessa banda fornecidos pelo Sr. Agostinho Eusébio, seu ex-tesoureiro. Tínhamos instrumentos pessoais e alguns deles eu trouxe da Venezuela.

Com o objectivo de tornar viável a continuidade do seu projecto, José Manuel Correia e Silva toma a iniciativa de criar, na Serra de Água, uma Casa do Povo e com esse objectivo faz, por toda a freguesia, um abaixo-assinado pedindo sua criação, o que a acabaria por se concretizar. A este propósito, José Manuel Correia e Silva referiria mais tarde: *pensei que com a inauguração de uma Casa do Povo na Serra de Água, a continuidade da banda ficaria melhor se fosse nela integrada, mas foi total-*

mente ao contrário, talvez por razões políticas e de inveja de outras bandas adjacentes com influência nas Secretarias de tutela das Casas do Povo e Câmaras Municipais, nomeadamente, dos concelhos de São Vicente e Ribeira Brava.

Cerca de três anos depois da sua integração na Casa do Povo da Serra de Água, a banda extinguiu-se.

Em 1916, surge a abrilhantar a estreia de um grupo de amadores dramáticos, na Ribeira Brava, a **Tuna de António César Mendes** cuja origem desconhecemos. Era regida por António César Mendes e dela faziam parte: João Alves do Santos; António Francisco Montes; Manuel Montes; Frederico Luciano Faria; Luís de Sousa Pereira; Francisco Mendes Júnior; João Estêvão Pinto e João Norberto[56].

No dia 14 de Junho de 1925, por ocasião da realização de uma récita de amadores da Ribeira Brava, estrear-se-ia, sob a direcção artística de Manuel Olímpio da Silva, a **Tuna Ribeirabravense**, constituída por 10 elementos[57].

Em Fevereiro de 1938, o correspondente local do *Diário de Notícias*, numa sua crónica, depois de se referir à inundação do campo de futebol da vila e ao facto de se estarem a realizar algumas sessões cinematográficas no Teatro Almeida Garrett, lamenta a falta de coesão entre os associados da **Tuna da Ribeira Brava**. Organizada por José Inocêncio Camacho de Sousa Pereira, esta tuna, depois de ter conquistado os melhores aplausos, quando se exibia em público, acabara de desaparecer[58].

Para além destes, o concelho da Ribeira Brava assistiria à criação de outros grupos, como o conjunto musical **Espaço**; o **Duo musical Esparguete**; o **Duo Musical 2001**; os **HANG5**; o **Grupo de Música Tradicional Semente**, hoje já todos extintos; a **Tuna da Associação Cultural e Desportiva de São João**, fundada a 8 de Dezembro de 1988[59,60] e extinta a 20 de Outubro de 2002, por integração na **Orquestra Bandolinística Ribeirabravense**; a **Tuna Infantil do GAEMD da Ribeira Brava**, referenciada por ocasião da realização do IV Festival de Tunas da Madeira [61]; a **Tuna da Casa do Povo da Ribeira Brava**, criada, oficialmente, a 1 de Maio de 1993, data da sua primeira apresentação pública[62,63] e desfeita a 20 de Outubro de 2002, por integração na Orquestra Bandolinística Ribeirabravense; o **Grupo de Romarias Antigas da Casa do Povo da Ribeira Brava** que teve a sua primeira actuação no dia 29 de Junho de 1991, no arraial de São Pedro.[64,65] e o **Conjunto Musical da Boa Morte**, entre outros.

A **Tuna da Associação Cultural e Desportiva de São João** foi criada, no dia 8 de Dezembro de 1988, data coincidente com a sua primeira actuação pública, em São João da Ribeira Brava, com os objectivos de dinamizar e reactivar, no concelho da Ribeira Brava, a tradição das populações relativamente à execução de instrumentos tradicionais de corda. Em 1992, encontramo-la, em Câmara de Lobos, a participar no VII Encontro Regional de Tunas, numa altura em que era formada por 25 elementos, tendo como director artístico o Prof. Eleutério Corte[66,67].

Com seus primeiros ensaios iniciados em 1992, surge a 1 de Maio de 1993, data da sua primeira actuação pública, que adoptou como marco da sua fundação, a **Tuna da Casa do Povo da Ribeira Brava**, numa iniciativa da Casa do Povo da Ribeira Brava e na sequência de diversos cursos de formação musical levados a cabo por esta entidade[68-71].

A freguesia da Ribeira Brava possui, desde 26 de Julho de 1980, um grupo de folclore, o **Grupo de Folclore da Casa do Povo da Ribeira Brava**. Teve a sua génese num grupo de crianças da freguesia que deram corpo ao então denominado **Grupo de Folclore Infantil da Ribeira Brava**. Dirigido por Maria Manuelina Joaquim Pereira, com o apoio da Câmara Municipal, o grupo foi crescendo e a sua fama ultrapassou as fronteiras da região.

Em 1989, transferiu-se para a dependência da Casa do Povo da Ribeira Brava e passou a integrar elementos de todas as idades. Estava assim formado o Grupo de Folclore da Casa do Povo da Ribeira Brava que, ao longo dos anos, foi sofrendo alterações de diversa ordem, desde o número de participantes, passando pelo repertório e pelo traje[72,73].

Em 1981, um ano depois da criação da Casa do Povo do Campanário, surge, nesta freguesia do concelho da Ribeira Brava, o **Grupo de Folclore da Casa do Povo do Campanário**. Foi fundado a 20 de Dezembro de 1981 e teve em Margarida Rodrigues, na altura presidente da Casa do Povo, uma das grandes obreiras do seu aparecimento[74]. Antes deste grupo, existem referências, nesta freguesia, a um outro grupo,

Grupo Coral da Casa do Povo do Campanário

que participou, em Setembro de 1953[75] e, em Agosto de 1955[76], nas festas das vindimas, realizadas no Funchal.

Criado em finais Novembro de 1997, o **Grupo Coral da Casa do Povo do Campanário**, apresentar-se-ia, pela primeira vez, em público, em Julho de 1998, por ocasião das festividades do Espírito Santo, no Campanário[77,78].

Em Maio de 1998, surgiria, na Serra de Água, o **Grupo Coral da Casa do Povo da Serra de Água**[79], que depois se viria a desfazer, tal como um **Grupo de Cantares Antigos**. No dia 1 de Outubro de 2006, surgem alusões à existência do **Grupo de Acordeões da Casa do Povo da Serra de Água**[80].

Em 2002, no âmbito da escola de música "Mais e Melhor Música", um co-projecto da Casa do Povo da Ribeira Brava e da Associação Cultural e Desportiva de S. João, apoiado pela Câmara Municipal da Ribeira Brava, foi fundada a **Orquestra Bandolinística Ribeirabravense**. Também em 2002, e no âmbito do projecto-escola "Mais e Melhor Música", surge o **Grupo de Violas da Associação Cultural e Desportiva de São João**[81]. Ainda no âmbito deste mesmo projecto seriam criadas: em Agosto de 2002, a **Tuna Infanto-Juvenil Ribeirabravense**, que se estrearia no mês seguinte, num concerto realizado no Museu Etnográfico da Madeira, por ocasião do 1.º Curso Musical de Verão[82]; a 18 de Outubro de 2002, a **Orquestra Bandolinística Ribeirabravense**[83]; a **Tuninha Ribeirabravense** e a **Tuna de Instrumentos Tradicionais Ribeirabravense**[84].

Tal como na Serra de Água, e com génese semelhante, também na Ribeira Brava, associado à sua Casa do Povo existe referência a um grupo de acordeões, o **Grupo de Acordeões da Casa do Povo da Ribeira Brava**.

Na Ribeira Brava é também possível individualizar o **Grupo de Concertinas da Casa do Povo da Ribeira Brava** que, em 2008, surge em várias actuações, nomeadamente na Festa da Castanha.

No concelho da Ribeira Brava estão, ainda referenciados: o conjunto musical **Cool Night Band**; o conjunto **Sons do Mar**; o conjunto **Baía do Sul** e os **PSP – Progressive Sound Project**.

Banda Municipal da Ponta do Sol

CONCELHO DA PONTA DO SOL

No concelho da Ponta do Sol existe, actualmente, uma banda filarmónica, a **Banda Municipal da Ponta do Sol**. A sua fundação remonta a 12 de Agosto de 1984, data coincidente com a sua primeira actuação pública, pese o facto de, a partir de 1995, os seus dirigentes, a terem feito regredir para 1 de Dezembro de 1882, data atribuída à fundação da Filarmónica Restauração de Portugal, isto depois de terem comemorado, em 1985, o 1.º aniversário e, em 1994, o 10º ani-

Photographia-Museu Vicentes

Músicos da Filarmónica Príncipe de Oldemburgo
16 de Agosto de 1885

versário.

A **Filarmónica Restauração de Portuga**l**,** depois, também denominada de **Filarmónica Príncipe D'Oldemburgo** e de **Banda Municipal da Ponta do Sol** foi fundada no dia 1 de Dezembro de 1882, tendo-se extinguido por volta de 1964.

Apesar de, unanimemente, aceite que esta tenha sido fundada no dia 1 de Dezembro de 1882, é lícito questionar, tendo em conta as notícias veiculadas pela imprensa, se aquilo que, nesse dia, oficialmente se fundou com a denominação de **Filarmónica Restauração de Portugal** foi um agrupamento musical, com o significado que actualmente se dão às filarmónicas ou bandas musicais, que todos nós conhecemos e que acompanham procissões e animam os arraiais, ou uma escola de música, uma orquestra ou associação musical.

O Direito, na sua edição de 29 de Julho de 1882, notícia que se estava a organizar na vila da Ponta do Sol uma filarmónica para o *high-life* pontassolense e uma banda para os operários.

Na sua edição de 21 de Outubro de 1882, o mesmo órgão de informação dava conta que já se havia constituído a filarmónica pontassolense, tomando a direcção, como seu professor, Agostinho Martins. No dia 8 de Novembro de 1882, *O Direito* volta a abordar o assunto para dizer que Agostinho Martins, professor da filarmónica da Ponta do Sol, auxiliado por outros cavalheiros amadores, tencionava organizar muito em breve uma banda de música.

Em 30 de Dezembro de 1882, *O Direito*, volta a informar que já havia sido instalada, definitivamente, na vila da Ponta do Sol, a filarmónica sob a designação de Restauração. Por essa ocasião tinham sido lidos os estatutos, tendo assistido ao acto, os mais distintos indivíduos da vila e eleitos, por aclamação, os corpos gerentes: Henrique Wilbraham, presidente; G. Wilbraham, vice-presidente e tesoureiro e Júlio Pereira, secretário.

Uma das primeiras citações à actuação da banda de música da Ponta do Sol data de Fevereiro de 1884. Nesta altura, a imprensa relata que *já se encontra a tocar em público e com excelente execução* […], *a banda denominada "RESTAURAÇÃO", criada na vila da Ponta do Sol. Esta banda, compõe-se de 24 figuras. Muitos dos que a compõem revelam grande talento. O estado desta banda, os seus progressos honram o* seu professor o Sr. Agostinho António Martins[85]. Posteriormente, em Junho de 1884, voltamos a encontrá-la tocando no passeio público da vila[86].

No dia 2 de Julho de 1885, a filarmónica da Ponta do Sol actua no adro da igreja, por ocasião dos festejos do Sagrado Coração de Jesus e, a propósito da sua actuação, o articulista diz que a filarmónica agradou muito e surpreendeu pelo facto de, em tão pouco tempo, o Sr. Agostinho Martins ter podido fazer com que os seus alunos apresentassem ao público um tão belo e variado repertório. Adianta ainda que se a aplicação dos discípulos corresponder ao talento, ao bom gosto e à diligência do mestre, poderia afiançar que a filarmónica da Ponta do Sol haveria de ser uma das primeiras da ilha[87].

Tal como acontece, frequentemente, com outras, esta filarmónica, ao longo do tempo que mediou a sua fundação e extinção, surge na imprensa com várias denominações, nomeadamente: Banda da **Restauração**[88,89]; **Banda Primeiro de Dezembro**[90]; **Filarmónica Príncipe d'Oldembourg**[91]; **Pontassolense** e, a

Almanach de Lembranças Madeirense para 1908, p. 164.

Agostinho Martins Júnior

Agostinho Martins Júnior foi um distinto músico, destacando-se como rabequista e violinista. Era natural do Funchal, onde nasceu em 1841 e faleceu a 9 de Abril de 1909. Aos dez anos de idade, seu pai ensina-lhe os primeiros rudimentos de música e pouco tempo depois torna-se num dos discípulos do violinista Agostinho Rubio.

Em 1877, fundou a Sociedade de Concertos Funchalense. A este propósito o *Diário de Notícias* de 5 de Outubro de 1877, referia que *Agostinho Martins* [...] *distinto rabequista que entre nós tanto admirávamos, acha-se entre nós* [vindo de Lisboa] *e animado dos melhores desejos de nos dar nas longas noites de inverno alguns concertos de boa música, acompanhado dos nossos amadores, trata de fundar para esse fim uma sociedade filarmónica de concertos*.

Em 1881, a propósito de um concerto de beneficência realizado em benefício da Conferência de São Vicente de Paulo, *O Direito* no seu nº 1772 refere que *o público funchalense conhece-o de há muito, mas não o tinha apreciado ainda numa nova fase da sua carreira musical. Nós, ao vê-lo sobraçando o violoncelo, tivemos um estremecimento de receio. Seria o mesmo Agostinho, daquela melodia e doce rebeca de outrora? Iriamos ter saudades do passado?.. Deviamos passar por uma nova surpresa: o violoncelo ia gemer e chorar nas mãos dele, como outrora a rebeca; o sentimento, a inspiração vivem nele ainda. Bravo!*

Em 1882, funda, na freguesia da Ponta do Sol, a Filarmónica Restauração de Portugal, depois conhecida por Filarmónica príncipe D'Oldemburg e Banda Municipal da Ponta do Sol.

A 28 de Janeiro de 1893 funda a Academia de Amadores de Música Marcos de Portugal. No dia da sua inauguração, *O Direito* refere que *Agostinho Martins, o fundador desta Academia, provou uma vez mais que é um grande artista e que possui o folgo sagrado da sublime arte, que imortalizou Rossini, Wagner, Beethoven e outras estrelas de primeira grandeza no mundo musical.*

Nos últimos anos da sua vida, Agostinho Martins organizou um sexteto com o seu nome.

partir de finais dos anos 20, princípios nos anos 30, também como **Municipal**. Se umas vezes existem razões para esse facto e há uma correspondência directa entre a denominação, o período em que esta ocorre e a filarmónica em causa, outras não traduz mais do que a falta de informação sobre a correcta denominação da filarmónica, por parte de quem elabora a notícia.

Se a referência à palavra pontassolense não passa de uma expressão utilizada para vincar a sua sede e origem, já as denominações de Restauração, de Príncipe D›Oldembourg e de Municipal constituem títulos assumidos por esta colectividade musical, ao longo da sua existência.

Denominada inicialmente de **Filarmónica Restauração de Portugal**, em 1885, terá mudado a sua denominação para a de **Filarmónica Príncipe D'Oldembourg**[92] como forma de reconhecimento pelo seu reequipamento instrumental, feito a expensas do Príncipe Nicolau Frederico Augusto d'Oldembourg. Efectivamente, a 2 de Outubro de 1884, por ocasião de uma viagem marítima efectuada, no vapor D. Luís I, pelos portos da zona oeste da ilha, ao desembarcar no cais da Ponta do Sol, o príncipe Nicolau Frederico d' Oldemburg foi recebido pela filarmónica da localidade e apercebeu-se do estado de degradação dos seus instrumentos, provavelmente não pelo seu uso ao serviço desta banda, mas porque terão sido adquiridos em segunda-mão. Este facto levou-o a prometer a aquisição de novos instrumentos. De acordo com imprensa da época, *Sua Alteza vendo que a banda de música daquela vila o honrou à sua chegada e sabendo que os instrumentos da mesma banda estão notavelmente deteriorados pediu que lhe indicasse o número e qualidade dos mesmos, a fim de os requisitar de Paris e oferecê-los à banda*[93].

Tal como prometera, o príncipe de Oldemburg viria a oferecer à Banda da Ponta de Sol um cornetim, um sax-trompa, um barítono e um bombardino. Em 1885, por ocasião da entrega dos instrumentos, uma notícia publicada na imprensa referia que *Sua Alteza o Príncipe de Oldemburg de gratas recordações para a Madeira, que em tempos visitou a vila da Ponta do Sol, presenteou a banda desta localidade, regida pelo nosso inteligente amigo e distinto talento de música, Agostinho António Martins, com quatro instrumentos de primeira ordem e todos prateados: um*

Photographia-Museu Vicentes

Agostinho Martins Júnior e as suas várias facetas de músico

cornetim, um sax-trompa, barítono e um bombardino. Em todos estes instrumentos está gravado o seguinte: "Le Prince Nicolau d'Oldemburg à la Banda Pontassolense. Souvenir de leur aimable acoueil". Setembro 25 de 1885[94].

Esta oferta valiosa veio por mão do nosso ilustrado amigo, o comendador Luiz Andrade Ribeiro Mendonça[95].

Como prova de gratidão para com o Príncipe de Oldemburg, a banda haveria de tomar o seu nome. Segundo a imprensa, *a Banda Pontassolense, grata à magnificência do Augusto príncipe, tomou o título de banda de sua Alteza, o Príncipe d'Oldemburg, honra que o nobre príncipe se dignou conceder-lhe*[96].

A chegada dos instrumentos levaria a banda a fazer a aquisição de outros que lhe faltavam. De acordo com uma nota publicada na imprensa, *esta banda* [Banda Príncipe d'Oldemburg] *graças ao valioso presente de instrumentos que lhe fez o seu Augusto protector, acaba de fazer aquisição dos restantes que lhe faltavam e em breve se apresentará completamente preparada com todos os instrumentos*[97].

Apesar do desconhecimento da data exacta do aparecimento da denominação de Príncipe d'Oldemburg, é provável que ela tenha coincidido com a chegada dos instrumentos, ou seja, nos primeiros dias de Dezembro de 1885. Ainda que depois desta data, a filarmónica surgisse identificada com o epíteto de Príncipe D'Oldenburgo, frequentemente surgia também com a denominação de Pontassolense ou até, em 1908, como Restauração de Portugal,

Posteriormente, entre finais da década de 20, princípios da de 30 do século XX, esta filarmónica surge como **Banda Municipal da Ponta do Sol**, denominação que manteria até à altura da sua extinção.

A propósito do título de Banda Municipal ostentado por algumas bandas da Região, ele teve origem no Funchal, em 1925, quando foi atribuído à então Filarmónica dos Artistas Funchalenses e rapidamente, em finais dos anos 20, princípios dos anos 30 do século XX se estenderia a toda a Ilha, umas vezes suportada por deliberação camarária, outras não.

Em 1909, é provável que tenham existido alguns problemas a nível interno, uma vez que, em Julho desse ano, Francisco Luís de Andrade ex-mestre da Filarmónica da Ponta do Sol *lidava no empenho de organizar uma nova filarmónica naquela vila e denominada de Filarmónica União Pontassolense. O Sr. Andrade tenciona convidar todos os seus amigos para o auxiliarem naquela empresa, que espera levar a efeito muito brevemente e em especial os Srs. Dr. António Monte Varela, Clemente de Freitas da Silva, João Macedo Faria, Augusto de Macedo Faria e João Álvaro Fagundes, que caso se dignem aceitar o convite, constituirão a direcção da mesma filarmónica*[98]. Contudo, ao que parece, nunca se terá chegado a constituir.

A Sentinela, jornal publicado na Ponta do Sol, na sua edição de 8 de Agosto de 1909, refere-se a esta notícia ridicularizando-a da seguinte forma: *estamos a ver o Sr. Clemente em clarinete, o Sr. José Macedo Faria em berimbau e o Sr. Augusto em flauta bi bemol*.

Em 1924, a banda terá voltado a atravessar graves problemas a ponto de se dizer que iria ser reorganizada por uma comissão de que fariam parte o Dr. Teodoro Teixeira Pita e o Dr. Carlos Borges[99].

No dia 4 de Fevereiro de 1944, a banda faz aprovar os novos estatutos, surgindo sob a denominação de Banda Municipal da Ponta do Sol *Filarmónica Príncipe d'Oldembourg* e onde se preconizava a existência de três tipos de sócios: executantes, contribuintes e aprendizes, sendo os dois primeiros os únicos a terem direito a assento na assembleia-geral[100].

Agostinho Martins Júnior[101] foi fundador e o

José Feliciano da Cruz

José Feliciano da Cruz era natural de Beja, onde nasceu por volta de 1861. Era filho de José Maria da Cruz e de Maria Augusta, naturais de Braga. Casou, aos 23 anos de idade, em Santa Luzia, no dia 4 de Agosto de 1884, com Augusta de Jesus Sequeira, de 28 anos, natural de Santa Luzia, filha de António Gonçalves Sequeira, natural da Calheta e de Emília de Jesus, natural de Santa Luzia. Na altura do seu casamento era músico de 3ª classe do Batalhão de Caçadores, 12. Em Julho de 1891, numa altura em que era músico de 1ª classe, por morte de Miguel Jorge Gomes, maestro da banda regimental de caçadores 12, tinha assumido provisoriamente o seu lugar. Em Novembro desse mesmo ano, encontramo-lo a dirigir uma orquestra, por ocasião de uma festa de aniversário do Governador Civil e, numa altura em que ainda estava à frente da banda regimental, onde permaneceu até finais de Novembro de 1891. Foi regente da Filarmónica D. Carlos I, actualmente Banda Municipal de Machico, da actual Banda Municipal da Ribeira Brava e da Filarmónica Príncipe de Oldemburgo, onde o encontramos em actividade entre 1909 e, pelo menos 1911.

Artur Maria Lopes

Artur Maria Lopes era natural da freguesia de São Pedro, onde nasceu, no dia 10 de Novembro de 1877, e onde faleceu, a 9 de Janeiro de 1963, aos 85 anos de idade. Era filho de José Maria Lopes, natural da freguesia de Santo António e de Celina de Jesus Lopes, natural de São Pedro. Casou em São Pedro, com Virgínia Maria Gomes, no dia 19 de Novembro de 1896, numa altura em que tinha 19 anos de idade e era aprendiz de música no Regimento de Caçadores 12. Foi músico de Infantaria, onde atingiu a patente de sargento, com a qual se haveria de reformar. Foi regente de várias filarmónicas, havendo registos da sua presença na Filarmónica Recreio dos Lavradores (1910-1915); na Filarmónica Recreio Camponês; na Filarmónica da Ponta do Sol (1916); na Banda da Escola de Artes e Ofícios (1923-1934) e na Filarmónica Academia Musical de Instrução e Recreio, também conhecida por Banda do Sr. Crispim (1934).

Alberto Bernardo Pereira

Alberto Bernardo Pereira era natural da freguesia da Ponta do Sol, onde terá nascido em 1915, no sítio do Lemes. Era filho de António Bernardo Pereira e de Maria Augusta da Luz. No dia 22 de Junho de 1940, numa altura, em que tinha 25 anos e acumulava as funções de empregado do Club Recreativo Pontasolense, com as de regente da Banda Municipal da Ponta do Sol, viria a falecer, vitima de uma queda.

Francisco Fernandes da Silva Júnior

Francisco Fernandes da Silva Júnior era natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu no dia 14 de Abril de 1894 e onde faleceu, aos 88 anos, no dia 26 de Agosto de 1982. Era filho de Francisco Fernandes da Silva e de Idalina Adelaide da Silva, neto paterno de José Fernandes e de Maria Joaquina e neto materno de Luís da Silva Henriques e de Maria Constança Sousa. Casou, em Câmara de Lobos, em 1920, com Maria Isabel Jardim, de quem houve descendentes. Foi durante cerca de 50 anos, entre Novembro de 1916 e 1967, regente da Banda Municipal de Câmara de Lobos. Em 1916, antes de ocupar, como titular, a regência da Filarmónica Recreio dos Lavradores, apesar de ainda muito jovem revelara-se um bom executante de cornetim e um bom conhecedor da arte musical, substituindo, na regência da Banda, nos seus impedimentos, o então regente, João Rodrigues do Nascimento. Para além da direcção artística da Banda Municipal de Câmara de Lobos, o Mestre Francisco, como era mais conhecido, foi também regente da Tuna da Juventude Católica de Câmara de Lobos, do Grupo Musical 1º de Dezembro de 1940 e, ainda, da Banda Municipal da Ponta do Sol. Ao longo da sua carreira musical deixou alguns arranjos e composições musicais.

seu primeiro regente, desconhecendo-se, contudo, a data exacta em que abandonou tais funções, pese o facto de encontrarmos o seu nome ligado à regência desta filarmónica, ainda em 1888[102].

Em 1897 era dirigida por Francisco José [Luís] de Andrade[103,104], cargo que terá deixado de exercer em 1909 ou em data anterior[105].

Em Julho de 1911, era regente da banda, José Feliciano da Cruz[106], que também regia o seu coro de igreja[107]. Em Agosto de 1916 era regente Artur Maria Lopes[108,109].

Em 1929, a banda tinha 16 executantes e era seu director artístico Eduardo Passos[110]. Em Junho de 1940, era regida por Alberto Bernardo Pereira[111,112]. Em Junho de 1947, Francisco Fernandes da Silva, acumulava a regência da Banda Municipal da Ponta do Sol com a da Banda Municipal de Câmara de Lobos[113,114]. Francisco Fernandes da Silva ter-se-á mantido em funções até muito próximo da extinção da banda, ocorrida por volta de 1964, em consequência dos surtos emigratórios verificados nos primeiros anos da década de 60.

Foram também regentes: Manuel Vieira[115], que terá sido substituído, por volta de 1936, pelo sargento Castro[116]; Óscar Félix[117]; o furriel Camacho de Freitas, que terá ensaiado durante três ou quatro anos; João Joaquim Faria[118], natural da Ponta de Sol e António José, primeiro trompete da banda e que a dirigiu até à sua extinção ocorrida entre 1960 e 1966[119].

Apesar de ter havido uma tentativa de reactivação, num esforço conduzido pelo padre Marques, então pároco da Lombada, tendo assumido a responsabilidade dos ensaios, um dos antigos executantes de nome Pita. Contudo, apesar da banda, ao que parece, ainda se ter apresentado na festividade de Nossa Senhora da Conceição, não teria continuidade.

Por volta de 1983, quando eram passados cerca de duas décadas desde a sua extinção, surge um movimento liderado por Egídio Pita, na altura presidente da edilidade pontassolense, destinado à criação de uma nova banda de música, tarefa que conseguem concretizar. No dia 12 de Agosto de 1984, por ocasião da inauguração do Campo de Futebol dos Canhas, apresenta-se, em público, pela primeira vez, e adopta, por dia da fundação, esta data e por sua denominação, o nome da extinta banda, ou seja o de **Banda Municipal da Ponta do Sol**.

O dia 12 de Agosto passa a ser celebrado, anualmente, como data da sua fundação, o que viria a acontecer até 1994, ainda que, em alguns anos, com transferência das festividades para outras datas tidas como mais convenientes. Contudo, em 1995, quando se esperava que a banda comemorasse o seu 11º aniversário, sur-

Photographia-Museu Vicentes

Banda Municipal da Ponta do Sol, 1984

ge afinal a comemorar o 113º aniversário.

Quando surgiu, a Banda Municipal da Ponta do Sol, apresentou-se como uma nova formação, sem qualquer relação com a anterior filarmónica. Contudo, onze anos depois da sua fundação, os seus responsáveis acabam por fazer associação com a antiga filarmónica Príncipe de Oldemburgo, argumentando que a Banda Municipal da Ponta do Sol não era uma formação criada de novo, mas uma reactivação da anteriormente existente.

José Humberto Vieira dos Vais

José Humberto Vieira dos Vais é natural da freguesia da Piedade, Ilha do Pico, Açores, onde nasceu no dia 19 de Novembro de 1951. É filho de Virgílio Vieira dos Vais e de Júlia Amélia dos Santos. Iniciou a sua actividade musical, em 1969, na Filarmónica União Ribeirabravense, dos Açores, como aprendiz de trombone. Em 1971, assentou praça no Funchal, como voluntário, tendo ingressado na Banda Militar da Madeira. Ao longo da sua carreira militar atingiu a patente e Sargento-ajudante Músico tendo tocado trompete e trompa de harmonia. Foi regente da Banda Municipal de Santana e primeiro regente da Banda Municipal da Ponta do Sol.

Foto: Rui Camacho

Leonel Cipriano Vieira

Leonel Cipriano Vieira, é natural da freguesia do Monte, onde nasceu a 16 de Setembro de 1928. É filho de João Faustino Vieira e de Isabel de Ascensão Vieira. É músico da Banda Municipal desde 1944, altura em que aprendeu as primeiras notas musicais. Nesta colectividade chegou, em 1957, a chefiar uma sua orquestra e, entre 1975 e 1989, a própria banda. Entre 1984 e 1998 ou 2000, foi regente da Banda Municipal da Ponta do Sol. No dia 20 de Agosto de 1958 foi alvo de uma homenagem com o descerramento da sua fotografia na sede da Banda.

Foto: Rui Camacho

Duarte da Costa Inácio

Duarte Costa Inácio é natural da freguesia dos Canhas, onde nasceu a 27 de Abril de 1974. É filho de Manuel da Silva Inácio Júnior e de Francisca Costa. É professor do ensino básico. Iniciou a sua formação musical, em 1983, aos nove anos, na Banda Municipal da Ponta do Sol, tendo saído a tocar, aos 11, como executante de requinta. Na altura em que frequentava o 10º ano de escolaridade, ingressa no Conservatório de Música da Madeira. Em Janeiro de 2000, assume a direcção artística da Banda Municipal da Ponta do Sol., em cujas fnções se mantém até 2007.

José Humberto Vieira dos Vais[120] foi primeiro regente desta nova formação. Apesar de ter ser sido o regente convidado para integrar o projecto inicial de criação da Banda Municipal da Ponta de Sol e de ter feito a formação dos músicos que integrariam a primeira formação da banda e, ainda de se ter deslocado a França para a aquisição dos instrumentos, acabaria, por não ser ele a fazer a apresentação, considerada como a de estreia da Banda. Contudo, caber-lhe-ia o mérito de apresentar a banda, pela primeira vez, ao público, no cinema da Ponta do Sol, ainda que para uma plateia restrita e constituída por familiares dos músicos, elenco camarário e alguns convidados.

A estreia oficial da Banda Municipal da Ponta do Sol, viria a acontecer sob a direcção artística de Leonel Cipriano Vieira[121]. Depois de 16 anos de actividade, em Janeiro de 2000, Leonel Cipriano Vieira viria a dar o lugar a Duarte Costa Inácio[122]. Em 2007, suceder-lhe-ia Élio Cristiano Gomes Jardim[123], regente e executante, que se mantinha em funções, em 2010.

Na década de 90, a Banda Municipal da Ponta do Sol tem um dos momentos mais altos do seu historial, com a digressão a Curaçau, Aruba e Venezuela. Outros momentos de destaque na vida desta colectividade musical são a organização do Festival de Música Filarmónica da Ponta do Sol e as digressões realizadas, em

Élio Cristiano Gomes Jardim

Élio Cristiano Gomes Jardim é natural da freguesia da Ponta do Sol, onde nasceu no dia 24 de Julho de 1975. É filho de José Alexandre da Costa Jardim e de Maria Teresa Gomes Lira. Iniciou os seus estudos em música na Casa do Povo da Ponta do Sol com apenas 5 anos de idade, tendo mais tarde ingressado na Banda Municipal já com 10 anos. Contudo a sua primeira actuação nesta instituição aconteceu mais tarde, aos catorze anos, não tendo desde então deixado esta instituição. É licenciado em Educação Musical pela Escola Superior de Educação de Lisboa e exerce a profissão de Professor de Educação Musical na Escola B+S Padre Manuel Álvares desde o ano 2000. Como executante tem vindo a colaborar em diversos eventos e em diversos agrupamentos, de entre os quais várias Bandas Filarmónicas regionais, Pestana Big Band, Big Band do curso de jazz do Cepam, Orquestra Clássica da Madeira, Dixieland Jazzband do Cepam, Orquestra de Sopros do Cepam, trupes de carnaval, etc. É autor de algumas das marchas de aniversário desta instituição bem como de alguns arranjos de músicas ligeiras. É presidente da Direcção da Banda Municipal da Ponta do Sol desde 2006 e posteriormente assume o cargo de maestro, em Abril de 2007.

2002, a Abrantes; em 2004, a Taveiro (Coimbra) e, em 2006, às ilhas açorianas de São Miguel e Terceira[124].

Criados no seio da Banda Municipal da Ponta do Sol e com apresentação inaugural em 2007, por ocasião das celebrações do seu aniversário, encontram-se individualizados os agrupamentos: Dixie 7; Emsemble de Clarinetes; Quintento de Metais e um Ensemble de Saxofones[125].

Para além da Banda Municipal da Ponta do Sol, são encontrados, nesta localidade, vários outros agrupamentos musicais, uns já desaparecidos, mas outros ainda em actividade.

Em Junho de 1906, a associação **Recreio Familiar Pontassolense** realizou uma récita onde se fez ouvir uma **orquestra de bandolins** dirigida por Francisco Luís de Andrade, regente da Filarmónica da Ponta do Sol[126].

Em 1918, encontrámos o **Grupo Musical Pontassolense** a organizar, na Ponta do Sol, uma quermesse com vista à recolha de fundos para a Conferência de S. Vicente de Paulo daquela vila[127].

Em 1938, mais propriamente no dia 8 de Junho, a imprensa refere-se ao **Recreio Pontassolense**, uma colectividade recreativa que possuía salão de festas e que nesse dia comemorava o seu primeiro aniversário[128], desconhecendo-se, no entanto, se possuía, ou não, grupo musical próprio.

Em Setembro de 1938, o **Grupo Folclórico da Ponta do Sol** participou no desfile da festa das vindimas[129]. Em Agosto de 1939, a imprensa refere-se a uma sua actuação no arraial do Monte, tendo, na sua passagem pelo Funchal, apresentado cumprimentos ao Governador Civil, à Delegação de Turismo da Madeira e às redacções do jornais. Na altura, era composto por 29 elementos e o seu director era Manuel Rodrigues Pita e seu chefe Daniel Vieira Barradas[130,131]. Em 1940, encontramo-lo a actuar no Teatro Municipal[132]. Em Setembro de 1945, este grupo ainda existia, continuava a ser chefiado por Daniel Vieira Barreto e compunha-se de 25 pessoas: homens, mulheres e crianças. Por essa altura havia sido convidado para uma exibição numa casa à Rua de Santa Maria, onde se evidenciou com o melhor agrado da assistência[133].

Em Agosto de 1955, a imprensa volta a reportar-se ao **Grupo Folclórico da Ponta do Sol** desconhecendo-se se em relação à antiga, ou se a uma nova formação que, sob a direcção de Carlos Santos se estaria a preparar para se apresentar nas festas das vindimas a terem lugar no Funchal no mês de Setembro[134-136].

Em Maio de 1939, a imprensa cita o **Grupo Folclórico dos Canhas** com sede na Levada do Poiso, que se havia classificado na 3.ª posição no concurso realizado no ano anterior, por

Grupo de Folclore de Ponta do Sol

ocasião da realização da festa das vindimas, no Funchal, referências que se mantém em 1943 e 1944.[137]

Nos anos 40 do século XX terá existido uma tuna ligada à Juventude Agrária Católica, a **Tuna da Juventude Católica da Ponta do Sol**, de que foi fundador e regente Moisés Alves Pita. Moisés Alves Pita, era natural da Ponta do Sol, onde nasceu a 19 de Fevereiro de 1922, tendo falecido, no Rio de Janeiro, a 8 de Abril de 2002.

Apesar do irmão mais velho ser clarinetista na Banda Municipal da Ponta do Sol, Moisés Pita, inicialmente, não parecia demonstrar interesse ou aptidões para as actividades musicais. Contudo, acabaria por ingressar na banda, onde, por volta de 1937, quando tinha 15 anos de idade, sai a tocar saxofone soprano. Algum tempo depois passa para sax-alto e acaba a sua actividade musical na Banda Municipal da Ponta do Sol, como executante de clarinete.

Na década de 40 foi convidado pelo então Cura da paróquia, sob alçada de quem habitualmente estavam os movimentos católicos de juventude, para integrar a Juventude Agrária Católica local, com a incumbência de fundar e dirigir uma tuna que terá tido significativo sucesso, não só, localmente, como também, a nível regional. Nessa altura, também começa a compor temas religiosos, principalmente para as chamadas romarias do Natal, tradição secular madeirense, de grande expressão na Ponta do Sol.

Em 1950, após ter passado pela Academia de Música da Madeira, emigrou para o Brasil. Já no Brasil, integrou, durante 12 anos, a Banda Lusitana do Rio de Janeiro e, durante 25 anos, a Banda Portuguesa de Niterói[138,139]. Em 2007, viria a ser alvo de uma homenagem, na sua terra natal, pela Banda Municipal da Ponta do Sol que interpretou algumas das suas composições musicais.

Em 1992, por ocasião da realização, em Câmara de Lobos, do VII Encontro Regional de Tunas, encontramos referências à existência da **Tuna Instrumental da Casa do Povo da Ponta do Sol**. Relativamente à data da sua fundação surgem algumas discrepâncias entre as informações veiculadas na brochura alusiva ao VII

Grupo Coral e Instrumental da Casa do Povo de Ponta do Sol

Encontro de Tunas, que aponta para o ano de 1984 e na brochura alusiva ao IX Encontro de Tunas realizado na Ribeira Brava, que salienta 1992 como o ano na sua fundação, adiantado ainda o dia 5 de Julho, correspondente ao da realização do VII Encontro de Tunas, como o da sua primeira apresentação pública. Em 1992, era formado por 11 elementos, distribuídos por bandolins, braguinhas, rajões e violas. Era seu director artístico Inácio Silva e, para além das suas participações em espectáculos nos vários pontos da ilha da Madeira, também acompanhava musicalmente algumas das actuações do Grupo Coral da Casa do Povo da Ponta do Sol[140]. Em 1994, por ocasião da realização do IX Encontro Regional de Tunas, a brochura então publicada, a propósito desde evento, anuncia este agrupamento musical como **Tuna de Bandolins da Casa do Povo da Ponta de Sol**. Nesta altura era constituído por 17 elementos com idades compreendidas entre os 10 e os 30 anos e continuava a ser seu director artístico, o Prof. José Inácio Silva[141]. Em 1996, tinha como directores artísticos Duarte Inácio e José Inácio da Silva e era composto por 15 elementos com idades compreendidas entre os 12 e os 30 anos que tocavam Bandolins e Violas[142]. Em 2005, era constituído por 12 elementos e tinha como responsáveis José Inácio Silva e Mirla Fernandes[143].

No dia 2 de Agosto de 1981 fundar-se-ia o **Grupo de Folclore da Casa do Povo da Ponta do Sol**. Actualmente designado por **Grupo de Folclore de Ponta do Sol**, a sua criação teve como objectivo: recolher, preservar e divulgar os usos, costumes e tradições da Região Autónoma da Madeira, em particular do concelho da Ponta do Sol. Ao longo da sua existência, tem funcionado como uma autêntica escola de folclore e de vida, onde se promove a formação contínua, teórica e prática das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Desde 1990 encontra-se inscrito na Federação de Folclore Português[144].

O **Grupo Coral e Instrumental da Casa do Povo da Ponta do So**l foi criado por iniciativa do Prof. Inácio Silva, que também assumiria a sua direcção artística[145], aquando da presidência de Laurência Serrado Gaspar, na Casa do Povo. Apresentou-se, pela primeira vez em público, no dia 8 de Setembro de 1990, data que considera como sendo a da sua fundação, numa altura em que a Casa do Povo já possuía um grupo de folclore e um grupo instrumental[146].

É composto por um grupo de 33 coralistas e 22 instrumentistas, de ambos os sexos. Neste grupo encontramos elementos de todas as faixas etárias: jovens, adultos e idosos. Ao longo dos anos, o grupo tem vindo a coleccionar para o seu curriculum várias importantes actuações em festas municipais, festas religiosas, em programas de televisão e em encontros de música coral.

Este grupo tem como objectivo ser um pro-

jecto de educação e sensibilização para a música, destinado a toda a população do conselho. É também seu objectivo divulgar a música portuguesa, profana e religiosa, bem como proporcionar momentos de lazer e convívio entre a população criando condições para a sua expressão e participação. Este projecto pretende também propiciar novos caminhos para a música, tais como a descoberta de aptidões e talentos especiais e também fornecer uma educação estética com base na valorização do património musical português e dar conhecimento de técnicas de colocação de voz e respiração[147].

Em Outubro de 2005 viria a ser criado um grupo infantil, denominado de **Grupo Coral Infanto-Juvenil da Casa do Povo da Ponta do Sol**. Conta com cerca de vinte crianças, com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos de idade e o seu repertório engloba peças infantis de várias épocas[148].

O *Diário de Notícias*, na sua edição de 21 de Agosto de 2008, mencionava a actuação do **Grupo de Castanholas da Casa do Povo da Tabua**. Este grupo apresentou-se, pela primeira vez, em 2006, no I Encontro de Danças de Espadas e Mouriscas, para comemorar os 60 anos do maior ajuntamento de tocadores de castanholas, alguma vez registado na Madeira e que teve lugar, em 1946, na freguesia da Ribeira Brava, por ocasião das festividades em honra de São Pedro, juntando 300 executantes, de todas as idades, originários da freguesia da Tabua. A sua origem prende-se com a necessidade de reavivar esta vetusta tradição, evitando assim o seu desaparecimento.

Hoje inactivo, em 1996 terá surgido na Ponta do Sol, o **Água d'Alto**, um agrupamento musical de pop/rock que foi buscar a sua denominação, à do local onde tinha os seus ensaios. Tinha como seu principal responsável Jorge Conduto[149]. Também no tempo perderam-se outros grupos como os **Zig-Zag** e os **Traquinas**.

A **Banda Fixe**[150] e o conjunto **Nota Dez**[151, 152] são grupos de ritmos modernos actuais com origem no concelho da Ponta do Sol.

A **Banda Fixe** foi fundada a 6 de Junho de 1996, na Ponta do Sol, num percurso que começou quando os seus membros eram adolescentes. É constituída por cinco elementos: Nelson Abreu (baterista); José Abreu (vocalista); Paulo Silva (baixista); Márcio Silva (guitarrista) e por Antelmo Caboz (teclista), que substituiu Ângelo Santos presente na formação inicial. Ao longo da sua existência sofreu um pequeno interregno, entre o terminar da escola secundária e a entrada no mercado de trabalho, mas a vontade de não deixar morrer esta banda permitiu que continuassem juntos. Passada década e meia, a Banda Fixe viria a criar um novo projecto com um percurso diferente do inicial e a que foi dado o nome de os **Cachaços da Junta**. Este novo projecto musical, que inclui vários estilos musicais, desde o reggae ao rock, pretende levar o humor à música e integra os mesmos elementos do grupo original (com o primeiro teclista, Ângelo Santos[153].

No Domingo de Páscoa de 2007, com a denominação de **Grupo Infanto Juvenil Santa Teresa**, surgiria na freguesia dos Canhas um grupo musical, como objectivo incentivar a criatividade e o gosto musical das crianças, em particular daquela localidade. Integrado na Associação Cultural dos Canhas, a iniciativa da sua criação foi do compositor António Sousa. Quanto à denominação de «Santa Teresa», esta ficou a dever-se ao facto de, na freguesia dos Canhas ,existir um monumento a Santa Teresa, um local muito visitado, e pretendiam, com essa denominação uma maior divulgação daquela localidade[154-156].

Em Janeiro 2008, nasceu, no seio da Casa do Povo da Ponta do Sol, o grupo musical **Canta Comigo.** Com origem no núcleo de guitarras da Casa do Povo da Ponta do Sol é constituído por: Jorge Conduto, Sara Ornelas, Florentino Franco, Antelmo Franco, Sidónio Pestana e Ricardo Correia, a sua estreia teve lugar no dia 27 de Janeiro de 2008[157].

NOTAS:

1 *Diário de Notícias*, 1 de Agosto de 1888.
2 *Diário de Notícias*, 9 de Julho de 1895.
3 RIBEIRO, João Adriano. *Ribeira Brava – Subsídios para a história do concelho*, 1998.
4 Livro 476 ARM, fls. 93 do tabelião Júlio Augusto Pereira.
5 Na sessão camarária de 24 de Junho de 1933, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, informa o restante elenco da vontade dos dirigentes da Banda de Música da Ribeira Brava em ver atribuído a esta banda o título de Banda Municipal, comprometendo-se a dar concertos nos dias em que a Câmara indicar. Nesse sentido propõe a atribuição do título de Banda Municipal e de um subsídio de mil escudos, mas unicamente a serem confirmados em sessão posterior, quando houvesse sido efectuado um acordo com a banda. Esse acordo é efeito e, na sessão do dia 1 de Julho de 1933, a Banda União Ribeirabravense passa a Municipal.
6 *Diário da Madeira*, 13 de Setembro de 1914.

7 *Diário da Madeira*, 26 de Junho de 1939.
8 *Diário de Notícias*, 20 de Março de 1877
9 *O Direito*, 1 de Julho de 1876.
10 Cf. José Feliciano da Cruz, regente da Banda Municipal da Ponta do Sol.
11 João Joaquim de Faria era natural da freguesia da Ponta de Sol, onde nasceu no dia 29 de Março de 1901 e onde faleceu no dia 21 de Outubro de 1985. Era filho de Manuel Joaquim Faria e de Maria Isabel Gonçalves. Casou, na Ponta de Sol, no dia 17 de Setembro de 1937 com Maria Conceição da Silva, de quem houve geração. Carpinteiro de profissão, desde muito cedo terá tido contacto com a música, muito provavelmente com a Filarmónica Príncipe de Oldemburgo, constando que aos 16 anos já teria responsabilidades de regência. Com essas funções viria a estar tanto na Banda Municipal da Ponta de Sol como na Banda Municipal da Ribeira Brava. A emigração, na procura de melhores condições de vida, também o levaria a abandonar, por duas ou três vezes, a Madeira, primeiro para o Brasil e, depois para a Venezuela.
12 *Diário de Notícias*, 23 de Julho de 1921.
13 *Diário de Notícias*, 5 de Agosto de 1921.
14 *Diário de Notícias*, 29 de Julho de 1922 e de 19 de Agosto de 1922.
15 Segundo João Adriano Ribeiro em "As Bandas da Ponta do Sol", João Faria terá emigrado para o Brasil e, vários anos depois, regressou e foi ensaiar a Banda da Ribeira Brava.
16 *Diário da Madeira*, 6 de Agosto de 1933.
17 Manuel Vieira era natural da freguesia de Machico, onde nasceu no dia 28 de Março de 1901, tendo falecido no Arco de São Jorge, no dia 10 de Novembro de 1983. Era filho de João Vieira Júnior e de Maria Madalena. Foi casado por duas vezes, a última das quais, aos 76 anos, em São Pedro, Funchal, no dia 15 de Outubro de 1977, com Maria da Conceição Farinha. Foi regente da Banda Municipal da Ponta do Sol (1935), mudando-se depois para a Banda Municipal da Ribeira Brava, onde ocuparia idênticas funções e donde saiu em 1938, para dirigir a Banda Municipal de Santana. Em Santana terá exercido as funções de regente durante cerca de 9 anos, ou seja, até 1947, altura em que é substituído por António Francisco Marques, chefe da Banda Militar da Madeira, permanecendo, contudo, na banda, na qualidade de sub-regente e com a responsabilidade de dirigir a banda nos arraiais. Em 1952, transfere-se para a Banda de Nossa Senhora de Fátima do Arco de São Jorge, onde sucede a Silvano Abreu Cardoso, na sua regência e onde haveria de permanecer nessas funções até 1977, para voltar no ano seguinte, onde se mantém até 1980.
18 Manuel Olímpio da Silva era natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Aparecida, de Santos, Brasil, onde nasceu em 1896, tendo falecido na Ribeira Brava, onde residia, no dia 10 de Novembro de 1963, aos 67 anos de idade. Era filho de António Gomes da Silva, natural da freguesia da Tabúa e de Georgina Fernandes da Silva, natural da Ribeira Brava. Casou, na Ribeira Brava, a 14 de Novembro de 1928, numa altura em que tinha a profissão de contínuo da Câmara Municipal da Ribeira Brava, com Conceição Celeste Marques Macedo de Sousa e Silva, de quem houve Hamilton Leonildo Silva. Foi músico e regente da Filarmónica do Campanário; co-fundador, em 1912, da Filarmónica União Musical Ribeirabravense; fundador e regente de uma denominada Tuna Ribeirabravense, surgida em 1925 e, entre 1938 e 1961, regente da Banda Municipal da Ribeira Brava. Foi funcionário da Câmara Municipal da Ribeira Brava.
19 Luís Velez Pina era natural da freguesia de Ervedal, concelho de Aviz, onde nasceu a 8 de Setembro de 1914, tendo falecido, no Funchal, no dia 30 de Abril de 1994, sem descendentes. Era filho de Joaquim Pina e de Maria Velez. Casou, em primeiras núpcias, no Funchal, no dia 18 de Junho de 1942, com Efigénia de Jesus Gonçalves; em segundas núpcias, no dia 29 de Março de 1966, com Maria de Jesus Gonçalves e, em terceiras núpcias, no dia 20 de Maio de 1978, com Maria Celidónia Eunata Teixeira Pina. Em 1951, numa altura em que tinha a patente de Furriel, assumiria a regência da Banda Municipal de Santana, onde permaneceu até finais de Abril de 1959. Terá estado também, durante algum tempo, na direcção artística da Filarmónica Recreio Calhetense e, entre 1961 e 1963, foi regente da Banda Municipal da Ribeira Brava.
20 Abílio Hernâni Augusto Pinto Ribeiro era natural do Continente, onde nasceu e viria a falecer. Foi 1º sargento músico e subchefe da Banda Militar e chefe dos Guerrilhas e, ainda, na década de 60 do século XX, também regente da Banda Municipal da Ribeira Brava. São-lhe também atribuídas qualidades na composição musical.
21 Tito Abílio da Silva era natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu no dia 12 de Setembro de 1937 e onde faleceu a 10 de Dezembro de 2008. Era filho de João [Quirino] da Silva e de Maria Matilde da Silva, de quem houve descendência. Iniciou a sua formação musical aos 14 anos, na Banda Recreio Camponês, com o mestre Ornelas, tendo, aos 15 anos, saído a tocar cornetim, na festa do Espírito Santo, na Camacha. Em Abril de 1958 ingressou no exército, passando a integrar, em Setembro do mesmo ano a Banda Militar. Durante alguns meses esteve à frente da direcção artística da Banda Filarmónica do Faial, para depois exercer as mesmas funções na Banda Municipal da Ribeira Brava. Durante vários anos foi presidente da Direcção da Banda Recreio Camponês.
22 Manuel João Pereira Esteves é natural da freguesia do Faial, onde nasceu no dia 23 de Maio de 1943. É filho de Manuel Pereira Esteves e de Ângela Martins de Gouveia. Teve o seu primeiro contacto com a actividade musical aos 14 anos, quando entrou, como aprendiz, na Filarmónica do Faial, onde saiu a tocar no ano seguinte. Assentou praça aos 18 anos, como voluntário, ingressando na Banda Militar. A par da carreira militar, onde atingiria a patente de 1º Sargento, frequentou o Conservatório de Música da Madeira, onde conclui o curso de Clarinete, ingressando, depois no seu quadro docente. Por volta de 1968 é convidado para a direcção artística da Filarmónica do Faial, onde permanece até 1970, altura em que é mobilizado para o Ultramar. Em 1976, assume a direcção artística da Banda Municipal da Ribeira Brava, cargo que abandona em 1979, altura em que assume responsabilidades docentes no Conservatório de Música da Madeira.
23 Virgílio Vieira Marques dos Ramos, era natural do Monte, Funchal, onde nasceu a 25 de Janeiro de 1941, tendo falecido, a 14 de Dezembro de 2006. Era filho de João Marques Ramos e de Maria Vieira dos Ramos. Casou, em primeiras núpcias, a 2 de Julho de 1962, com Rita Maria de Jesus Ramos, de que posteriormente se divorciou e, em segundas núpcias, a 8 de Dezembro de 1990, com Maria Isabel Cabral do Couto. Iniciou a sua formação musical na Banda Distrital do Funchal, ingressando, a 7 de Setembro de 1959, como voluntário, no exército. Foi executante de clarinete na Banda Militar, tendo ascendido aos postos de Sargento músico, Sargento-ajudante, a 10 de Agosto de 1983, a Alferes, a 10 de Agosto de 1984, a Tenente, a 10 de Agosto de 1987, a Capitão e, a 1 de Outubro de 1995, a Major Chefe de Banda de Música. Chefiou as Bandas Militares da Zona Militar dos Açores, Madeira, dos Regimento de Infantaria de Queluz, Carregueira e ainda a Banda do Exército. Foi ainda professor de história da Música nos cursos para formação de Sargentos. Foi o regente fundador da Banda da Casa do Povo do Porto Santo e, regente da Banda Municipal de Câmara de Lobos.

24 José Nascimento Gomes da Silva é natural da freguesia de São Martinho, onde nasceu no dia 1 de Março de 1947. É filho de Luís Gomes da Silva e de Filomena Pereira da Silva. Casou no Funchal no dia 21 de Dezembro de 1968 com Maria Ferreira Rodrigues da Silva de quem houve geração. Iniciou o seu contacto com a música aos 12 anos na Banda Distrital do Funchal, onde depois viria a ser seu executante. Esteve durante cerca de 10 anos como executante da Banda Municipal da Ribeira Brava, sete dos quais acumulando com a sua regência. Profissionalmente foi cobrador em empresas comerciais sitiadas no Funchal.

25 José António Nunes de Faria era natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu no dia 1 de Dezembro de 1954, tendo falecido, na Ribeira Brava, a 20 de Março de 2008. Era filho de Martinho Nunes Gomes Faria e de Beatriz Natividade Martins de Barros.

O seu primeiro contacto com a música adveio da sua participação num coro da paróquia de São Sebastião, dirigido pelo mestre Dominguinhos. Aos 11 anos, aprende os primeiros rudimentos de solfejo, aprendizagem que se intensifica, aos 14 anos, numa altura em que havia deixado o coro e ingressara na Banda Municipal de Câmara de Lobos, como aprendiz de requinta, onde sai a tocar, pela primeira vez, aos 15 anos.

Em 1973, ingressa no exército, como voluntário, sendo colocado na Banda Militar da Madeira. No ano seguinte, matricula-se no Conservatório de Música, em violino e, dois anos depois, em clarinete, formação que conclui em 1980. Em 1977, aos 23 anos de idade, de executante passa director artístico da Banda Municipal de Câmara de Lobos, donde sai em 1986. Neste ano, funda, conjuntamente com alguns músicos, a Banda Orquestral de Câmara de Lobos, "Os Infantes". Dirige esta banda até 1991, altura em que assume a direcção artística da Banda Municipal da Ribeira Brava. Em 1998, assume a direcção artística da Banda Municipal do Funchal, onde se mantém até à sua morte. Para além da direcção musical, José António Gonçalves foi também professor no Conservatório de Música e tem um significativo número de composições e arranjos musicais, onde se destacam várias marchas de aniversário, compostas para as filarmónicas por onde passou. Participou em vários cursos de formação, nomeadamente num curso do INATEL, para regentes de bandas, num curso internacional de clarinete e num curso de compositor de música para bandas.

26 Nas suas edições de 19 de Março, de 7 de Abril e de 12 de Abril de 1997, o *Diário de Notícias* refere-se aos conflitos registados entre José António Nunes Faria, director artístico da Banda Municipal da Ribeira Brava e José Manuel Faria, presidente da sua direcção.

27 *Diário de Notícias*, 19 de Março de 1997. José António Faria abandona a Banda Municipal da Ribeira Brava, na sequência de um conflito entre ele e o presidente da Direcção da Banda.

28 Manuel Alexandre Freitas de Sousa é natural da freguesia da Ribeira Brava, onde nasceu no dia 24 de Abril de 1967. É filho de Manuel Pereira de Sousa e de Maria Julieta de Freitas. Iniciou a sua formação musical, aos 13 anos, na Banda Municipal da Ribeira Brava. Em 1986 ingressa, como voluntário, na Banda Militar da Madeira. Frequenta o Conservatório de Música da Madeira durante 5 anos e, entre 1988 e 1991 assume a regência da Banda Municipal da Ribeira Brava.

29 Alberto Cláudio de Sousa Barros é natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu, no dia 16 de Setembro de 1954. É filho de Alberto Cláudio Barros e de Maria Fernanda Sousa. Iniciou a sua formação musical na Banda Municipal de Câmara de Lobos, vindo depois a aperfeiçoar os seus conhecimentos musicais com Raul Serrão. Frequentou um curso de regentes amadores de bandas, promovido pelo INATEL. Desde Fevereiro de 1990 está à frente da direcção artística da Banda Municipal de Câmara de Lobos, responsabilidades que, desde 1997, também tem vindo a exercer na Banda Municipal da Ribeira Brava.

30 Francisco António de Faria era natural da freguesia da Ribeira Brava, onde nasceu em 1879, e onde viria a falecer, no dia 5 de Dezembro de 1966, aos 87 anos de idade. Era filho de Constantino de Abreu de Faria e de Maria Rita de Macedo. Casou com Elvira da Nazaré Barreto, na Ribeira Brava, no dia 25 de Julho de 1900, aos 21 anos de idade, numa altura em que exercia a profissão de sapateiro e de quem houve geração. Foi fundador e regente da Filarmónica União Musical Ribeirabravense e depois, também, o primeiro regente da Banda Recreio Musical Ribeirabravense.

31 *Diário Popular*, 21 de Abril de 1904.

32 *Diário Popular*, 8 de Julho de 1904.

33 *Diário Popular*, 31 de Agosto de 1904.

34 *Diário Popular*, 21 de Julho de 1905.

35 *Diário de Notícias*, 13 de Outubro de 1906.

36 *Diário de Notícias*, 1 de Agosto de 1907.

37 *Diário Popular*, 19 de Julho de 1907.

38 *Diário de Notícias*, 17 de Julho de 1907.

39 *Diário de Notícias*, 1 de Agosto de 1907.

40 *Diário de Notícias*, 31 de Julho de 1909.

41 Uma notícia publicada no *Diário de Notícias* de 25 de Fevereiro de 1912 informava que se estava organizando, na freguesia da Ribeira Brava, uma nova filarmónica denominada de "União Musical Ribeirabravense", sob a regência do Sr. António Faria e que os estatutos brevemente seriam submetidos à apreciação do Governador Civil.

42 *Diário da Madeira*, 14 de Julho de 1918.

43 *Diário de Notícias*, 29 de Julho de 1922.

44 Agostinho Eusébio José Ferreira é natural da Ribeira Brava onde nasceu no dia 29 de Outubro de 1932. É filho de Agostinho Ferreira de Benta de Abreu.

45 Abel Teixeira Mendes é natural da freguesia do Porto da Cruz, onde nasceu no dia 28 de Agosto de 1936. É filho de António Teixeira Mendes e de Maria de Freitas Basílio. Desde criança sempre teve grande gosto pela música, tendo recebido os primeiros ensinamentos de seu pai que, para além de lhe ter oferecido um clarinete, instrumento, porque sentia simpatia, lhe ensinou a tocar rajão e gaita-de-beiços. Aos 18 anos ingressa como aprendiz de clarinete na Banda Distrital do Funchal, onde depois vem a ser seu executante e, durante cerca de 14 anos (1973 a 1985), director artístico. Aos 20 anos, assenta praça, ingressando em Julho de 1957, como aprendiz, na Banda Militar da Madeira, onde atinge a patente de Sargento-chefe. Enquanto músico profissional da Banda Militar da Madeira, foi 1º clarinete solo, professor de instrumentos de sopro, professor de técnicas, de história da música e ainda chefe da banda. Foi também, durante dez anos, solista de clarinete na antiga Orquestra de Câmara da Madeira. Em 1985, foi seleccionado pelo Estado-maior do Exército Português para prestar serviço na Banda de Música das Forças de Segurança de Macau, na qualidade de professor e director artístico, tendo desempenhado as referidas funções até 1998. Foi professor de educação musical no Colégio de D. Bosco em Macau entre 1989 e 1993. Entre 1968 e 1973 foi chefe da Banda Nova da Ribeira Brava. Habilitado com o Curso de Clarinete da Academia de Música da Madeira, desde Setembro de 1998 lecciona a classe de clarinete e Formação Musical no Conservatório – Escola das Artes e desde 2000 passou a coordenar e leccionar na Extensão do Porto Santo, as classes de iniciação musical infantil, formação musical, sopros, percussão e canto.

46 João Gomes Henriques de Sousa, é natural da freguesia

de São Martinho, onde nasceu, a 15 de Junho de 1947. É filho de João de Sousa e de Constantina de Jesus. Teve o primeiro contacto com a actividade musical, aos 14 anos, como aprendiz de cornetim, na Banda Distrital do Funchal, mudando depois para o trompete. Aos 19 anos, ingressa como voluntário no exército, sendo integrado na Banda Militar, onde foi executante de Fliscorne e onde atingiu a patente de Sargento-Chefe, tendo, sido subchefe músico e, durante cerca de dois anos, exercido responsabilidades de chefe interino da Banda Militar da Madeira. Foi executante em várias das filarmónicas regionais, nomeadamente, na Banda Municipal de Santa Cruz, Artistas, Paul do Mar e Banda Receio Camponês. Foi director artístico da Banda Municipal de Santana (1972-1973); da Filarmónica Recreio Ribeirabravense (Banda Nova da Ribeira Brava) (1973-1977); da Banda Recreio Camponês; da Banda Distrital do Funchal, por duas vezes; da Orquestra Ligeira da Madeira (1993-1997) e, desde, 1990, da Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade, do Porto Santo.

47 *Diário de Notícias*, 3 de Outubro de 1903.

48 *Diário Popular*, 8 de Julho de 1904.

49 *Diário Popular*, 7 de Setembro de 1907.

50 *Diário de Notícias*, 12 de Agosto de 1909.

51 *Diário de Notícias*, 15 de Agosto de 1909.

52 *Diário da Madeira*, 31 de Julho de 1917.

53 Carlos Piedade era natural da freguesia do Campanário, onde nasceu a 28 de Outubro de 1899 e faleceu a 18 de 1957. Era filho de Manuel da Piedade e de Francisca Augusta Gonçalves. Casou por duas vezes, a primeira com Maria Elisa Gonçalves, de quem houve João Maximiano Gonçalves da Piedade e a segunda, com Alice Gonçalves de Jesus, de quem houve Agostinho Gonçalves da Piedade e Conceição Gonçalves da Piedade. Terá sido um dos executantes da primeira filarmónica do Campanário, surgindo, anos mais tarde, em 1938, como regente da nova filarmónica do Campanário.

54 *Jornal da Madeira*, 19 de Agosto de 1938.

55 José Manuel Correia Gomes e Silva é natural da freguesia da Serra de Água, ainda que no seu registo de nascimento conste o Monte. É filho de José Dinis Gomes e Silva e de Maria de Abreu Correia. O gosto pela música surgiu, através do contacto, num bar que seu pai tinha na Serra de Água, com músicos naturais desta freguesia, pertencentes à Banda Nova da Ribeira Brava e que ali paravam frequentemente. Aos 14 anos, às escondidas dos pais, *fugia de casa* para aprender solfejo e saxofone, na Banda Nova da Ribeira Brava, numa altura em que era chefe, Abel Teixeira Mendes, tendo saído a tocar cerca de seis meses depois. Aos 18 anos, assenta praça, como voluntário, no exército, tendo ingressado na Banda Militar da Madeira. Nesta altura, para além da Banda Militar e da Banda Nova da Ribeira Brava, chega a ser músico convidado na Banda Municipal de Santa Cruz e do Paul do Mar. Em 1975, emigra para a Venezuela, onde para além da sua actividade profissional, chega a frequentar o Conservatório de Música de Caracas, no curso de clarinete, a tocar na Orquestra Sinfónica da Venezuela e numa filarmónica local. Foi também um dos elementos fundadores e presidente da Direcção da Banda Recreativa Madeirense da Venezuela, banda que, em Junho de 1988, faz uma digressão à Madeira. Cerca quatro meses depois, regressa à sua terra natal, tendo sido convidado para dar corpo à fundação da Filarmónica da Casa do Povo de São Vicente. Depois de cerca de dez anos, abandona-a e funda a filarmónica da Serra de Água.

56 *Diário da Madeira*, 4 de Janeiro de 1916.

57 *Diário da Madeira*, 13 de Junho de 1925.

58 *Diário de Notícias*, 22 de Fevereiro de 1938.

59 Brochura publicada em 1996 a propósito do XI Encontro Regional de Tunas.

60 Brochura publicada a propósito do IX Encontro Regional de Tunas. Ribeira Brva, 7 de Agosto de 1994.

61 *Jornal da Madeira*, 4 de Julho de 1989.

62 Brochura publicada em 1994 a propósito do IX Encontro Regional de Tunas.

63 Brochura publicada em 1996 a propósito do XI Encontro Regional de Tunas.

64 http://www.cm-ribeirabrava.pt/instituicoes_culturais.htm.

65 Corte, E. *A Importância das Romarias para o Conhecimento do Folclore Madeirense*. Xarabanda Revista, 2:13-15, 1992.

66 Brochura do VII Encontro Regional de Tunas. Câmara de Lobos, 1992.

67 Brochura publicada em 1996 por ocasião da realização do IX Encontro Regional de Tunas da Madeira.

68 Brochura publicada em 1994 por ocasião da realização do IX Encontro Regional de Tunas.

69 *Jornal da Madeira*, 1 de Maio de 1996.

70 Brochura publicada em 1996 por ocasião da realização do XI Encontro Regional de Tunas da Madeira.

71 *Jornal da Madeira*, 4 de Maio de 1997.

72 http://www.cm-ribeirabrava.pt/instituicoes_culturais.htm.

73 *Diário de Notícias*, 26 de Julho de 1999.

74 *Diário de Notícias*, 21 de Dezembro de 1996.

75 *Jornal da Madeira*, 19 de Setembro de 1953.

76 *Eco do Funchal*, 28 de Agosto de 1955.

77 http://www.cm-ribeirabrava.pt/instituicoes_culturais.htm.

78 Brochura do XVII Encontro de Grupos Corais da RAM. Calheta, 14 de Novembro de 2004.

79 A Casa do Povo da Serra de Água foi fundada no dia 14 de Agosto de 1996.

80 *Diário de Notícias*, 1 de Outubro de 2006 e *Diário de Notícias*, 30 de Outubro de 2007.

81 *Diário de Notícias*, 18 de Outubro de 1998.

82 Brochura publicada por ocasião do XX Encontro de Tunas e Orquestras de Bandolins. Fórum Machico, 30 de Outubro de 2005.

83 Brochura publicada por ocasião do XX Encontro de Tunas e Orquestras de Bandolins. Fórum Machico, 30 de Outubro de 2005.

84 *Diário de Notícias*, 18 de Outubro de 2006.

85 *O Direito*, 9 de Fevereiro de 1884.

86 *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1884. Dois dias antes a banda havia tocado no passeio público da vila sob a direcção de Agostinho Martins

87 *Diário de Notícias*, 17 de Junho de 1885

88 No *Diário de Notícias* de 8 de Outubro de 1895 encontramos esta banda a actuar na festividade de Nossa Senhora do Livramento, na Ponta do Sol com a denominação de Filarmónica Restauração.

89 No Almanaque Madeirense para 1908 surge a notícia de uma filarmónica existente na Ponta do Sol, denominada de Filarmónica Restauração de Portugal, fundada por Agostinho Martins.

90 *O Direito* na sua edição de 25 de Maio de 1884, refere que no dia seguinte celebrar-se-ia a festa da Ascensão, na igreja paroquial da Ponta do Sol e que tocaria a banda denominada "O primeiro de Dezembro" pertencente à mesma vila.

91 O *Diário de Notícias* de 28 de Junho de 1888 e de 29 de Janeiro de 1897 entre outros, faz referência à actuação da Banda do Príncipe d'Oldenbourg para se referir à filarmónica pontasolense.

92 O príncipe d'Oldembrugo faleceu a 20 de Janeiro de 1886.

93 *Diário de Noticias*, 4 de Outubro de 1884.

94 Pese o facto de na fonte donde é extraída esta informação, constar o ano de 1884, tratar-se-á de um erro, uma

vez que os instrumentos nunca poderiam ter chegado antes da oferta, o que aconteceu a 2 de Outubro de 1884.

95 *O Direito*, 5 de Dezembro de 1885.

96 *O Direito*, 5 de Dezembro de 1885.

97 *O Direito*, 5 de Dezembro de 1885.

98 *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1909.

99 *Jornal da Madeira*, 3 de Agosto de 1924; cf. Tb. *Jornal da Madeira*, 3 de Julho de 1924 e *Diário de Noticias*, 31 de Julho de 1924.

100 *São outorgados por: Agostinho Gonçalves da Canha Júnior; João Varela de Menezes; Óscar de Freitas Pita; Manuel António; João Teixeira; José Alves Pita; António Abreu Nascimento; João Abreu Aleixo; António Jesus; Manuel Pereira; Luís Bernardo Pereira.*

101 Agostinho Martins Júnior foi um distinto músico, destacando-se como rabequista e violinista. Era natural do Funchal, onde nasceu em 1841 e faleceu a 9 de Abril de 1909. Aos dez anos de idade, seu pai ensina-lhe os primeiros rudimentos de música e pouco tempo depois torna-se num dos discípulos do violinista Agostinho Rubio. Em 1877, fundou a Sociedade de Concertos Funchalense. A este propósito o *Diário de Notícias* de 5 de Outubro de 1877, referia que *Agostinho Martins* [...] *distinto rabequista que entre nós tanto admirávamos, acha-se entre nós* [vindo de Lisboa] *e animado dos melhores desejos de nos dar nas longas noites de inverno alguns concertos de boa música, acompanhado dos nossos amadores, trata de fundar para esse fim uma sociedade filarmónica de concertos*.

Em 1881, a propósito de um concerto de beneficência realizado em benefício da Conferência de São Vicente de Paulo, *O Direito* no seu nº 1772 refere que *o público funchalense conhece-o de há muito, mas não o tinha apreciado ainda numa nova fase da sua carreira musical. Nós, ao vê-lo sobraçando o violoncelo, tivemos um estremecimento de receio. Seria o mesmo Agostinho, daquela melodia e doce rebeca de outrora? Iriamos ter saudades do passado?.. Deviamos passar por uma nova surpresa: o violoncelo ia gemer e chorar nas mãos dele, como outrora a rebeca; o sentimento, a inspiração vivem nele ainda. Bravo!*

Em 1882, funda, na freguesia da Ponta do Sol, a Filarmónica Restauração de Portugal, depois conhecida por Filarmónica príncipe D'Oldemburg e Banda Municipal da Ponta do Sol.

A 28 de Janeiro de 1893 funda a Academia de Amadores de Música Marcos de Portugal. No dia da sua inauguração, *O Direito* refere que *Agostinho Martins, o fundador desta Academia, provou uma vez mais que é um grande artista e que possui o folgo sagrado da sublime arte, que imortalizou Rossini, Wagner, Beethoven e outras estrelas de primeira grandeza no mundo musical.*

Nos últimos anos da sua vida, Agostinho Martins organizou um sexteto com o seu nome.

102 *Diário de Notícias*, 17 de Junho de 1885; *Diário de Noticias*, 25 de Agosto de 1887 e *Diário de Notícias*, 28 de Junho de 1888.

103 *Diário de Notícias*, 3 de Junho de 1897.

104 É provável que corresponda a Francisco Luís de Andrade, natural da freguesia da Ponta do Sol, nascido, por volta de 1868. Era filho de Narciso de Andrade, natural da freguesia da Sé e de Angélica Emília de Andrade, natural da Ponta do Sol, Casou na freguesia da Tabua a 13 de Fevereiro de 1888, com Isabel Maria de França, aos 20 anos de idade, sapateiro e analfabeto [Livro 3874, fls. 4].

105 *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1909.

106 José Feliciano da Cruz era natural de Beja, onde nasceu por volta de 1861. Era filho de José Maria da Cruz e de Maria Augusta, naturais de Braga. Casou, aos 23 anos de idade, em Santa Luzia, no dia 4 de Agosto de 1884, com Augusta de Jesus Sequeira, de 28 anos, natural de Santa Luzia, filha de António Gonçalves Sequeira, natural da Calheta e de Emília de Jesus, natural de Santa Luzia. Na altura do seu casamento era músico de 3ª classe do Batalhão de Caçadores, 12. Em Julho de 1891, numa altura em que era músico de 1ª classe, por morte de Miguel Jorge Gomes, maestro da banda regimental de caçadores 12, tinha assumido provisoriamente o seu lugar [Diário de Noticias, 22 de Julho de 1891]. Em Novembro desse mesmo ano, encontramo-lo a dirigir uma orquestra, por ocasião de uma festa de aniversário do Governador Civil e, numa altura em que ainda estava à frente da banda regimental, onde permaneceu até finais de Novembro de 1891. Foi regente da Filarmónica D. Carlos I, actualmente Banda Municipal de Machico, da actual Banda Municipal da Ribeira Brava e da Filarmónica Príncipe de Oldemburgo, onde o encontramos em actividade entre 1909 e, pelo menos 1911 [Diário de Noticias, 20 de Julho de 1911].

107 *Diário de Notícias*, de 20 de Julho de 1911.

108 *Diário da Madeira*, 11 de Agosto de 1916.

109 Artur Maria Lopes era natural da freguesia de São Pedro, onde nasceu, no dia 10 de Novembro de 1877, e onde faleceu, a 9 de Janeiro de 1963, aos 85 anos de idade. Era filho de José Maria Lopes, natural da freguesia de Santo António e de Celina de Jesus Lopes, natural de São Pedro. Casou em São Pedro, com Virgínia Maria Gomes, no dia 19 de Novembro de 1896, numa altura em que tinha 19 anos de idade e era aprendiz de música no Regimento de Caçadores 12. Foi músico de Infantaria, onde atingiu a patente de sargento, com a qual se haveria de reformar. Foi regente de várias filarmónicas, havendo registos da sua presença na Filarmónica Recreio dos Lavradores (1910-1915); na Filarmónica Recreio Camponês; na Filarmónica da Ponta do Sol (1916); na Banda da Escola de Artes e Ofícios (1923-1934) e na Filarmónica Academia Musical de Instrucção e Recreio, também conhecida por Banda do Sr. Crispim (1934).

110 *Diário da Madeira*, 21 de Fevereiro de 1929. É possível que Eduardo dos Passos corresponda a um antigo executante da Banda Municipal do Funchal.

111 *O Jornal*, 27 de Junho de 1940.

112 Alberto Bernardo Pereira era natural da freguesia da Ponta do Sol, onde terá nascido em 1915, no sítio do Lemes. Era filho de António Bernardo Pereira e de Maria Augusta da Luz. No dia 22 de Junho de 1940, numa altura, em que tinha 25 anos e acumulava as funções de empregado do Club Recreativo Pontasolense, com as de regente da Banda Municipal da Ponta do Sol, viria a falecer, vítima de uma queda.

113 *O Jornal*, 17 de Junho de 1947.

114 Francisco Fernandes da Silva Júnior era natural da freguesia de Câmara de Lobos, onde nasceu no dia 14 de Abril de 1894 e onde faleceu, aos 88 anos, no dia 26 de Agosto de 1982. Era filho de Francisco Fernandes da Silva e de Idalina Adelaide da Silva, neto paterno de José Fernandes e de Maria Joaquina e neto materno de Luís da Silva Henriques e de Maria Constança Sousa. Casou, em Câmara de Lobos, em 1920, com Maria Isabel Jardim, de quem houve descendentes. Foi durante cerca de 50 anos, entre Novembro de 1916 e 1967, regente da Banda Municipal de Câmara de Lobos. Em 1916, antes de ocupar, como titular, a regência da Filarmónica Recreio dos Lavradores, apesar de ainda muito jovem revelara-se um bom executante de cornetim e um bom conhecedor da arte musical, substituindo, na regência da Banda, nos seus impedimentos, o então regente, João Rodrigues do Nascimento. Para além da direcção artística da Banda Municipal de Câmara de Lobos, o Mestre Francisco, como era mais conhecido, foi também regente da Tuna da Juventude Católica de Câmara de Lobos, do Grupo Musical 1º de Dezembro de 1940 e, ainda, da Banda Mu-

nicipal da Ponta do Sol. Ao longo da sua carreira musical deixou alguns arranjos e comp

115 Cf. Manuel Vieira, regente da Banda Municipal da Ribeira Brava.

116 O Sargento Castro seria natural da freguesia de Santo António.

117 É provável que Óscar Félix, corresponda ao Sr. Óscar, escrivão do Tribunal da Ponta do Sol e que terá sido regente da Banda Municipal da Ponta do Sol, durante dois anos, ou seja durante o tempo que demorou a sua comissão de serviço na Ponta do Sol. Terá sido ele quem elaborou, a 4 de Fevereiro de 1944, os estatutos da Banda Municipal da Ponta do Sol, que viriam a ser aprovados pelo Governo Civil por alvará de 25 de Julho de 1944.

118 Cf. João Joaquim de Faria, regente da Banda Municipal da Ribeira Brava.

119 [Rostos e Traços, pg.70]

120 José Humberto Vieira dos Vais é natural da freguesia da Piedade, Ilha do Pico, Açores, onde nasceu no dia 19 de Novembro de 1951. É filho de Virgílio Vieira dos Vais e de Júlia Amélia dos Santos. Iniciou a sua actividade musical, em 1969, na Filarmónica União Ribeirabravense, dos Açores, como aprendiz de trombone. Em 1971, assentou praça no Funchal, como voluntário, tendo ingressado na Banda Militar da Madeira. Ao longo da sua carreira militar atingiu a patente e Sargento-ajudante Músico tendo tocado trompete e trompa de harmonia. Foi regente da Banda Municipal de Santana e primeiro regente da Banda Municipal da Ponta do Sol.

121 Leonel Cipriano Vieira, é natural da freguesia do Monte, onde nasceu a 16 de Setembro de 1928. É filho de João Faustino Vieira e de Isabel de Ascensão Vieira. É músico da Banda Municipal desde 1944, altura em que aprendeu as primeiras notas musicais. Nesta colectividade chegou, em 1957, a chefiar uma sua orquestra e, entre 1975 e 1989, a própria banda. Entre 1984 e 2000, foi regente da Banda Municipal da Ponta do Sol. No dia 20 de Agosto de 1958 foi alvo de uma homenagem com o descerramento da sua fotografia na sede da Banda Municipal do Funchal.

122 Duarte Costa Inácio é natural da freguesia dos Canhas, onde nasceu a 27 de Abril de 1974. É filho de Manuel da Silva Inácio Júnior e de Francisca Costa. É professor do ensino básico. Iniciou a sua formação musical, em 1983, aos nove anos, na Banda Municipal da Ponta do Sol, tendo saído a tocar, aos 11, como executante de requinta. Na altura em que frequentava o 10º ano de escolaridade, ingressa no Conservatório de Música da Madeira. Em Janeiro de 2000, assume a direcção artística da Banda Municipal da Ponta do Sol [*Jornal da Madeira*, 1 de Dezembro de 2000].

123 Élio Cristiano Gomes Jardim é natural da freguesia da Ponta do Sol, onde nasceu no dia 24 de Julho de 1975. É filho de José Alexandre da Costa Jardim e de Maria Teresa Gomes Lira. Iniciou os seus estudos em música na Casa do Povo da Ponta do Sol com apenas 5 anos de idade, tendo ingressado, aos 10 anos, na Banda Municipal já com 10 anos. Contudo a sua primeira actuação nesta instituição aconteceu mais tarde, aos catorze anos, não tendo desde então deixado esta instituição. É licenciado em Educação Musical pela Escola Superior de Educação de Lisboa e exerce a profissão de Professor de Educação Musical na Escola B+S Padre Manuel Álvares desde o ano 2000. Como executante tem vindo a colaborar em diversos eventos e em diversos agrupamentos, de entre os quais várias bandas filarmónicas regionais, Pestana Big Band, Big Band do curso de jazz do Cepam, Orquestra Clássica da Madeira, Dixieland Jazzband do Cepam, Orquestra de Sopros do Cepam, trupes de carnaval, etc. É autor de algumas das marchas de aniversário desta instituição bem como de alguns arranjos de músicas ligeiras. É presidente da Direcção da Banda Municipal da Ponta do Sol desde 2006 e, em Abril de 2007, assume o cargo de maestro. Na qualidade de maestro dirigiu esta colectividade nos seguintes concertos: "Homenagem a Moisés Alves Pita" , concerto do "IV Festival de Bandas Filarmónicas da Ponta do Sol", o Concerto integrado nas Festas do Concelho da Ponta do Sol, em Setembro de 2008 e no Encontro de Bandas da Ribeira Brava [13 de Outubro de 2008].

124 http://www.pontadosol.pt/Default.aspx?ID=87

125 http://www.bandamunicipaldapontadosol.pt.v

126 *Diário Popular*, 16 de Junho de 1906.

127 *Diário da Madeira*, 25 de Julho de 1918.

128 *Diário da Madeira*, 8 de Junho de 1938.

129 Fernandes, Danilo José. *O folclore em eventos sociais entra 1850 e 1948*, Funchal: G.F.E.B.N, 1999, p. 36, 42.

130 *Diário da Madeira*, 15 de Agosto de 1939.

131 *Diário da Madeira*, 18 de Agosto de 1939.

132 Fernandes, Danilo José. *O folclore em eventos sociais entre 1850 e 1948*, Funchal: G.F.E.B.N, 1999, p 60-61.

133 *Eco do Funchal*, 23 de Setembro de 1945.

134 *Jornal da Madeira*, 13 de Agosto de 1955.

135 *Jornal da Madeira*, 2 de Setembro de 1955.

136 *Jornal da Madeira*, 14 de Setembro de 1955.

137 Fernandes, Danilo José. *O folclore em eventos sociais entre 1850 e 1948*, Funchal: G.F.E.B.N, 1999, p36-74.

138 *Diário de Notícias*, 18 de Julho de 2007

139 http://sol-social.blogspot.com/2007/07/msico-pontasolense-moiss-alves-pita.html

140 Brochura do VII Encontro Regional de Tunas. Câmara de Lobos, 1992.

141 Brochura publicada em 1994 a propósito do IX Encontro Regional de Tunas.

142 Brochura publicada em 1996, a propósito do XI Encontro Regional de Tunas da Madeira.

143 Brochura publicada em 2005, a propósito do XX Encontro de Tunas e Orquestras de Bandolins. Machico, 30 de Ourtubro de 2005.

144 http://www.pontadosol.pt/Default.aspx?ID=90.

145 Brochura do XVII Encontro de Grupos Corais da RAM. Calheta, 14 de Novembro de 2004.

146 *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 1990.

147 http://www.pontadosol.pt/Default.aspx?ID=94.

148 http://www.pontadosol.pt/Default.aspx?ID=94.

149 *Jornal da Madeira*, 27 de Setembro de 1996.

150 *Jornal da Madeira*, 19 de Abril de 2009.

151 Jornal da Madeira, 12 de Julho de 2007.

152 Jornal da Madeira, 2 de Agosto de 2007.

153 Jornal da Madeira, 5 de Junho de 2011.

154 *Jornal da Madeira*, 22 de Março de 2007.

155 Informações dadas por Sílvio Mendes.

156 *Jornal da Madeira*, 5 de Abril de 2007.

157 *Jornal da Madeira*, 27 de Janeiro de 2008.

Os Trajos da Lombada dos Esmeraldos Ponta do Sol

Danilo José Fernades

Um dos grandes desafios para qualquer investigador empenhado na obtenção de dados sobre a etnografia de um povo é, sem dúvida, os trajos!

Existem algumas freguesias rurais, onde, devido ao seu isolamento, a forma característica de se vestirem perpetuou-se até mais tarde. A emigração, assim como a chegada das vias rodoviárias, vieram trazer novas perspectivas de vida a essas populações, acabando por seguirem o mesmo destino já patenteado na grande maioria das paróquias da região.

Os tecidos económicos comprados aos adelos e aos lojistas vieram, aos poucos e poucos, substituir as texturas que eram pachorrentamente preparadas e manufacturadas nos velhos teares caseiros, muitos deles seculares.

No concernente a essas localidades, ainda existem memórias vivas que, de uma forma ou de outra, nos transmitem as suas vivências, tornando os nossos trabalhos bastante acessíveis, mas, no que diz respeito às zonas que o desenvolvimento penetrou muito mais cedo, a investigação só é possível através de uma longa pesquisa de arquivo e biblioteca, como aconteceu com este trabalho como irão depreender.

A *Lonbada de Ruj Gonçallvez de Camara*[1], que se expandia do mar à serra e das ribeiras da Caixa e da Ponta do Sol, foi contemplada por João Gonçalves Zarco ao seu segundo filho Rui Gonçalves da Câmara. Posteriormente, em Janeiro de 1493, foi aforada a João Esmeraldo, cidadão proveniente de Flandres.

Após a justificação da sua nobre ascendência (era natural da Picardia, norte da França), e por carta régia de 13 de Agosto de 1511, lhe mandou D. Manuel guardar os privilégios de fidalgo, assim como a 16 de Maio de 1520, quando foi concedido o brasão de armas e feito fidalgo da casa real, é que foi instituído administrador do morgadio, passando essa a ser Lombada dos Esmeraldos. A mesma pertenceu ao município do Funchal até ao princípio de Janeiro de 1835 (embora sob o ponto de vista eclesiástico dependesse da igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz).

Somente por alvará de 24 do referido mês, foi incorporada no concelho da Ponta do Sol, pela ocasião da reorganização dos municípios[2].

Nestas terras de sesmaria, os colonos só possuíam benfeitorias e as suas moradias não passavam de pequenas choças, com cobertura de colmo (sendo vedadas edificações com telha). Nos finais dos anos setenta da centúria XIX, quando a narradora Mariana Xavier da Silva foi passar o verão à Lombada dos Esmeraldos (onde ficou hospedada numa choupana, que tinha servido de habitação ao Padre-cura, o Reverendo Luís Quiróga, bem venerado então pelos habitantes locais), só existiam três imóveis de telha, conforme a autora frisou: o Palácio dos Esmeraldos, (então propriedade do Conde Carvalhal), a capela do Espírito Santo e o Solar do Jangão, do Conselheiro Agostinho de Ornelas[3].

As submissões eram tão restritas que apelidaram o povo local *os cativos da Lombada*[4]. Como é óbvio, todos esses preceitos coadjuvados com jurisdição já explicita anteriormente, foram determinantes na caracterização dos seus habitantes, tanto na maneira de ser, como de estar e, existindo ainda vestígios desse passado já longínquo, no folclore e na etnografia.

Passados 175 anos, podemos afiançar, sem qualquer perplexidade, que a freguesia da Ponta do Sol tem duas culturas distintas, dividindo-as a ribeira que sustenta o próprio nome.

Por volta do ano de 1990 (ainda o nosso trabalho de investigação assídua era um embrião), chamou-nos a atenção uma variedade de saia listada, que trazia vestido a interlocutora da

Gravura publicada no *Diario Illustrado*, 26/02/1874

supracitada escritora, no seu livro *"Na Madeira Offerendas"*, no capítulo I, *O Rapazinho da Lombada*, no ano de 1878, qual descreveu numa forma lisonjeadora:

(...) e sentou-se no chão, tendo previamente reparado se haveria por ali algum "matto" que lhe pozesse pecha na saia de lã de riscas azues, amarrelas e escarlates, fiada, tecida e o que mais é tinta por ella, com ervas do campo, com tanta mestria que lhe não mettem inveja os trabalhos de tinturaria de Mr. P. Cambournac, annunciados pomposamente nos jornaes e almanachs[5].

Como é óbvio, esta informação deu-nos um bom indício para uma variedade de indumentária local, mas muito complexa no concernente ao trajo completo.

Posteriormente, no ano de 1999, entre os dias 8 e 16 de Março, fomos fazer uma curta investigação à Biblioteca Nacional, contando para isso com o apoio indispensável do INATEL/Madeira (abono da verdade, a única ajuda que tivemos em 20 anos de trabalho de pesquisa). Encontramos no *Diário Illustrado*, de Lisboa, de 26 de Fevereiro de 1874, informações sobre uma saia riscada, com as mesmas cores, assim como do resto da sua vestimenta:

"Nos sitios, onde ainda não penetrou a prosaica chita ingleza, trajavam as camponezas saia de lã riscada de amarello, azul e encarnado, corpinho bordado a matiz de retroz de cores, camisa de manga curta abotoada ao pescoço com três pares de botões de filigrana de oiro, e sobre os ombros uma capa curta ou romeira de baeta encarnada, debruada de verde. Assim vestidas esmaltam a fresquíssima verdura dos canaviaes de assucar, como as papoulas as searas"[6].

Acompanha a notícia uma gravura de um rapaz vestido de camisa e calção de linho, com botas de cano alto, sustentando uma cabaça no lado esquerdo da cintura, carapuça no alto da cabeça e um cordofone (supostamente um rajão) a tiracolo: *A amenidade do clima permittelhes usarem mesmo no inverno de um leve trajo de linho, que faz sobresair as suas formas athleticas e robusticas pelo trabalho* [7].

Verifica-se que o desenho foi executado no sítio do lugar de baixo, parte sul da Lombada dos Esmeraldos, interligando-se através do caminho do Luzirão (actual caminho Lombo da Casada), pois constata-se que entre o mar e o céu, sobressai a encosta Sueste da vila da Ponta do Sol, como poderão depreender, e era uma zona por "excelência" de cultivo de cana-de-açúcar.

Não é muito frequente encontrarmos registos nos periódicos ou em livros, na centúria XIX, até ao primeiro quartel do século XX, sobre a maneira de se trajar numa freguesia ou localidade. Agora duas informações sobre um padrão de um saia em contextos distintos, é invulgar. Com tudo isso não precipitamos na reconstituição da referida vestimenta, por acharmos que faltava algo para ser mais concludente.

Somente 18 anos depois (pouco mais ou menos) da nossa primeira inculca é que obtivemos o condão do enigma. Foi precisamente no dia 23 de Fevereiro de 2008, numa pesquisa no Arquivo Regional da Madeira que viemos encontrar uma gravura no mesmo periódico *Diario Illustrado*[8] de 20 de Dezembro de 1874 (com o mesmo texto do trajo feminino, da edição de 26 de Fevereiro).

A estampa apresenta duas mulheres vestidas a "rigor", a do lado esquerdo amparando com o braço esquerdo uma infusa, enquanto a do lado direito agarrava com a mão direita uma

galinha suspensa e segurava na esquerda um cesto, enfiado no braço, conforme a reprodução.

Outros pormenores da gravura nos despertaram a atenção: enquanto uma suporta na cabeça uma carapuça posta de lado (provavelmente moda da época e não é singular), a outra sustenta um lenço. Supostamente o desenho foi efectuado no período de transição da moda primeira para a segunda (esta última, ainda usual no campo), e finalmente, tanto uma como a outra estão descalças, situação normalíssima da época e não só.

Enfim, dois documentos elucidativos coadjuvados por um terceiro com gravura, são situações singulares na nossa experiência de 20 anos ininterruptos de investigação.

No dia 10 de Junho de 1894, pela ocasião de uma nova benção da Capela do Espírito Santo, na Lombada dos Esmeraldos, freguesia da Ponta do Sol, feita pelo Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, o *Photographo Vicentes*, captou algumas imagens desta solenidade, de uma riqueza etnográfica extraordinária. Nota-se o uso do lenço branco em detrimento da carapuça, (somente vinte anos depois da impressão da estampa), ainda o uso das saias tecidas nos teares caseiros, o feitio das capas com os debrues bem salientes, entre outros variadíssimos pormenores para outros verosímeis estudos.

Ainda na concernente narrativa *O Rapazinho da Lombada,* da Mariana Xavier da Silva, há uma passagem em que a mesma descreve a roupa do filho da co-locutora, quando esse veio ter com a mãe, o qual achamos importante transcrever: *Mãe, á mãe, tenho fome, bradou um vilãosinho vestido apenas com uma camisa que chegava aos pés e um colete muito cumprido a que chamam vestia*[9].

Após toda esta indagação, chegamos à conclusão que um dos trajos femininos representativos da Lombada dos Esmeraldos era o seguinte:

Saia de lã listada com o padrão amarelo azul e vermelho (se começarmos pelo azul da direita para a esquerda temos assim: azul amarelo e vermelho, portanto tudo depende da perspectiva de cada um ao analisar as cores da saia), blusa de linho de manga curta abotoada ao pescoço com três pares de botões de filigrana de oiro, colete provavelmente de baeta vermelha e debruado de verde, bordado a matiz de

Gravura publicada no *Diario Illustrado*, 20/12/1874

retrós a cores e sobre os ombros uma capa curta ou romeira de baeta encarnada, debruada de verde. Na cabeça carapuça inclinada para o lado ou lenço branco.

No que concerne ao calçado, andavam descalços como está patente na estampa e era naturalíssimo não só da época em questão, como também do período posterior, conforme a nossa investigação em outras zonas campestres.

No que diz respeito aos dados dos trajos masculinos, as referências encontradas, como eram usuais em toda a parte da ilha, não são merecedoras de destaque, a não ser mais uma chamada de atenção ao uso da faixa como peça fundamental do trajo, o que, na realidade, é uma utopia.

Como sinal de agradecimento da aprendizagem nas raízes populares, dedico este trabalho aos meus amigos da Lombada da Ponta do Sol, com quem trabalhei ao longo de mais de duas décadas, através do Grupo de Folclore da Casa do Povo da Ponta do Sol (actualmente Grupo de Folclore da Ponta do Sol), em prol da cultura popular do seu concelho e da região.

Para finalizar, o nosso grande objectivo

desta pesquisa foi, por um lado registar um dos trajos femininos bem bonitos e peculiares da Lombada dos Esmeraldos e por outro coadjuvar a identidade cultural, na sua forma mais elementar: o folclore e etnografia.

NOTAS:

1 João Adriano Ribeiro, *Ponta do Sol – subsídios para a história do concelho*, Ponta do Sol,1993, p. 85.
2 Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense,* Vol. 3, Funchal,1978, p. 95.
3 Mariana Xavier da Silva, *O Rapazinho da Lombada*, in *Na Madeira Offerendas*, Lisboa, 1884.
4 *Ibidem*.
5 Mariana Xavier da Silva, *O Rapazinho...*, cit., p. 17.
6 ARM, Periódico *Diario Illustrado*, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1874, p. 1.
7 *Ibidem*.
8 ARM, Periódico *Diario Illustrado*, Lisboa, 20 de Dezembro de 1874, p. 1.
9 Mariana Xavier da Silva, *O Rapazinho...*, cit., p. 27.

População Madeirense num Período de Transição
Uma década (1991-2001) - Viagem pelos Concelhos
Parte 2

Alice Mendonça
Professora da Universidade da Madeira

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Funchal e respectivas freguesias

FUNCHAL

Iniciado o povoamento por volta de 1425, a Ilha da Madeira foi dividida em duas capitanias, cabendo a do Funchal a João Gonçalves Zarco. A construção de um burgo, num vale que se estendia até ao mar, cheio de funcho, deu origem ao nome da cidade: **Funchal**. Este, tornou-se o principal núcleo populacional do Arquipélago, do qual se afirmava: "(…) faz a terra uma enseada muito grande e formosa,(…) o qual é o porto da cidade, onde ancoram naus e navios, que ali carregam e descarregam, tão povoado e cursado sempre deles, com tanto tráfego de carregações e descarregas, que parece outra Lisboa (…)"[1]

O melhor porto e o melhor clima conjugados com a privilegiada posição geográfica na costa sul - a mais produtiva da Ilha - depressa permitiram ao Funchal um fulgurante desenvolvimento urbano que rapidamente ultrapassou as restantes povoações insulares.

A partir dos finais do século XVIII a cidade estendeu-se pelas encostas até à zona mais elevada, denominada de Monte, com residências senhoriais, nascendo assim a típica quinta madeirense.

Ao longo do século XX assistiu-se à reformulação internacional dos transportes marítimos e depois aéreos, com a criação das novas instalações do aeroporto da Madeira, enquanto que o turismo internacional adquiriu um papel relevante com a implementação de um importante parque hoteleiro. Os anos cinquenta definiram uma viragem no movimento demográfico, uma vez que o crescimento populacional, até então verificado nos concelhos rurais, passou a ser negativo, contrastando com o aumento significativo verificado na área de Funchal. Esta situação

traduz o progressivo abandono das actividades ligadas ao sector primário e a deslocação da população activa para o sector terciário, nomeadamente a hotelaria. Verificou-se um rápido crescimento urbano, bem como a abertura de novos eixos rodoviários, que permitiram o alargamento da cidade até às zonas montanhosas circundantes.

Ocupando uma área de 72,63 km2[2] e com uma população que diminuiu de 115403[3] habitantes em 1991 para 103961[4] habitantes em 2001, a divisão administrativa do concelho de Funchal estabeleceu-se com a criação de dez freguesias: Imaculado Coração de Maria, Monte, Santa Luzia, Santa Maria Maior, S. Gonçalo, S. Martinho, S. Pedro, S. Roque, Santo António e Sé.

Na zona baixa da cidade situa-se a freguesia da Sé, onde se agregam os estabelecimentos comerciais e os serviços de utilidade pública enquanto as outras freguesias se estendem pelas encostas apresentando características urbanísticas distintas; conjuntos habitacionais recém construídos, agrupamentos de casas geminadas e ainda grandes quintas.

O acesso ao centro da cidade encontra-se assegurado por estradas íngremes e curvas, cuja descida oferece uma panorâmica geral sobre a baía da cidade.

O Funchal é o único concelho da Região onde o sector primário é praticamente inexistente visto que a maior parte da população se insere em actividades do sector terciário. Este, já bastante significativo em 1991, ainda sofreu um acréscimo de 3,2% durante esta década, pelo que nos deparamos com um concelho onde cerca de 80,0% da população exerce a sua actividade económica em profissões relacionadas com os serviços.

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	2.1	1.5	-0.6
Secundário	21.5	18.9	-2.6
Terciário	76.4	79.6	+3.2

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Funchal pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

Não obstante a diminuição do volume populacional e o aumento do número de alojamentos, a dimensão média dos agregados familiares assume em ambos os momentos censitários o terceiro valor mais elevado do Arquipélago. Contudo, esta diminuição foi também a mais significativa, apresentando uma redução de 0,8%.

Quanto às características internas das residências, este concelho destaca-se, pelo facto de, em ambos os Recenseamentos, ser aquele que possui a maior percentagem de residências com electricidade. Durante este período, cerca de 4,0% dos alojamentos foram beneficiados ao nível das instalações sanitárias. Ou seja, enquanto que em 1991, 10,4% das residências não possuíam esta infra-estrutura, em 2001, este valor reduziu-se para 6,0%.

Embora em 1991, este concelho já registasse a maior percentagem de água canalizada no interior dos alojamentos, ao longo desta década ocorreu uma melhoria que se traduziu no benefício de cerca de 7,0% das residências.

Em termos populacionais, Funchal assume-se no todo Regional como o concelho mais importante visto que comporta quase metade da população de todo o Arquipélago. Deste modo, em 1991, o seu peso populacional era de 45,5% e apesar do decréscimo para 42,2% em 2001, continuou a apresentar-se como o mais populoso de toda a Região Autónoma.

Em termos absolutos, a população residente no Funchal era, em 1991, constituída por 115403 indivíduos, valor que decresceu para 103961 no Recenseamento de 2001. Esta perda que em números absolutos se saldou em 11442 indivíduos, traduziu-se em termos percentuais, numa redução de cerca de 10,0% da população residente.

Assim, a Taxa de Crescimento Anual Médio sofreu uma variação negativa, apresentando uma redução de -1,04%. Contudo, a sua densidade populacional ultrapassa largamente to-

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
28146	4.1	30844	3.3	+ 2698	- 0.8

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de Funchal no período 1991-2001

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	1.6	0.3
Sem instalações sanitárias (%)	10.4	6.0
Sem água canalizada (%)	8.1	0.9

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residencias habituais no concelho de Funchal no período 1991-2001

dos os concelhos do Arquipélago com uma variação de 1588.91 para 1431.39 habitantes por Km2, no período considerado.

Com 22,7% de jovens face ao total da população residente, esta circunscrição possuía em 1991 a menor percentagem de jovens de todos os concelhos do Arquipélago e em 2001 esta percentagem decresceu para 17,0%. Contudo, a análise dos valores absolutos permite-nos avaliar da relatividade deste peso percentual e constatar que o número de jovens residentes no Funchal é, de facto, bastante significativo.

No que concerne à população activa, o concelho de Funchal manteve a tendência crescente com valores percentuais que oscilaram de 66,1% para 69,0%. Deste modo, em 1991, o Funchal era o concelho que apresentava a maior percentagem de população activa de todo o Arquipélago.

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	115403	103961
Variação absoluta	-	- 11442
Importância relativa (%)	45.5	42.2
Taxa de crescimento total	-	- 0.01038
Crescimento anual médio (%)	-	- 1.04
Densidade populacional	1588.91	1431.39

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Funchal no período de 1991-2001

No que respeita à população idosa, manteve-se também a tendência de aumento do seu volume populacional com um acréscimo de 11,2% para 14,0% durante esta década.

Por seu turno, o Índice de Vitalidade sofreu um crescimento bastante significativo que se traduz percentualmente num aumento de 33,0%. Ou seja, o valor de 38,0% registado em 1991 cresceu para 82,3% no Recenseamento de 2001.

O Rácio de Dependência dos Jovens diminuiu de 34,3% para 24,6%, facto a que não é alheio o significativo decréscimo do volume deste grupo geracional.

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	22.7	17.0
% de activos	66.1	69.0
% de velhos	11.2	14.0
Índice de Vitalidade (%)	49.3	82.3
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	34.3	24.6
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	16.9	20.2
Rácio de Dependência Total (%)	51.3	44.8

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional por grandes grupos de idades no concelho de Funchal, no período 1991-2001

Em contrapartida, o Rácio de Dependência dos Velhos aumentou de 16,9% em 1991 para 20,2% em 2001, uma vez que o seu volume populacional também cresceu durante este período. Assim, na esteira destas tendências, o Rácio de Dependência Total diminuiu de 51,3% para 44,8% acompanhando as oscilações dos grandes grupos de idades, sendo o seu valor o segundo mais reduzido de toda a Região, apenas superado pelo concelho de Porto Santo.

O Gráfico 1, referente às Pirâmides de Idades, ilustra com clareza a situação atrás descrita e possibilita uma leitura mais precisa da evolução dos grupos de idades quinquenais em cada um dos sexos.

Assim, é notório o decréscimo de volume populacional registado entre os dois Recenseamentos, em ambos os sexos e para as idades compreendidas entre os 0 e os 34 anos.

Contudo, parece-nos preocupante a tendência manifestada nos três primeiros grupos quinquenais que sugerem um significativo decréscimo ao nível da natalidade e que indiciam um envelhecimento da população deste concelho.

Contrariamente a esta tendência, os grupos de idade compreendidos entre os 35 e os 54 anos, registaram um aumento em 2001, em ambos os sexos, face ao Recenseamento anterior, o que justifica o aumento percentual da população activa de Funchal e reforça a tese do progressivo êxodo rural em relação à capital.

É ainda de salientar um decréscimo de volume populacional em ambos os sexos nos grupos etários 55-59 e 60-64 anos, entre os Recenseamentos de 1991 e 2001, embora se tenha verificado o acréscimo de todos os grupos subsequentes. Este facto sugere um aumento da esperança de vida, com especial incidência

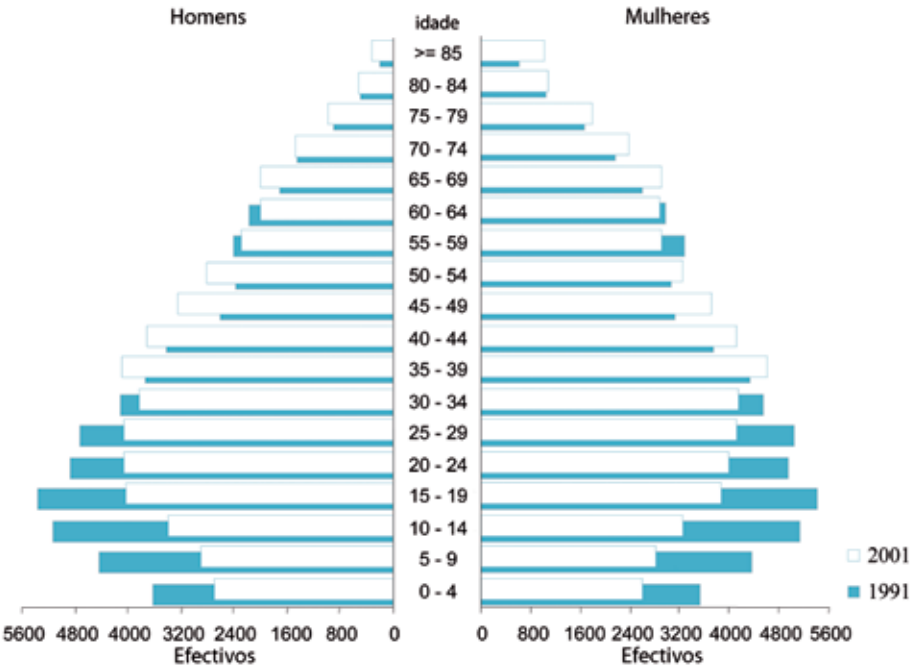


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Funchal, no período de 1991-2001

no sexo feminino.

Em termos globais, as Pirâmides de Idade do concelho de Funchal apresentam a estrutura populacional típica de uma sociedade em desenvolvimento, em que o decréscimo da natalidade e o aumento da esperança de vida são francamente notórios.

NOTAS:

1 Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra,* cap. XVI, Ponta Delgada, 1979, in Alberto Vieira (org.), *História da Madeira,*...p. 98.

2 Excluímos a área de 3.62 Km2 correspondente às Ilhas Selvagens e que se encontra integrada neste concelho, uma vez que as mesmas são desabitadas.

3 XIII Recenseamento Geral da População.

4 XIV Recenseamento Geral da População.

MACHICO

O concelho de **Machico** situa-se na ponta mais ocidental da Ilha, prolongando-se do mar até às serras do norte e terminando na Ponta de São Lourenço.

Com uma área de 67,71 Km2 e uma população residente que diminuiu de 22016[1] para 21747 habitantes[2], compreende cinco freguesias: Machico, Caniçal, Porto da Cruz, Água de Pena e Santo António da Serra[3].

Na freguesia de Machico situa-se a cidade com o mesmo nome, elevada à categoria de vila em meados do século XV, por determinação ré-

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Machico e respectivas freguesias

gia, uma vez que desde cedo se assumiu como pólo de desenvolvimento económico. Com um porto natural, constituiu-se praça essencial de comércio de açúcar, madeiras e vinho, paralelamente à actividade piscatória que continua a assumir um papel relevante.

Situada num vale e possuindo uma das maiores baías da Ilha, a cidade de Machico reúne condições favoráveis quer para a pesca, quer para a actividade agrícola devido à fertilidade dos terrenos situados nas encostas e consequentemente protegidos das intempéries.

O Caniçal situa-se no extremo oriental da Ilha, numa elevação de grandes penedos costeiros sendo grande parte do solo constituído por uma superfície nua e rochosa. Devido à escassez de água os solos são áridos e a vegetação é constituída por caniços. Uma vez que a conjugação destes factores não é propícia à actividade agrícola a população desta circunscrição dedica-se essencialmente à pesca. Estas condições geológicas, têm votado o Caniçal a um relativo isolamento, notório no diminuto volume populacional que sempre o têm caracterizado.

A freguesia de Porto da Cruz localiza-se nas encostas a nordeste. No seu sopé, assente na base de enormes penedos, situa-se o aglomerado populacional com uma pequena enseada. Embora uma parte da população se dedique à actividade piscatória, nos terrenos aplanados em socalcos, sobressai o cultivo da vinha a que se associa a produção de vinho. Estas actividades continuam a desempenhar um papel significativo nos rendimentos de muitos dos seus habitantes.

Descendo até ao mar, a freguesia de Água de Pena localiza-se num declive lateral da baía de Machico. Neste declive aplanado em socalcos susceptíveis de cultivo, a plantação de vinha, a par com outras culturas, também assume um papel relevante.

Santo António da Serra situa-se numa região planáltica a cerca de 700 metros de altitude. Aqui, a fertilidade do solo é notória quer na variedade de espécies vegetais bravias quer nos extensos pomares. Embora com carácter artesanal, mantêm-se ainda em funcionamento algumas indústrias de cidra, manteiga e queijo.

Em 1991, 22,3% da população enquadrava-se economicamente no sector primário, 30,3% no sector secundário, enquanto que o sector terciário com uma importância de 47,4% detinha o quarto valor mais elevado da Região. A esta circunstância não é alheio o facto do concelho de Machico possuir um dos maiores aglomerados populacionais do Arquipélago: a cidade de Machico.

Transcorrida uma década, o declínio do sector primário, enquanto actividade exclusiva, foi bastante acentuado, pelo que, em 2001,

apenas 7,3% da população se inseria neste sector. Contudo, o facto de os terrenos se encontrarem todos cultivados permite concluir que esta actividade não foi abandonada, mas se assumiu como complementar de outras. Em 2001 o sector da transformação passou a representar o terceiro valor mais elevado do Arquipélago, embora já em 1991 o seu peso fosse significativo no total Regional. A criação de novos serviços, centrados sobretudo na cidade, proporcionou o incremento do sector terciário que neste período registou um aumento de 9,4%, fazendo com que Machico detivesse o quarto valor mais elevado da Região nesta área laboral. Ou seja, em 2001 cerca de 56,0% da população do concelho incluía-se no sector terciário.

Apesar do decréscimo de 0,7%, a dimensão média dos agregados familiares deste concelho assumiu sempre o segundo valor mais elevado do Arquipélago, apenas superado por Câmara de Lobos. Relativamente a este aspecto a comparação inter-concelhia permitiu constatar que esta diminuição foi a segunda mais significativa do Arquipélago.

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	22.3	7.3	- 15.0
Secundário	30.3	35.9	+5.6
Terciário	47.4	56.8	+9.4

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Machico pelos sectores de actividade, no período de 1991-2001

Em Machico, o número de alojamentos que beneficiava de instalações eléctricas era já bastante elevado em 1991. Todavia, a implementação desta infra-estrutura sofreu novo aumento até 2001, data em que apenas há registo de 0,3% dos alojamentos sem a sua existência. De salientar que este valor constituía, à data, o segundo mais positivo da Região. Esta situação privilegiada é também extensiva à água canalizada, visto que em ambos os Recenseamentos, a sua existência no interior dos alojamentos representava o terceiro valor mais elevado do Arquipélago. Ao invés, o número de alojamentos familiares sem instalações sanitárias aumentou durante esta década, o que nos faz equacionar a existência de um sobre- registo em 1991.

Entre os Recenseamentos de 1991 e 2001 a população de Machico diminuiu de 22016 para 21747 indivíduos recenseados, o que em termos absolutos se traduziu num decréscimo de 269 indivíduos. Associado a este decréscimo encontra-se uma ligeira redução na densidade populacional que passou de 325.15 para 321.17 habitantes por Km2.

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	4.0	0.3
Sem instalações sanitárias (%)	11.5	12.5
Sem água canalizada (%)	9.5	1.1

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residências habituais no concelho de Machico, no período 1991-2001

Em conformidade com o exposto, a Taxa de Crescimento Anual Médio registou uma evolução negativa, ou seja, -0.12% entre 1991 e 2001.

Contudo, embora estes valores traduzam uma tendência para o decréscimo, o concelho de Machico viu a sua importância populacional aumentar de 8,7% para 8,9% face ao total do Arquipélago, uma vez que as diminuições populacionais dos outros concelhos da RAM foram mais significativas.

Nesta circunscrição manteve-se a tendência do decréscimo que caracteriza todos os concelhos do Arquipélago no que concerne aos grupos etários mais jovens. Este fenómeno traduziu-se aqui, numa diminuição percentual de 25,2% em 1991, (o terceiro valor mais elevado da Região), para 19,7% em 2001, passando agora a assumir-se como o quinto concelho com maior volume populacional de jovens. No en-

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
5284	4.2	6117	3.5	+ 833	- 0.7

Tabela2.Dimensãomédia dos agregados familiares do concelho Machico, no período 1991-2001

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	22016	21747
Variação absoluta	-	- 269
Importância relativa (%)	8.7	8.9
Taxa de crescimento total	-	- 0.00123
Crescimento anual médio (%)	-	- 0.12
Densidade populacional	325.15	321.17

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Machico no período de 1991-2001

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	25.2	19.7
% de activos	65.2	68.8
% de velhos	9.6	11.5
Índice de Vitalidade %	38.0	58.4
Rácio de Dependência dos Jovens %	38.7	28.6
Rácio de Dependência dos Velhos %	14.7	16.7
Rácio de Dependência Total %	53.4	45.4

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de Machico no período 1991-2001

tanto, não podemos deixar de referir que esta variação se cifrou numa perda populacional de 5,5% dos jovens face à população total do concelho.

A percentagem de população activa aumentou de 65,2% para 68,8%, pelo que o seu peso é bastante significativo e apenas superado pelos concelhos de Porto Santo e Funchal.

Esta tendência para o aumento também caracterizou a população idosa cujo volume percentual face à população total cresceu de 9,6% para 11,5% no período considerado, o que sugere um aumento da esperança de vida.

Estas variações repercutiram-se nos valores apresentados pelo Índice de Vitalidade que aumentou de 38,0% para 58,4%, uma vez que diminuiu o volume do grupo mais jovem.

Quanto ao Rácio de Dependência dos Jovens, a sua diminuição foi de 9,7%, enquanto que o Rácio de Dependência dos Velhos registou um aumento de 2,0% entre os dois momentos censitários. Deste modo, o Rácio de Dependência Total decresceu de 53,4% em 1991 para 45,4% em 2001, facto que nos parece depender da conjugação de dois factores; por um lado a diminuição do Rácio de Dependência dos Jovens e por outro, o crescimento registado nos

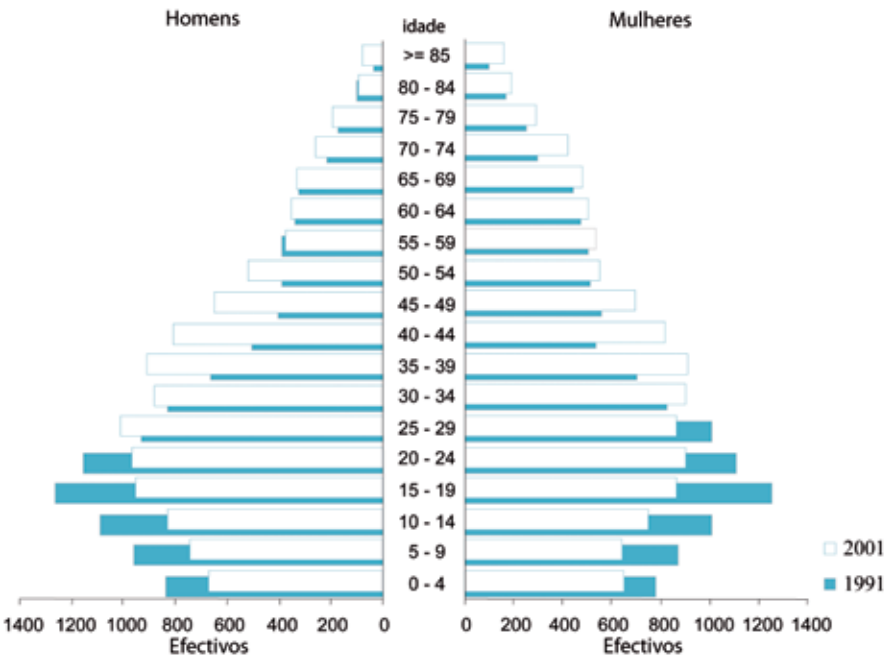


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Machico, no período de 1991-2001

grupos etários que enquadram a população activa.

O Gráfico 1, é elucidativo destas oscilações e torna mais perceptível a realidade deste concelho quer quanto aos grupos quinquenais de idades quer pela especificidade evidenciada por cada sexo.

Assim, os efectivos do sexo masculino diminuíram de forma significativa entre os Recenseamentos de 1991 e 2001, nas idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos. A partir do grupo 25-29 anos, os efectivos de 2001 são numericamente superiores aos de 1991, situação que se mantém até ao grupo 50-54 anos.

O grupo etário com idades compreendidas entre os 55 e os 59 anos, regista um ligeiro decréscimo, tendência que se inverte nas idades seguintes, sugerindo um aumento da esperança de vida. Verifica-se ainda um novo acréscimo populacional no grupo mais idoso da pirâmide que comporta os indivíduos com idade igual ou superior a 85 anos.

Constata-se o acréscimo bastante significativo dos grupos etários compreendidos entre os 35 e os 44 anos, situação comum a ambos os sexos e que legitima o aumento da população activa.

Em termos globais, este gráfico evidencia em ambos os sexos a diminuição da natalidade bem como o aumento da esperança de vida, o que significa que esta é uma população com características de envelhecimento, embora em 2001 os seus efectivos em idade activa ainda representassem um número bastante significativo.

NOTAS:

1 Segundo o Recenseamento de 1991.
2 Segundo o Recenseamento de 2001.
3 Freguesia que se encontra dividida entre dois concelhos - Santa Cruz e Machico.

PONTA DO SOL

O concelho de **Ponta do Sol** foi fundado no início do século XVI, em consequência do elevado desenvolvimento económico resultante da actividade açucareira.

Com uma área de 43,80 Km2 e uma população residente que diminuiu de 8756[1] para 8125 indivíduos[2], este concelho encontra-se administrativamente dividido em três freguesias: Ponta do Sol, Canhas e Madalena do Mar.

A freguesia de Ponta do Sol possui o clima mais quente da Ilha e a vila com o mesmo nome encontra-se virada para o mar, junto a uma ravina onde abundam leitos de ribeiros que tornam o solo fértil. O centro da vila está envolto em silêncio devido ao fraco povoamento, fruto quer da emigração quer da tendência para habitar as zonas mais altas e dispersas. Este último facto deve-se à escassez de espaço na vila, uma vez que esta além de ser cruzada por uma ribeira encontra-se ainda ladeada por duas encostas.

Nas povoações à beira mar a pesca continua a ser a principal actividade económica, embora as tarefas agrícolas continuem a ser desempenhadas simultaneamente.

A freguesia de Canhas localiza-se junto à Ponta do Sol e estende-se do mar à serra. A actividade agrícola é a principal fonte de subsistência uma vez que os terrenos são férteis, facto notório pela abundância de ribeiros e de vegetação. A agricultura é bastante diversificada embora predomine a plantação de batateiras.

Neste contexto agrícola conjugam-se vários tipos de tarefas: a giesta e o restolho são carregados às costas pelas veredas e guardados em telheiros (varas com cobertura de palha), enquanto que o adubo das vacas é transportado para os terrenos lavrados. A par dos trabalhos agrícolas as mulheres dedicam-se ainda aos bordados.

A Madalena do Mar situa-se numa fajã ro-

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Ponta do Sol e respectivas freguesias

chosa com escarpas altíssimas. Aqui, entre as habitações dispostas em socalcos encontram-se terrenos cultivados sobretudo de banana, que na sua maioria se destina à exportação.

Contudo, a principal povoação desta freguesia localiza-se junto ao mar e grande parte dos seus habitantes dedica-se à actividade piscatória que é facilitada pela existência de um porto e de uma enseada.

Apesar da diminuição de 14,2% registada no sector primário entre os dois Recenseamentos, Ponta do Sol enquadra-se nos cinco concelhos da RAM onde este sector assume o papel mais relevante.

Em 1991 o sector secundário apresentava neste concelho o terceiro valor mais elevado da Região. Contudo, o decréscimo de 4,8% ocorrido nesta década, conferiu a esta circunscrição o quinto valor mais elevado na área da transformação.

Relativamente ao sector terciário, este concelho detinha em 1991 o quarto valor mais reduzido da Região. Transcorrida uma década, o acréscimo de 19,0% (o terceiro mais elevado do Arquipélago), não foi suficiente para melhorar esta situação pois encontrava-se entre os três concelhos onde este sector económico detinha os valores mais reduzidos da RAM. Este facto é elucidativo do aumento substancial do sector terciário na Região e que, até 2001, este concelho não conseguiu acompanhar.

Em Ponta do Sol, a diminuição do volume populacional foi acompanhada por um ligeiro decréscimo do número de habitações. Por outro lado, embora a dimensão média dos agregados familiares tenha acompanhado a tendência geral do Arquipélago, no sentido da diminuição, o seu decréscimo ao longo desta década foi o menos significativo de toda a Região.

Ponta do Sol era, em 1991, o concelho mais penalizado com a inexistência de instalações de electricidade no interior dos alojamentos, com um défice que se traduzia em 11,3%. Contudo, ao longo deste período o investimento no alargamento da rede de electricidade conseguiu que esta passasse a abranger 95,0% dos alojamentos familiares.

Relativamente à inexistência de água canalizada, este concelho apresentava, em 1991, valores que o colocavam entre os três mais deficitários do Arquipélago, situação que se alterou até 2001, ano em que a inexistência de água canalizada penalizava apenas 1,9% das residências. Ou seja, esta infra-estrutura alargou-se a cerca de 26,0% das residências familiares carenciadas.

Em contrapartida, embora a percentagem de alojamentos com instalações sanitárias, em 1991, constituísse o segundo valor mais elevado da Região, a sua implementação ao longo desta década foi pouco significativa.

Na esteira do decréscimo do volume populacional que caracterizou durante este período censitário todos os concelhos madeirenses, com excepção de Câmara de Lobos e de Santa

Cruz, também o concelho de Ponta do Sol viu a sua população diminuir durante esta década; de 8756 habitantes passou para 8125. Esta perda, que em termos absolutos, se traduz numa variação negativa (-631 indivíduos) fez diminuir a densidade populacional de 199.91 para 185.50 habitantes Km2, distribuídos por uma área de 43,80 Km2. De referir que este concelho possui a menor área da Ilha da Madeira, sendo apenas suplantado pela Ilha de Porto Santo que possui 42,17 Km2.

Neste contexto, a Taxa de Crescimento Anual Médio, influenciada pela diminuição de volume populacional traduziu-se numa variação negativa de -0,75%.

Em termos globais o peso populacional deste concelho diminuiu de 3,5% em 1991 para 3,3% em 2001, sendo a sua importância pouco significativa no total Regional.

De todos os concelhos da Madeira, Ponta do Sol foi o que registou a menor perda de população jovem entre os dois Recenseamentos, apresentando os valores de respectivamente, 23,7% e 20,5%, que se traduziram numa diminuição de 3,2% nos grupos mais jovens. Deste modo, enquanto que em 1991 este era o quarto concelho da Região com menor percentagem de população jovem, esta situação alterou-se. Assim, o decréscimo pouco significativo destas faixas etárias, colocou Ponta do Sol na situação de segundo concelho com maior percentagem de população jovem, apenas ultrapassado por Câmara de Lobos.

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	38.3	24.1	- 14.2
Secundário	33.8	29.0	- 4.8
Terciário	27.9	46.9	+ 19.0

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Ponta do Sol pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

No que concerne aos outros grupos funcionais, deparamo-nos com o aumento percentual do peso da população activa que passou de 60,2% em 1991 para 62,2% em 2001, tendência que também se verificou com o volume da população idosa que aumentou de 16,1% para 17,3% durante este período.

Embora o crescimento destes dois grupos não traduza oscilações de grande significado em termos estruturais, a sua variação enquadra-se na linha tendencial que caracteriza esta década em praticamente todos os concelhos do Arquipélago, pelo que no seu Índice de Vitalidade encontramos um acréscimo de 68,0% para 84,2%.

No que concerne ao Índice de Vitalidade, é nele que encontramos o reflexo das oscilações entre o grupo dos mais velhos e o dos mais jovens, pelo que o aumento percentual de 68,0% para 84,2%, não é mais do que a consequência do peso que cada um dos grupos possuía em cada um dos momentos em estudo.

Uma vez que a população jovem decresceu o Rácio de Dependência de Jovens diminuiu 6,3% nesta década. Assim, enquanto que em 1991, o Rácio de Dependência de Jovens se assumia como o quinto mais elevado da Região, em 2001 o seu valor representa o segundo mais elevado, sendo apenas ultrapassado por Câmara de Lobos.

Quanto ao Rácio de Dependência de Velhos, o seu acréscimo foi de 1,1% durante esta década visto que o seu volume populacional também sofreu um ligeiro aumento tal como aconteceu com a população activa.

Na esteira destas alterações, em 1991 o Rácio de Dependência de Velhos era de 26,7% e em 2001 este valor aumentou para 27,8%. Por

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	11.3	0.5
Sem instalações sanitárias (%)	8.2	7.6
Sem água canalizada (%)	28.7	1.9

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residencias habituais no concelho de Ponta do Sol no período 1991-2001

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
2575	3.4	2569	3.2	- 6	- 0.2

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de Ponta do Sol, no período 1991-2001

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	8756	8125
Variação absoluta	-	- 631
Importância relativa (%)	3.5	3.3
Taxa de crescimento total	-	- 0.00746
Crescimento anual médio (%)	-	- 0.75
Densidade populacional	199.91	185.50

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Ponta do Sol no período de 1991-2001.

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	23.7	20.5
% de activos	60.2	62.2
% de velhos	16.1	17.3
Índice de Vitalidade (%)	68.0	84.2
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	39.3	33.0
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	26.7	27.8
Rácio de Dependência Total (%)	66.0	60.9

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de Ponta do Sol, no período 1991-2001

seu turno o Rácio de Dependência Total diminuiu 6,9% entre os dois momentos censitários visto que os valores apurados foram de respectivamente, 66,0% e 60,9%, ou seja, os mais elevados da Região, à excepção de Calheta e Porto Moniz.

As Pirâmides Etárias (Gráfico 1) referentes aos anos 1991 e 2001, denotam uma estrutura bastante desequilibrada e com grandes oscilações quanto ao número de efectivos em ambos os sexos e em todos os grupos de idades.

Assim, no último Recenseamento, nas idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos, ambos os sexos diminuíram os seus efectivos, fenómeno bastante expressivo sobretudo no grupo 15-19 anos.

O grupo compreendido entre os 25-29 anos manifestou oscilações diferenciadas consoante os sexos; enquanto o sexo masculino aumentou o seu número de efectivos entre 1991 e 2001, o sexo feminino registou uma diminuição.

Em termos globais, o acréscimo significativo de indivíduos do sexo masculino entre 1991 e 2001 ocorreu nas idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. O grupo etário 45-49, registou um ligeiro acréscimo. Contudo, nas idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos foi já observada uma diminuição nos efectivos masculinos. Porém, esta tendência alterou-se

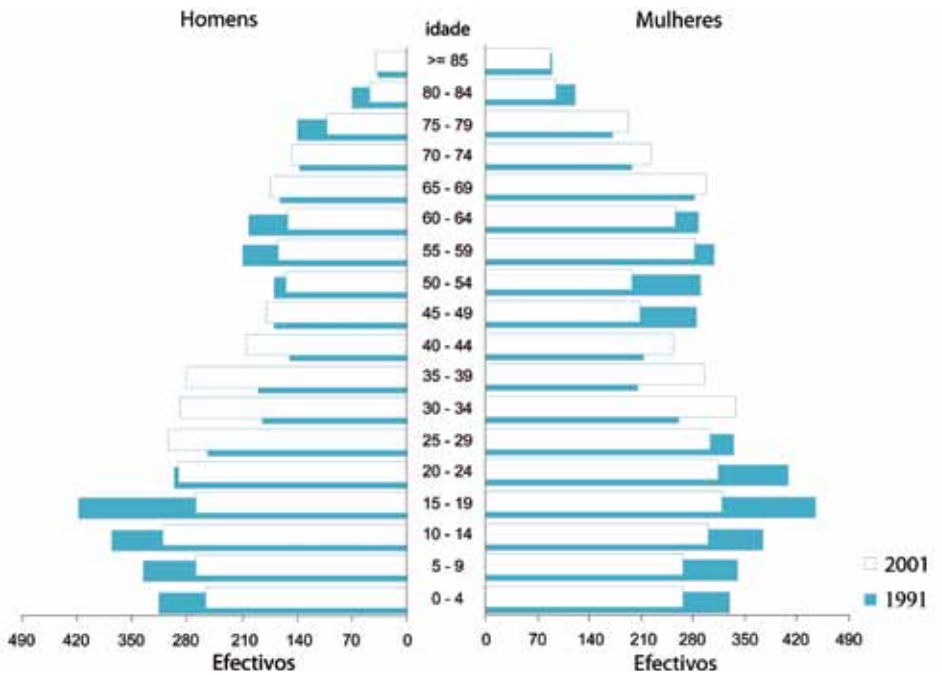


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Ponta do Sol, no período de 1991-2001

na sequência de um ligeiro aumento no número de indivíduos com mais de 84 anos.

Quanto ao sexo feminino, a diminuição de efectivos entre os 0 e os 29 anos, registada entre 1991 e 2001, foi seguida de um crescimento que abrangeu as idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos. Seguiu-se um novo decréscimo que se manteve até aos 64 anos e que assumiu proporções bastante significativas nos grupos etários 45-49 e 50-54 anos. Assim, entre os 64 e os 79 anos o sexo feminino aumenta de novo os seus efectivos, embora os números sugiram que a partir desta idade, a esperança de vida não aumentou para esta população no decorrer da década em estudo.

Por se tratar de uma estrutura populacional desequilibrada e consequentemente complexa ao nível da interpretação, os traços gerais a reter são; a diminuição dos efectivos mais jovens, com idades até aos 24 anos, o aumento da população activa até aos 44 anos no sexo feminino mas prolongando-se até aos 49 anos no sexo masculino, diminuição dos efectivos com idades compreendidas entre os 50 e os 60 anos e uma sequência de aumentos e retrocessos nos grupos etários seguintes.

NOTAS:

1 Segundo o Recenseamento de 1991.
2 Segundo o Recenseamento de 2001.

PORTO MONIZ

Colonizado a partir da segunda metade do século XV, o concelho de **Porto Moniz** situa-se no extremo noroeste da Ilha, possui 80,40 Km2 e uma população residente que diminuiu de 3432[1] para de 2927[2] indivíduos.

Nas suas quatro freguesias – Achadas da Cruz, Seixal, Ribeira da Janela e Porto Moniz, - têm particular importância as actividades ligadas à pesca e à agricultura, bem como a indústria de lacticínios.

Embora disponha de um dos portos mais seguros e abrigados de toda a costa setentrional trata-se de um concelho essencialmente agrícola e em todas as épocas do ano é possível observar os camponeses nas suas lides agrícolas, que se prolongam quase de sol a sol.

A grande produção deste concelho é o vinho, embora existam outras culturas tais como a batata, o trigo, o milho, a batata-doce, o feijão e a cenoura.

Nos campos junto ao mar, onde prolifera a vinha, os agricultores ergueram protecções de urze para protegerem as culturas do vento enquanto que nos terrenos montanhosos foram cavados patamares, de forma a permitirem as culturas.

A freguesia de Achadas da Cruz situa-se numa zona serrana, relativamente isolada e por vezes oculta por uma densa camada de nuvens.

O Seixal situa-se na costa norte entre duas ribeiras, descendo da serra até ao mar, e ao longo da sua extensão, os terrenos bastante férteis são cultivados em socalcos.

Ribeira da Janela é a freguesia que se situa no vale mais extenso da Ilha da Madeira. É atravessada por uma ribeira e a agricultura constitui a principal actividade económica.

A freguesia de Porto Moniz foi elevada a sede de concelho em 1835 e detém o principal

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	55.7	30.3	- 25.4
Secundário	16.4	22.2	+ 5.6
Terciário	27.9	47.5	+ 19.6

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Porto Moniz pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Porto Moniz e respectivas freguesias

aglomerado populacional do concelho. Embora se situe junto ao mar, a agricultura constitui a actividade dominante.

Neste concelho, o sector primário assumiu nos dois momentos censitários percentagens bastante significativas, pelo que em 1991, o seu valor era o segundo mais elevado de toda a Região, apenas superado por Santana. Contudo, ao longo desta década Porto Moniz foi o concelho da Região que registou o maior decréscimo neste sector de actividade, com um declínio de 25,4%. Não obstante esta circunstância, em 2001 o sector primário neste município detinha o terceiro valor mais elevado da Região.

Em 1991, o sector secundário, bastante reduzido apresentava o segundo valor mais baixo do Arquipélago, ultrapassado apenas pelo concelho de Santana. No entanto, ao longo desta década, o acréscimo de 5,6% ocorrido neste sector económico, colocou Porto Moniz numa posição superior a Santana, Funchal e Santa Cruz.

O sector terciário teve um acréscimo bastante significativo, que se traduziu num aumento de 19,6% entre 1991 e 2001. Assim, enquanto que no primeiro momento censitário apenas 27,9% da população do concelho se dedicava a actividades ligadas aos serviços, no segundo momento, este valor aumentou para 47,5%. Porém, não obstante este acréscimo, Porto Moniz continuou a situar-se entre os quatro concelhos da Região onde este sector de actividade possuía um peso mais reduzido. Contudo, não podemos deixar de assinalar que este acréscimo foi bastante significativo, sobretudo se atendermos ao isolamento e ao carácter eminentemente rural que caracterizam esta circunscrição.

O decréscimo do número de habitantes verificado ao longo desta década, foi acompanhado pela diminuição do número de alojamentos. Já no que concerne à dimensão média dos agregados familiares, deparamo-nos com a tendência para a diminuição, comum a todo o Arquipélago. Assim, em 1991, a sua dimensão média era de 3,2 indivíduos e, em 2001, este valor diminuiu para 2,8 indivíduos, valor que se traduziu no mais reduzido de todo o Arquipélago.

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
1070	3.2	1031	2.8	+ 39	- 0.4

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de Porto Moniz, no período 1991-2001

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	6.1	1.0
Sem instalações sanitárias (%)	7.9	24.4
Sem água canalizada (%)	12.2	2.1

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residencias habituais no concelho de Porto Moniz, no período 1991-2001

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	3432	2927
Variação absoluta	-	- 505
Importância relativa (%)	1.4	1.2
Taxa de crescimento total	-	- 0.01578
Crescimento anual médio (%)	-	- 1.58
Densidade populacional	42.69	36.40

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Porto Moniz, no período de 1991-2001.

Ao longo deste período, a percentagem de alojamentos sem electricidade diminuiu para 1,0% e cerca de 10,0% foram beneficiados pela instalação de água canalizada. Contudo, no que concerne às instalações sanitárias no interior das residências, deparamo-nos com uma situação irregular. A diminuição desta infra-estrutura sugere a existência de um sub registo no Recenseamento de 1991, visto que a resposta a estas questões é frequentemente condicionada pela vergonha de admitir as deficientes condições de habitabilidade dos alojamentos. Por outro lado também não podemos excluir um eventual erro no lançamento dos dados censitários.

O concelho de Porto Moniz é o menos populoso de todo o Arquipélago.

Assim, no período censitário compreendido entre 1991 e 2001, a sua população residente foi estimada, respectivamente, em 3432 e 2927 indivíduos, registando-se uma perda de 505 habitantes, número bastante significativo, se atendermos ao reduzido volume populacional desta demarcação. Deste modo, em termos percentuais, o concelho de Porto Moniz perdeu, numa década, aproximadamente 14,7% da sua população residente. A esta perda populacional, corresponde uma Taxa de Crescimento Anual Médio negativa de -1,58%, que constitui a segunda maior da Região, apenas superada pelo concelho de São Vicente. Este facto demonstra a fraca atractividade destes concelhos, cujas populações optam por encetar migrações internas ou ainda emigrações. Estes factores aliados à baixa taxa de fecundidade, contribuem para a gradual desertificação destes espaços.

Na esteira destas tendências, Porto Moniz apresenta a menor densidade populacional registada na região madeirense, com os valores de 42.69 e 36.40 habitantes por Km2 relativamente a esta década.

Deste modo, a sua importância populacional face ao total regional, além de diminuta, apresenta ainda uma variação negativa de 1,4% e 1,2%, correspondentes a estes dois Recenseamentos.

Em 1991, Porto Moniz era o quarto concelho do Arquipélago que comportava maior percentagem de população jovem, a qual constituía 25,0% da sua população total, embora em valores absolutos este montante fosse pouco significativo. Contudo, em 2001, a diminuição do peso deste grupo para 17,2%, transformou Porto Moniz num dos concelhos mais envelhecidos da Região, superado apenas por Santana e Funchal. Deste modo, Porto Moniz foi o concelho que numa década perdeu mais população jovem, ou seja, 7,8%, valor apenas ultrapassado pelo Porto Santo.

Este concelho foi o que registou o menor acréscimo de população activa, possuindo à data dos dois Recenseamentos os valores de 58,3% e 59,5%, respectivamente.

Embora em 1991 este fosse o segundo concelho da Região com menos percentagem de população activa, o acréscimo entre os dois momentos censitários não foi suficiente para ultrapassar esta posição. Deste modo, em 2001, Porto Moniz é a circunscrição que detém a menor percentagem de população activa de toda a Região.

O envelhecimento desta população é também notório nos valores que estimam a percentagem de idosos face à população total. Os valores de 16,7% e de 23,3% registados em 1991 e 2001, fazem com que nos dois momentos censitários, este seja o concelho do Arquipélago com maior percentagem de população idosa. Face a este cenário não é pois de estranhar que o Índice de Vitalidade tenha acrescido durante esta década, de 67,4% para 135,9%.

Quanto ao Rácio de Dependência dos Jovens, diminuiu de 42,9% em 1991 para 28,9% em 2001, como consequência de duas circunstâncias: o de-

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	25.0	17.2
% de activos	58.3	59.5
% de velhos	16.7	23.3
Índice de Vitalidade (%)	67.4	135.9
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	42.9	28.8
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	28.6	39.1
Rácio de Dependência Total (%)	71.5	67.9

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de Porto Moniz, no período 1991-2001

créscimo do número de jovens conjugado com o fraco crescimento da população activa.

No que concerne ao Rácio de Dependência dos Velhos o valor de 28,6% registado em 1991, era unicamente ultrapassado pelo concelho de Calheta. No entanto, o acréscimo deste indicador para 39,1%, em 2001, representou o valor mais elevado de todo o Arquipélago. Por seu turno, a diminuição do Rácio de Dependência Total de 71,5% para 67,9%, entre os dois Recenseamentos, transformou este concelho no mais envelhecido de toda a Região.

O duplo envelhecimento da população (na base e no topo) está patente nas Pirâmides de Idades (Gráfico 1). A natalidade diminuiu significativamente, o volume de população em idade activa é reduzido e o número de indivíduos com mais de 65 anos aumentaram entre os dois recenseamentos.

Contudo, uma análise mais detalhada permite-nos delinear as características que distinguem cada um dos sexos em cada um dos grupos de idades.

Assim, quanto ao sexo masculino, a diminuição é bastante significativa entre os 0 e os 14 anos, menos significativa no grupo 15-19 anos e regista um ligeiro acréscimo no grupo 20-24 anos. Entre os 25 e os 39 anos assiste-se de novo à diminuição dos efectivos masculinos os quais a partir dos 69 anos aumentaram e passaram a exceder numericamente os registados no Recenseamento anterior.

O sexo feminino foi também fruto de movimentos estruturais bastante específicos em cada grupo de idades. Assim, entre os dois Recenseamentos assistimos a um decréscimo populacional do volume de mulheres entre os 0 e os 59 anos. Contudo, esta diminuição não é sentida de igual modo em todas as idades pois

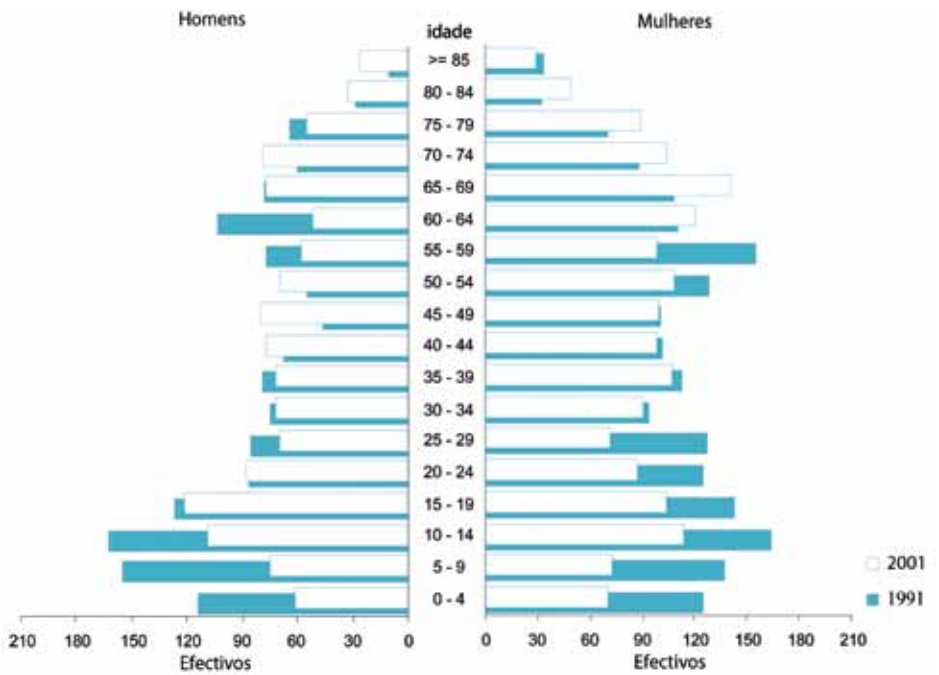


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Porto Moniz, no período de 1991-2001

a que se registou no grupo 25-29 anos é de todas a mais significativa. Neste sexo, o aumento dos efectivos é notório a partir dos 60 anos e mantém-se até aos 84 anos, uma vez que no grupo seguinte os efectivos contabilizados em 2001 são numericamente inferiores aos registados em 1991.

Em síntese, consideramos que o concelho de Porto Moniz, em 2001 se encontrava numa situação de envelhecimento extremo, pelo que a manter-se esta tendência poderemos no futuro confrontar-nos com a sua desertificação.

NOTAS:

1 Segundo o Recenseamento de 1991.
2 Segundo o Recenseamento de 2001.

PORTO SANTO

Descoberto em 1418 por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, o Porto Santo é uma ilha de origem vulcânica com um relevo muito menos acidentado que a Madeira e onde predominam o calcário e o basalto.

Numa área de 42,17 Km2 e uma população residente que diminuiu de 4706[1] para 4474 indivíduos[2], Porto Santo situa-se 40 Km a nordeste da Ilha da Madeira.

Com cinco quilómetros de largura e quinze de comprimento, esta Ilha possui uma praia com a extensão de nove quilómetros.

De clima seco, com longos períodos de seca e com um solo caracterizado pela extrema aridez, a produção agrícola encontra-se inviabilizada. Por este facto a sua população subsistiu, ao longo de séculos, com o produto da pesca. Contudo, esta actividade foi praticamente abandonada e actualmente o turismo constitui a principal fonte de rendimento. Para tal, não têm sido alheios aspectos como a construção de unidades hoteleiras, a dinamização dos serviços, a melhoria dos sistemas de transportes marítimos e aéreos, bem como a criação de uma imagem de marca do Porto Santo.

Deste modo, o sector primário é praticamente inexistente nesta Ilha, e o seu declínio de 3,4% em 1991 para 1,5% em 2001 é elucidativo da sua diminuta importância económica.

As oscilações verificadas nos sectores secundário e terciário foram pouco significativas entre os dois Recenseamentos, embora seja de salientar o facto de mais de 75,0% da população portossantense se inserir neste último sector, incrementado pelo turismo de carácter sazonal. Convém ainda referir que o sector terciário ocupava em 2001 o segundo valor mais elevado da Região, sendo apenas superado pelo concelho de Funchal.

Embora o volume populacional tenha diminuído durante esta década, o número de alojamentos registou um aumento. Este facto parece-nos justificado pelo facto de muitos residentes na Ilha da Madeira optarem pela construção de uma casa de férias na Ilha de Porto Santo.

Já no que concerne à dimensão média dos agregados familiares, a sua diminuição de 3,6 indivíduos em 1991, para 3,2 indivíduos em 2001, surge enquadrada na tendência geral do

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	3.4	1.5	-1.9
Secundário	21.3	23.3	+2.0
Terciário	75.3	75.2	-0.1

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Porto Santo pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Porto Santo e respectivas freguesias

Arquipélago. Ou seja, a dimensão média das famílias tende a diminuir como consequência da adopção de medidas de controlo da natalidade.

Em 1991 as instalações de electricidade abrangiam a quase totalidade dos alojamentos, situação que era apenas ultrapassada pelo concelho de Funchal.

O benefício de instalações eléctricas, notório em 1991 assim como o seu acréscimo em 2001, abrangendo 99,9% dos alojamentos parece-nos justificável por inúmeras razões. Destas, podemos assinalar que as reduzidas dimensões desta circunscrição e a sua orografia facilitam o alargamento da referida infra-estrutura, assim como o investimento ao nível turístico que, no caso desta Ilha, compreende o aluguer de quartos em residências familiares. É pois, deste modo, que encontramos também a explicação para as elevadas percentagens de alojamentos que se encontram providos de instalações sanitárias e água canalizada. No primeiro momento censitário, os seus valores encontravam-se entre os mais elevados do Arquipélago, enquanto no segundo momento censitário são mesmo os mais elevados de toda a Região. Contudo,

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	2.6	0.1
Sem instalações sanitárias (%)	9.4	1.1
Sem água canalizada (%)	8.7	0.4
Barracas (valor absoluto)	0	3

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residencias habituais no concelho de Porto Santo, no período 1991-2001

quaisquer que sejam os motivos impulsionadores destes benefícios, interessa reter que a qualidade de vida, medida pelas infra-estruturas no interior dos alojamentos, se afigurava neste concelho, a mais favorável da Região. Por seu turno, a existência de três barracas em 2001, remete-nos para duas hipóteses: a ocorrência de um sub-registo em 1991 ou, em alternativa, a sua construção com intuito de alojamento de férias.

Este concelho que compreende toda a ilha de Porto Santo ocupa a menor área de todo o Arquipélago com 42,17 Km2. A sua densidade populacional diminuiu de 11060 habitantes

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
1293	3.6	1372	3.2	+79	- 0.4

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de Porto Santo, no período 1991-2001

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	4706	4474
Variação absoluta	-	-232
Importância relativa... (%)	1.9	1.8
Taxa de crescimento total	-	- 0.00505
Crescimento anual médio (%)	-	- 0.51
Densidade populacional	111.60	106.09

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Porto Santo, no período de 1991-2001

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	25.7	17.8
% de activos	66.3	71.8
% de velhos	8.0	10.4
Índice de Vitalidade (%)	30.8	58.5
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	38.8	24.7
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	11.9	14.5
Rácio de Dependência Total (%)	50.7	39.2

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de Porto Santo, no período 1991-2001

Km2 para 10609, entre os Recenseamentos de 1991 e 2001, como consequência do decréscimo populacional.

Assim, a população residente foi estimada em 4706 indivíduos no Recenseamento de 1991, valor que diminuiu para 4474 em 2001, o que em termos percentuais se traduziu numa perda de 5,1% da sua população.

A importância deste concelho, face ao total do volume populacional do Arquipélago, apresenta-se bastante reduzida. Durante esta década a diminuição de 1,9% para 1,8% (importância relativa face ao total Regional), surge legitimada pela diminuição do número de habitantes.

Apresentando uma variação negativa, a Taxa de Crescimento Anual Médio saldou-se em -0,51% durante este período censitário.

A Ilha de Porto Santo que tem como característica o facto de ser simultaneamente concelho, foi aquele que registou a maior perda percentual de população jovem entre os dois Recenseamentos.

Assim, enquanto que em 1991, a população jovem deste concelho representava 25,7% da população total, em 2001 este valor decresceu para 17,8%, traduzindo-se numa perda de 7,9% de jovens.

Ao invés, a percentagem de população activa,

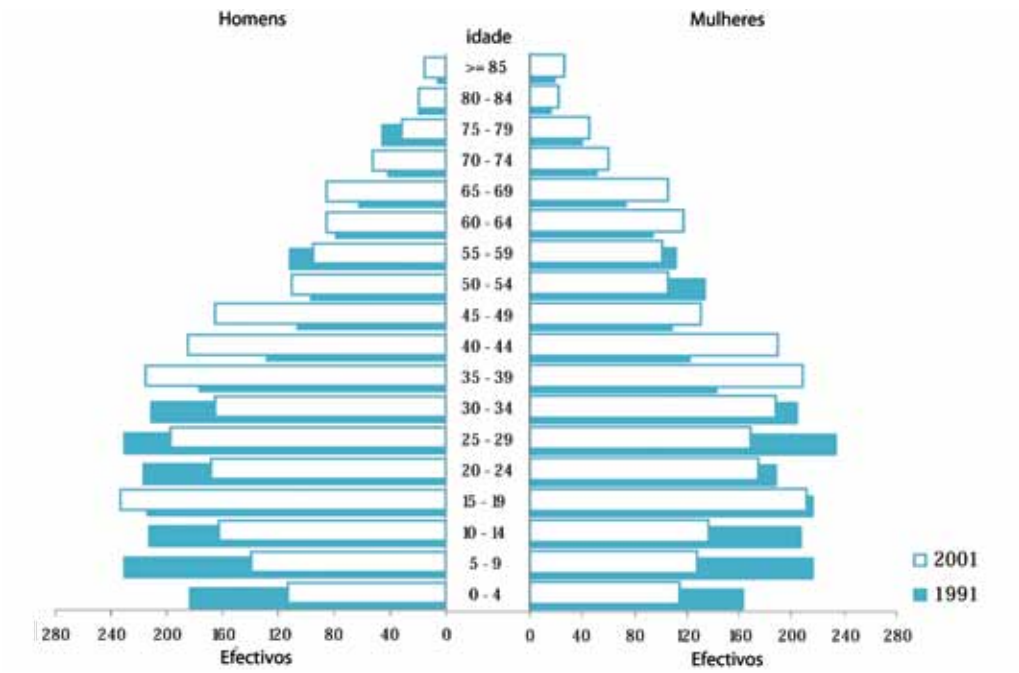


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Porto Santo, no período de 1991-2001

apresentou nos dois momentos censitários os valores mais elevados de todo o Arquipélago, com os totais de respectivamente, 66,3% e 71,8%.

O volume percentual da população idosa, registou ainda um ligeiro acréscimo nesta década, passando de 8,0% para 10,4%. Estes valores apresentam-se bastante reduzidos e são apenas superados por Câmara de Lobos, donde se conclui que no Porto Santo a percentagem de idosos face à população total é a segunda menor do Arquipélago.

Estas tendências que caracterizam cada um dos grandes grupos de idades, alteraram o Índice de Vitalidade que aumentou de 30,8% para 58,5%. Esta circunstância apresenta-se como consequência do fraco crescimento registado pelos efectivos mais velhos e ainda pela diminuição verificada no grupo dos jovens.

Na esteira destas oscilações, deparamo-nos com um Rácio de Dependência de Jovens que diminuiu de 38,8% para 24,7% entre os dois Recenseamentos. Face a este cenário, o Porto Santo possuía o segundo valor mais reduzido da Região, apenas ultrapassado pelo Funchal com a diferença de 0,1%.

Embora esta situação seja fruto da conjugação de duas tendências, no caso de Porto Santo, consideramos que o valor obtido aquando do último Recenseamento espelha sobretudo o reflexo da diminuição significativa da população jovem.

Quanto ao Rácio de Dependência dos Velhos, os seus valores acompanham a tendência generalizada do Arquipélago no período em estudo, ou seja, o aumento deste grupo, de 11,9% para 14,5%. Contudo, este rácio apresenta um valor reduzido devido ao facto da percentagem de população activa ser bastante elevada, assumindo mesmo o valor mais expressivo do Arquipélago. Este facto contribui ainda para que o Índice de Vitalidade Total seja o mais reduzido da Região, com os valores de 50,7% e 39,2% relativamente aos dois Recenseamentos.

Na Pirâmide de Idades deparamo-nos com a diminuição bastante significativa dos efectivos de ambos os sexos, nas idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

A partir desta idade o comportamento dos géneros embora não seja idêntico em todos os grupos etários, é no entanto, bastante semelhante.

Assim, enquanto até aos 14 anos o decréscimo de efectivos é notório, o grupo compreendido entre 15-19 anos aparenta alguma estabilidade.

Entre os 20 e os 34 anos, a diminuição populacional é notória e elucidativa da deslocação da população para o exterior do concelho. O retorno a Porto Santo verifica-se a partir dos 35 anos. Entre esta idade e os 49 anos, a população sofre um incremento face a 1991.

O aumento de efectivos nos grupos populacionais mais envelhecidos é também notório, o que sugere um aumento da esperança de vida.

NOTAS:
1 Segundo o Recenseamento de 1991.
2 Segundo o Recenseamento de 2001.

RIBEIRA BRAVA

A vila de Ribeira Brava, situada no fundo de um estreito vale, é uma das mais antigas povoações madeirenses (existente desde meados do século XV) e herdou o seu nome da ribeira de águas agitadas que a atravessa. Criada como concelho por decreto de 6 de Maio de 1914, a Ribeira Brava adquiriu o estatuto de Vila em 1928, constituindo-se sede deste concelho.

Localizada num extenso vale que se prolonga até ao mar, a povoação encontra-se dividida em duas partes pois é atravessada por uma extensa ribeira que desce do maciço central. Beneficia de um porto marítimo e de uma via rápida terrestre que a liga em poucos minutos à

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Ribeira Brava e respectivas freguesias

cidade do Funchal.

Ocupando uma área de 65,10 km2 e com uma população residente estimada em respectivamente 13170[1] e 12494 indivíduos[2] este concelho encontra-se dividido em quatro freguesias: Campanário, Ribeira Brava, Serra de Água e Tabua.

A freguesia de Campanário situa-se num enorme promontório, que se estende até ao mar, na costa sul da Madeira, tendo sido necessário talhar socalcos profundos para efectuar áreas de cultivo.

A freguesia de Tabua, apesar de se situar em terras altas, beneficia da proximidade com a vila de Ribeira Brava, distando apenas cerca de um quilómetro através de uma estrada litoral.

A freguesia de Serra de Água apresenta características distintas das restantes uma vez que se enquadra no interior do extenso vale de Ribeira Brava, numa zona montanhosa, onde a mata desbastada se propicia à criação de gado. Tratando-se de uma freguesia do interior da Ilha, a sua população é sobretudo camponesa, visto que as principais actividades são a agricultura e a criação de gado.

Em todas as freguesias deste concelho, à excepção de Ribeira Brava, predomina essencialmente a agricultura. Apenas a freguesia de Ribeira Brava conseguiu suplantar a importância desta actividade, mediante a implementação de comércio, serviços e unidades hoteleiras.

As assimetrias são notórias, sobretudo nas zonas altas do concelho, onde nem todas as habitações possuíam nesta data água potável nem saneamento básico. No entanto, é de salientar o facto de todas beneficiarem de um Centro de Saúde.

No que respeita ao sector primário, o valor de 16,4% relativo a 1991, constituía o terceiro mais reduzido do Arquipélago, superado apenas por Funchal e Porto Santo. Transcorrida uma década, apesar do decréscimo registado neste sector, que se cifrou em 6,1%, a posição deste concelho alterou-se. Assim, em 2001, Ribeira Brava passou a assumir-se como o sexto concelho da Região onde este sector de actividade ocupava maior percentagem de população.

No entanto, o facto de os terrenos se apresentarem totalmente cultivados, indicia que a agricultura continuava a ocupar um papel muito importante nas economias familiares, embora se assumisse como actividade laboral complementar de outras ocupações profissionais.

Ribeira Brava foi o concelho da Região onde o sector terciário sofreu um maior crescimento ao longo desta década. O seu aumento de 26,9% para 52,4%, traduziu-se, em termos globais, num acréscimo de 25,5%. A este facto não é alheio o enorme desenvolvimento ao nível comercial e a implementação de muitos outros serviços, que ao longo desta década passaram a beneficiar a sede de concelho.

Em contrapartida, o sector secundário com uma diminuição de 19,4% sofreu o maior decréscimo da Região. Ou seja, de 56,7% em 1991 passou para 37,3% em 2001.

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	16.4	10.3	- 6.1
Secundário	56.7	37.3	-19.4
Terciário	26.9	52.4	+25.5

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Ribeira Brava pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	7.7	1.0
Sem instalações sanitárias (%)	14.2	5.7
Sem água canalizada (%)	27.9	3.7
Barracas (valor absoluto)	6	6

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residências habituais no concelho de Ribeira Brava, no período 1991-2001

Embora em 1991, este fosse o concelho com maior percentagem de população inserida no sector secundário, o decréscimo verificado nesta década colocou Ribeira Brava como o segundo concelho da Região onde a actividade transformadora era a mais acentuada, passando o valor mais elevado a ser assumido por Câmara de Lobos.

Durante este período o número de alojamentos aumentou embora paradoxalmente, se tenha registado uma situação de declínio ao nível da dimensão média dos agregados familiares. Estes decresceram de 3,7 indivíduos em 1991, para 3,3 em 2001, certamente consequência da adopção de medidas de controlo da natalidade. A conjugação destes dois factores pressupõe assim uma melhoria na qualidade de vida em termos habitacionais.

A implementação de instalações eléctricas e sanitárias assim como de água canalizada no interior dos alojamentos, foi notória ao longo desta década.

Contudo, no que concerne à água canalizada, apesar de o seu alargamento ter sido bastante significativo (+24,0%), há a destacar o facto de, em 2001, a sua inexistência continuar a verificar-se em 3,7% dos alojamentos familiares. Nestes, incluíam-se as residências situadas nas zonas mais altas do concelho e consequentemente, de mais difícil acesso. Deste modo, Ribeira Brava era, à data do segundo Recenseamento, o segundo concelho mais afectado pela ausência desta infra-estrutura, sendo o seu valor apenas superado por Calheta.

Relativamente ao número de barracas contabilizadas há a destacar o facto de não ter ocorrido nenhuma alteração, mantendo-se o seu valor idêntico em ambos os Recenseamentos.

Com uma área de 65,10 Km2, o concelho de Ribeira Brava sofreu uma perda de 676 habitantes no período censitário compreendido entre 1991 e 2001 pelo que a sua população residente foi respectivamente estimada em 13.170 e 12.494 indivíduos.

De acordo com estes valores, o peso populacional deste concelho face ao total do Arquipélago, sofreu uma diminuição, passando de 5,2% em 1991 para 5,1% em 2001.

Com esta perda de população, a Taxa de Crescimento Anual Médio foi estimada em -0,53%. Esta variação de carácter negativo, repercutiu-se na densidade populacional, que decresceu de 202.30 indivíduos por Km2 em 1991, para 191.92 indivíduos por Km2 em 2001.

Durante esta década, o peso dos jovens da Ribeira Brava diminuiu de 24,4% para 20,0% face à população total. Contudo, apesar deste decréscimo, a percentagem de população jovem neste concelho era, em 2001, a terceira mais elevada da Região, visto que a perda destes efectivos foi de apenas 4,0%.

Ao invés, o volume de efectivos enquadrados no grupo da população idosa, registou um acréscimo de 14,7% para 16,2%, sinónimo do aumento da esperança de vida.

No que concerne à população activa, verificou-se um ligeiro crescimento entre os dois períodos censitários. Assim, o peso deste contingente aumentou de 61,3% para 63,8%, face ao total da população não activa de Ribeira Brava.

Como consequência das oscilações verificadas no grupo dos jovens e também no dos mais

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
3583	3.7	3764	3.3	+181	- 0.4

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de Ribeira Brava, no período 1991-2001

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	13170	12494
Variação absoluta	-	- 676
Importância relativa (%)	5.2	5.1
Taxa de crescimento total	-	- 0.00525
Crescimento anual médio (%)	-	- 0.53
Densidade populacional	202.30	191.92

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Ribeira Brava no período de 1991-2001

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	24.0	20.0
% de activos	61.3	63.8
% de velhos	14.7	16.2
Índice de Vitalidade (%)	61.1	80.9
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	39.2	31.3
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	23.9	25.3
Rácio de Dependência Total (%)	63.2	56.6

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de Ribeira Brava, no período 1991-2001

velhos, deparamo-nos com um Índice de Vitalidade que durante este período aumentou de 61,1% para 80,9%, o que, em termos práticos, se traduz numa evolução de efeitos negativos. Ou seja, decresceu o volume dos indivíduos mais jovens e intensificou-se o volume dos mais idosos.

Na esteira da ilação anterior, o Rácio de Dependência dos Jovens, diminuiu de 39,2% para 31,3%. Para a obtenção deste valor conjugaram-se dois factores: o decréscimo do contingente mais jovem e o acréscimo do peso dos indivíduos enquadrados na população activa.

Por seu turno, o Rácio de Dependência dos grupos mais envelhecidos, que em 1991 era de 23,9%, acresceu para 25,3% em 2001, consequência do aumento quantitativo deste grupo geracional.

Em conformidade com a manifesta tendência regional, o Rácio de Dependência Total deste concelho traduziu-se num decréscimo entre os dois Recenseamentos. Os valores de respectivamente 63,2% e 56,6%, constituem o efeito quer da diminuição do grupo dos jovens quer do aumento dos efectivos da população activa.

A partir das Pirâmides de Idades, podemos determinar as principais linhas tendenciais deste concelho, assim como assinalar as diferenças comportamentais que cada um dos géneros manifestou nos diferentes de grupos quinquenais.

Assim, em 2001, nas idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos, os efectivos de ambos os géneros, diminuíram o seu volume face a 1991.

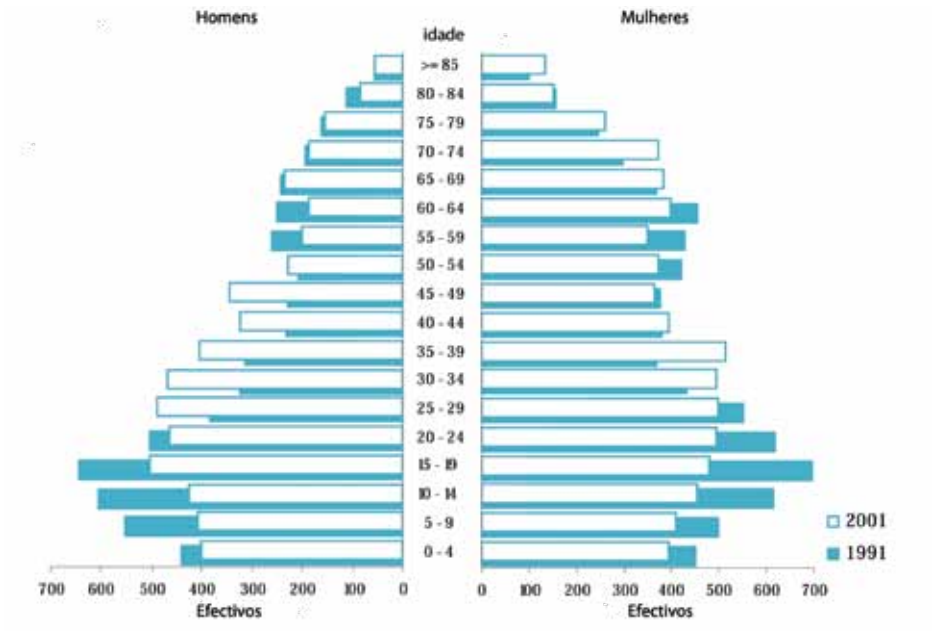


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Ribeira Brava, no período de 1991-2001

Contudo, no grupo etário 25-29 anos registaram-se tendências distintas entre os géneros com o aumento dos efectivos masculinos e a diminuição dos efectivos femininos.

Entre os 29 e os 44 anos o crescimento populacional foi comum aos indivíduos de ambos os sexos, embora no grupo dos 40-44 anos o acréscimo tenha sido bastante mais significativo no sexo masculino.

Contudo, se atentarmos nas colunas representativas do sexo masculino entre os 25 e os 54 anos, denotamos um acréscimo considerável no volume destes indivíduos entre os dois Recenseamentos, situação que não se verificou em todos os grupos do sexo oposto.

Nas idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos, registou-se um decréscimo populacional. Porém esta tendência demográfica alterou-se a partir dos 65 anos com a notável longevidade manifesta pelo sexo feminino até ao último grupo de idades, ou seja, > = 85 anos.

Estamos assim, perante uma Pirâmide Etária que apresenta um duplo envelhecimento: na base e topo, o que indicia uma população com tendência para o envelhecimento.

NOTAS:
1. XIII Recenseamento Geral da População.
2. XIV Recenseamento Geral da População.

SANTA CRUZ

O concelho de Santa Cruz situa-se na costa sudeste da Ilha e é constituído por cinco freguesias: Santa Cruz, Caniço, Gaula, Camacha, e Santo António da Serra[1]. Com uma superfície de 67,29 Km2 [2] e uma população residente que aumentou de 23465[3] para 29721[4] indivíduos, é neste concelho que se situa o Aeroporto Internacional da Madeira.

Fundada em 1515, junto ao mar, a povoação de Santa Cruz, sede do concelho, foi elevada à categoria de cidade em 1996. E aqui que se encontram os principais serviços e os edifícios de utilidade pública do concelho.

A freguesia de Caniço localiza-se também à beira mar e tem sofrido nos últimos anos um notável desenvolvimento quer ao nível do turismo quer ao nível da construção habitacional.

A oeste de Santa Cruz e estendendo-se da serra ao mar, situa-se a freguesia menos populosa de todas - Gaula, - enquanto que a norte se situa a Camacha, conhecida sobretudo pela indústria de vimes e pela floricultura.

Numa região planáltica a cerca de 700 metros de altitude, encontra-se Santo António da Serra. Nesta freguesia dotada de um solo bastante fértil, além das inúmeras espécies vegetais bravias, destacam-se os pomares com consideráveis dimensões.

O concelho de Santa Cruz compreende actividades económicas bastante diversificadas em conformidade com as especificidades geográficas das suas freguesias. Assim, além da agricultura e da pesca, há ainda a assinalar a existência de indústrias de vimes, serralharias civis, conserveiras de peixe, aviários e ainda o cultivo intensivo de floricultura e horticultura.

Neste concelho o sector primário acompanhou a tendência geral do Arquipélago com uma diminuição de 18,0% para 7,0% ao longo desta década. Esta variação, bastante significativa, representou um decréscimo de mais de 50,0% neste sector de actividade.

A redução de 29,2% para 22,1% registada no sector secundário constituiu o segundo valor mais acentuado da Região, com uma evolução negativa de 7,1%. Deste modo, Santa Cruz

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	18.0	7.0	- 11.0
Secundário	29.2	22.1	- 7.1
Terciário	52.8	70.9	+ 8.1

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Santa Cruz pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Santa Cruz e respectivas freguesias

deixou de apresentar o quinto valor mais elevado do Arquipélago ao nível do sector secundário, para em 2001 passar a assumir-se como o terceiro concelho onde este sector era o menos representativo.

Ao invés, o sector terciário em Santa Cruz apresentava, em 1991, o terceiro valor mais elevado do Arquipélago, ultrapassado apenas por Funchal e Porto Santo. Esta posição foi reforçada em 2001, com um acréscimo de 8,1% nesta área de laboração, o que significa que mais de 70,0% da sua população activa se inseria neste sector económico.

A apreciação dos Recenseamentos Gerais da Habitação, permitiu-nos inferir do acréscimo bastante significativo ao nível do parque habitacional, situação similar à verificada no concelho de Funchal. Esta situação decorre do notável acréscimo populacional verificado nestes dois concelhos, tal como atestam os Recenseamentos.

Porém, ao longo deste período, assistimos à diminuição da dimensão média dos agregados familiares de Santa Cruz; de 3,8 indivíduos em 1991, para 3,3 indivíduos em 2001, fruto não apenas o do aumento do número de alojamentos, mas sobretudo da adopção de medidas de controlo da natalidade.

Apesar do aumento do número de alojamentos, em 1991, este concelho apresentava a segunda situação mais deficitária do Arquipélago no que concerne à existência de instalações sanitárias no interior das habitações. Apesar do alargamento desta infra-estrutura até 2001, a sua taxa de cobertura não foi suficientemente elevada de modo a alterar a posição do concelho relativamente a esta situação.

Os valores indicativos da existência de electricidade no interior dos alojamentos sugerem , em 1991,uma cobertura quase total, cifrando-se em 94,5%. Transcorrida uma década, esta infra-estrutura passou a abranger 99,6% dos alojamentos.

Relativamente à água canalizada, a sua inexistência em 1991, penalizava cerca de 20,0% dos alojamentos familiares. Em 2001, esta rede alargou-se a 97% das habitações.

Embora em 1991 o número de barracas contabilizadas fosse substancialmente expressivo - vinte e uma - no Recenseamento

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
6104	3.8	8793	3.3	+ 2689	- 0.5

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de Santa Cruz no periodo 1991-2001

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	5.5	0.4
Sem instalações sanitárias (%)	18.6	13.5
Sem água canalizada (%)	19.4	3.0
Barracas (valor absoluto)	21	7

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residências habituais no concelho de Santa Cruz, no período 1991-2001

de 2001 foi possível constatar a sua diminuição para sete.

É indispensável salientar que o concelho de Santa Cruz se demarca de todos os outros da Região, devido ao acréscimo populacional bastante significativo que registou nesta década. De facto, em 1991 a sua população residente foi contabilizada em 23465 indivíduos, valor que aumentou para 29721 no Recenseamento seguinte. Em termos absolutos esta variação significou um aumento de 6256 indivíduos, ou seja, um acréscimo populacional de cerca de 27,0%.

Deste modo, o concelho de Santa Cruz à semelhança de Câmara de Lobos, viu a sua população aumentar durante este período.

Contudo, a Taxa de Crescimento Anual Médio de Santa Cruz, ultrapassou largamente a de Câmara de Lobos, apresentando-se como o concelho madeirense onde o acréscimo populacional foi mais acentuado.

Como consequência desta situação, a densidade populacional deste concelho é a terceira mais elevada da Região, sendo apenas ultrapassada pelos concelhos de Funchal e de Machico. De facto, os valores apurados em 1991 referem a existência de 348.71 habitantes por Km2, e um acréscimo para 441.68 habitantes por Km2 em 2001.

Assim, como consequência do aumento do volume populacional, o peso deste concelho face total do Arquipélago cresceu de 9,3% para 12,1%.

Contudo, a percentagem de jovens diminuiu de 24,2% para 19,9%, o que representou uma perda percentual de 4,3% deste contingente populacional. No entanto, visto que esta diminuição foi relativamente reduzida, Santa Cruz passou a assumir-se como o quarto concelho do Arquipélago com maior percentagem de população jovem face à população total, sendo apenas suplantado por Câmara de Lobos, Ponta do Sol e Ribeira Brava.

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	23465	29721
Variação absoluta	-	+ 6256
Importância relativa (%)	9.3	12.1
Taxa de crescimento total	-	0.02391
Crescimento anual médio (%)	-	+ 2.39
Densidade populacional	348.71	441.68

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Santa Cruz, no período de 1991-2001

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	24.2	19.9
% de activos	63.7	68.8
% de velhos	12.1	11.3
Índice de Vitalidade (%)	50.0	56.7
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	37.9	29.0
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	19.0	16.4
Rácio de Dependência Total (%)	57.0	45.4

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de Santa Cruz, no período 1991-2001

Quanto à população activa, o aumento percentual registado entre os dois Recenseamentos, constituiu o segundo mais elevado de toda a Região, apenas superado por Porto Santo. Desta forma, em 1991, 63,7% dos efectivos de Santa Cruz enquadrava-se na população activa. Transcorrida uma década, este valor progrediu para 68,8%.

Apesar do carácter predominantemente jovem que transparece nesta análise populacional, a grande peculiaridade deste concelho face aos restantes divisou-se perante a diminuição percentual dos mais velhos face à população activa, com um decréscimo de 12,1% para 11,3%. No entanto, esta tendência não advém do facto de o volume da população mais idosa ter diminuído, mas sim do acréscimo bastante significativo ocorrido no contingente inserido na população activa.

Tendo em conta as alterações manifestadas pelos grupos funcionais, o Índice de Vitalidade de Santa Cruz foi o que manifestou menor crescimento, ou seja, de 50,0% passou para 56,7%, o que constitui um factor positivo.

Quanto ao Rácio de Dependência de Jovens, o seu valor diminuiu de 37,9% para 29,0% entre os dois Recenseamentos, visto que o crescimento da população activa foi bastante significativo e a percentagem de jovens decresceu.

A esta tendência não é alheio o facto de o

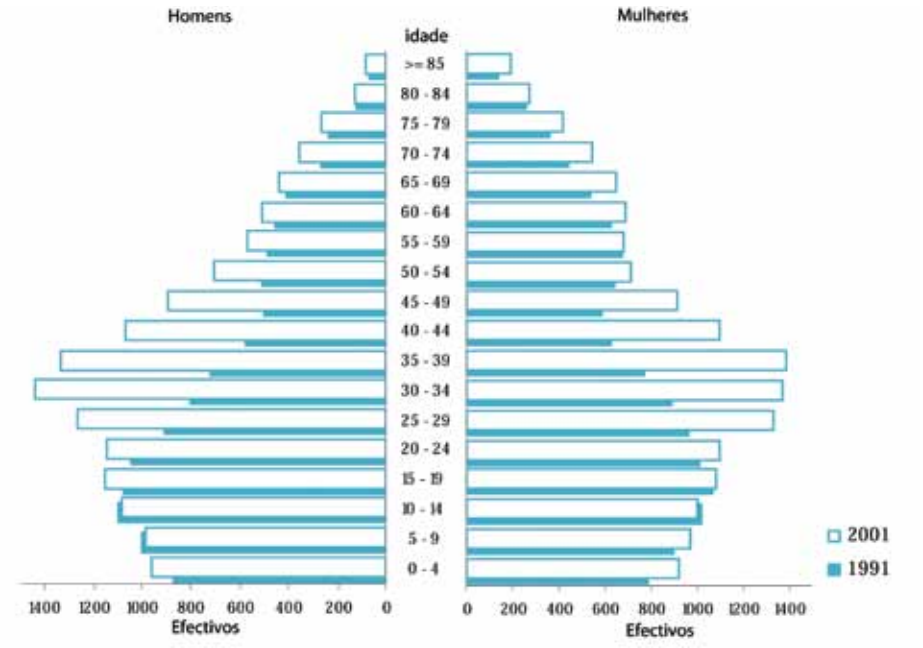


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Santa Cruz ,no período de 1991-2001

Rácio de Dependência de Velhos ter sofrido um decréscimo de 19,0% para 16,4%, também decorrente do crescimento significativo da população activa.

Estamos pois, perante o único concelho do Arquipélago da Madeira onde o Rácio de Dependência de Velhos diminuiu entre os dois Recenseamentos.

De salientar que em 1991 o Rácio de Dependência Total de Santa Cruz, constituía o oitavo mais elevado da Região com 57,0%. Com a sua diminuição para 45,4% em 2001, passou a apresentar o terceiro valor mais reduzido, apenas ultrapassado pelos concelhos de Porto Santo e Funchal. Ou seja, a sua vitalidade em termos económicos era bastante significativa.

Quanto às Pirâmides Etárias, parece-nos haver um equilíbrio entre os dois sexos e em linhas gerais, a natalidade não parece ter decrescido. Aliás, nesta década notava-se um ligeiro acréscimo no primeiro grupo quinquenal entre os dois Recenseamentos.

Os grupos com idades que enquadrámos na população activa registaram um acréscimo significativo, sobretudo entre os 25 e os 49 anos.

O aumento da esperança de vida é também notório na comparação entre os últimos grupos quinquenais, quando confrontados os valores dos dois Recenseamentos.

Contudo, nesta análise global não nos podemos esquecer de que as pirâmides de Santa Cruz são sobretudo fruto de movimentos pendulares característicos dos concelhos limítrofes do Funchal. Em Santa Cruz acresce o facto do seu pólo principal ter sido elevado à categoria de cidade, pelo que passou a dispor da implementação de novas infra estruturas e serviços, aspectos manifestamente atractivos em termos populacionais.

Por outro lado, o facto de ter sido dotado de um eixo rodoviário que o liga à capital do Arquipélago facilitando a deslocação de muitos dos seus habitantes, fazem também com que este concelho seja atractivo para adquirir habitação, uma vez que os preços imobiliários são significativamente mais reduzidos do que no Funchal.

Notas:

1 Freguesia que se encontra dividida entre dois concelhos- Santa Cruz e Machico.
2 Excluímos a área de 14,23 Km2 correspondente às ilhas Desertas e que se encontra integrada neste concelho, uma vez que as mesmas são desabitadas.
3 Segundo o Recenseamento de 1991.
4 Segundo o Recenseamento de 2001.

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de Santana e respectivas freguesias

SANTANA

Situado na costa norte da Madeira, o concelho de Santana possui terrenos férteis, pelo que os campos se apresentam cultivados e repletos de flores e de vegetação. Acerca da caracterização deste concelho podemos salientar a descrição de Manuel Pio quando refere que " topograficamente, Santana é toda uma vasta planície, de terras argilosas e grandes campos de cultura e de flores, que dir-se-ia uma quinta de grande senhor (...)"[1]

Com uma população residente que diminuiu de 13002[2] para 8804[3] indivíduos, numa área de 93,10 Km2[4], este concelho é constituído por seis freguesias: Arco de São Jorge, Ilha, Faial, Santana, São Jorge e São Roque do Faial.

Santana situa-se a grande altitude no extremo norte da ilha da Madeira e dista cerca de 27 quilómetros do Funchal. É na povoação com o nome do concelho - Santana -, recentemente elevada a cidade, que se situam os edifícios de utilidade pública e os principais serviços desta circunscrição.

Neste concelho os planaltos alternam com vertentes rochosas enquanto que as casas, por vezes aglomeradas, se situam em encostas de difícil acesso.

Embora nos últimos anos se tenham construído novas vias que facilitam o trânsito rodoviário entre as freguesias, a construção dispersa e em locais de difícil acesso, dificulta a deslocação dos habitantes de algumas zonas até às estradas asfaltadas.

Os terrenos encontram-se todos cultivados uma vez que a fertilidade do solo e o isolamento destas populações, fizeram com que a agricultura tivesse constituído desde sempre a principal actividade económica deste concelho. Assim, independentemente das diferenças topográficas que caracterizam cada uma das freguesias, a sua unidade encontra-se no papel relevante que a agricultura assume em todas elas.

São Jorge foi a primeira das freguesias que se criaram no concelho de Santana. Situa-se no extremo da costa norte e estende-se sobre o mar. A sua área pouco acidentada, possui achadas extensas e água em abundância, situação que também lhe propicia condições excelentes para a agricultura.

O Arco de São Jorge é uma pequena freguesia que alterna os socalcos na rocha e os desníveis de terra com reentrâncias a pique, característica que a predispõe a um certo isolamento. Não obstante o desnível do solo, florescem grandes árvores e a vegetação é abundante.

A freguesia de Faial, dividida por uma ribeira, situa-se num vale ladeado por rochas altas. As habitações dispersam-se por lombas e a população dedica-se sobretudo à agricultura.

A mais pequena freguesia deste concelho, denominada Ilha, encontra-se isolada das restantes, porquanto as habitações se encontram a altura considerável, no topo de um rochedo, onde o acesso se efectua por uma

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
3028	3.4	2968	3.0	- 60	- 0.4

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de Santana, no período 1991-2001

estrada sinuosa e íngreme.

São Roque do Faial é uma circunscrição essencialmente serrana e agreste, repleta de nascentes e de abismos verdejantes onde a agricultura constitui também a actividade económica predominante.

Em 1991, Santana era o concelho com maior percentagem de população a dedicar-se em exclusivo ao sector primário, ou seja, 62,0%. Ao longo desta década, embora esta actividade tenha sofrido o decréscimo mais significativo de todos os concelhos (- 21,0%), o valor de 41,0% apurado em 2001, permitia que Santana continuasse a perpetuar o lugar cimeiro da Região no desenvolvimento do sector primário.

A quebra neste sector de actividade foi, no entanto, compensada pelo incremento do sector secundário, que aumentou de 11,3% para 17,5% ao longo desta década. Contudo, não obstante este acréscimo, os valores de Santana referentes à área da transformação, eram em 2001 os mais reduzidos do Arquipélago. Situação análoga aconteceu com o sector terciário, onde o aumento de 26,7% para 41,5% entre 1991 e 2001, continuou a manter o concelho de Santana com o segundo valor mais diminuto do Arquipélago nesta área.

Nesta circunscrição, a diminuição do volume populacional, bastante acentuada, foi acompanhada pela diminuição do número de alojamentos familiares.

Por outro lado, a redução da dimensão média dos agregados familiares demonstrou que, tal como nos outros concelhos do Arquipélago, o controle da natalidade também se fez sentir nesta zona eminentemente rural.

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	62.0	41.0	- 21.0
Secundário	11.3	17.5	+ 6.2
Terciário	26.7	41.5	+14.8

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de Santana pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

A electricidade, que em 1991 excluía 8,7% dos alojamentos, em 2001, alargou-se à quase totalidade das habitações do concelho. Porém, esta melhoria continuou a manter Santana com o terceiro valor mais diminuto da Região relativamente a esta estrutura.

Em 1991, Santana ultrapassava largamente todos os outros concelhos, relativamente à percentagem de alojamentos sem instalações sanitárias e um quarto das residências familiares não beneficiava ainda de água canalizada.

O alargamento destas infra-estruturas a um maior número de alojamentos, foi bastante significativo até 2001, embora o número de habitações não beneficiadas fosse ainda expressivo.

No que concerne à existência de barracas, a sua extinção saldou-se em metade.

Ocupando uma área de 93,10 Km2, o concelho de Santana possui a segunda maior área geográfica em termos concelhios, apenas superado pela superfície de Calheta.

Em 1991 a população residente foi estimada em 10302 indivíduos, valor que diminuiu para 8804 indivíduos no Recenseamento de 2001, traduzindo-se numa perda de 1498 efectivos. Deste modo a Taxa de Crescimento Anual Médio apresentava o valor negativo de -1,56%, apenas ultrapassado pelos concelhos de São Vicente e Porto Moniz.

A esta perda de população que representou cerca de 15,0%, correspondeu uma diminuição na densidade populacional; de 110.66 habitantes por Km2 em 1991, passou-se para 94.56 habitantes por Km2 em 2001.

Na sequência das ilações mencionadas, a

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	8.7	1.1
Sem instalações sanitárias (%)	26.9	7.3
Sem água canalizada (%)	25.2	3.0
Barracas (valor absoluto)	21	10

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residências habituais no concelho de Porto Santo, no período 1991-2001

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	10302	8804
Variação absoluta	-	- 1498
Importância relativa (%)	4.1	3.9
Taxa de crescimento total	-	- 0.01558
Crescimento anual médio (%)	-	- 1.56
Densidade populacional	110.66	94.56

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de Santana, no período de 1991-2001

importância deste concelho em termos de volume populacional face ao total do Arquipélago, sofreu também uma redução de 4,1% para 3,9%, entre os dois Recenseamentos em estudo.

Com um decréscimo de 23,3% para 16,0% no total dos efectivos mais jovens, Santana constituía em 2001 o concelho com menor percentagem de população jovem da Região.

O acréscimo da população activa foi pouco significativo: de 62,4% em 1991, aumentou para 63,8% em 2001. Este crescimento de apenas 1,4%, constituiu o segundo menor da Região, apenas suplantado por São Vicente.

Por seu turno, o aumento da população idosa de 14,3% para 20,2%, colocou Santana como o terceiro concelho da Região com maior percentagem de indivíduos idosos. Esta posição foi apenas ultrapassada por Porto Moniz, que possuía 23,3% de indivíduos idosos e São Vicente, onde o peso deste grupo era de 20,3%.

Na sequência do exposto, podemos ainda constatar que o acréscimo ocorrido neste grupo geracional, que caracterizou todos os concelhos do Arquipélago com excepção de Santa Cruz, assumiu em Santana o terceiro valor mais expressivo, porquanto o seu crescimento de 5,9%, foi apenas ultrapassado em São Vicente e Porto Moniz.

Na esteira destas tendências, o Índice de Vitalidade que em 1991 era de 61,2%, em 2001 duplicou o seu valor para 126,5%, fazendo de Santana o segundo concelho mais envelhecido da Região. Ou seja, tratava-se, à data, de um concelho com uma estrutura populacional fortemente desequilibrada e em situação de extremo envelhecimento.

O Rácio de Dependência de Jovens registou também um decréscimo de 37,4% para 25,0% entre 1991 e 2001, fruto da diminuição do grupo mais jovem. Por seu turno, o Rácio de Dependência de Velhos aumentou de 22,9% para 31,7% nos dois momentos censitários.

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	23.3	16.0
% de activos	62.4	63.8
% de velhos	14.3	20.2
Índice de Vitalidade (%)	61.2	126.5
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	37.4	25.0
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	22.9	31.7
Rácio de Dependência Total (%)	60.3	56.7

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de Santana, no período 1991-2001

O crescimento deste último indicador, traduz sobretudo o elevado peso assumido pela população idosa, num contexto onde o acréscimo da população activa foi bastante reduzido.

Os valores relativos ao Rácio de Dependência dos mais Velhos, alteraram no espaço de uma década a situação populacional de Santana face aos restantes concelhos. Assim, enquanto que em 1991, Santana possuía um Rácio de Dependência de Idosos com um valor intermédio relativamente aos outros concelhos, em 2001 deparamo-nos com um acréscimo de tal modo significativo, que este rácio era apenas ultrapassado por Porto Moniz, Calheta e São Vicente, denotando um envelhecimento bastante acentuado.

À semelhança dos outros concelhos, Santana confrontou-se com a diminuição do Rácio de Dependência Total, fruto do peso da população não activa sobre a população activa. Assim, o valor de 60,3% registado em 1991, diminuiu para 56,0% em 2001. Ou seja, não obstante o aumento da população idosa, a diminuição bastante significativa do grupo dos mais jovens também contribuiu para este decréscimo.

As Pirâmides Etárias ilustram as tendências supra-mencionadas e apresentam com mais exactidão as oscilações ocorridas em cada grupo de idades e sexo ao mesmo tempo que permitem divisar as alterações nas estruturas populacionais entre os dois Recenseamentos.

Em traços gerais, registou-se uma diminuição acentuada do número de indivíduos de ambos os sexos nas idades compreendidas entre os 0 e os 34 anos.

Aliás, o declínio dos três grupos quinquenais da base da pirâmide é elucidativo da fraca atracção que este concelho exercia relativamente às famílias mais jovens. Deste modo, não é apenas o controlo da natalidade que está em

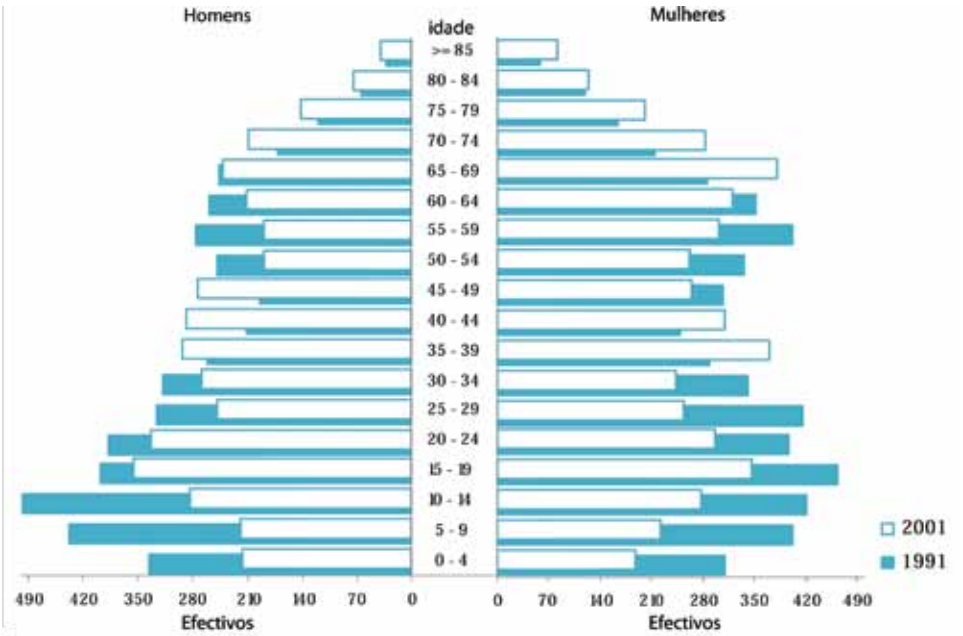


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de Santana, no período de 1991-2001

causa, mas sobretudo factores como a emigração e a migração dos indivíduos mais jovens para a capital do Arquipélago.

O acréscimo populacional ao longo desta década, fez-se sentir unicamente nos grupos compreendidos entre os 35 e os 44 anos, em ambos os sexos, circunstância que nestas idades é habitualmente sinónimo do retorno de emigrantes locais.

A partir dos 65 anos e até ao último grupo etário o aumento populacional caracterizou ambos os géneros, o que sugere o aumento da esperança de vida como consequência da melhoria das condições médico-sanitárias.

Em síntese, esta é uma pirâmide bastante irregular porquanto se apresenta envelhecida na base e no topo: além da fraca taxa de natalidade e do abandono do concelho por parte dos indivíduos mais jovens, acresce o facto dos grupos etários mais idosos se terem tornado mais numerosos.

NOTAS:

1 Manuel Ferreira Pio, O Concelho de Santana... p. 29.
2 Segundo o Recenseamento de 1991.
3 Segundo o Recenseamento de 2001.
4 XIII Recenseamento Geral da População.

SÃO VICENTE

O concelho de São Vicente, criado em 1835, situa-se no norte da Ilha da Madeira e a sua povoação com o mesmo nome, é uma das mais antigas da Região.

Com uma área de 78,70 Km2 e uma população residente que diminuiu de 7695[1] para 6198[2]

Mapa 1. Demarcação geográfica do concelho de São Vicente e respectivas freguesias

habitantes, esta circunscrição encontra-se dividida em três freguesias: Boaventura, Ponta Delgada e São Vicente.

Na freguesia de São Vicente, essencialmente serrana, o núcleo da vila com o mesmo nome, situa-se em terras baixas no interior de um vale rodeado de paredes rochosas.

É nesta povoação que se encontram sedeados os edifícios de utilidade pública e os escassos estabelecimentos comerciais, que asseguram as necessidades dos habitantes.

A freguesia de Ponta Delgada, possui o seu núcleo populacional em terras baixas, consequência de desabamentos rochosos que deram origem a um recife de suporte. A sua vertente serrana, comum a todo o concelho, apresenta-se revestida de um manto florestal muito rico e verdejante devido à abundância de água.

A este propósito deve referir-se que as diferenças de nível no leito das ribeiras originaram quedas de água. Deste modo, as cascatas são comuns em toda a vertente deste concelho.

Situada entre as freguesias de Ponta Delgada e Arco de São Jorge (esta última pertencente ao concelho de Santana), Boaventura assume características essencialmente serranas. Nesta circunscrição a agricultura constitui a principal actividade de subsistência da população.

Não obstante o decréscimo que o sector primário sofreu ao longo desta década, passando de 40,0% em 1991 para 24,2% em 2001, São Vicente continuava a ser o quarto concelho da Região com os valores mais elevados nesta actividade.

Porém, apesar da diminuição bastante significativa no sector primário, os solos continuaram a apresentar-se totalmente cultivados, predominando essencialmente a cultura da vinha. Tal facto é elucidativo do papel determinante que a agricultura continuou a ocupar, embora já com carácter de complementaridade face a outras ocupações profissionais.

O acréscimo significativo do sector secundário constituiu o segundo mais elevado da Região, apenas ultrapassado pelo concelho de Ribeira Brava.

Deste modo, enquanto que em 1991 São Vicente se situava entre os três concelhos com menores taxas de transformação, em 2001, o acréscimo deste sector para 26,9%, conferiu a São Vicente uma posição distinta; passou a assumir-se como o sexto concelho onde este sector de actividade era mais significativo.

A tendência geral para o crescimento do sector terciário foi também notória. Contudo, o acréscimo de 42,4% para 48,9% entre 1991 e 2001 nesta área foi um dos menores da Região.

Neste concelho, o decréscimo populacional repercutiu-se, tal como em Santana e Ponta do Sol, na diminuição do número de alojamentos.

Quanto à redução das dimensões médias dos agregados familiares, há a registar um decréscimo bastante acentuado; de 3.6 para 2.9. Deste modo, em 2001, a dimensão média dos

Sectores de Actividade	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%)
Primário	40.0	24.2	- 15.8
Secundário	17.6	26.9	+ 9.3
Terciário	42.4	48.9	+ 6.5

Tabela 1. Distribuição da população activa do concelho de São Vicente pelos sectores de actividade, no período 1991-2001

Alojamentos	1991	2001
Sem instalações de electricidade (%)	9.0	1.2
Sem instalações sanitárias (%)	15.8	7.3
Sem água canalizada (%)	18.3	2.6
Barracas (valor absoluto)	0	1

Tabela 3. Características dos alojamentos familiares ocupados como residências habituais no concelho de São Vicente, no período 1991-2001

agregados familiares de São Vicente era a segunda mais reduzida da Região. Esta situação foi apenas superada por Porto Moniz e parece-nos consequência não apenas do controle da natalidade, mas também da convergência entre situações de êxodo rural e emigração.

Não obstante as melhorias verificadas no alargamento das instalações eléctricas, este concelho manteve os valores mais baixos do Arquipélago na sua taxa de cobertura.

Por outro lado, em 1991, a qualidade de vida no interior dos alojamentos, medida por infra-estruturas tais como instalações sanitárias e água canalizada, podiam considerar-se bastante deficitárias. Ao longo desta década, os benefícios nestas áreas foram bastante significativos, embora os valores apresentados em 2001 continuassem a ser os mais preocupantes do Arquipélago.

Ocupando uma área de 78,70 Km2 e com uma população residente que decresceu de 7695 para 6196 indivíduos neste período inter-censitário, São Vicente perdeu 1497 habitantes, ou seja, cerca 20,0% da sua população.

Este decréscimo de efectivos, além de se ter repercutido na densidade populacional que diminuiu de 97.78 habitantes por Km2 para 78.72 habitantes por Km2 também concedeu à Taxa de Crescimento Anual Médio o valor mais baixo da Região: -2,14%.

No que concerne ao peso populacional deste concelho face ao total do Arquipélago, deparamo-nos com uma diminuição de 3,0% para 2,5% respeitantes a cada um dos momentos censitários em causa, o que demonstra a importância que esta circunscrição tem vindo a perder.

Em 1991, São Vicente era o concelho que apresentava menor percentagem de população jovem: 23,1%. Em 2001, este grupo diminuiu, passando a constituir apenas 17,2% da população total. Porém, apesar desta diminuição, em 2001 a população jovem dos concelhos de Santana e Funchal expressavam taxas inferiores a São Vicente.

Contudo, em termos globais, São Vicente foi o quarto concelho que perdeu maior percentagem de população jovem, ou seja, 5,9% destes efectivos.

Este foi também o único concelho da Região onde a população activa diminuiu o seu peso entre os dois momentos censitários, com os valores de respectivamente, 63,2% e 62,5%, passando a situar-se entre os concelhos que possuíam menor percentagem de população activa, ou seja, Porto Moniz, Ponta do Sol e Calheta.

Inversamente, assistiu-se a um crescimento percentual dos indivíduos mais velhos de 13,7% para 20,3%, entre 1991 e 2001. Deste modo, São Vicente foi o concelho que neste período, registou o maior aumento dos efectivos mais idosos, com um acréscimo que se saldou em 7,5%.

Na sequência do exposto, São Vicente passou a assumir-se como o segundo concelho do Arquipélago com maior percentagem de idosos, sendo apenas superado pelo valor de Porto Moniz.

Na esteira destas ilações, o Índice de Vitalidade deste concelho praticamente duplicou, ao passar de 59,3% em 1991 para 118,3% em 2001, sinónimo de um significativo envelheci-

1991		2001		Variação 1991-2001	
Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares	Número de alojamentos	Dimensão Média dos agregados familiares
2163	3.6	2151	2.9	- 12	- 0.7

Tabela 2. Dimensão média dos agregados familiares do concelho de São Vicente, no período 1991-2001

Indicadores	1991	2001
Volume populacional (HM)	7695	6198
Variação absoluta	-	- 1497
Importância relativa (%)	3.0	2.5
Taxa de crescimento total	-	- 0.02143
Crescimento anual médio (%)	-	- 2.14
Densidade populacional	97.78	78.72

Tabela 4. Aspectos globais da população do concelho de São Vicente, no período de 1991-2001

Indicadores de estrutura populacional	1991	2001
% de jovens	23.1	17.2
% de activos	63.2	62.5
% de velhos	17.3	20.3
Índice de Vitalidade (%)	59.3	118.3
Rácio de Dependência dos Jovens (%)	36.5	27.5
Rácio de Dependência dos Velhos (%)	21.6	32.5
Rácio de Dependência Total (%)	58.1	60.0

Tabela 5. Evolução dos indicadores de estrutura populacional, por grandes grupos de idades no concelho de São Vicente no período 1991-2001

mento populacional que converteu São Vicente no quarto concelho do Arquipélago com maior Índice de Vitalidade.

O Rácio de Dependência de Jovens diminuiu de 36,5% para 27,5% consequência quer do decréscimo da percentagem de indivíduos mais jovens quer da diminuição da população activa.

Entre os dois Recenseamentos em estudo o acréscimo observado no Rácio de Dependência de Velhos era um dos mais elevados da Região. Deste modo, os valores de 21,6% e 32,5%, correspondentes respectivamente a 1991 e 2001, foram sobretudo consequência do aumento bastante acentuado do número de indivíduos mais idosos, visto que a diminuição da população activa foi pouco significativa.

Estamos pois, perante o único concelho da RAM onde o Rácio de Dependência Total registou um acréscimo tão elevado. O aumento deste rácio de 58,1% para 60,0%, apresentou-se como consequência da conjugação e das variações estruturais supra referidas que colocavam um número cada vez maior de efectivos da população não activa a dependerem de forma cada vez mais acentuada da população activa, a qual por sua vez, se encontrava numa situação tendencialmente decrescente.

Nas Pirâmides Etárias está patente a diminuição bastante acentuada dos efectivos de

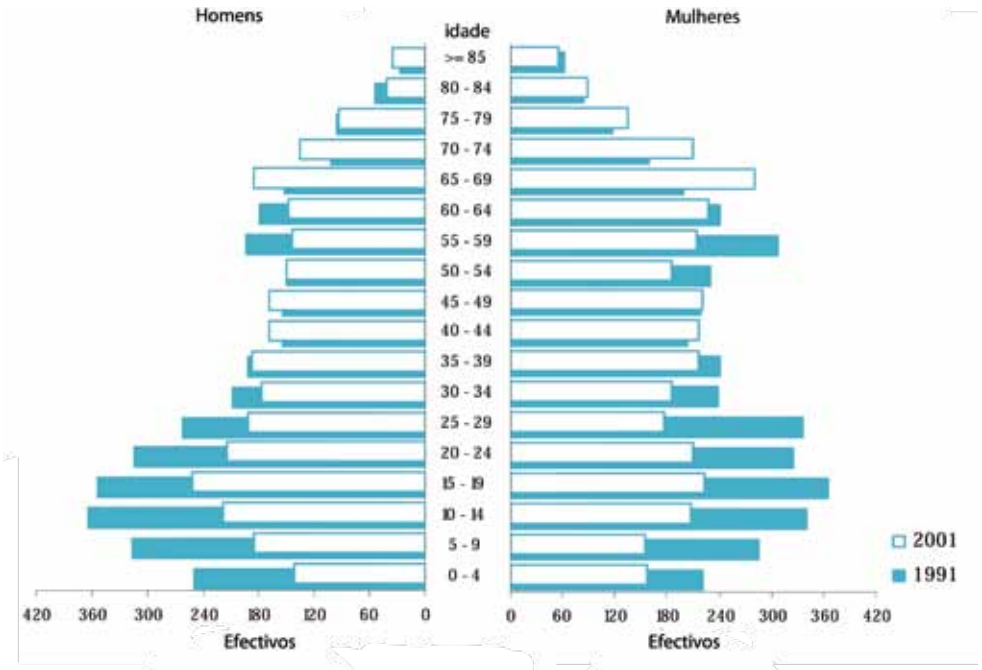


Gráfico 1. Evolução das pirâmides de idades no concelho de São Vicente, no período de 1991-2001

ambos os sexos, nas idades compreendidas entre os 0 e os 39 anos.

Contudo, esta tendência inverteu-se nos grupos compreendidos entre os 40 e os 49 anos onde se registou um acréscimo populacional entre os dois Recenseamentos. No grupo etário seguinte, 50-54 anos, encontramos uma diferenciação entre o volume dos efectivos dos dois sexos; o sexo masculino manteve um valor praticamente inalterável entre os dois Recenseamentos, enquanto que o sexo feminino diminuiu face ao Recenseamento de 1991.

Por seu turno, a tendência para a redução populacional registou-se nos indivíduos de ambos os sexos, nas idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos.

A partir dos 65 anos e até aos 74, a tendência geral foi para o aumento dos efectivos.

Em termos globais, estas duas pirâmides denotam uma evolução no sentido do envelhecimento populacional, bastante acentuado entre os dois Recenseamentos, sugerindo um duplo envelhecimento, ou seja, na base e no topo. Trata-se assim de um concelho francamente envelhecido, onde a diminuição dos indivíduos mais jovens era, em 2001, bastante expressiva.

NOTAS:

1 Segundo o Recenseamento de 1991.

2 Segundo o Recenseamento de 2001.